



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RAUL DA SILVA VENTURA NETO

A (TRANS) FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA:
Floresta, Rentismo e Periferia

Campinas
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RAUL DA SILVA VENTURA NETO

**A (TRANS) FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA:
Floresta, Rentismo e Periferia**

Prof.^a Dr.^a MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX – orientadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO RAUL DA SILVA
VENTURA NETO E ORIENTADA PELA PROF.^a DR.^a
MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX**

Orientadora

Campinas
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1201302

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

V567t Ventura Neto, Raul da Silva, 1984-
A (trans) formação socioespacial da Amazônia : Floresta, rentismo e periferia / Raul da Silva Ventura Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Mariana de Azevedo Barretto Fix.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Terra - Renda. 2. Elites. 3. Amazônia - Integração econômica. 4. Pará - Indústria - História. 5. Belém, Região Metropolitana de (PA). I. Fix, Mariana de Azevedo Barretto, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The socio-spatial transformation of the Amazon region : Forest, land rent and periphery

Palavras-chave em inglês:

Land rent

Elites

Amazon - Economic integration

Pará - History - Industry

Belém (PA), metropolitan area

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Mariana de Azevedo Barretto Fix [Orientador]

Fernando Cezar de Macedo Mota

Francisco de Assis Costa

João Antônio de Paula

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Data de defesa: 06-11-2017

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

RAUL DA SILVA VENTURA NETO

**A (TRANS) FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA:
Floresta, Rentismo e Periferia**

Prof.^a Dr.^a MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX – orientadora

Defendida em 06/11/2017

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana de Azevedo Barretto Fix
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. João Antônio de Paula
CEDEPLAR / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

*O homem está na cidade
como uma coisa está em outra
e a cidade está no homem
que está em outra cidade*

*mas variados são os modos
como uma coisa
está em outra coisa:
o homem, por exemplo, não está na cidade
como uma árvore está
em qualquer outra
nem como uma árvore
está em qualquer uma de suas folhas
(mesmo rolando longe dela)
O homem não está na cidade
como uma árvore está num livro
quando um vento ali a folheia
a cidade está no homem
mas não da mesma maneira
que um pássaro está numa árvore
não da mesma maneira que um pássaro
(a imagem dele)
está/va na água
 e nem da mesma maneira
que o susto do pássaro
está no pássaro que eu escrevo*

*a cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa*

*cada coisa está em outra
de sua própria maneira
e de maneira distinta
de como está em si mesma*

*a cidade não está no homem
do mesmo modo que em sua
quitandas praças e ruas*

(Ferreira Gullar/Poema Sujo)

AGRADECIMENTOS

O fim de um ciclo acadêmico é sempre aquele momento em que se misturam as sensações de alívio e de humildade, uma pelo dever cumprido, a outra pela certeza de que se chegou apenas à “ponta do iceberg” do que outrora era objetivo de uma tese. Contudo, esta tese chega ao fim em um momento de luta e também de muita angústia quanto ao futuro possível para a pesquisa no Brasil, quando as expectativas do prosseguimento de uma vida acadêmica dentro do ensino público se inverteram para a dúvida quanto ao futuro possível para Universidade pública brasileira, em seu papel na superação dos nossos entraves sociais.

No entanto, mesmo vivendo tempos sombrios, é necessário agradecer a todos que estiveram comigo ao longo desse período no IE da Unicamp. Em primeiro lugar à CAPES e ao IE pelo apoio na forma da bolsa de pesquisa. Na sequência, deve-se agradecer aos mestres recentes, pelo apoio ao projeto e paciência com as dúvidas permanentes de um arquiteto fora do seu espaço social: Wilson Cano, Fernando Macedo, Humberto Miranda, Claudio Maciel e Mariana Fix. À Mariana com um agradecimento especial pela orientação e tempo dedicado a esta tese. Em seguida deve-se agradecer aos mestres antigos, pelo apoio e cuidado permanente e pela lapidação desde a fase de bolsista de graduação em Arquitetura e Urbanismo: José Júlio Lima, Ana Cláudia Cardoso e Juliano Ximenes. Às amigas construídas nesses quatro anos: Beatriz (Biazinha), primeira a me receber de braços abertos na Unicamp ainda no dia da prova da seleção; Pietro, amigo para todas as horas, todos os copos e todas as copas; Evaldo (Toca), conterrâneo nortista e futuro primeiro doutor em Economia nascido no Tocantins; Ana Luíza, pela companheirismo nas aulas de economia política e nas andanças por Barão Geraldo. Todos mostraram que o mais importante da Escola de Campinas é permitir o surgimento de grandes amigas.

Por último deve-se agradecer às pessoas cujo apoio incondicional tornaram esse momento possível. Meus pais e irmãos, Raul e Cleide, Tiago Gabriel e Jota, pelo suporte emocional mesmo nas horas mais difíceis desses quatro anos, que não foram poucas. À minha avó, pelas horas de descontração diárias e pela dedicação de vida. E especialmente à minha esposa Jússia, que só me conheceu doutorando e que, mesmo assim, aceitou construir uma vida comigo sabendo que viveríamos, por minha escolha, tempos de reclusão que se faziam necessários. Sem o seu amor, paciência e equilíbrio nas horas mais difíceis, esse dia certamente não teria chegado. É por isso que é para você, meu amor, que eu dedico esse trabalho, que visto hoje parece que já nasceu pronto, assim como nós.

RESUMO

Pensar criticamente a Amazônia, enquanto Região do Estado brasileiro, é necessariamente interpretá-la à luz de processos históricos que, ao longo dos quatro séculos de ocupação recentes, definiram arranjos socioespaciais específicos capazes de gerar riqueza a partir do seu bioma. Segmentado em várias fases dentro de um longo ciclo extrativista, isso exigiu a formatação de formas de dominação sobre o conhecimento empírico da sua população tradicional, que se combinava com a baixa monetização da economia e com o isolamento espacial permitido pela tradicional disposição ribeira dos assentamentos humanos. Desse contexto, definem-se as arestas da formação socioespacial da Amazônia, cujos contornos ditam o ritmo da geração de Valor e acumulação do capital a partir do extrativismo, o sentido dendrítico da rede urbana articulava a ocupação ribeirinha e a forma de ganho das frações comerciais do capital comandadas pelos comerciantes urbanos situados em Belém. As transformações impostas pela integração da economia dos Estados da Amazônia ao mercado nacional, fortemente mediada por políticas centralizadas de desenvolvimento regional, redefinem a hegemonia das frações tradicionais do capital comercial situadas em Belém. Fazem isso impondo novas formas de extrativismo e geração do Valor a partir da acumulação primitiva de aniquilamento do bioma e de superexploração da força de trabalho, especialmente em seus espaços urbanos. Diante desse pressuposto histórico-metodológico, o objetivo do trabalho é observar quais as conexões que existem entre a dissolução da Amazônia como formação socioespacial dependente e sua posterior conversão em periferia e fronteira interna de acumulação do capital nacional, tais como estimuladoras de práticas de rentismo fundiário urbano observadas no município da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Palavras-chave: 1. Terra – Renda; 2. Elites; 3. Amazônia – integração econômica; 4. Pará – Indústria – História 5. Belém, Região Metropolitana de (PA).

ABSTRACT

The critical understanding of the Amazonian region as a component of the Brazilian National State requires one to necessarily consider its historical process of occupation over the last four centuries and how this legacy has defined specific socio-spatial arrangements capable of extracting wealth from the Amazonian biome. Through several phases within a long cycle, the extraction of wealth from the Amazonian region required the constitution of several forms of domination upon the traditional knowledge of its native population combined with the low monetization of the regional economy and the spatial isolation of the region marked by traditional riverside human settlements. This context defines the edges of the socio-spatial formation of the Amazonian region. Its characteristics dictate the rhythm of the generation of Value and the capital accumulation based on the extractive activities; the dendritic sense of the urban network articulated the riverside spatial occupation and the ways through commercial fractions of the capital controlled by the urban merchants from Belém accumulated wealth. Therefore, following a historical path strongly mediated by centralized policies for regional development, the integration of the Amazonian subnational states' economy to the Brazilian market redefines the hegemony of the traditional fractions of commercial capital located in Belém. These changes occur primarily through the imposition of new forms of extractive's activities and generation of Value from the primitive accumulation, resulting in the annihilation of the biome and super-exploitation of the workforce, in particular, located in their urban spaces. Relying on this historical-methodological assumption, the goal of the present thesis is to observe the connections between the dissolution of the Amazonian region as an area of dependent socio-spatial formation, its subsequent conversion into the periphery and internal frontier of accumulation of national capital that stimulates urban land tenure practices observed in the city of the Metropolitan Region of Belém (MRB).

Keywords: 1. Land Rent; 2. Elites; 3. Amazônia – economic integration; 4. Pará – History – Industry 5. Belém, Metropolitan region of (PA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Trecho de entrevista com herdeiros de primeira (H1 ^a G) e segunda geração (H2 ^a G) de indústria de beneficiamento de castanha-do-pará localizada em Belém.....	116
Gráfico 1: Saldo do comércio de cabotagem de gêneros alimentícios dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.	126
Gráfico 2: Saldo do comércio de cabotagem de manufaturas dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.....	127
Gráfico 3: Saldo do comércio de cabotagem de matérias-primas dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.....	128
Gráfico 4: Saldo do comércio de cabotagem de animais vivos dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.....	129
Quadro 2: Trecho de entrevista com um dos fundadores grupo empresarial local fundado nos anos de 1950 com atuação no setor de comércio, construção civil, indústria cerâmica, beneficiamento de fibras e no setor financeiro.	139
Quadro 3: Trecho de entrevista com um dos fundadores grupo empresarial local fundado nos anos de 1950 com atuação no setor de comércio, construção civil, indústria cerâmica, beneficiamento de fibras e no setor financeiro.	189
Gráfico 5: Número de edifícios de apartamentos com mais de três pavimentos entregues entre os anos de 1969 e 1990 em Belém.	225
Quadro 4: Trecho de entrevista com Eduardo Benzecry, herdeiros de terceira geração da Beneficiadora de Produtos da Amazônia.	235
Quadro 5: Trecho de entrevista com Joaquim Melleri Libório, herdeiro de terceira geração das Indústrias Martins Jorge.	238
Quadro 6: Trecho de entrevista com Danilo Menezes, herdeiro de terceira geração do Curtume Maguary.	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população urbana e da taxa de urbanização de Belém entre 1940 e 1960.....	135
Tabela 2: Constituição jurídica dos estabelecimentos industriais do estado do Pará.	141
Tabela 3: Constituição jurídica dos estabelecimentos de comércio varejista do estado do Pará	142
Tabela 4: Constituição jurídica dos estabelecimentos prestadores de serviço do estado do Pará	143
Tabela 5: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará no total de ativos. ...	144
Tabela 6: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará no total de ativos imobilizados em imóveis.	145
Tabela 7: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará em porcentagem de ativos imobilizados em imóveis sobre o total de ativos declarados no balanço.	146
Tabela 8: Concessão de terras devolutas do Estado do Pará, inclusive as de jurisdição do Departamento de Colonização do Governo paraense	168
Tabela 9: Distribuição dos Polos do programa Polamazônia por Unidades da Federação da Amazônia Legal.	202
Tabela 10: População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do município de Belém, 1970 – 2000.	220
Tabela 11: Estoque de produtos do grupo CATA em 1985. Valores em milhares de cruzeiros.	230
Tabela 12: Patrimônio imobilizado do grupo CATA em 1985. Valores em milhares de cruzeiros.....	230

Sumário

INTRODUÇÃO	13
A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE EMPÍRICA.....	20
DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COLONIAL PARA REGIÃO SUBNACIONAL NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA.....	26
1. NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA	31
1.1. AMAZÔNIA COLONIAL: GÊNESE DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO EXTRATIVISMO	32
1.2. A CONSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AS BASES DO SISTEMA DE AVIAMENTO	40
1.2.1. REGATÕES: CAPITAL COMERCIAL ENDÓGENO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA	47
1.3. O QUE A BORRACHA DESVELA?	52
1.3.1. FUNDAÇÃO (1848 A 1880): AS PEQUENAS ESTRUTURAS DE COMÉRCIO E O SERINGAL CABOCLO	54
1.3.2. AUGE (1881 A 1912): FUSÃO DAS ESTRUTURAS E TRANSUMÂNCIA AMAZÔNICA	64
1.3.3. CRISE (1913 A 1920): REPRODUÇÃO AMPLIADA E QUEDA NOS PREÇOS	77
2. INTEGRAÇÃO, CRESCIMENTO ENDÓGENO E QUESTÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA	84
2.1. REESTRUTURAÇÃO ENDÓGENA: CRESCIMENTO INDUSTRIAL E VALORIZAÇÃO REGIONAL (1920 – 1964).....	86
2.1.1. ANTECEDENTES: O PÓS DECLÍNIO E OS LIMITES DA ILHA REGIONAL	91
2.1.2. A INTEGRAÇÃO PELO COMPLEXO CAFEIEIRO: ARTICULAÇÃO PRIMÁRIOS EXPORTADORA COM A AMAZÔNIA PARAENSE.....	102
2.1.3. VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA: REAÇÃO REGIONAL E A DISSOLUÇÃO DE BARREIRAS ESPACIAIS	117
2.2. EMPRESARIADO MERCANTIL E RENTISMO FUNDIÁRIO EM BELÉM.....	134
2.2.1. O IMÓVEL NO BALANÇO DAS EMPRESAS DE SOCIEDADE DE CAPITAL FECHADO EM BELÉM	140
2.2.2. ENFITEUSE, ALINHAMENTO E PLANEJAMENTO DO DESENHO URBANO.	156
3. AVANÇO DA INTEGRAÇÃO E A AMAZÔNIA COMO PERIFERIA DA ECONOMIA NACIONAL 162	
3.1. OS ANTECEDENTES DE FORMAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA	165
3.2. INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL E INCENTIVOS FISCAIS PARA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES	174
3.3. INTEGRAÇÃO TRANSAMAZÔNICA, GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS E DECLÍNIO INDUSTRIAL	192
3.4. O PLANEJAMENTO DO URBANO E ESTRATÉGIAS RENTISTAS DE SOBREVIVÊNCIA DA FORMA MERCANTIL DO CAPITAL NA RMB.....	219
RENTISMO E ESPOLIAÇÃO POR MEIO DO URBANO: OS DILEMAS DE UMA METRÓPOLE NA PERIFERIA DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254
APÊNDICE A	264
APÊNDICE B	266
APÊNDICE C.....	268
APÊNDICE D	270
APÊNDICE E.....	274

<u>APÊNDICE F</u>	276
<u>APÊNDICE G</u>	279
<u>APÊNDICE H</u>	280
<u>APÊNDICE I</u>	281
<u>APÊNDICE J</u>	284
<u>APÊNDICE K</u>	289
<u>APÊNDICE L</u>	290
<u>APÊNDICE M</u>	291
<u>APÊNDICE N</u>	292
<u>APÊNDICE O</u>	295
<u>APÊNDICE P</u>	296
<u>APÊNDICE Q</u>	297

INTRODUÇÃO

Pensar criticamente a Amazônia, enquanto região do Estado brasileiro, é necessariamente interpretá-la à luz de processos históricos que, ao longo dos quatro séculos de ocupação recentes, definiram arranjos socioespaciais específicos capazes de gerar riqueza a partir do seu bioma. Nesse tipo de análise empírica é ainda mais importante colocar as ideias nos seus devidos lugares sem, entretanto, esquecer o lugar nas devidas ideias. Em outras palavras, isso representa posicionar cuidadosamente as análises teóricas das categorias adotadas no espaço social em que se inserem, mesmo que a base empírica que substancia as ideias e hipóteses nem sempre se encontre totalmente nítida. Dessa forma, o que proponho com esta tese é refletir sobre os espaços urbanos da Amazônia paraense e, em particular, sobre a cidade de Belém, realçando efeitos intraurbanos indiretamente associados às transformações no espaço regional amazônico que, ao longo da segunda metade do século XX, passou à condição de periferia da formação socioespacial brasileira.

A expansão do capitalismo e a lenta passagem da região amazônica para condição de periferia brasileira tornam-se, portanto, o tema central desta tese. De um espaço para a exploração mercantil metropolitana, com uma base econômica extremamente limitada e mantida durante quase dois séculos como Estado independente do Estado do Brasil, a província do Grão-Pará e Maranhão foi uma das últimas a aderir ao Império brasileiro, contrariando movimentos independentistas populares. Menos de 20 anos depois, em 1870 e ainda colhendo os impactos da guerra civil da Cabanagem – que tem em seu rastro um quadro devastador de epidemias urbanas, responsáveis pela morte de quase um terço da população das suas principais cidades¹ –, a região converte-se em palco de um intenso desenvolvimento econômico, motivado pelo comércio internacional da goma elástica.

O comércio das *pélas* de borracha transformou a Amazônia em uma periferia importante do capitalismo da segunda revolução industrial, o que, por sua vez, a colocou no patamar de espaço econômico de importância fundamental para a economia brasileira, contribuindo para balança comercial mais do que as exportações do complexo cafeeiro e nordestino². O fausto de quase 50 anos de exportação do “ouro negro” encerrou-se abruptamente em 1912, abrindo espaço para um desenvolvimento endógeno, ainda pautado na

¹ Sobre as epidemias que assolaram as principais cidades da Amazônia em meados do século XIX, cf. BELTRÃO, J. F. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Goeldi Editoração, 2004. Ver também: CRUZ, E. **Procissão dos séculos**. Belém: EDUFPA, 1952.

² Sobre uma análise comparativa dos complexos econômicos nacionais entre o final do século XIX e início do século XX, ver CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

exportação de gêneros extrativistas, que foi capaz de gerar algum dinamismo industrial pelo isolamento espacial da região. A renda interna da região só retornaria aos patamares de 1910³ com o aprofundamento da integração com o mercado nacional em meados dos anos de 1960, às custas da transformação da Amazônia e suas unidades federativas em região subnacional da formação socioespacial brasileira: extenso reservatório de recursos naturais e fronteira de acumulação permanente para o capital nacional e internacional.

Como objetivo geral, busco entender aspectos que cercam as práticas do rentismo fundiário urbano observados em municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), em particular os determinantes que fizeram com que certas estratégias rentistas⁴ passassem a servir à reprodução mercantil de frações locais do capital associadas a tradicionais grupos empresariais paraenses. São três os objetivos específicos desta tese: i) apresentar uma interpretação sobre o desenvolvimento capitalista na Amazônia que integre o papel do espaço na sua formação econômica; ii) analisar os efeitos da integração do mercado nacional sobre os grupos empresariais paraenses, formados entre os anos de 1900 e 1960; iii) entender o papel do investimento em terra urbana na lógica mercantil de reprodução de frações locais do capital, analisando a formação do patrimônio imobiliário dos grupos empresariais locais.

A consolidação dos grupos estudados situou-se no período de reestruturação endógena da economia amazônica, entre os anos de 1920 e 1960, ao fim da fase gomífera do ciclo extrativista. O declínio das atividades produtivas desses grupos ocorreu entre os anos de 1970 e 1980, dada a crescente dificuldade de competir no mercado interno brasileiro. As estratégias rentistas que se procura evidenciar são formatadas como resposta ao declínio das atividades produtivas, possibilitando a sobrevivência do capital acumulado em períodos anteriores. De um modo geral, trata-se principalmente de grupos industriais que atuam na produção de bens de consumo não duráveis e no beneficiamento de produtos gêneros do extrativismo regional. Em menor escala de capital, estavam os que se destacavam no setor de bens não duráveis eram indústrias voltadas para a fabricação de sabonetes, calçados e outros artigos em couro, produtos do fumo, bebidas alcólicas e não alcólicas. Em maior escala, apareciam as

³ Retomada relacionada à recuperação da renda interna de acordo com o trabalho de SANTOS, R. **A economia do Estado do Pará**. No. 10. Governo do Estado do Pará, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, Coordenação de Documentação e Informação, CDI, 1978.

⁴ Nesta tese, o rentismo fundiário urbano é interpretado como todo o rendimento derivado de propriedades urbanas que absorvem uma parcela do valor socialmente produzido, nos limites de um determinado espaço urbano ou regional, por meio de atividades ligadas ao circuito imobiliário. Nesse sentido, seus proprietários participam indiretamente da reprodução do capital produtivo circunscrito àqueles espaços, assumindo posturas ativas na captura do Valor gerado nos mais diversos setores econômicos. As estratégias rentistas que busco identificar na tese dizem respeito às posturas ativas tomadas por alguns grupos empresariais locais, no sentido de manterem a reprodução de uma massa capital acumulado em períodos anteriores.

indústrias de exportação e beneficiamento do extrativismo vegetal, especialmente aquelas que se dedicavam à preparação e fiação de fibras têxteis, particularmente a malva e a juta, voltadas para a produção de sacarias, além dos grandes grupos beneficiadores de castanha-do-pará.

Analisando o material empírico e fazendo levantamento em dados primários, selecionam-se alguns grupos empresariais locais que servem como estudo de caso. Não se trata de analisar casos isolados, mas sim de analisá-los considerando que suas trajetórias, de formação, expansão e declínio empresarial, parecem apresentar semelhanças com a de outros grupos do setor a que pertencem. Considero que para observar as dinâmicas concorrenciais que se estabelecem entre grupos empresariais locais e os grupos do eixo Rio-São Paulo – elemento fundamental para entender uma possível tendência de trajetória da riqueza dos grupos industriais locais em direção à propriedade fundiária dos municípios da RMB –, é necessário apresentar uma leitura periodizada do processo de integração do Pará ao mercado nacional.

Nesse sentido, apresento no trabalho uma proposta de periodização para analisar os efeitos da integração do Estado do Pará ao mercado nacional em dois períodos distintos, e que acompanha a ordenação dos capítulos desta tese. Um primeiro período que vai de meados dos anos de 1920 até meados da década de 1960, que traz como característica a reestruturação endógena da economia amazônica e o avanço da integração com o mercado nacional, resultando no crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis e dos setores exportadores de gêneros do extrativismo vegetal. Um dos símbolos dessa fase foi a formatação das primeiras instituições dedicadas ao fomento de políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, no caso, a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco de Crédito da Borracha (BCB), posteriormente Banco de Crédito da Amazônia (BCA). O segundo período, que vai de meados da década de 1960 até o ano de 1985, tem como característica o aprofundamento da integração do Pará com o mercado nacional, ampliando a industrialização regional e os grandes projetos de extração mineral fortemente articulados às diretrizes de desenvolvimento da economia brasileira pós-1964.

Na tese, interpreto a Amazônia como uma formação socioespacial específica, definida como *Formação Socioespacial da Amazônia*, temática central do primeiro capítulo do trabalho. Defendo que o método de interpretação do desenvolvimento regional, a partir de uma leitura do movimento dialético entre forças produtivas e relações socioespaciais de produção, permite compreender mais claramente a gênese de frações do capital que se reproduzem naquela formação, bem como sua trajetória no sentido do rentismo fundiário

urbano. Como mostro no decorrer da tese, o embate entre forças produtivas e relações de produção no interior da formação socioespacial da Amazônia define não só frações específicas do capital, na sua forma mercantil, como também modos próprios de organizar a tecnologia disponível para extrair renda da terra do espaço rural e, posteriormente, do espaço urbano.

A integração da Amazônia ao mercado nacional representou, no entendimento que destaco ao longo do trabalho, a desintegração da formação socioespacial da Amazônia na medida em que submete as relações socioespaciais de produção tradicionais da região a novas formas de controle, mediada por frações do capital nacional e internacional. Acredito que não é a região, conforme defende Francisco de Oliveira⁵ – enquanto forma transformada do conflito social entre frações do capital endógenas e forâneas –, que tende a desaparecer, mas sim algumas dialéticas internas presentes naquela formação socioespacial que sucumbem ao avanço de outras frações do capital sobre o território.

Dessa forma, discuto a hipótese de que a resolução da crise motivada pela dissolução da Formação Socioespacial da Amazônia, como espaço restrito de reprodução, deu-se pela concentração fundiária de terra urbana para potencializar ganhos rentistas e, em seguida, a formação de órbitas reservadas de reprodução do capital na sua forma mercantil. Ao menos duas perguntas norteiam a pesquisa. A primeira é se a propriedade fundiária urbana na RMB pode ser considerada um espaço de convergência para massas de capital que perderam, , entre os anos de 1960 e 1980, seus vínculos com os setores produtivos da economia amazônica. Com base nessa pergunta de pesquisa, uma segunda questão se coloca: quais condicionantes internas à região incentivaram a imobilização da riqueza acumulada por grupos empresariais locais, formados entre os anos de 1920 e 1960, na forma imóveis?

Essas questões são indiretamente extraídas da hipótese levantada por Carlos Lessa em alguns dos seus escritos realizados no final dos anos de 1980⁶. De forma resumida, Lessa nesses textos defende que o circuito imobiliário no Brasil deve ser lido como uma das órbitas de acumulação reservadas a grupos da classe dominante nacional e, em particular, como frente de valorização para massas específicas de capital construídas na periferia do capitalismo nacional antes do processo de integração do mercado. Acredito que o teste dessa

⁵ OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução**: Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁶ Sobre o circuito imobiliário enquanto órbita de acumulação da burguesia nacional ver: LESSA, C. **A Crise Urbana e o Circuito Imobiliário**. [S.l.]: Equipe P.E.H, c., 1980 (mimeo). A principal referência sistematizada sobre essa leitura do circuito imobiliário nacional é o texto de LESSA, C.; DAIN, S. **Capitalismo Associado**: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: BELLUZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**: Ensaio sobre a crise. 1983.

hipótese se mostra de suma importância para uma leitura adequada da questão urbana brasileira nos dias atuais.

Para testar as hipóteses levantadas, a metodologia que adotamos na pesquisa se divide em duas frentes distintas. A primeira compreende uma revisão histórica e do pensamento crítico sobre a Amazônia, realizado por seus principais intelectuais e historiadores, de modo a fundamentar a construção do que seria a formação socioespacial da Amazônia. A segunda parte da pesquisa corresponde a um extensivo levantamento de dados primários sobre a indústria regional e as famílias que controlavam esses grupos, abrangendo antigos almanaques comerciais e industriais. Além desse material, foram utilizados censos industriais específicos que indicavam a família proprietária do grupo industrial, os balanços das empresas S.A. publicados no Diário Oficial do Estado do Pará e entrevistas com herdeiros de primeira e segunda geração do grupo.

Nesse levantamento, foi possível colher informações para ao menos um ano de cada década, entre 1900 a 1980, permitindo identificar as trajetórias dos grupos industriais que conseguiram atravessar a primeira metade do século XX, chegando ao período de integração da Amazônia com o mercado nacional. Somado a isso, foi elaborada uma segunda base de dados com informações sobre os projetos incentivados pela SPVEA e SUDAM, sendo possível, assim, traçar a relação desses grupos com os fundos públicos federais e com as novas frações de capital que se estabelecem naquele espaço econômico. A partir daí, empreendo um levantamento sistemático dos dados presentes na antiga publicação de circulação nacional “Visão: Quem é Quem na Economia Brasileira”, de modo a promover um cruzamento com os dados levantados a partir dos almanaques e nas bases da SUDAM. O cruzamento realizado priorizou tanto os grupos que apresentavam maior patrimônio e que conseguiam se manter ativos entre as décadas, quanto os que aparecem no ranking da revista.

Dessa metodologia se extrai um total de cinco estudos de caso de grupos industriais locais, nos quais podem ser apresentadas informações mais detalhadas sobre a origem e declínio de cada um e que se complementam aos dados colhidos em entrevistas realizadas com membros das antigas famílias proprietárias. Os grupos selecionados foram: Perfumarias Phebo S.A., Grupo Benzecry & Irmão (fábrica Beneficiadora de Produtos da Amazônia), Grupo Indústrias Martins Jorge S.A. (fábrica Perseverança e fábrica Palmeira), Irmãos Bitar S.A. (fábrica Bitar de Pneus) e Companhia Industrial do Brasil.

Em todos os casos, há a predominância das atividades de base industrial com um forte vínculo com o extrativismo local. Esse é principalmente o caso da S/A Irmãos Bitar, cuja origem remonta ao ano de 1897, quando a família era dona de uma casa exportadora de

balatas de borracha da cidade de Belém, diversificando suas operações somente na década de 1930, para produção de pneumáticos. O mesmo processo ocorre com a Cia. Industrial do Brasil e com a Beneficiadora de Produtos da Amazônia, voltadas para o beneficiamento de castanha-do-pará extraída em vários pontos da região amazônica e exportada majoritariamente para o mercado internacional desde meados dos anos de 1930. Mesma situação ocorre com a fábrica Perseverança, voltada para o beneficiamento de fibras vegetais, como a juta extraída no Baixo Amazonas e a malva predominante no nordeste paraense. Por outro lado, apoiados principalmente na demanda da população urbana da região por bens de consumo não duráveis, encontram-se: as indústrias Phebo de perfumaria; e a fábrica Palmeira, indústria alimentícia de panificação e biscoitos de grande capilaridade no mercado regional até os anos de 1960.

O primeiro capítulo analisa as estruturas da formação social espacial da Amazônia, indicando como foi possível a algumas frações do capital comercial o exercício da hegemonia sobre a força de trabalho regional. São frações que se beneficiam do conhecimento tradicional e do isolamento espacial dos trabalhadores para elevar sua taxa de acumulação e organizar uma estrutura de produção sustentada no extrativismo vegetal e numa complexa rede de empréstimos que ficaria conhecida como Sistema de Aviamento. O capítulo ruma no sentido da construção histórica da formação socioespacial da Amazônia, passando rapidamente pelos períodos iniciais de conquista e colonização, até chegar ao que considero o auge, e ao mesmo tempo limite, da extração de riquezas possibilitada pelas relações de produção e os agentes econômicos que compunham a formação socioespacial da Amazônia.

Estou me referindo à fase gomífera do ciclo extrativista, que inicia em meados dos anos de 1870 e finda em 1912, durante a qual todos os elementos que estruturam a formação socioespacial da Amazônia são solicitados a produzir nos limites máximos a fim de atender à demanda externa pela goma elástica. Esse limite é evidenciado por diversos fatores, sendo o mais evidente o elevadíssimo preço que o produto atinge no mercado externo, o que incentiva a biopirataria e o desenvolvimento de fazendas monocultoras de seringueiras no sudeste asiático⁷.

O segundo capítulo da tese se dedica à fase de reestruturação endógena da economia amazônica, em que ocorrem as primeiras formas de articulação mais robustas com o mercado nacional. Desta maneira, trata-se de um capítulo que apresenta referências sobre o avanço do

⁷ WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

processo de integração e de industrialização da economia nacional, realçando como a embrionária questão regional brasileira influencia nas definições de planejamento regional para a região. O desenrolar do capítulo debate as transformações na formação espacial da Amazônia a partir das determinações definidas pelas dinâmicas internas das estruturas de produção locais, associadas às pressões externas determinadas pelo avanço da integração do mercado nacional. Na leitura, aponta-se como ocorre o desenvolvimento das políticas de desenvolvimento regionais, simbolizadas pelos programas da SPVEA e posteriormente SUDAM.

Na segunda parte do capítulo são apresentados análises dos impactos no intraurbano de Belém associados à fase de reestruturação endógena da economia amazônica, contemplando uma parcela do que julgo serem os primeiros efeitos intraurbanos do rentismo fundiário urbano na RMB. Inicialmente discuto as hipóteses que tratam da função da terra urbana para o circuito de acumulação do capital no Brasil e a importância da renda fundiária nessa dinâmica, fenômeno que parece ainda pouco sistematizado no pensamento econômico brasileiro. Nesse sentido, compilam-se os dados extraídos dos balanços patrimoniais das empresas S.A. do Estado, organizado em uma série quinquenal que abrange o período de 1945 a 1960. Nessas análises, extrai-se a proporção entre o valor dos ativos imobilizados em imóveis sobre o valor total dos ativos do grupo, o que permite identificar as primeiras formas de incorporação imobiliária realizadas em Belém. Na sequência, são analisadas as possíveis relações entre os investimentos imobiliários empreendidos pelas empresas S.A. locais, as definições urbanísticas dos planos de alinhamento e a expansão da malha urbana de Belém.

Na terceira e última parte da tese, antes das conclusões, apresento uma leitura sobre a fase final da integração da Amazônia paraense como região subnacional da formação socioespacial brasileira. Dessa forma, são analisadas as transformações regionais que se seguem à tomada de poder pelos militares, destacando os efeitos das políticas de desenvolvimento regional sobre os grupos empresariais locais. O capítulo apresenta uma periodização desse processo, relacionada às diretrizes de planejamento definidas pela SUDAM ao longo das duas décadas de governos militares, realçando o distanciamento dos grupos locais do acesso aos fundos públicos e os efeitos espaciais desse processo.

Na segunda parte do terceiro capítulo, busco compilar e analisar os dados de investimentos em imóveis evidenciados nos balanços das empresas locais entre os anos de 1965 e 1985, com destaque para os grupos empresariais estudados. O objetivo desse movimento é evidenciar o papel desse processo sobre a formulação dos planos diretores e das grandes obras de infraestrutura urbana realizadas na RMB, realçando o papel da prática do

rentismo fundiário no atual desenho urbano dos municípios da RMB.

A categoria de formação socioespacial: fundamentos para uma análise empírica

A necessidade de entender como a trajetória da riqueza na Amazônia se entrelaça com investimentos no mercado de imóveis urbanos fez com que se adotasse, ao longo desta tese, uma interpretação do desenvolvimento capitalista na Amazônia a partir da categoria de formação socioespacial⁸. O movimento dialético entre forças produtivas e relações de produção, central na teoria da história proposta por Marx e Engels⁹, recebe na tese um enquadramento espacial a partir da interpretação dada ao espaço social pelos teóricos da geografia crítica¹⁰, particularmente David Harvey e Henri Lefebvre. A categoria de *formação socioespacial* corresponde a uma categoria de análise do empírico que insere o espaço na categoria de formação econômica e social¹¹, como mais uma instância entre as diversas esferas que compõem a totalidade social¹². É utilizada para analisar o movimento dialético que define as *estruturas de produção* pelas quais as frações do capital, na sua forma mercantil

⁸ A construção do conceito de formação socioespacial está presente originalmente em SANTOS, M. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1978. Um resumo sobre esse assunto pode ser encontrado em REIS, L.C.T. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v.1 n.1, jun. 2000.

⁹ Para não realizar uma abordagem escolástica nessa parte introdutória do trabalho, destaco ao longo das análises dos ciclos econômicos da região algumas interpretações a respeito do materialismo histórico. Dentre elas estão as leituras de Habermas (1983) e Poulantzas (1971), nas quais a teoria da história de Marx é interpretada à luz do conceito de formação econômico-social sem, entretanto, incluir diretamente o espaço como categoria de análise importante. Além desses autores, me aproximo das interpretações de Harvey (2014) sobre a teoria da história de Marx, que apresenta uma visão original a partir de uma leitura atenta do livro *Um d'O Capital*. Ver também: HARVEY, D.; ENDERLE, R. **Para entender O capital**: livro II e III. Boitempo, 2014.

¹⁰ Sobre a classificação do pensamento geográfico na forma de correntes ou escolas, cf. CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

¹¹ Como defende Aruto (2015), o conceito de formação econômica e social, apesar de fartamente utilizado pelos teóricos do marxismo, teria ocorrido de modo pouco rigoroso do ponto de vista teórico-metodológico. O pouco desenvolvimento desse conceito pode ser justificado por dois fatores principais: a publicação tardia dos originais de Marx que debatem a temática das formações econômicas pré-capitalistas, e a dogmatização que a teoria marxista sofre com a ascensão do Stalinismo da URSS. Cf. ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho**: uma abordagem metodológica. 2015. 119 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

¹² Nesse ponto convém lembrar que, de acordo com Poulantzas, o embate dialético entre forças produtivas e relações de produção, produz necessariamente capitais e classes sociais fragmentadas, podendo, em função disso, coexistir múltiplas frações do capital e de classes, organizando diversas estruturas de produção no interior de uma mesma formação econômica e social. A interferência do espaço social nesse movimento dialético parece ampliar as possibilidades de fragmentação das classes sociais e do capital que circula por aquele espaço, podendo-se imaginar a existência de múltiplas relações socioespaciais de produção em movimento com as exigências da força produtiva. Cf.: POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Lisboa: Portucalense, 1971.

ou industrial, reproduzem-se no interior daquela formação, conectando elementos da força produtiva regional ao espaço social e às relações de produção nele estabelecidas.

Acima de tudo, deve-se ter a percepção da formação socioespacial sempre como uma realidade histórica-concreta, ou seja, um produto forjado por estruturas de produção bem tecidas pela dialética entre os elementos das forças produtivas e relações socioespaciais de produção. Por meio de análises empíricas do desenvolvimento capitalista na Amazônia parece ser possível identificar de que modo, no desenrolar dos ciclos econômicos, formam-se e se modificam as estruturas de produção predominantes nessa formação, constituindo o que classifico no trabalho como formação socioespacial da Amazônia.

Como defendem em suas obras, Marx e Engels, trazem definições ambíguas e repletas de lacunas para o materialismo histórico,¹³ o que incentivou a sua reinterpretação por várias correntes do marxismo durante o século XX¹⁴. Em resumo, o materialismo histórico defende que, do embate entre os homens em cooperação e a natureza, estabelece-se um movimento dialético das forças produtivas e das relações de produção, capaz de reconfigurar continuamente a natureza daquele indivíduo e dialeticamente a superestrutura ideológica da sociedade em que está inserido¹⁵.

A presente tese se alinha à interpretação de Harvey¹⁶ para o materialismo histórico, que realça o papel da tecnologia do trabalho na dialética interna das estruturas de uma formação econômica e social. As mudanças tecnológicas e as formas organizacionais do trabalho que dela decorrem apenas *desvelariam* a relação do homem com a natureza. Nesse caso, a ideia de desvelar não absorve o sentido de determinar essa relação do homem com a natureza, mas sim de interiorizá-la juntamente com o processo de trabalho a que está

¹³ Cf. FIORI, J. L. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

¹⁴ O resultado disso é que o seu desenvolvimento teórico esteve mais ligado a intelectuais marxistas, que se dividem em variadas correntes ao longo do século XX, sendo que algumas destas apresentam, não poucas vezes, leituras determinísticas sobre a dialética base-superestrutura que prejudicaram o desenvolvimento da teoria. Como observa Cohen (2013), não se encontra nos textos de Marx e Engels uma leitura determinística sobre o materialismo histórico, mas sim aspectos teóricos e empíricos referentes aos elementos que interagem de um modo dialético conforme se expande a capacidade produtiva daquela sociedade. COHEN, G. A. **A Teoria da história de Karl Marx**: uma defesa. Campinas: EDUNICAMP, 2013.

¹⁵ HABERMAS, 1983.

¹⁶ Segundo Harvey (2013) essa interpretação pode ser encontrada nos comentários ocasionais que aparecem nas notas de rodapé do livro *Um d'O Capital*, no caso no capítulo treze: "maquinaria e grande indústria". Longe de representar uma leitura determinística do movimento dialético entre forças produtivas e relações de produção, para Harvey há seis elementos conceituais identificáveis na metodologia adotada por Marx: a tecnologia, a relação com a natureza, o processo efetivo de produção, a produção e reprodução da vida cotidiana, as relações sociais e as concepções mentais. Seis elementos que se encontram vinculados entre si pelo processo material de produção de excedentes, que se movem no sentido da evolução do trabalho humano e nesse trajeto se determinam mutuamente.

submetido, as concepções mentais sobre o mundo que está inserido e as relações sociais que estabelece na sua vida cotidiana. Como uma totalidade ecológica – na qual cada um desses elementos é internamente dinâmico sem prevalecer sobre o outro –, possibilita-se que determinem de forma independente a tecnologia e as formas organizacionais do trabalho¹⁷.

É em Lefebvre, contudo, que se encontram as principais referências do espaço social como um componente central na dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção, o *locus* da troca entre capital e trabalho¹⁸. Ao invés de se analisar como relações de produção, deve-se considerar que se tratam de relações socioespaciais de produção, aptas a se reconfigurar periodicamente dentro de novas espacialidades e acompanhando estratégias articuladas pelo Estado¹⁹ no âmbito do planejamento urbano e regional²⁰. Produzem com isso novos espaços e conseqüentemente novas relações socioespaciais de produção, – já que o capitalismo teria conseguido até os dias atuais contornar os seus próprios limites da acumulação de capital²¹.

É no espaço social que se condensam os processos de interação, fundamentais para o agir comunicativo, e os centros de educação e pesquisa, fundamentais para o agir instrumental. Nesse processo de reconfiguração de estruturas de produção, os princípios de organização dispostos no espaço social daquela formação socioespacial e o acúmulo de graus de aprendizado²² – como um produto da interação entre as dimensões do saber tecnicamente

¹⁷ “Tecnologias e formas organizacionais não caem do céu. Elas são produzidas a partir de concepções mentais. Também surgem de nossas relações sociais e em resposta às necessidades práticas da vida cotidiana ou dos processos de trabalho” (HARVEY, 2013, p. 193): HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁸ Lefebvre (1976) considera que interação no processo produtivo ocorre sempre entre os três fatores preponderantes para a produção de excedentes no capitalismo: capital, trabalho e terra. LEFEBVRE, H.. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. London: Allison & Busby. 1976.

¹⁹ Lefebvre, 1976.

²⁰ “De passagem, recordemos que o pior inimigo do urbano é o urbanismo, instrumento estratégico do Estado e do capitalismo na utilização da realidade urbana fragmentada e na produção de um espaço controlado” LEFEBVRE, 1976, p. 15.

²¹ “Marx pensava que as forças produtivas estão constantemente em choque com os estreitos limites das relações de produção existentes e do modo de produção capitalista; para ele a revolução iria fazer explodir esses limites; as crises parciais transformam-se em crise geral; a classe operária, impaciente, espera a sua hora iminente e vai-se entrar no período de transição (entre o capitalismo e comunismo) após a revolução política” LEFEBVRE, 1976, p. 21.

²² Sobre a categoria de formação econômica e social, Habermas (1983), aponta o papel de relevância histórica que as relações de produção capitalistas possuem, defendendo que em torno do núcleo institucional no qual estas se cristalizam estabelecem-se determinadas *forma de integração social* no qual se separam os mecanismos de aprendizagem do sujeito, entre o terreno do agir comunicativo, mediado pela interação e pelas relações estabelecidas no processo de integração social, e o terreno do agir instrumental, imanente à cooperação do trabalho social e ao conhecimento técnico e científico. As relações de produção, não possuem a capacidade de produzir, por si próprias, renovações evolutivas sobre as estruturas de produção a que estão associadas, dependendo de um acúmulo de aprendizado que provém da interação entre as duas dimensões do saber mediado

valorizável com as dimensões da consciência prático-moral – discriminam os caminhos que se encontram disponíveis para as transformações nas relações de produção e na própria dialética interna dessas estruturas, adequando-se às novas exigências da força produtiva.

Na escala urbana, a espacialidade seria a categoria de análise capaz de abarcar a dinâmica do espaço como produto social, ou seja, como a encarnação da ação e das relações sociais de produção de uma determinada sociedade e em um período de tempo específico. Na sua forma concreta, a espacialidade seria o local onde transcorreriam conflitos pela produção e reprodução do capital no seio de práticas sociais que podem levar tanto à manutenção e reforço daquela espacialidade, quanto mesmo a uma reconfiguração espacial²³. Em grande medida, a espacialidade simboliza a incapacidade de separar, teórica e empiricamente, o embate entre capital, trabalho e espaço social durante o processo de acumulação e reprodução do capital²⁴.

Dentro da perspectiva Lefebvriana, o uso das relações socioespaciais de produção e da espacialidade resultante desse processo como categoria de análise permite entender as transformações em uma determinada formação socioespacial no decorrer do tempo histórico. Contudo, mostra-se uma abordagem limitada para analisar o intraurbano, em relação ao qual as leituras de Harvey²⁵ sobre a circulação do capital no espaço social se mostrariam mais adequadas.

Para o geógrafo inglês, como o controle sobre a produção do espaço representaria também o controle sobre estruturas territoriais de exploração e dominação, a criação de espaço social passa a interagir, cada vez mais, com a reprodução do capital no sistema. Isso ocorre por meio da apropriação contínua de mais-valia relativa pelos investimentos em capital constante, que alteram o ambiente construído e produzem geografias desiguais no rastro do desenvolvimento do sistema²⁶. Com isso, pode-se dizer que a condição inerentemente especulativa da renda fundiária e suas diferentes formas de comportamento, como renda de

pelos formas de integração social.

²³ A obra de Soja (1993) tomada como referência para esse trabalho, e que condensa o pensamento do autor sobre o tema, foi o livro: SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

²⁴ Como defende a leitura de Lefebvre (1976) sobre o pensamento de Marx, a separação dos fatores é algo puramente analítico, como um produto da ideologia dominante, que nos faria enxergar e analisar separadamente os fatores Espaço (e os seus proprietário), Trabalho (e os trabalhadores), Capital (e os capitalistas), durante o processo de reprodução das relações sociais de produção, camuflando a mais-valia como fonte de rendimento nacional.

²⁵ HARVEY, 2013.

²⁶ Sobre o conceito de desenvolvimento desigual do capitalismo, ver SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

monopólio, renda absoluta e rendas diferenciais²⁷, acaba-se conectando à própria determinação do Valor dentro do sistema a partir das estruturas de produção que definem uma formação socioespacial, pressionando o proprietário da terra para abri-la ao fluxo de capital e aproximar a terra de sua forma capitalista, como mero ativo financeiro²⁸.

Esse processo, entretanto, não custa o desaparecimento do proprietário fundiário como classe rentista e figura ativa no controle sobre a dinâmica de investimento no ambiente construído. O avanço do capitalismo apenas vincula a renda da terra à lógica de circulação do capital portador de juros, na forma de um capital fictício que passa a circular pela própria terra metamorfoseado como renda da terra. Assim a função do proprietário da terra se torna fundamental na produção das espacialidades²⁹. Mediante o seu papel ativo, no sentido de encarar a terra como um papel financeiro, esse agente contribui para a integração espacial, ou seja, para a eliminação de barreiras que impeçam as mobilidades geográficas do capital e da força de trabalho no território. A precificação da terra permite que se observe como esse ativo carrega simultaneamente a temporalidade da acumulação e a especificidade dos valores de uso materiais distribuídos no espaço e, portanto, ligados a considerações temporais e espaciais dentro de uma estrutura singular, definida pelo modo como o valor é gerado e circula nas estruturas de produção de uma formação socioespacial³⁰.

No interior de uma formação socioespacial, a busca ativa e ininterrupta dos proprietários da terra para criar condições que permitem que rendas futuras sejam apropriadas nada mais representa do que condenar trabalho futuro a níveis de exploração sempre crescentes em nome de ganhos especulativos – lógica que é própria do capital portador de juros. a mesma forma, quando as frações do capital que se reproduzem nas estruturas de produção de uma determinada formação socioespacial enfrentam momentos de crise sistêmica, a tendência de conexão entre renda da terra e a produção do Valor pode promover ajustes espaciais específicos capazes de superar esses limites pela construção ou reconstrução do espaço social.

No limite dessa lógica a possibilidade desses espaços tornarem-se frentes de investimento para essas frações do capital pode fazer com que, na escala intraurbana, o circuito secundário ou circuito imobiliário consolide ambientes construídos voltados para

²⁷ Sobre uma interpretação da renda fundiária urbana à luz da teoria social marxista, ver HARVEY, 2013, p. 450-460.

²⁸ HARVEY, op. cit., p. 461-470

²⁹ HARVEY, op. cit., p. 472

³⁰ Idem, p. 476.

potencializar a apropriação de rendas futuras. A formação de alianças entre grupos da classe dominante em torno da possibilidade de viabilizar um contínuo processo de “prosperidade urbana” se torna o resultado mais comum dessa relação entre circuito produtivo e imobiliário³¹. Nesse sentido, a função do circuito imobiliário, dos agentes econômicos que produzem o espaço urbano e das coalizões que articulam essa produção é fundamental para permitir a sobrevivência e reconfiguração das próprias estruturas de produção de uma dada formação socioespacial.

É importante ressaltar que a necessidade de investigar a reconfiguração das relações socioespaciais de produção no decorrer da história das estruturas que definem uma formação socioespacial, deve conduzir a uma leitura sobre a conjuntura do ciclo econômico a que os agentes dessas estruturas estão submetidos, identificando como sua dialética interna se altera a partir disso. Na tese, o alinhamento teórico metodológico da categoria de formação socioespacial acompanha a temporalidade sugerida por Fernand Braudel, segundo o método histórico estrutural que o mesmo propõe³². A temporalidade de Braudel define uma divisão tripartite da noção de tempo³³, o que permite interpretar a dialética interna das estruturas de produção de uma formação socioespacial identificando quais elementos da força produtiva, das relações de produção e do espaço social permanecem no seio daquelas estruturas e transcorrem na longa duração (*longue durée*) do tempo histórico³⁴.

Em Fiori³⁵ está presente uma proposta de articulação entre materialismo histórico e método histórico estrutural de Braudel, que procura conjugar o tempo de longa duração das estruturas do subdesenvolvimento brasileiro com o tempo conjuntural da política,

³¹ HARVEY, D. **Urban Experience**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989.

³² O método histórico-estrutural conforme Braudel é acompanhado, em linhas gerais, tanto o estruturalismo latino-americano, consagrado na interpretação de raiz cepalina das economias do continente, quanto o materialismo histórico de Marx e Engels. Cf. BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. 393 f. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. p. 19-26

³³ A noção tripartite do tempo sugerido por Braudel determina um primeiro nível de tempo, o do ambiente (*longue durée*), estrutural, longo, imóvel e duradouro. Apresenta mudanças lentas, quase imperceptíveis, mas ainda assim existentes. Um segundo nível de tempo, da história social e cultura, é o tempo da conjuntura, tempo médio, caracterizado pela mudança e pelas oscilações cíclicas das civilizações. Por fim o tempo de eventos (*histoire événementielle*), aquele das superfícies e dos efeitos enganosos, nos quais repousam os acontecimentos próprios da vida cotidiana. BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1972. p. 64.

³⁴ “Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastantes fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfacelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se” (BRAUDEL, 1972, p. 49-50)

³⁵ FIORI, op. cit., p.93.

entrecortando essa leitura com os efeitos do movimento cíclico da acumulação do capital e suas crises periódicas. Entender a conjuntura é uma condição central para analisar o que influencia as decisões de investimento no tempo dos eventos braudeliano, iluminando como as frações do capital na sua forma mercantil resolvem contradições que se formam durante o tempo de um ciclo econômico.

Assim, a visão que apresento sobre a trajetória da riqueza na Amazônia acompanha uma perspectiva que conjuga a noção tripartite do tempo de Braudel com a dialética das forças produtivas e relações socioespaciais de produção presentes na categoria de formação socioespacial. Nessa leitura, ficam evidentes os limites de reprodução que algumas frações locais do capital na sua forma mercantil enfrentam, conforme se aprofunda a integração do mercado nacional e o desenvolvimento capitalista no Brasil. Esses pontos se articulam com a hipótese central do trabalho de que, no caso da formação socioespacial da Amazônia, as transformações no padrão de concorrência conduziram essas frações para espaços não concorrenciais de acumulação, em particular para setores relacionados a atividades rentistas de base urbana concentrados nos municípios da RMB.

De formação socioespacial colonial para região subnacional na formação socioespacial brasileira

Nesta tese, as análises empíricas sobre a formação socioespacial da Amazônia têm como objetivo realçar sua condição de formação socioespacial dependente, cuja característica central é a superexploração da força de trabalho³⁶. O avanço do desenvolvimento capitalista brasileiro, simbolizado pela articulação entre formas de produção tão anacrônicas e heterogêneas, só poderia atingir uma linha de rendimento máximo explorando o único fator constantemente abundante no sistema, que é o trabalho³⁷. Nesse sentido, importa entender como a Amazônia abandonou a condição de formação socioespacial dependente para a de região subnacional na formação socioespacial brasileira, cujo aporte teórico é desenvolvido na última parte desta introdução. Os capítulos seguintes da tese objetivam realizar uma mediação histórica desse processo, analisando a integração da Amazônia ao mercado nacional, com destaque para o modo como a força de trabalho regional foi submetida a expediente

³⁶ ARUTO, op. cit.

³⁷ FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015. p. 61.

renovados de superexploração.

No interior de uma formação socioespacial, tudo gravita em torno da semi-imobilidade dos determinantes da longa duração, fortemente mediada pelos obstáculos da natureza ou das suas formas de coerção geográfica³⁸, que indicam caminhos de como o homem pode proceder para extrair excedentes com base no trabalho. Em poucas palavras, esses determinantes de longa duração influenciam diretamente na maneira como algumas fração do capital vinculam os elementos das suas forças produtivas e relações de produção à formação socioespacial em que estão inseridas, configurando estruturas de produção distintas no desenrolar dos ciclos econômicos. Os efeitos espaciais dos ciclos econômicos de reprodução do capital são registros das determinações do tempo conjuntural sobre as estruturas de produção existentes, visualizados na escala regional e urbana. As decisões de investimento e outras decisões que afetam mais diretamente a nossa vida cotidiana, transformando paulatinamente o espaço intraurbano da cidade, são registros do tempo dos eventos.

O primeiro momento de conquista começa pela apropriação privada do território, no caso brasileiro e amazônico, a partir de capitânicas, mas ainda de forma pouco precisa em virtude da extensão do território. O avanço da conquista do território, no decorrer dos ciclos econômicos coloniais, impõe a constituição de estruturas de produção que definirão dialéticas internas e limites espaciais de várias formações socioespaciais coloniais dependentes. Os espaços sociais que surgem da interação dessas estruturas concentram o capital constante e variável disponível naquela formação, na forma da infraestrutura logística necessária para a exportação de gêneros tropicais ou metais preciosos, diferenciando e hierarquizando suas áreas de assentamentos humanos geralmente na forma de uma rede dendrítica de cidades que registram onde se localizam os grupos econômicos exercem hegemonia sobre aquela formação.

Os ciclos de reprodução do capital podem ensejar novas contradições às estruturas de produção de uma formação socioespacial ou então podem ampliar as contradições já estabelecidas. Em momento de expansão do sistema, os riscos da superacumulação do capital no seio dessas estruturas estimulam ajustes espaciais que normalmente tomam a forma de expansão geográfica de frações do capital em busca de novos mercado ou de reconfigurações

³⁸ “Pensar na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade [...]. O exemplo mais acessível parece ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo” (BRAUDEL, 1972, p. 44).

na sua espacialidade. A incerteza estrutural pesa nas decisões sobre investimentos em momentos de expansão de mercados, o que estimula que esses capitais normalmente acompanhem tendências estabelecidas pela conjuntura.

No período imediatamente anterior ao início da integração do mercado, quando ainda predominavam distintas formações socioespaciais coloniais dependentes, a conjuntura interna indicava um tipo de integração do mercado que ampliaria o desenvolvimento desigual do território. Assim, o processo de construção da formação socioespacial brasileira passa a ser movido pela subordinação das antigas formações socioespaciais coloniais, fazendo com que porções do território nacional passem a operar tendencialmente como regiões no interior da formações socioespacial dependente brasileira³⁹. A integração do mercado representava o movimento de expansão de frações do capital em direção a novos mercados de consumo associados a distintas formações socioespaciais pretéritas, modificando o padrão de concorrência anteriormente predominante.

Nesse contexto de dissolução de formações socioespaciais coloniais, mediante a integração do mercado e a expansão de uma acumulação comandada pelo capital produtivo (industrial, agropecuário, imobiliário etc.), se mantém a especificidade da superexploração da força de trabalho como condição fundamental para a reprodução do capital⁴⁰. Isso significa que as tendências de igualização e diferenciação do capital, necessárias para a sua plena operação na formação brasileira, devem buscar estabelecer condições específicas, em cada região, de remuneração da força de trabalho nacional abaixo do seu valor. As regiões acabam atuando dialeticamente nas diferentes formas de superexploração do trabalho no interior de uma formação socioespacial dependente. Isso ocorre pois, nessas porções do território, se torna possível a permanência de relações de produção de diversas composições que permitem a continuidade de relações não capitalista e frações de capital não industrial para garantir a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor⁴¹.

Esse contexto, ao mesmo tempo em que liberta o capital variável para se deslocar em massa para qualquer ponto do território em busca de condições mais adequadas de reprodução, impacta no capital constante imobilizado em ativos de propriedade das frações do capital da pretérita formação socioespacial que foi absorvida. Assim, no interior dessa dinâmica é possível que, ao se ampliar a depreciação do capital constante imobilizado no

³⁹ ARUTO, op. cit.

⁴⁰ MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

⁴¹ ARUTO, op. cit.

meio construído urbano, se estimulem processos de reconfigurações sobre as espacialidades que estavam postas em que esses ativos podem servir para compensar a queda na taxa de acumulação. Em situações extremas, quando essas frações mostram-se incapazes de se adequar aos novos padrões de concorrência, sua reprodução se torna cada vez mais dependente da capitalização dos ativos imobilizados como geradores de renda ou como capital portador de juros, eliminando totalmente o vínculo desses ativos com as atividades produtivas precedentes. De qualquer forma, esses modos de compensação à queda na taxa de acumulação, seja a partir de ganhos fundiários seja a partir de ganhos usurários, fazem com a reprodução de frações locais do capital passem cada vez mais a depender de formas indiretas de superexploração da força de trabalho.

Em termos concretos, na vida cotidiana da classe trabalhadora urbana, essa condição tem levado à ampliação de formas de espoliação por meio do urbano. Em outras palavras, tem ampliado a necessidade das frações locais do capital manter o controle as dinâmicas intraurbanas, gerando um tecido urbano capaz de aumentar tanto a intensidade do trabalho quanto o aumento da jornada de trabalho⁴². Essas formas de espoliação pelo urbano em alguns pontos se diferem do que Kowarick⁴³ define como espoliação urbana, contudo, servem para compreender teoricamente como as cidades brasileiras, nos seus mais diversos contextos regionais, parecem se constituir como grandes frentes de superexploração da força de trabalho para extração de mais-valia absoluta, necessária para viabilizar a reprodução do capital em formações socioespaciais dependentes⁴⁴.

A busca ativa e ininterrupta de condições para que rendas futuras sejam apropriadas nada mais representa do que condenar trabalho futuro – lógica própria do capital portador de juros – a níveis de exploração sempre crescentes em nome do rentismo fundiário. A especulação desenfreada com o ativo imobiliário e a superexploração da força de trabalho por meio de serviços urbanos precários são algumas das evidências concretas das estratégias adotadas para alianças locais protegerem seus ativos, que ao modificar o tecido urbano acabam manipulando a circulação do Valor pelo intraurbano. Esse processo ganha um reforço importante pelo papel ativo dos proprietários da terra no capitalismo, conforme este passa a

⁴² Sobre as hipóteses de exploração e geração de mais-valia no espaço da vida, ver: HARVEY, D. O trabalho, o capital... **Espaço e Debate**, n. 6, 1982.

⁴³ Sobre o conceito de espoliação urbana, cf.: KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. v. 44. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

⁴⁴ “As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2005 p.153).

assumir sua forma mais avançada, como mero ativo financeiro. Em grande medida, o próprio setor da construção civil se coloca como peça fundamental na produção de mais-valia absoluta pela superexploração da força de trabalho no canteiro de obras⁴⁵, com destaque para a produção imobiliária residencial conectada ao circuito imobiliário local. Nesse contexto de superexploração e avanço do rentismo, o espaço social se transforma no sentido da formatação de uma espacialidade rentista, na qual predominam relações socioespaciais que contribuem, direta ou indiretamente, para processos de captura concentrada da renda da terra por meio do controle sobre o tecido urbano.

⁴⁵ FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

1. NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA

Neste capítulo, são retomados aspectos referentes à história do desenvolvimento capitalista na Amazônia brasileira, em especial aqueles que interagem com as perguntas e hipóteses da pesquisa. É importante deixar claro que não é propósito desta tese retomar em profundidade a história econômica oficial da região⁴⁶, tampouco questionar as bases que a fundamentam. De fato, o propósito é o de mapear a trajetória da riqueza formada endogenamente na região, identificando as estruturas de produção contidas no que classifico nesta tese como formação socioespacial da Amazônia.

Esse trecho inicial da tese foi estruturado em três partes. Na primeira parte são apresentados os antecedentes da ocupação econômica da Amazônia no período colonial, destacando como se organizou, ao longo de pouco mais de um século, a estrutura de produção extrativista. Nessa leitura, o propósito é sempre apontar os elementos que caracterizavam sua força produtiva, as relações de produção predominantes e o espaço social que deriva dessa dialética. Particularmente, está-se tratando da estrutura de produção em que há o predomínio da prática do extrativismo de coleta⁴⁷, conjugada a um tipo de relação de produção que sustenta uma rede específica de troca comercial que, muito posteriormente, ficará conhecida como Sistema de Aviamento.

Na segunda parte do capítulo, são discutidos quais os determinantes do ciclo extrativista do cacau amazônico que possibilitaram a consolidação de uma segunda estrutura de produção no interior da formação socioespacial da Amazônia. Trata-se da estrutura de produção agrícola, em que predominam a prática da *plantation* monocultora e as relações de

⁴⁶ Tomam-se como obras de referência sobre história econômica da Amazônia os trabalhos de: Santos (1980), Costa (2012), Benchimol (2009), Loureiro (2014).

SANTOS, R. de A. **História econômica da Amazônia: 1800 – 1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

COSTA, F. de A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970)**. Belém: NAEA, 2012.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: Formação Social e Cultura**. Manaus: Editora Valer, 2009.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: Cultural Brasil, 2014;

⁴⁷ O termo “extrativismo de coleta” é definido por Costa (2010, p. 175) e designa uma prática de origem colonial de extração de excedentes comercializáveis na economia amazônica, por meio de sua coleta no interior da floresta. Trata-se de uma prática que difere-se do que o mesmo autor classifica como “extrativismo de aniquilamento”, na medida em que a efetividade do trabalho depende de um tipo de conhecimento que se pode classificar como tradicional, pelo qual a força de trabalho possui um domínio (cognitivo) do processo produtivo da natureza originária, sem demandar a anulação das propriedades originais do ecossistema. COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia do Grão-Pará. **Nova Economia**, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010.

produção escravas de cativos africanos e indígenas. Apesar da relevância política e econômica dessa estrutura de produção no projeto colonial – redesenhado para a Amazônia em meados do século XVII, em que pese a constituição de uma elite colonial de famílias portuguesas fidalgas e dos benefícios incluídos no rol das políticas da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão –, ela se consolida de forma periférica em relação à produção obtida com o extrativismo de coleta.

A terceira e última parte do capítulo é dedicada ao ciclo gomífero. É somente quando se inicia a exploração gomífera, em meados do século XIX, que se exacerbam a resiliência das estruturas de produção da formação socioespacial da Amazônia em sua dependência do conhecimento e domínio sobre a força de trabalho regional. No decorrer dessa fase do ciclo extrativista, tornou-se possível a constituição de grandes fortunas regionais que tencionam importantes transformações na sociedade local, sem modificar o caráter espoliativos das relações socioespaciais da produção da estrutura extrativista. Os rumos da exploração gomífera permitem a constituição de um importante mercado de consumo nas cidades de Belém e Manaus, garantindo as bases para a formação de uma terceira e embrionária estrutura de produção urbano-industrial, na qual predominam relações de produção capitalista e a necessidade de atender à demanda de manufaturas simples do mercado regional.

1.1. Amazônia colonial: gênese das relações socioespaciais do extrativismo

Descrever o desenvolvimento econômico e espacial da Amazônia é um desafio permanente de identificação das arestas que definem a formação socioespacial da Amazônia e suas estruturas de produção. Nesse processo, importa definir bem claramente de que forma interagiram os determinantes do tempo de longa duração da floresta com os determinantes do tempo conjuntural associados aos ciclos econômicos extrativistas, transcorridos durante o tempo da ocupação colonial da Amazônia (do século XVII ao século XIX). Nesse momento inicial de conquista do território, o bioma da floresta amazônica aponta o sentido das relações de produção e dos elementos que compõem suas forças produtivas, organizando uma estrutura de produção pautada nas práticas do extrativismo de coleta e na apropriação indiscriminada do conhecimento indígena.

Na floresta colonial, observa-se que a prevalência de atividades econômicas de exportação mais preponderantes conforma uma longa continuidade nas práticas de extrativismo de coleta. A Amazônia colonial assiste à formação de um longo ciclo extrativista

que pode ser segmentado em fases pontuais nas quais preponderam alguns produtos, basicamente os demandados pela metrópole⁴⁸: ciclo das drogas do sertão, sobreposto por um ciclo de exportação do cacau, que posteriormente é sobreposto por um ciclo gomífero, que por fim dá lugar a um ciclo de exploração e beneficiamento da castanha-do-pará⁴⁹.

A periodização tradicional da história econômica da Amazônia colonial⁵⁰ pode ser ajustada aos objetivos do capítulo de modo a iluminar os elementos da estrutura de produção extrativista e posteriormente da estrutura de produção agrícola. Roberto Santos⁵¹ sugere a existência de alguns períodos diferenciados de exploração extrativista da Amazônia colonial. O primeiro é marcado pelo profundo isolamento comercial em relação à própria metrópole, em que predominavam atividades econômicas de baixo dinamismo e pouca conexão com o mercado externo, servindo basicamente à subsistência dos colonos. O segundo período inicia em meados do século XVIII, quando o cacau amazônico passa a representar, em valor, mais de 90% das exportações regionais⁵².

Até 1755, a exportação é comandada diretamente pelos colonos missionários, posteriormente substituídos por colonos portugueses que chegam a reboque de novas diretrizes da Corôa para a região⁵³. Um terceiro período é marcado por uma expansão econômica ainda pautada basicamente no extrativismo do cacau, mas que, desse ponto em diante, seria mediada pelos agentes da Companhia e uma nova classe de colonos e fidalgos portugueses. O declínio dessa fase do ciclo é motivado por mudanças na demanda externa pelo produto, resultando em um quase imediato processo de desaceleração e estagnação da economia até o fim do período colonial brasileiro.

É interessante notar que no início do longo ciclo extrativista da Amazônia colonial, a exuberância da floresta, berço de segredos e riquezas que ainda hoje instigam o

⁴⁸ COSTA, 2012, p. 21.

⁴⁹ A respeito da ideia de ciclos econômicos durante o período colonial brasileiro, Costa (2012) defende a não existência de um “produto-rei” que predomina única e exclusivamente sobre a economia de uma região. Na visão do autor, essa ideia de ciclo econômico periodizando a histórica econômica do período colonial brasileiro, pode vir a obscurecer outras atividades que não só estavam presentes naquele momento, como poderiam representar uma fração importante do que era exportado.

⁵⁰ Quando nos referimos à Amazônia colonial, é importante que se diga que estamos tratando do Estado do Grão-Pará e Maranhão, uma das colônias portuguesas da América do Sul e que hoje corresponde a grande parte da Amazônia legal brasileira. Diferindo-se politicamente do Estado do Brasil, foi constituído inicialmente 1621 como resultado do domínio lusitano definitivo sobre aquela parcela do território sul-americano. Correspondia a uma evolução institucional da capitania do Maranhão, constituída em 1534, mas que só é efetivamente ocupada pelos portugueses após a recuperação da cidade de São Luís do domínio francês durante a dinastia Filipina em 1615.

⁵¹ Cf. SANTOS, R. de A. **História econômica da Amazônia: 1800 – 1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

⁵² SANTOS, op. cit., p. 17.

⁵³ DIAS, M. N. **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão**. Belém: EDUFPA, 1970.

capital estrangeiro internacional, tornar-se-ia ao mesmo tempo dádiva e castigo. Dádiva, pois oferecia, em larga escala, mercadorias prontas para o comércio internacional, ao alcance das mãos daqueles que se dispunham a coletá-las⁵⁴; castigo, pois a mesma exuberância, que norteava a produção de riqueza, também limitava o projeto de exploração colonial portuguesa, modificando as estratégias de colonização até então utilizadas na conquista ultramarina⁵⁵.

Organizada como empresa mercantil, a viabilidade econômica da colônia é o que definiria a possibilidade, ou não, de conquista efetiva daquele território para o Estado português⁵⁶. Não contavam os colonizadores que o caráter específico das condições naturais da região estaria para além das técnicas agrônômicas dominadas até então⁵⁷, inviabilizando aquele espaço como uma economia colonial organizada a partir da *plantation* monocultora. Em seu lugar, os produtos primordialmente exportados da Amazônia – drogas do sertão – seriam fruto do extrativismo de coleta. Essa condição obrigaria a reconfiguração de estratégias empresariais e de Estado, implicando na modificação dos elementos utilizados como forças produtivas e nas próprias relações socioespaciais de produção tidas como ideais para a exploração do novo mundo pelos portugueses.

É o paradoxo de uma natureza que limita a expansão da monocultura e ao mesmo tempo apresenta a solução para uma ampla geração de excedentes comercializáveis, o que possibilita a viabilização econômica e militar do Estado do Grão-Pará e Maranhão como uma gigantesca área para a prática do extrativismo. Assim, nos primórdios da formação socioespacial da Amazônia, molda-se uma estrutura de produção extrativista cuja dialética interna se torna dependente da permanência – e não da eliminação da floresta –, diferenciando-se em vários aspectos das outras formações socioespaciais coloniais dispostas no Estado do Brasil, que tinham a monocultura como atividade preponderante de exportação.

É evidente que a escravidão é a relação de trabalho que pretende se colocar como hegemônica, pelo menos sob o ponto de vista de política de Estado. Entretanto por determinantes do espaço social presentes na estrutura extrativista, esse tipo de relação ganha contornos específicos e se transforma. As sociedades indígenas locais tornam-se os principais centros de oferta de força de trabalho escrava, pois é somente pelo conhecimento indígena –

⁵⁴ COSTA, op. cit., p.172.

⁵⁵ COSTA, 2010, p. 168.

⁵⁶ Importa lembrar que a presença estrangeira na região era um constante, antes do século XVII, ocorrendo inclusive a presença de espaços militares estrangeiros (fortes e fortins) no interior da floresta, e mesmo a fundação de cidades como foi o caso de São Luís no Estado do Maranhão. Cf. Leal (2007).

⁵⁷ LEAL, 2007, p.170.

dimensão do saber da consciência prático-moral – que se viabiliza o extrativismo de coleta de drogas do sertão como uma atividade realmente lucrativa para o projeto colonial.

Desse modo, a falta de conhecimento do meio ambiente amazônico pelo colono – saber tecnicamente valorizável – e a dificuldade de tornar cativa a mão de obra importada da África, pela extensão das áreas de coleta das drogas do sertão no interior da floresta, alça a mão de obra indígena à melhor opção disponível para o agente colonizador, tornando sua disponibilidade um pressuposto da própria existência da produção colonial⁵⁸. Todavia, em relação ao cativo africano, as relações de produção forjadas entre o agente colonizador e o índio consolidaram-se de forma distinta, posto que as leis que as regem são as mesmas.

A política indigenista para a Amazônia colonial foi a chave-mestra da política do Estado português durante o período colonial⁵⁹. Tratava-se de leis mais brandas no sentido do grau de exploração, se comparadas evidentemente ao massacrado escravo negro, o que só se tornava possível em virtude da interpretação que a igreja católica possuía do índio⁶⁰. Aparentemente, sem apresentar relação direta com as determinações do ciclo extrativista, a legislação indígena portuguesa para suas colônias sofreu sucessivas alterações entre os séculos XVI e XVII, alternando o controle sobre a força de trabalho: ora dominavam os colonos leigos, ora os colonos missionários.

Segundo a política indigenista, a compulsão da força de trabalho indígena deveria segmentar-se de dois modos: os índios considerados aldeados (aliados) e os tidos como cativos (inimigos)⁶¹. O modo de compulsão escravista da força de trabalho indígena, aos moldes do modelo de escravidão dos cativos africanos, sucumbe como relação de trabalho

⁵⁸ Cabe destacar os motivos principais para a prevalência da mão de obra escrava indígena perante a mão de obra escrava africana: o primeiro deriva do seu conhecimento sobre o meio ambiente amazônico, o que garantia uma coleta mais eficiente das “Drogas do sertão”; o segundo e mais determinante deriva das grandes dimensões das áreas de coleta, o que dificultava enormemente o controle do trabalhador, sem o que a relação escravista torna-se impossível. Cf. Costa (2010).

⁵⁹ MELLO, M. E. A. S. **Fé e Império**: as juntas das missões nas conquistas portuguesas, Manaus: EDUFAM, 2009. p. 245.

⁶⁰ A legislação indigenista que interfere nas relações de produção da colônia amazônica não são estáticas, se modificando algumas vezes ao longo do século XVII. A escravidão legal do gentio foi instituída pelo sistema de organização do trabalho indígena (*Sistema de Capitães de Aldeia*) em 1611, que entregava aos colonos o controle da captura do indígenas na aldeia. A violência desse processo resultou tanto em um acentuado genocídio étnico na Amazônia colonial, quanto em práticas predatórias de coleta que devastavam os depósitos de especiarias amazônicas. Foi envolta nessas questões, nas ideias de Pe. Antônio Vieira e da “Revolta de Beckman” no Maranhão que a Coroa define, em 1686, o *Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará*, que passa o controle do indígena para as mãos dos missionários. Cf. LEAL, A. L. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. São Paulo, 1991; cf. MELLO, M. E. A. S. O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 27.1, 2010.

⁶¹ FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

hegemônica tanto pela violência do processo de captura⁶² quanto pela impossibilidade de controle sobre a força de trabalho escravizada, devido à amplitude e complexidade das áreas de coleta⁶³. Desta forma, o grau de produtividade no extrativismo de coleta por meio do índio escravizado deveria ser bem inferior ao do índio aldeado, tendo em vistas as fugas constantes durante período de coleta⁶⁴.

A força de trabalho indígena era aldeada principalmente pelo trabalho de catequização dos colonos missionários, que subiam às aldeias com o intuito de promover a catequização do nativo amazônico e seu descimento para as aldeias missionárias localizadas na orla dos principais rios da região⁶⁵. No caso específico dos índios situados nos aldeamentos missionários, as relações de produção que se estabelecem são distintas e não se baseiam na escravidão do corpo, mas na do espírito. Ocorre que a aculturação e a catequização do índio foram as formas encontradas para manejar a mão de obra indígena na relação com os colonos missionários⁶⁶, dispensando a escravização forçada.

Pode-se inferir que nas empreitadas de captura nos rincões da floresta, o colono português incentivava ainda mais os descimentos para os aldeamentos. Por isso, se olharmos da perspectiva do indígena, após a conquista portuguesa restavam duas “opções” distintas, ambas catastróficas do ponto de vista cultural e humano: resistir às guerras ditas justas⁶⁷, promovidas pelo agente colonizador, ou então “descer” aos aldeamentos missionários situados na beiras dos principais rios da região⁶⁸, onde seriam convertidos e trabalhariam na

⁶² O único caso em que a escravidão era permitida pela legislação indigenista portuguesa era naqueles casos prisioneiros de investidas armadas (guerras justas) contra aldeias, promovidas pelos colonos leigos. Essa condição impulsionou constantes empreitadas militares em busca de força de trabalho ao custo de imensos genocídios do indígena durante grande parte do século XVII.

⁶³ COSTA, 2012, p. 41.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ O aldeamento era um misto de espaço de conversão e catequização, com espaço de moradia e espaço de troca de mercadorias, constituindo-se como unidades quase autônomas de produção. Dividia-se a rigor em três tipologias: o aldeamento missionário cujos índios estavam a serviço unicamente das ordens religiosas, cuja renda revertia para as mesmas, livre de impostos, como uma forma de pagamento pelo serviço de catequização que estes prestavam à Coroa; aldeamentos do serviço real, no qual a força de trabalho indígena era utilizada estritamente para os serviços do Estado, incluso os serviços militares; e por último os aldeamentos de repartição, cuja força de trabalho indígena era utilizada para a subsistência dos moradores das vilas e cidades próximas.

⁶⁶ Segundo Costa (2012 p.41), tratava-se de “uma pedagogia decultadora, uma metodologia de transformação sem dor dos ‘inocentes’ (pois ainda não tocados pela verdade), ‘pagãos’ ofensivamente livres, em homens disciplinados para o louvor a Deus e para os trabalhos da terra, das águas e dos matos”.

⁶⁷ Como explica Mello (2009), o conceito de guerra justa se aplicava a povos que não tinham conhecimento da Fé cristã, e cuja hostilidade e ofensa aos cristãos podia ser corrigida pela justa causa da guerra. MELLO, M. E. A. S. **Fé e Império**: as juntas das missões nas conquistas portuguesas, Manaus: EDUFAM, 2009. p.310.

⁶⁸ Apenas a nível de nota, é preciso colocar que a colonização portuguesa obrigou à maior parte dos grupos indígenas amazônicos refugiarem-se no interior da floresta, para a sua própria proteção contra os europeus. Nos relatos são descritos duas principais áreas mais densamente na Amazônia pré-portuguesa: a primeira na várzea

coleta extrativa das drogas do sertão para os agentes da colônia em troca de um salário irrisório⁶⁹. Dessa forma, não se tornaria um cativo, no sentido de “perder” propriedade sobre sua própria vida, tampouco permaneceria índio, tendo em vista o afastamento de sua cultura e a catequização pelo missionário; tornar-se-ia sim um escravo disfarçado compulsoriamente de trabalhador livre⁷⁰. Em outras palavras, mesmo destituído de sua cultura, ao indígena aldeado sob a tutela dos colonos missionários era garantido proteção contra o agente colonizador português, assegurando-se sua vida como um não-índio no interior do aldeamento. Uma condição que engendra paulatinamente novos princípios de organização social para a força de trabalho regional.

Nos aldeamentos, as atividades cotidianas poderiam ser supervisionadas de perto, ao mesmo tempo em que seus espíritos seriam salvos e sua força de trabalho, encaminhada paulatinamente para novas tarefas⁷¹. A interação com os colonos e indígenas aldeados estabeleceria formas de integração que, paulatinamente, separariam os mecanismos de aprendizado entre o agir comunicativo e o agir instrumental para o trabalho em cooperação, possibilitando o surgimento de elementos específicos da força produtiva, como objetos de trabalho e meios de produção necessários às atividades extrativistas.

O aldeamento se tornaria o espaço social inicial articulado à estrutura extrativista da formação socioespacial da Amazônia, onde o ritmo e o controle do trabalho e da vida podiam ser ditados pelos representantes da autoridade metropolitana ou religiosa. Ao ser convertido e aldeado, o indígena é acima de tudo constrangido enquanto sujeito, o que permite a imposição de mudanças no seu modo de produzir excedente, daí por diante orientado pela demanda do comércio internacional. No interior do aldeamento missionário, o indígena assiste à desarticulação da forma tribal das suas relações de produção⁷². O salário irrisório que recebia passa a servir para obter produtos manufaturados que não produzia e de que, uma vez destrabalizado, passa a necessitar.

da Bacia Amazônica, se estendendo ao longo de todo o trecho do baixo Amazonas, próximo à foz do Rio Negro; uma segunda que também localizava-se no Baixo Amazonas, mas no trecho entre o Rio Negro e a Ilha de Marajó.

⁶⁹ “Estimativas dão conta que o salário mensal de um índio [...] convertido à comparação com artigos comerciados à época, não era suficiente para comprar uma faca, nem mesmo um anzol” (LEAL, 2007).

⁷⁰ Idem

⁷¹ SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Ed. UFPA, 2012. p. 77.

⁷² “A desarticulação da forma tribal das relações sociais em proveito mercantil através de injeção de artigos europeus, cujo fornecimento posterior era condicionado à sua (índigena) participação nas atividades produtivas, foi condição para o devassamento da floresta tropical ao longo dos rios, furos, lagos e canais e a exploração das drogas do sertão” (CARDOSO; MULLER, 1977, p. 22). Cf.: CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

Era no aldeamento missionário, mais do que nas vilas urbanas, que se desenrolava uma parte significativa da vida cotidiana da Amazônia colonial, já que era ali que se concentrava a maior parte dos indígenas aldeados e destribalizados. Pela necessidade de promover descimentos, os aldeamentos localizavam-se nos rincões da floresta, o que obrigava que se estabelecessem meios de transporte articulados com a rede fluvial da região, de modo a conduzir o que era extraído diretamente para Belém, ponto final entre a colônia amazônica e a Metrópole portuguesa, e onde localizavam-se os principais templos/armazéns das ordens religiosas⁷³.

Os descimentos ampliaram as áreas de coleta de drogas do sertão, e construir aldeamentos ao longo do curso dos principais rios da região amplia o domínio português sobre a bacia amazônica⁷⁴. Como não havia localizações pré-definidas das especiarias, os colonos buscavam áreas onde pudessem encontrar a concentração de algumas drogas específicas, como é o caso dos cravos na região do alto Xingú⁷⁵. Essa condição difundiu lentamente o aldeamento missionário pela calha dos principais rios da região no período colonial, atingindo, em 1718, um total de 51 aldeamentos apenas no rio Amazonas, divididos entre as principais ordens religiosas presentes no Grão-Pará⁷⁶, estendendo os limites da formação socioespacial amazônica e se constituindo como pontos nodais da embrionária rede urbana da região.

O isolamento do aldeamento missionário, somado às relações de produção predominantes na estrutura extrativista, inviabiliza que a hegemonia sobre o comércio das drogas do sertão fosse mediada por outros grupos sociais que não os próprios colonos missionários. As relações socioespaciais de produção da estrutura extrativista a princípio desestimulam inclusive que o comércio fosse mediado por qualquer tipo de sistema monetizado, condição que se manteve até 1755, sendo inúmeros os relatos que tratam das

⁷³ VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed.UFPR, 2004.

⁷⁴ Somada a isso, a busca pela catequização e captura da força de trabalho do indígena obrigava o estabelecimento de diversos pontos de descimento nas orlas dos principais rios, base operacional dos missionários, mas também dos militares portugueses que se abrigam nos fortes e fortins construídos para assegurar a conquista do território. Como se encontrava associada à política expansionista da Corôa, os aldeamentos normalmente se localizavam nas proximidades de fortalezas ou fortins militares, como é o caso das cidades de Belém e Manaus, ou então sobre as antigas cidades indígenas, como é o caso da cidade de Santarém. Ver: CORRÊA, 1987.

⁷⁵ CARDOZO, A.; SOUZA, C. M. (Org.). **Histórias do Xingú: Fronteiras, espaços e territorialidades**. Belém: EDUFPA, 2008.

⁷⁶ Vicentini (2004, p. 67) cita que apenas no ano de 1718 e somente ao longo do rio Amazonas havia 19 aldeias da ordem dos Jesuítas, 15 dos capuchinho, 12 de carmelitas e 5 de mercedários.

dificuldades de monetização do sistema, mesmo durante o século XVIII⁷⁷.

Até os meados do século XVIII, a estrutura de produção extrativista se mostrava como a principal força produtiva motriz da reprodução do capital, na sua forma mercantil, no interior formação socioespacial da Amazônia. A exportação ainda limitada das drogas do sertão definia o ritmo da atividade cotidiana nos aldeamentos missionários e nas restritas áreas urbanas da região. Ao que tudo indica, a reprodução cotidiana daquelas relações socioespaciais de produção e o acúmulo de graus de aprendizado no interior do aldeamento permitem o aumento de produtividade na atividade extrativista, ampliando a geração de riquezas em favor dos colonos missionários. Essa condição os eleva à posição de classe dominante mais poderosa da colônia amazônica, aparentemente à revelia da própria vontade do Estado e principalmente da classe de colonos leigos que habitam as principais vilas⁷⁸.

A resiliência da estrutura de produção extrativista, que permite a sua sobrevivência como estrutura hegemônica na formação socioespacial da Amazônia, tem como particularidade a capacidade de direcionar rapidamente as atividades de coleta de acordo com o produto definido pela demanda externa. Isso faz com que seja pouco necessária a desmobilização de capital constante ou mesmo grandes readequações da força de trabalho. O início da fase de exploração do cacau amazônico ilustra claramente a resiliência dessa estrutura. Inicialmente exportado em pequena quantidade juntamente com outras drogas do sertão, o cacau já conduzia, a partir de 1740, a maior parte da reprodução do capital na sua forma mercantil no interior da estrutura extrativista da formação socioespacial da Amazônia.

O fato é que, desde o século XVII, o chocolate já figurava como produto de luxo nos mercados da Europa, ao lado do café e do chá, mas não era considerado um produto de valor elevado naqueles mercados. Com a ampliação do seu consumo durante o século XVII nos países europeus e nas próprias colônias hispano-americanas, a produção de cacau na América espanhola elevou-se, particularmente na Venezuela, devido à elevada produtividade das suas plantações. Na Amazônia, o cacau tornou-se o principal produto da pauta exportadora de drogas do sertão a partir de 1730⁷⁹.

Foi um período marcado por um forte crescimento e desenvolvimento econômico que, motivado pelas demandas do mercado externo, orientava as forças produtivas e as

⁷⁷ MEIRA FILHO, A. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história**. Belém: EDUFPA, 1976.

⁷⁸ As querelas entre colonos leigos e os colonos missionários são extensas e percorrem quase dois séculos da história colonial da região, registrada minuciosamente nos documentos das juntas das missões. Cf. MELLO, op. cit., p.310

⁷⁹ SANTOS, op. cit., p.17.

relações de produção principalmente em torno do extrativismo do cacau, entretanto, sem eliminar outros gêneros tropicais da pauta exportadora. No intervalo de 1720 a 1755, a taxa média anual de crescimento da economia colonial amazônica foi de 6,3% a.a., uma forte expansão que teria sido motivada sobretudo pelo crescimento da produtividade por unidade populacional do sistema, algo em torno de 4,21% a.a., quando a produção em tonelada exportada de drogas do sertão apresentou um ritmo de crescimento de 5,26% a.a.⁸⁰ e um crescimento populacional sob controle do sistema colonial lento, cerca de 1% a.a., em função de alguns surtos epidêmicos importantes⁸¹. Isso nos leva a crer que o aumento da produtividade da estruturas de produção extrativista não exigiu significativas transformações nos elementos que compõem as forças produtivas, tampouco modificações nas relações socioespaciais de produção entre os colonos missionários e a força de trabalho indígena. Na verdade, o que se observa é uma espécie de reação em cadeia própria que parece específica do extrativismo de coleta e que definiria os rumos da especialização dos agentes de produção da estrutura extrativista durante todo aquele longo ciclo econômico⁸².

1.2. A constituição de uma estrutura de produção agrícola e as bases do Sistema de Aviamento

A preponderância da estrutura extrativista de produção fazia com que a produção agrícola de subsistência fosse irrelevante na dinâmica de reprodução do capital na formação socioespacial da Amazônia; justamente por isso não se pode considerar a existência se uma estrutura agrícola de produção autônoma durante a primeira fase da ocupação colonial do Estado do Grão Pará. De fato, as evidências mostram que a consolidação de uma estrutura de produção agrícola ocorreu associada a um contexto de aumento da participação do Estado

⁸⁰ COSTA, 2012.

⁸¹ BELTRÃO, 2004.

⁸² Segundo Costa (2012), essa reação em cadeia sobre os preços relativos dos produtos do extrativismo inicia com um aumento da demanda externa do principal produto agrícola exportado, o que leva a um aumento nos preços internos do mesmo pela rigidez inicial da sua produção. Na sequência, a continuidade dos preços elevados do produto no mercado externo leva à expansão da produção baseada em incrementos sistemáticos na produtividade do sistema. No caso da fase de exportação do cacau no ciclo extrativistas, os agentes internos da colônia se beneficiam diretamente desse aumento na procura externa e na elevação do preço do produto na economia da colônia, reagindo de modo a aprimorar as possibilidades produtivas e a quantidade exportada. Em um segundo momento, ainda durante a fase expansão do ciclo econômico, ocorre uma consequente redução nos preços internos, sem afetar o volume de capital acumulado que é compensado pelo aumento da produção. Ao mesmo tempo, dado que a tributação é feita sobre a base física do que era exportado, verifica-se um crescimento acentuado também nas receitas do estado. Sem obrigar grandes inversões de capital fixo, o alto valor que o cacau assume no mercado externo, assegura lucros elevados a favor dos agentes internos da colônia.

português na sua colônia amazônica, visando finalmente estruturar um projeto colonial de exploração baseado na *plantation* monocultora, semelhante ao que ocorria nas outras capitanias do Estado do Brasil.

Ao que parece, o predomínio das riquezas geradas pelo extrativismo do cacau nas mãos dos colonos religiosos é o ponto de limite para que o Estado português reaja a favor dos colonos leigos da colônia⁸³. As querelas entre os colonos leigos e os missionários religiosos percorrem boa parte do século XVII e início do XVIII, a pauta girava quase sempre em torno da disputa pelo acesso à força de trabalho indígena e era decidida pela Junta das Missões, mantendo o Estado português relativamente neutro nas decisões.

O diagnóstico sobre as condições de desenvolvimento da colônia amazônica elaborado pelo governo Português⁸⁴, em 1753, sugeria que os motivos para a sua pobreza estavam direta ou indiretamente relacionados à atuação das ordens religiosas na região. Defendia que o fraco desenvolvimento da atividade agrícola devia-se ao predomínio da força de trabalho do nativo, que não fora devidamente capacitado pelos missionários para o trabalho na agricultura monocultora. Ademais, haveria uma certa “perversão” dos religiosos pela riqueza associada ao extrativismo de coleta, ampliada pela sua autonomia frente ao Estado português que os dispensava do pagamento de impostos. O fato é que a intervenção ocorre no sentido do reposicionamento forçado das classes dominantes regionais, expulsando as ordens religiosas e confiscando seus ativos.

Como é de se supor não se tratava de ativos irrelevantes, muito pelo contrário. Apenas os missionários da companhia de Jesus (Jesuítas) contavam à época da sua expulsão com o controle de doze mil indígenas em sessenta e três missões amazônicas⁸⁵. Essas missões espalhavam-se em grande parte do arquipélago do Marajó, onde difundiram a criação de bubalinos, mas também na calha do baixo e médio Amazonas, adjacências do Rio Tocantins, rio Itacaiúnas, rio Xingú, Tapajós, Madeira, rio Branco e rio Negro. Em menor porte, estavam os missionários da ordem da Nossa Senhora das Mercês e os Franciscanos da Província de Santo Antônio, proprietários de missões e terras nas regiões do Amapá, baixo Amazonas, rio

⁸³ A resolução Real pela expulsão dos Jesuítas das possessões portuguesas na América ocorre em definitivo no ano de 1759. Além da pressão interna dos agentes coloniais, a expulsão foi especialmente motivada em decorrência de uma forte campanha anti-jesuítica que se encontrava em curso por toda a Europa, na qual eram divulgadas informações fantasiosas de que os missionários haviam feito fortunas em suas reduções americanas. Sobre o assunto ver: REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2006. p. 257.

⁸⁴ Encabeçado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal e governador do Grão Pará e Maranhão a partir de 1751.

⁸⁵ SCHMINK; WOOD, op. cit., p. 78.

Trombetas e Tocantins⁸⁶.

Os novos rumos gravitavam em torno das Reformas Pombalinas, cujo símbolo econômico foi a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, espécie de companhia comercial monopolista que articulava ainda mais a monarquia e a burguesia metropolitana, em um momento de transformações liberais na Corôa portuguesa. A Companhia tinha a missão – segundo o próprio alvará da instituição – de desenvolver a agricultura e o povoamento da região amazônica⁸⁷, o que significaria a articulação dos fatores internos daquela economia com base em uma maior participação do Estado português na forma de privilégios mercantis para os agentes colonizadores. Em grande medida, durante o tempo de atuação da Companhia, são resolvidos dois gargalos centrais que, a princípio, bloqueavam o desenvolvimento econômico da colônia: a consolidação de uma rota entre Belém e Lisboa, para facilitar a exportação; e a intermediação de incentivos para a aquisição dos meios de produção necessários para o desenvolvimento das atividades monocultoras de base agrícola, sobretudo, o escravo africano⁸⁸.

Ao mesmo tempo, buscava-se a manutenção da unidade territorial da América portuguesa, incentivando a colonização e a integração, mesmo que parcial, do indígena à sociedade colonial, como um vassalo civil do reino⁸⁹. A abolição da escravidão indígena acompanha essa *démarche*, encerrando um capítulo fundamental nas brigas com os missionários defensores da abolição. A solução ideológica e jurídica pra essa contradição passou pela criação do *Diretório dos Índios*, organização civil da coroa e que tinha como pano de fundo ideológico a ideia de que a liberdade plena dos índios precisava ser mediada pelo homem branco. Essa solução manteria aldeada grande parte da força de trabalho indígena até o ano de 1798, quando deixariam de vigorar as regras dos diretórios. Nesse longo intervalo, entretanto, surge na formação socioespacial da Amazônia a figura do Diretor, funcionário civil do Estado português responsável por conduzir o indígena aos costumes e às leis do Reino.

Em termos efetivos, os Diretores tornam-se os responsáveis pela concretização

⁸⁶ VICENTINI, op. cit., p.68.

⁸⁷ REZENDE, op. cit., p. 232.

⁸⁸ SANTOS, op. cit.

⁸⁹ Daí por diante incentivar-se-ia a miscigenação, pelo estímulo ao casamento entre portugueses e índios, a educação dos indígenas dentro dos costumes portugueses, a proibição restrita do uso da língua geral (*nheengatu*) na colônia e a aplicação de severas penas anti-discriminatórias pela proibição do uso do termo caboclo, aculturando e igualando o índio, apenas sob o ponto de vista legal, aos outros vassalos brancos do Reino. Cf. REZENDE, op. cit., p. 245.

das políticas econômicas e territoriais das reformas pombalinas na Amazônia, exercendo a função que as ordens missionárias ocupavam nos aldeamentos. Incentivada pela expansão da coleta cacaueteira, a imposição forçada dos Diretores leva à ascensão de verdadeiros tiranos no interior da floresta⁹⁰, provavelmente elevando a produtividade do extrativismo de coleta com base no aumento da exploração do indígena durante a etapa de coleta. Isso porque os Diretores passam a deter o controle sobre a força de trabalho aldeada, sendo incumbidos de promover os descimentos das aldeias indígenas, repartindo a força de trabalho disponível⁹¹ entre os colonos portugueses estabelecidos na região e os serviços reais da Coroa, além de qualificar o indígena para as práticas da lavoura monocultora. O resultado imediato é o aumento da destribalização e a miscigenação do indígena, ambos com acentuada violência, transformando, em pouco tempo, a maior parte da população da Amazônia em uma grande maioria de caboclos destribalizados e subjugados⁹².

No rastro das redefinições econômicas, as reformas Pombalinas interferem fortemente no espaço amazônico. Em particular, buscava-se consolidar um novo espaço civil para a colônia⁹³, o que exigiu um amplo programa de reforma urbana que elevou antigos aldeamentos missionários à categoria de Vila⁹⁴, além de fundar novas Vilas⁹⁵ em áreas estratégicas do território de forma conjugada a espaços militares. A Vila significava a ocupação política do território, que se revestia de prioridade sobre a ocupação física⁹⁶: um novo espaço civil, coordenado por um Diretor, capaz fixar os caboclos e os colonos ao solo das cidades, auxiliando no projeto de povoamento e manutenção do território sob o domínio do império português.

Em termos quantitativos, a política de transformação dos aldeamentos em vilas urbanizou significativamente o interior da Amazônia colonial em uma proporção e velocidade

⁹⁰ VICENTINI, op. cit., p.72.

⁹¹ SCHMINK; WOOD, 2012, p. 79.

⁹² Idem.

⁹³ REZENDE, op. cit., p. 250.

⁹⁴ A elevação dos aldeamentos à categorias de vilas ocorria em casos de aldeamento que contassem com mais de 150 pessoas, menos que isso eram classificados como lugar ou aldeia. Cf. ARAUJO, R. M. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

⁹⁵ No bojo desse projeto civilizatório, é interessante notar que, ato de elogio intencional ao poder do Rei, Mendonça Furtado define que tanto as novas vilas quanto as que surgem de aldeamento pré-existent, devem receber os mesmos nomes de vilas e cidades de Portugal ligados à das Casas dos Bragança. Cf. REZENDE, op. cit., p. 251.

⁹⁶ Acima de tudo tratava-se da face urbana das reformas pombalinas, o ideário iluminista da cidade como um espelho da civilização capaz de mudar a natureza e os povos, se mostra um elemento ideológico fundamental das políticas Pombalinas para a Amazônia. Cf. ARAUJO, op. cit., p.44.

que só se repetiria no auge do ciclo gomífero. O núcleo dos antigos aldeamentos se converteria paulatinamente na área urbana e parte mais povoada das novas Vilas, enquanto as antigas fazendas de missionários, localizadas nas proximidades do aldeamento, em grande parte se converteriam nas áreas da freguesia consideradas rurais.

As novas cidades são estruturadas em malhas reticuladas, dentro de um projeto específico de urbanização para a colônia amazônica. Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1751⁹⁷, recebeu um novo plano de urbanização com a construção de diversos equipamentos urbanos modernos. Fora isso, registrou-se um importante crescimento urbano nas vilas de Cameté⁹⁸, na região do baixo Tocantins paraense, importante produtora de cacau na região do baixo Tocantins no atual estado do Pará, e na vila de Barcelos, atual cidade de Manaus⁹⁹, que centralizava a produção extrativista do Vale do Rio Negro.

O mercado interno regional seria ampliado pelo crescimento das vilas no interior e pelo aumento da migração ao longo do século XVIII, chegando no início dos XIX à cifra de 100 mil habitantes, incluindo-se os escravos e índios sob o controle dos grandes latifundiários. O aumento do mercado interno e da urbanização conduziu à consolidação da estrutura de produção agrícola na formação socioespacial da Amazônia, que passou a depender mais diretamente da escravidão de africanos a serem usados principalmente nos cultivos de arroz, café e algodão. A Companhia passou a ser a principal intermediadora desse negócio; entretanto, não seria a única, já que de várias formas o escravo africano foi introduzido na Amazônia, tanto de forma regular por meio de contratos negociados entre a Fazenda Real e particulares quanto pela iniciativa privada, ou então irregularmente por meio do contrabando.

Apesar de consolidarem a estrutura agrícola de produção no interior da formação socioespacial da Amazônia, durante o curto período de atuação da Companhia e mesmo depois, o eixo da economia regional continuou sendo a exportação do cacau; não existem, no entanto, provas de que a lavoura cacaueira tenha efetivamente suplantado a pura atividade de extração do fruto¹⁰⁰. Os dados mostram que durante os pouco mais de vinte anos de

⁹⁷ É importante registrar que Belém reivindicava a posição de capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão desde o século XVII, em que pese a sua centralidade regional dada a sua posição privilegiada na foz do Amazonas. Cf. ARAUJO, op. cit., p. 45; CORRÊA, op. cit. p. 46.

⁹⁸ Antigo aldeamento jesuítico de Camuté.

⁹⁹ Antigo aldeamento carmelita de Mariaua,

¹⁰⁰ É importante destacar, como defende Furtado (2007, p. 139), que apesar de politicamente pertencer ao Estado do Grão Pará e Maranhão e se beneficiar fortemente das intermediações e dos privilégios mercantis da Companhia, a capitania do Maranhão constituía-se como um centro autônomo de produção em relação à capitania do Pará e do Rio Negro. De tal forma que, durante o segundo quartel do século XVIII e início do XIX,

funcionamento da Companhia, o cacau continuou representando a maior parte das exportações da Amazônia para Portugal (61%), seguido do cravo (11%) e do café (10%)¹⁰¹. O crescimento econômico da colônia amazônica durante as mais de duas décadas de vigência da Companhia não ultrapassou a taxa de 2% a.a.¹⁰², taxa sequer comparável aos outros Estados brasileiros, com a colônia amazônica exportando um pouco mais da metade do registrado no estado vizinho do Maranhão¹⁰³.

O domínio do Diretório dos índios encerrou-se dois anos antes da virada para o século XIX, em um momento de forte expansão dos preços do cacau na economia mundial, entre 1790 e 1815¹⁰⁴, e de uma vantajosa queda das exportações venezuelanas em virtude de lutas internas no sentido da independência daquele país. O fim do controle dos diretores estimulou que os indígenas destribalizados se dispersassem pela região, constituindo juntamente com a população cabocla uma miríade de assentamentos e vilas ribeirinhas. Ambos viveriam primariamente em pequenos grupos familiares na beira dos rios, mas sem conseguirem se desvincular completamente do mercado e da dependência de manufatura, mantendo vivas as estratégias de sobrevivência constituídas ainda no aldeamento missionário: a coleta de especiarias capazes de serem intermediadas em trocas comerciais por produtos manufaturados.

A dependência do extrativismo do cacau tornava a solidez da economia amazônica dependente da cotação daquele produto no mercado externo, mantendo a reprodução do capital na sua forma mercantil fortemente associada à dialética interna da estrutura de produção extrativista. Essa preponderância da estrutura extrativista de produção

foi o único dos três sistemas principais da economia brasileiras que conheceu uma efetiva prosperidade. A Capitania do Maranhão encontrava-se mais articulada com o complexo econômico nordestino, mas assim como na capitania do Pará, os colonos maranhenses eram ferrenhos opositores dos jesuítas, que impediam a escravização indígena. No caso da elite maranhense, a oposição aos religiosos assumia outros contornos na medida em que a produção agrícola já se encontrava articulada com o complexo nordestino através da pecuária, que era altamente intensiva em trabalho escravo, diferente do complexo amazônico extrativista, dependente da força de trabalho indígena liberta. As modificações posteriores do mercado externo, que incentivam a produção algodoeira nas colônias americanas, garante ainda mais força ao projeto Pombalino de importação em grande escala de força de trabalho escrava africana por meio da Companhia, modificando substancialmente inclusive a fisionomia étnica daquela parte da colônia amazônica. Cf: **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰¹ SANTOS, op. cit., p. 18-20.

¹⁰² “Nos primeiros 22 anos de vigência do Diretório até o encerramento das atividades da Companhia de Comércio, a economia colonial amazônica teve crescimento modesto de 1,54% a.a. A produção cresceu a taxas de 2,99% a.a., mais como um resultado do crescimento da população a 2,19% a.a. que pelo incremento da produtividade que se fez a meros 0,78% a.a.” (COSTA, 2010 p. 187).

¹⁰³ “Em 1805, um ano ótimo à época, a exportação não ultrapassa 182 mil libras-ouro – muito baixa em comparação com a do Maranhão, que andava em torno de 300 mil” (SANTOS, 1980, p.24).

¹⁰⁴ No porto de Belém, o preço por arroba do cacau passa de Rs. 1\$000 em 1789 para Rs. 3\$100 em 1805. Cf. SANTOS, op. cit., p. 22.

entraria em contradição direta com o projeto pombalino para a colônia Amazônia, condicionando grande parte da dinâmica de reprodução do capital na sua forma mercantil a uma dialética interna dependente do conhecimento tradicional e da manutenção de relações desiguais de troca entre mercadorias.

É evidente, portanto, que esse contexto se mostraria incompatível com a liberdade completa do indígena e sua incorporação à sociedade como cidadão do reino, tornando a expansão do ciclo econômico e da maior parte da reprodução do capital mercantil dependente da permanência de relações socioespaciais de produção moldadas por mais de um século no seio dos aldeamentos missionários. Ou seja, persistia a sujeição da força de trabalho indígena/cabocla às atividades de coleta, mas agora sem poder imprimir-lhe o caráter de cativo e sem contar com a coerção pela catequização. Ao mesmo tempo, podemos considerar que os graus de aprendizado acumulados no interior do aldeamento não parecem ter conduzido à capacitação da totalidade da força de trabalho indígena dentro da dimensão de um saber tecnicamente valorizável, dificultando ainda mais a ascensão social desses grupos naquele contexto como as camadas médias daquela sociedade.

Com isso, de um modo geral, o florescimento de culturas agrícolas para exportação fica restrita a poucos gêneros, prioritariamente para o mercado interno, com destaque para o *gado vacum* cultivado nos campos do Marajó (desde os Jesuítas) e alguns engenhos de açúcar e aguardente na região do baixo Tocantins¹⁰⁵. Isso fazia com que aquela estrutura de produção passasse a servir prioritariamente ao mercado interno e a localização dos seus espaços de produção fosse dependente da proximidade com as principais áreas urbanizadas¹⁰⁶. Pela incompatibilidade com a prática do extrativismo, as relações de produção baseadas na escravidão do negro africano iriam se tornar praticamente restritas à estrutura de produção agrícola, tornando-as mais espacialmente concentradas se comparadas à estrutura extrativista, cuja dispersão das áreas de coleta definia os próprios limites territoriais da colônia.

Contudo, seria a interação entre aquelas estruturas de produção que permitiria que, ao longo do século XVIII e XIX, as vilas, povoados e cidades da formação socioespacial da Amazônia se organizassem na forma de uma embrionária rede urbana de forma dendrítica, articulada pelo modal fluvial de transporte e com diferenciação nas suas funções, onde Belém

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ VELOSO, 1998, p. 389-390.

se destacava como capital regional¹⁰⁷.

Nesse novo contexto de atração de novos colonos, dada a melhor possibilidade de acesso à força de trabalho aldeada e os incentivos à importação de escravos africanos, as vilas seriam o avesso do aldeamento como espaço social. A associação a um projeto ideológico iluminista de civilização, cuja cidade é o espaço simbólico¹⁰⁸, somado às novas normas de povoamento instituídas pelo diretório dos índios e o livre trânsito na área das vilas, elimina as restrições de circulação que outrora havia, ensejando novas formas de integração social, bem como a formação de classes intermediárias de comerciantes e profissionais liberais.

A localização das fazendas e dos novos assentamentos humanos não era capaz de reorientar o padrão ribeiro de ocupar o espaço amazônico. Isso porque, por mais que se possa ter elevado a produtividade do sistema como um todo, não se superava a dependência do modal fluvial para o transporte de riqueza e de pessoas. Nesse contexto, o modo como o capital na sua forma mercantil se reproduz na formação socioespacial da Amazônia precisaria engendrar dinâmicas próprias que viabilizassem a circulação entre o mundo rural, das fazendas e das imprecisas áreas de coleta, e o mundo urbano dos povoados e cidades de beira de rio.

1.2.1. Regatões: capital comercial endógeno da formação socioespacial da Amazônia

A necessidade de circulação do capital pelos rios da bacia amazônica parece ser a responsável para que o movimento dialético entre as forças produtivas e as relações de produção do extrativismo de coleta produza inovações no transporte fluvial de mercadorias que, ao longo do ciclo econômico extrativista do cacau, resultaram em uma especialização das frações do capital comercial que se reproduziam naquela formação socioespacial na forma de comissários volantes, ou comerciantes do rio, mais tarde conhecidos como “regatões”¹⁰⁹. Os regatões surgem como um grupo social tecido no interior do longo ciclo extrativista da Amazônia colonial, correspondendo a um comerciante isolado que, uma vez abastecido de artigos manufaturados adquiridos – ou aviados¹¹⁰ – nas principais vilas da região, desce os rios em busca de produtos do extrativismo, utilizando esses artigos em trocas com grupos extrativistas ribeirinhos ou mesmo com tribos indígenas locais.

¹⁰⁷ CORRÊA, op. cit, 1989.

¹⁰⁸ VICENTINI, op. cit.

¹⁰⁹ SCHMINK; WOOD, op. cit., p. 79

¹¹⁰ “*Aviar* na Amazônia significa fornecer mercadorias a crédito” (SANTOS, op. cit., p. 159).

É difícil precisar a origem ou gênese exata desse típico capital comercial da Amazônia¹¹¹. Alguns registros apontam para a ocorrência de regatões desde o início do século XVIII¹¹², opção de negócio inicialmente exercida por imigrantes portugueses e posteriormente por imigrantes de várias outras nacionalidades, com predomínio dos sírios, armênios, marroquinos e turcos durante a primeira república¹¹³. Ao que tudo indica, seu desenvolvimento ocorre motivado pelo aquecimento do mercado interno associado ao crescimento das vilas no interior da região. A ação do colonos foi fundamental no sentido de ampliar a circulação do capital e o comércio intrarregional entre regiões onde a Coroa não tinham domínio, conjugando o conhecimento de navegação português com o tupi¹¹⁴.

Como parcela da sociedade amazônica que se dedica prioritariamente ao comércio interno, o regatão personifica a evolução de pelo menos dois elementos centrais na dialética interna de reprodução do capital na sua forma mercantil pelo extrativismo de coleta. Sua consolidação como uma figura típica da paisagem amazônica, comum pelo menos até meados do século XX, torna evidente que a forma de integração social entre colonos missionários e indígenas, ainda na primeira fase do ciclo extrativista, permitiu que no tempo da vida cotidiana ocorresse o lento acúmulo de graus de aprendizagem na prática da construção de embarcações.

A propriedade e o domínio sobre a produção de embarcações era condição *sine qua non* para que a mercadoria extraída nas áreas do aldeamento chegasse até a cidade de Belém. No seio daquele espaço social, essa demanda exige a interação entre as duas dimensões do saber: de um lado, o saber tecnicamente valorizável, calculável e tradicional da engenharia naval portuguesa; e do outro lado a dimensão da consciência prático-moral do indígena, no conhecimento das madeiras, da floresta, dos rios e do formato das canoas. O resultado dessa dialética são os *ubás* e *igarités*, canoas grandes responsáveis pelas viagens de

¹¹¹ É acima de tudo “um produto original da Amazônia” como define José Veríssimo. VERRÍSSIMO, J. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970, p. 23.

¹¹² cf. MCGRATH, D. G. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos cadernos NAEA**, vol. 2 n. 2, p. 57-72, 1999.

¹¹³ HENRIQUE, M. C.; MORAIS, L. T. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Revista de História**, n. 171, p. 49-82, 2014.

¹¹⁴ “Para estas vias de comunicação (fluviais, terrestres e marítimas) que acabamos de ver, e para as distâncias enormes que cobrem seus trajetos, contados por centenas e centenas de léguas, d que meios de transporte e condução dispunham os colonos? É para navegação, particularmente a fluvial, que estavam melhor aparelhados. Corria-lhes nas veias o sangue de dois povos navegadores: portugueses e tupis; mas é a estes últimos que se deve o melhor que neste terreno a colônia possui” (PRADO JR., 2011, p. 274). PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

coleta dos produtos do extrativismo, com capacidade para até 50 índios¹¹⁵, cujo manejo de fabricação e manutenção ficava restrito à força de trabalho indígena e cabocla.

O mais provável é que em algum momento do longo ciclo econômico extrativista, mais provavelmente durante o domínio do Diretório, as amarras daquele tipo próprio de manufatura naval, elemento da força produtiva do extrativismo de coleta, tenha-se desprendido da sua atividade fim para assumir a forma de mercadoria capitalista. Autonomiza-se como meio de produção para aquela fração comercial endógena da colônia amazônica, permitindo que aqueles migrantes mais venturosos, de possibilidades medianas ou os pobres e excluídos das benesses da Corôa portuguesa, mobilizassem suas forças para desenvolver esse tipo de comércio itinerante, regateando produtos manufaturados em troca de especiarias.

A ideia do regatear vem da pechincha, do questionamento, da insistência para obter o preço mais baixo durante o processo de troca entre mercadorias. Em outras palavras, significa obter vantagens comerciais pelo convencimento ou coerção, condição típica da fração do capital comercial durante o processo de circulação da mercadoria, como destacou Marx¹¹⁶.

Esta era uma condição que estava posta e consolidada no mundo rural amazônico, já que a troca desigual entre gêneros do extrativismo e produtos manufaturados definia a própria especificidade das relações de produção com o campesinato caboclo da região¹¹⁷. Ademais, tornava o vasto mundo rural amazônico dependente de equivalentes gerais que assumiam a forma desses produtos, como foram a cachaça, os fardos de algodão e a própria semente de cacau durante o século XVIII e boa parte do XIX¹¹⁸. O dinheiro como meio circulante e equivalente geral só era realidade em algumas relações de comércio urbanas e nas atividades agrícolas voltadas para exportação, ambas inacessíveis ao mundo indígena e do caboclo, que desconhecem o preço final do que coletavam para a troca¹¹⁹. A prevalência das

¹¹⁵ HENRIQUE; MORAIS, Op. cit., p. 34.

¹¹⁶ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013, p. 238-240.

¹¹⁷ A ideia de campesinato caboclo está associado à força de trabalho articulado de modo informal pelo processo de troca desigual sustentado pelo aviamento. Sobre isso ver: COSTA, 2012a.

¹¹⁸ “Na ausência de uma equivalente geral na forma de dinheiro, algumas mercadorias assumem esse papel como os fardos de algodão, sementes de cacau e a cachaça, muito apreciada pelos índios”. cf. SCHMINK;WOOD, op. cit., p. 81.

¹¹⁹ Uma forma bastante peculiar de escambo se torna regra geral como remuneração pelo trabalho de extrativismo, recebendo uma terminologia própria no censo de 1778 como trabalhador assoldado, que designava aqueles que trabalhavam nas atividades agrícolas ou de coleta em troca de um soldo pago na forma de mercadorias. Cf. VELOSO, E. C. A. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO, R. (Org.) **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

relações de produção agrícolas baseadas na troca de mercadorias ou na escravidão e o isolamento da população livre no interior do território desestimulava a ampla monetização daquela economia, fazendo com que, até meados do século XIX, a moeda como meio circulante e equivalente geral fosse uma realidade restrita às principais Vilas¹²⁰.

Promover a intermediação entre um mundo urbano parcialmente monetizado com um mundo rural, no qual prevalecia o escambo entre mercadorias, tornar-se-ia a principal função do regatão. Num mundo rural não monetizado e de longuíssimos tempos de viagem, o regatão precisava descer os rios com todo o seu estoque de mercadorias e por isso se aviava com os comerciantes urbanos. Estabelecia-se ali um sistema de crédito totalmente informal, não monetizado, mas de extrema complexidade e capilaridade dentro do território amazônico. Por meio dele, o regatão, comerciante autônomo e volante, estabelece relações de trabalho e de troca com outro comerciante, também autônomo, mas fixado ao mundo urbano, tornando-o seu “patrão” enquanto não saldasse as dívidas do aviamento.

A partir desse ponto abre-se um amplo espaço para o crescimento dos regatões, como uma fração comercial endógena da formação socioespacial da Amazônia, que intermedia a circulação do capital no interior das estruturas de produção da formação socioespacial da Amazônia. É bom que se diga que se trata da intermediação tanto de uma produção extrativa entre uma miríade de pequenos extrativistas rurais, nada desprezível em termos quantitativos, apesar de ser invisível nos dados oficiais da época, e os comerciantes das principais vilas da região responsáveis pela exportação para o mercado mundial¹²¹; quanto do que eram produzidos nas fazendas a partir da estrutura agrícola, voltados basicamente para atender o mercado interno.

O período colonial finda com a consolidação de duas estruturas produtivas na formação socioespacial da Amazônia, cada uma delas representando dialéticas distintas dentro do sistema. Uma extrativista utilizava indiretamente a força de trabalho campesino-cabocla, que se espalhava ao longo de boa parte da bacia hidrográfica amazônica, com base em relações desiguais de troca com os regatões e pequenos e médios comerciantes urbanos que os aviava. Para manter a reprodução do capital na forma mercantil nesses moldes era

p. 395-400.

¹²⁰De fato, é somente em 1749 que entrou em circulação a moeda sem caráter de mercadoria, e na importância total de apenas 55 contos de réis. Cf.: SANTOS, op. cit., p. 156.

¹²¹A questão central é que observando no agregado, essa produção “invisível” – posto que escapa às estruturas produtivas e comerciais “oficiais” da colônia – não se trataria de uma produção desprezível. Na linha do que defende Costa, mais da metade da produção da colônia ao longo de todo o período teria origem nesses produtores invisíveis, podendo indicar a robusta formação de um campesinato-caboclo (COSTA, 2012a, p. 53).

necessário sustentar uma intrincada rede de troca e de empréstimos que se ficaria conhecida como Sistema de Aviamento pela historiografia econômica da Amazônia. De menor importância dentro da pauta exportadora, havia uma segunda estrutura, de produção agropecuária, organizada por famílias fidalgas portuguesas que compunham a chamada elite colonial e, como tal, distinguiam-se pela propriedade de fazendas, cabeças de gado, escravos, engenhos e imóveis urbanos.

Com a liberação da força de trabalho indígena, esses agentes reduzem a sua capacidade de exportação de produtos do extrativismo, o que aparentemente os obriga a direcionar forças no sentido de elevar a produtividade agrícola, resultando em crescimento na quantidade de produtos agropecuários exportados na ordem de 3,4% a.a., entre 1790 e 1822. De fato, se por um lado essa evolução nas estruturas agropecuárias não se mostrou suficiente para se sobrepor ao domínio do extrativismo de coleta na economia da Amazônia colonial¹²², por outro lado, quando se interpõe a fase de decadência dos preços e da exportação do cacau, após 1820, as inversões no sentido da expansão de atividades agrícolas parecem ter-se intensificado por parte da elite colonial.

É importante ressaltar que, apesar de se tratar de uma estrutura de produção que economicamente contribuía menos para a pauta exportadora dos estados amazônicos, eram os agentes dessa estrutura que conformavam a elite política do Estado da Amazônia. Eram também os únicos agentes da colônia que detinham o controle sobre algum meio de produção de base minimamente industrial, no caso os engenhos de açúcar; entretanto, estavam longe de se equiparar aos seus pares do complexo nordestino, já que grande parte do açúcar do engenho era desviado para a produção de aguardente a ser usada na troca com os indígenas e caboclos.

O clima de euforia da elite colonial foi relativamente curto, sendo fortemente prejudicado por conflitos internos que culminaram na guerra civil da Cabanagem, durante a difícil transição que o Estado do Grão-Pará, de colônia portuguesa para província do Império brasileiro. No rastro da devastação causada pela guerra, particularmente nas estruturas produtivas dispostas na área rural da Amazônia, as suas principais cidades são assoladas por seguidas epidemias de varíola, cólera e febre amarela, devastando uma parcela expressiva dessa população¹²³. Os dois casos foram extremamente danosos para a força de trabalho disposta na região, desintegrando a vida econômica e social da Amazônia no fim do período

¹²² COSTA, 2012a, p. 57.

¹²³ Cf. BELTRÃO, op. cit., 2004.

colonial brasileiro¹²⁴.

1.3. O que a borracha desvela?

As análises das fases anteriores do ciclo extrativista apontam que no tempo longo da formação socioespacial da Amazônia, o tempo do bioma é também o tempo do extrativismo como atividade econômica preponderante. Observado nessa perspectiva, o riquíssimo ciclo de exportação do látex da seringueira, que ocorre quase dentro do mesmo intervalo de tempo do ciclo de exportação do cacau, atravessando parte do Império e findando no auge da República Velha, expõe a potencialidade de crescimento e a robustez daquela estrutura de produção. Durante aproximadamente 70 anos, as taxas de crescimento da economia amazônica foram na ordem de 14% a.a. em média¹²⁵, um ritmo inédito que não mais se repetiria até a segunda metade do século XX e que transforma substancialmente a formação socioespacial da Amazônia, tensionando a dialética interna das suas estruturas de produção.

O ciclo da extração gomífera é produto direto de reconfigurações do capital industrial internacional ocorridas na metade do século XIX: elevam-se os graus de concentração e monopolização; ampliam-se as escalas de produção e progresso técnico, e se inova no tratamento de diversos insumos utilizados na indústria. Um desses insumos é o látex da seringueira amazônica (*hevea brasiliensis*). Com o advento da vulcanização¹²⁶, técnica desenvolvida quase que simultaneamente por Charles Goodyear, nos EUA, e Thomas Hancock, na Inglaterra, entre 1839 e 1841¹²⁷, o látex se torna o insumo básico principal para a indústria nascente de artefatos de borracha.

O advento da vulcanização permite uma mudança severa na demanda por esse produto exótico, até então só conhecido no bioma amazônico¹²⁸, obrigando a uma oferta mais

¹²⁴ WEINSTEIN, op. cit., p. 58.

¹²⁵ COSTA, op. cit., p.62.

¹²⁶ Esse processo permitia estabilizar a borracha em relação à temperatura, evitando que ressecasse ao frio e amolecasse ao sol, elevando a resistência do material, o que era essencial para a sua utilização como componente, por exemplo, na indústria de artefatos de borracha que se encontrava em pleno desenvolvimento naqueles países.

¹²⁷ SANTOS, op. cit., p. 47.

¹²⁸ A bem da verdade, o látex amazônico já era importado da região para países como Inglaterra e Estados Unidos há muitas décadas, juntamente com outros produtos do extrativismo de coleta. Era um dos muitos produtos apresentados pela sociedade indígena aos portugueses durante o período colonial e classificado como droga do sertão. Tratava-se basicamente da coleta da seiva da seringueira por meio de incisões no tronco da árvore que um longo tempo de coleta era transformada por um processo de defumação com sementes de

sistemática das *pélas* de borracha no mercado internacional pelos agentes da estrutura extrativista. Ao eliminar sua fragilidade, a vulcanização desvela ao industrial um novo e frutífero caminho de possibilidades para acumulação de capital pela maquinaria e grande indústria, uma transformação tecnológica que permite – em formações socioespaciais dependentes, como a amazônica – novas atitudes ativas do homem em relação à natureza¹²⁹.

Não que esse tipo de onda exportadora em decorrência de uma mudança tecnológica tenha se iniciado com a borracha. Basta lembrar que a economia do Maranhão colonial foi totalmente rearticulada em torno do cultivo do algodão, na medida em que, nos rumos tecnológicos da revolução industrial inglesa, os capitalistas optavam pelo algodão em detrimento da lã para organizar a crescente indústria têxtil. Logo, nas recém-anexadas províncias amazônicas do Império brasileiro não haveria de ser diferente.

A questão nesse ponto da tese é compreender como essa nova demanda extrativista transforma a atitude de alguns agentes periféricos e invisíveis do sistema, particularmente aqueles que organizavam o extrativismo de coleta: alguns patrões, muitos regatões e incontáveis caboclos ribeirinhos. Assim, dentro das etapas de fundação, expansão e crise da fase gomífera do ciclo extrativista, apresentam-se leituras de como aquelas estruturas se conectam às novas determinações externas e particularmente como resolvem suas limitações internas de reprodução do capital na sua forma mercantil. Descreve-se os ajustes espaciais que se tornariam necessários para a reprodução do capital na sua forma mercantil, sem incidir em crise sistêmica, e como nesses ajustes a formação socioespacial da Amazônia passa a depender de massas cada vez maiores de mais-valia absoluta, obtidas pela superexploração da força de trabalho de transformação do látex em *pélas* de borracha. O Sistema de Aviamento, que até o início da exploração gomífera restringia-se basicamente aos agentes da estrutura extrativista, a partir desse momento passa a contar com a participação direta do capital comercial internacional, principal beneficiário dos lucros da economia gomífera.

As transformações significativas que ocorrem no interior da estrutura extrativista obrigam que observemos a fase gomífera do ciclo extrativista em três períodos: o período de

palmeira silvestre (Ouricuri, Inajá, babaçu etc.) formando uma *péla* de borracha pronta para exportação. (SANTOS, 1980, p. 42-44).

¹²⁹ Como trata Marx “a tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida de concepções espirituais de dela decorre” MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013. p. 446, nota 89.

fundação (1848 a 1880), o do auge (1881 a 1912) e o período da crise (1913 a 1920)¹³⁰.

No período de fundação, a estrutura fundamental da exploração da borracha estaria baseada em um tipo de seringal onde predominava a força de trabalho do campesinato caboclo, habituado ao sistema de aviamento tradicional e conhecedor do bioma amazônico. Por isso, apresentando uma baixa elasticidade de produção quando o preço internacional se eleva. A fase do auge se diferencia pela superação de barreiras que haviam se colocado para o sistema, cujo símbolo maior é a consolidação do chamado seringal-empório, onde a força de trabalho predominante é a do migrante nordestino, desconhecedor do bioma Amazônico. É nessa fase, que também coincide com o fim das relações de escravos e formação de um mercado de terras após o advento da Lei de Terras de 1850, que surgem os elementos embrionários para uma terceira e distinta estrutura de produção, baseada exclusivamente nas atividades urbano-industriais.

A fase do declínio, por sua vez, tem início quando se eliminam as barreiras naturais para o cultivo em larga escala da seringueira amazônica em um ambiente exógeno ao seu, aumentando com isso a produtividade dos sistema e logicamente reduzindo os preços da borracha no mercado internacional. Uma redução que marca um brusco ponto de virada em direção ao esfacelamento do ciclo do ouro negro amazônico¹³¹, reconfigurando mais uma vez a dialética interna das frações do capital e das classes da formação socioespacial da Amazônia.

1.3.1. Fundação (1848 a 1880): as pequenas estruturas de comércio e o seringal caboclo

O ciclo de exploração da borracha na Amazônia é apenas uma pequena parte das grandes transformações promovidas pelo sistema capitalista durante a segunda metade do século XIX. Nesse período, em países líderes da revolução industrial, particularmente Inglaterra e EUA, a busca por inovações nas técnicas de produção tornava o progresso técnico um elemento comum e não algo intermitente do mundo econômico, adquirindo a reprodução ampliada do capital um ímpeto cumulativo próprio que se inclinava predominantemente para

¹³⁰ COSTA, op. cit., 2012.

¹³¹ É do relato de Vianna Moog sobre a Amazônia que se cunha, pelo próprio autor, a ideia de “ciclo do ouro negro”, fruto de suas impressões, conversas e estudos sobre a historiografia econômica da região, escritas durante o período que residiu em Manaus nos anos de 1930. Cf. MOOG, V. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975. p. 30-36.

a economia de gastos com capital variável durante a etapa de produção¹³². As indústrias da primeira fase da revolução industrial, pequenas e pouco concentradas, ganham economia de escala na esteira dessas inovações tecnológicas e impulsionam processos de concentração e centralização do capital, geradores de grandes conglomerados empresariais e financeiros que imprimem novos padrões de concorrência e de expansão do mercado internacional¹³³.

Não obstante, até meados do século XIX, os complexos econômicos que integravam a economia brasileira viviam um quadro de estagnação, no qual não parecia haver possibilidades para que as exportações tradicionais do Brasil recuperassem algum dinamismo capaz de lograr uma nova etapa de desenvolvimento. O açúcar e o algodão haviam perdido competitividade externa e os outros produtos de exportação (fumo, couro, arroz e cacau) atendiam a mercados que não admitiam grandes possibilidades de expansão. A saída desse quadro só seria possível por meio produtos primários de exportação, cuja produção tivesse como fator básico a terra, único fator abundante no país, já que capitais praticamente não existiam, e a força de trabalho escrava se encontrava em grande parte imobilizada na pouco produtiva indústria açucareira ou prestando serviços domésticos¹³⁴. É nesse sentido que a extração da borracha na Amazônia e o cultivo do café nas províncias do Sudeste, entre a metade do século XIX e início do XX, assumiriam grande importância dentro da economia brasileira.

A etapa de fundação corresponde às primeiras três décadas do ciclo extrativista gomífero, em que ainda se observam características típicas da fase na qual predominou a exportação do cacau: unidades caboclas de produção na beira dos rios, uma miríade de comerciantes volantes e alguns pequenos e médios aviadores urbanos¹³⁵. Os dois primeiros grupos de agentes encontravam-se pulverizados pelo território, enquanto as casas de aviação e exportação estavam instaladas nas principais cidades da rede urbana.

Do outro lado, havia os proprietários de terra e grandes fazendeiros escravistas, particularmente paraenses, já que a atividade agrícola pouco havia se desenvolvido na

¹³² DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 328-340.

¹³³ HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

¹³⁴ FURTADO, op. cit., p. 166-168.

¹³⁵ “Pode-se imaginar que a transformação da borracha, de substância utilizada por ameríndios para fins cerimoniais, ou ocasionais, em matéria-prima essencial à indústria em grande escala no exterior, tivesse fomentado uma transformação concomitante no sistema de produção. Contudo, não foi o que aconteceu; se 150 anos depois, La Condamine pudesse ter visitado de novo a Amazônia, provavelmente se espantaria por ver quão pouco se alteraram, durante esse período, os métodos de extração e de coagulação. Por certo, a produção se intensificara, mas permanecia nas mãos dos seringueiros escassamente capitalizados, que só contavam com a ajuda de algumas ferramentas muito simples e da boa vontade da natureza” (WEINSTEIN, 1993, p. 24).

província do Amazonas¹³⁶. Dedicavam-se às culturas agrícolas do fumo, do açúcar e aguardente, do café, além do gado *vaccumm* na região do Marajó, e justamente por isso se colocavam politicamente contrários à economia extrativista da borracha, sob o discurso que essa prática simbolizava o atraso da região¹³⁷.

Por trás da negação da elite agrícola tradicional à economia extrativista, havia uma real incapacidade de participar dos ganhos permitidos pela exportação das pélas de borracha. De fato, ao que parece qualquer possibilidade de articulação nesse sentido, voltada para colocar a atividade extrativa do látex sob o comando desse grupo, precisaria dar conta de solucionar três questões centrais para a produção extrativista: a desarticulação com a força de trabalho do caboclo, a falta de poupança interna e o desconhecimento das áreas de maior ocorrência da *hevea*.

A primeira dependeria da subsunção formal da força de trabalho cabocla, conhecedora das técnicas de coleta do látex e do trabalho de beneficiamento do látex. Nesse caso, a despeito de qualquer herança negativa do tempo dos diretórios ou da Cabanagem, a dificuldade de acesso à força de trabalho cabocla dava-se, fundamentalmente, pela não monetarização das relações de troca. Apesar de isolado e atado pela necessidade de consumir mercadorias manufaturadas, o campesinato-caboclo amazônico era autônomo nas suas atividades e não se encontrava cerceado de acesso aos meios de produção, particularmente a terra e o próprio bioma amazônico. Nessa fase do ciclo, a possibilidade de ocupar incomensuráveis áreas de terras devolutas¹³⁸ ou não reclamadas no meio rural amazônico, com vastas áreas inexploradas de seringueiras, inviabilizava qualquer tipo de cerceamento que visasse a constituição de um mercado de trabalho baseado em relações capitalistas de produção.

Como é previsível, o emprego da força de trabalho escrava no extrativismo de coleta era altamente arriscado para o proprietário, em especial no da borracha, em que a distância entre seringueiras dentro de uma mesma estrada¹³⁹ geralmente era na ordem dos

¹³⁶ cf. LOUREIRO, op. cit.

¹³⁷ WEINSTEIN, 1993, p. 55-56.

¹³⁸ A definição de terras devolutas se tornou mais preciso no Brasil a partir da Lei de Terras de 1850, significando todas aquelas terras que “não fizessem parte do domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; aquelas que, ainda que não tenham sido dadas por meio de sesmarias, ou qualquer outro tipo de concessão, apesar de terem caídas em comisso, tenham sido revalidadas pela lei; e por fim, aquelas que não se acharem apossadas, ainda que não seja por título legal, forem legitimadas pela lei” (OLIVEIRA, N. A. S. ; FISCHER, L. R. C. , 2016 p. 8).

¹³⁹ Estrada de seringueiras era o modo como se organizava a área de colheita da seringa. Tinha normalmente a forma de uma alça mas muito mal definida em termos visuais. Cada estrada podia conter de cem a duzentas

quilômetros. Não só se mostrava quase impossível o controle de cada escravo durante a coleta diária, de modo a evitar fugas do cativo, mas também o acesso à força de trabalho escrava naquele momento específico – pós-lei Eusébio de Queirós – só podia contar com o limitado mercado interno de escravos, fortemente orientado para suprir o complexo econômico cafeeiro fluminense e posteriormente o paulista¹⁴⁰.

A segunda questão central era a baixa oferta de capital disponível para investimento, já que grande parte da poupança desse grupo estava imobilizada em propriedades rurais e urbanas, além de escravos. É importante lembrar que, mesmo tendo conseguido se viabilizar como Estado colonial, consolidando estruturas de produção distintas, mas relevantes, a formação socioespacial da Amazônia possuía, até 1855, uma renda interna anual situada entre 4.000 e 8.000 contos de réis. Uma dimensão exígua para dinamizar, de forma imediata, qualquer tipo de atividade econômica que garantisse o suporte necessário para o aumento súbito da demanda por látex no mercado mundial¹⁴¹, que no auge do ciclo possuía bancos locais com capital próximo de 5.000 contos. Por fim, os investimentos necessários para dinamizar a economia extrativista por parte desse grupo deveriam contar, portanto, não só com a capacitação de um novo contingente de força de trabalho, como também com a mobilização de capital para o transporte fluvial da borracha do seringal para as cidades de Belém ou Manaus, além do desafio de localizar as áreas de maior ocorrência da seringueira na mata.

A última questão tem uma determinação eminentemente espacial. Tem a ver com o fato das propriedades da elite colonial não possuírem reservas extensas de seringueiras nas suas áreas de floresta, o que obrigava à empreitada em busca dessas áreas. Em grande medida as principais reservas da *hevea* predominavam nas áreas mais altas da floresta, com mais frequência nas proximidades dos rios Madeira, Purus e Solimões, na província do Amazonas, e distante das propriedades da tradicional elite agrícola paraense. No Pará, a maior ocorrência se dava ao longo dos sistemas fluviais do Xingu e do Tapajós, áreas que em grande parte eram inexploradas; ou então em áreas que estavam circunscritas a alguma sesmaria, mas não eram conhecidas, como é o caso da região das ilhas do arquipélago do Marajó, região rica em seringueiras, mas cujos pecuaristas não tinham conhecimento, já que dominavam a parte

árvores. Cf. WEINSTEIN, 1993, p. 31.

¹⁴⁰ CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1985.

¹⁴¹ SANTOS, op. cit., p. 122-152.

oriental e central da ilha, onde predominavam os campos naturais¹⁴².

Ao que tudo indica, tanto o mapeamento dessas áreas quanto a cerceamento das estruturas produtivas ribeirinhas dos meios de subsistência dependeria de uma ampla e irrestrita implementação da Lei de Terras de 1850 nas províncias amazônicas, mas o desenrolar dessa determinação legal foi relativamente lento e com pouca eficácia nesse sentido. Em termos efetivos, apesar de importante e potencialmente transformadora em seu texto original, a Lei de Terras de 1850 é parte de uma longa luta política dentro do Império, entre suas forças mais progressistas e os membros das oligarquias rurais e proprietárias de escravos de cada província. Isso leva a alterações substanciais da proposta original da lei, que previa a institucionalização de um mercado de terras no país, associado a políticas de colonização em pequenas propriedades rurais nessas áreas. A demarcação dessas terras foi a exigência de maior custo no embate político entre os setores progressistas do Império e as elites coloniais das suas províncias, resultando na descentralização das atividades de demarcação e registro das terras devolutas¹⁴³.

Nas províncias da Amazônia, a implementação da Lei de Terras inicia pela província do Amazonas no ano de 1854, quando se determina a suspensão na concessões de lotes urbanos, bem como o levantamento das plantas das povoações e dos terrenos para servidões, além de obrigar o registro e posterior demarcação das posses. Em pouco mais de dois anos, 2.721 posses foram registradas, mas poucos possuidores prosseguiram com as etapas de medição nos próximos anos, alegando que os baixíssimos preços dos imóveis chegarem a ser inferiores aos custos das despesas para a demarcação.

No Pará, área mais povoada, de ocupações mais antigas e berço das oligarquias coloniais, houve grande adesão às exigências das lei de terras, sendo a Província do Império com o maior número de registros paroquiais até o fim do prazo da lei – cerca de 22.611 registros, sem que fosse obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios das posses e dos tamanhos das respectivas terras¹⁴⁴. A demarcação efetiva da propriedade era de responsabilidade do seu respectivo proprietário, enquanto a demarcação das terras devolutas era de responsabilidade dos governos provinciais, uma situação que se arrasta por todo esse período de fundação do ciclo gomífero. Ao fim e ao cabo, na transição para a República, o governo paraense determinou a conversão em propriedade àqueles que comprovassem a

¹⁴² WEINSTEIN, op. cit., p. 57.

¹⁴³ Cf. OSÓRIO, L. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

¹⁴⁴ Segundo dados do relatório do Ministério da Agricultura do ano de 1860, foram feitos 19.320 registros de propriedade de terras no Pará, subdivididos em 66 freguesias.

ocupação da terra, sem qualquer ônus sobre o valor do terreno, contanto que efetivassem o pagamento do imposto territorial.

Em resumo, ao que parece, mesmo que houvesse interesses políticos e econômico imediatos para centralizar o extrativismo do látex, a maior parte da elite agrícola paraense não possuiria condições econômicas e espaciais para fazer uma rápida transição das suas atividades naquele sentido. O domínio sobre a atividade extrativa continuaria concentrado nas formas de acesso à rede de comércio regional e posteriormente à força de trabalho cabocla, do que simplesmente na aquisição de novas terras que possuíssem seringueiras, mesmo que houvesse possibilidade para tal. Por isso talvez ocorram o discurso de descrença tão aclamado pelas atividades extrativistas e o desprezo pelos seus agentes, particularmente os regatões e os comerciantes donos das casas aviadores, vistos como novos-ricos que não carregavam prestígio¹⁴⁵.

Ao que tudo indica, foi a elevação no preço e na demanda da borracha no mercado externo que induziu aviadores de Belém e Manaus a sistematicamente orientarem que os regatões trocassem suas mercadorias preferencialmente por borracha, impactando diretamente sobre as unidades produtivas dispersas do campesinato-caboclo, que passam a produzir, além do seu portfólio habitual, também látex¹⁴⁶.

Efetivamente, o primeiro registro oficial de exportação da borracha¹⁴⁷ em bruto é de 1827. Contudo, até 1848, portanto, sete anos após a invenção da vulcanização, a borracha ainda estava longe de ser o gênero principal da pauta exportadora amazônica¹⁴⁸. O aumento da demanda externa¹⁴⁹ pressionaria a dialética interna daquela estrutura de produção no sentido de eliminar os gargalos que se apresentavam para a reprodução do capital na sua

¹⁴⁵ cf. WEINSTEIN, op. cit., p. 56 - 71

¹⁴⁶ COSTA, op. cit., p. 65.

¹⁴⁷ De fato, existem registros de artefatos de borracha desde o século XVIII em algumas cidades da Europa, inclusive em Lisboa, a princípio oriundos de outros países da Europa. Deve-se considerar entretanto que só havia se estabelecido uma demanda internacional contínua para a borracha quando em 1800 alguns negociantes norte-americanos começaram a importar a borracha na forma de garrafas, evoluindo a partir de 1820 para a exportação de pequenos utensílios de borracha, particularmente sapatos, artesanalmente produzidos por comunidades extrativistas de caboclos e indígenas. Nesse ponto há uma pequena divergência entre as fontes. Santos (1982, p. 52) fala de quase 460 mil pares de sapatos exportados entre 1836 e 1839, principalmente para a cidade norte-americana de Massachusetts (245 mil pares). Por sua vez, Weinstein (1993, p. 75) destaca que essa produção teria sido encabeçada por fábricas norte-americanas instaladas em Belém que exportavam basicamente para a região de Massachusetts, e não sendo mediada diretamente pelo trabalho indígena, sendo entretanto de curto fôlego e encerrando suas atividades ainda em 1855.

¹⁴⁸ Em 1848, as exportações de borracha de ocuparam o 4º lugar em termos de valor exportado com 202:500 mil-réis.

¹⁴⁹ O valor médio em libra-ouro da tonelada exportada de borracha passara de 43,6 para 89,7, apenas entre os anos de 1845 a 1851.

forma industrial, mas sem abdicar da estrutura de trocas desiguais e superexploração da força de trabalho que até então atendia à reprodução do capital na sua forma mercantil, que circula na Amazônia.

Dados da época, compilados por Costa¹⁵⁰, mostram que foi apenas durante os primeiros cinco anos do período de fundação do ciclo gomífero que a quantidade de borracha ofertada e o preço cresciam de forma proporcional, não apresentando qualquer tipo de correlação preço x oferta desse ponto em diante. É particularmente entre 1848 e 1853, quando os preços da borracha amazônica triplicaram na praça de Belém, que regatões e aviadores priorizaram a troca de suas mercadorias por borracha, incentivando o aumento da coleta do produto no interior das estruturas familiares ribeirinhas.

Em complemento, nesse mesmo período, a Amazônia assistia ao começo de uma grande corrente migratória de nordestinos, na ordem de quase 55 mil indivíduos, expulsos pela seca e transformados em estruturas camponesas específicas nas imediações da cidade de Belém. Estes migrantes se inserem na dinâmica das trocas desiguais com os regatões e aviadores, contudo sua falta de conhecimento sobre o bioma amazônico os direciona para a produção ainda mais concentrada no látex, elevando a produtividade do sistema. Nesse período, tanto as estruturas produtivas ribeirinhas pré-existentes quanto as novas estruturas conduzidas por migrantes nordestinos autônomos podiam extrair o látex em terras devolutas da Amazônia, inclusive requerendo a sua propriedade posteriormente¹⁵¹.

Segundo estimativas elaboradas por Santos, para garantir os níveis de exportação registrados entre 1830 a 1880, a quantidade de pessoas envolvidas na exploração da borracha deve ter aumentado de 1.164 para 47.299 (média), contabilizando aquelas envolvidas na atividade extrativa e administrativa. Considerando-se corretas as estimativas, esse total correspondia a quase 13% da população da Amazônia no ano de 1880, quando se contava com quase 390 mil pessoas¹⁵².

A solicitação da força de trabalho do migrante nordestino, na forma como ocorre

¹⁵⁰ COSTA, op. cit., p. 62-65.

¹⁵¹ WEINSTEIN, op. cit.

¹⁵² Não só a imigração de nordestinos assegurou a produtividade extrativista naquele momento, de fato registra-se que grupos antes dedicados a outras atividades do primário e mesmo do secundário e terciário da economia Amazônia, conforme o preço da borracha se eleva no mercado interno, deslocam-se paulatinamente para compor estruturas extrativistas voltadas à coleta do látex e por isso com maior produtividade, chegando a impactar sobre a produção *per capita* dos artigos locais. O censo de 1872 registra que 54,8% da população da Amazônia estava na idade adulta¹⁵², com cerca de 91 mil empregadas em atividades do primário, sendo em torno 31 mil aquelas empregadas no setor extrativista da borracha, isso garantia ao restante do setor primário um total aproximado de pouco menos de 60 mil pessoas. SANTOS, op. cit., p. 111.

no auge do ciclo, só começou a ser ativamente empreendida na medida em que a rede de comerciantes regionais se deparou com limites das estruturas produtivas ribeirinhas: em momento de crescimento do preço a oferta diminuía. Isso ocorria, pois, essas unidades produtivas eram comandadas por famílias que possuem processos decisórios peculiares, no qual se articulam de modo indissociável a esfera de produção e do consumo¹⁵³. Uma vez atingida a cobertura do orçamento familiar planejado para um certo período, estas unidades tendem a responder de modo contrário aos estímulos de preço, ou seja, conforme o preço de um produto se eleva e as necessidades individuais planejadas são cobertas, o estímulo para a coleta de novos produtos se reduz. Logo, conforme o preço da borracha se elevava no mercado mundial, de forma inversa reduzia-se a oferta do produto a partir dos seringais camponeses inviabilizando que a expansão da oferta ficasse restrita somente àquela forma de mobilização da mão de obra. Esse movimento de elevação de preço e consequente queda de oferta, ou de redução dos preços e elevação da oferta de látex, perdura até o ano de 1880, quando são viabilizadas outras soluções para a limitação dessa mão de obra.

O movimento de deslocamento intra-regional de paraenses em direção à região do Madeira e rio Purus na província do Amazonas, local onde se concentrava uma grande quantidade de áreas de seringueira, elevou a importância de Manaus dentro da rede urbana Amazônica. Esse movimento deriva em parte da própria forma predatória com que se extraía o látex num primeiro momento, ainda nas proximidades de Belém, gerando um produto de menor qualidade, matando a árvore e forçando o deslocamento das estruturas produtivas ribeirinhas em busca de novas áreas de coleta¹⁵⁴. Paulatinamente, a capital da província do Amazonas assumiria a posição de segundo maior entreposto comercial de exportação da borracha na região amazônica, polarizando a farta produção das bacias do Madeira, Purus e Solimões¹⁵⁵.

A despeito do deslocamento para novas áreas, como ainda era a cidade de Belém que tradicionalmente concentrava a maior parte da exportação na Amazônia, o aumento da distância das áreas de coleta representava mais tempo de circulação do capital pela rede

¹⁵³ COSTA, 2012.

¹⁵⁴ “No início das exploração gomífera as técnicas de extração do látex eram mais rudes do que se tornariam ao final do ciclo gomífero, como nos mostra Reis: “A técnica de sua extração era a mais rude. Golpeava-se a árvore de cima a baixo, amarrando-a, em seguida, com cipós. Escorria assim, por método tão brutal, todo o látex que possuía. E morria. Perdia-se, portanto, a árvore, forçando portanto a mudança dos grupos que a trabalhavam para a procura de outras, mais distantes, menos acessíveis, talvez mesmo muito dificilmente encontráveis.” (REIS, 1957, p. 83).

¹⁵⁵ CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

fluvial de transporte, pois até aquele momento inicial tal rede consistia ainda com barcos movidos a vela e sob o comando de regatões.

Não se tratava de um desafio simples, os gargalos do modo de produção extrativista demandariam inovações nos três componentes centrais da sua dialética interna – capital, trabalho e espaço – sem que nesse processo de transformação fossem eliminadas as estruturas de troca e de produção típicas da Amazônia colonial. No contexto político do Império, com a independência das antigas determinações coloniais, grande parte de suas províncias dependiam do acesso ao capital estrangeiro para investimentos em infraestrutura. A princípio esse foi o caminho encontrado para suprir a insuficiência de poupança interna na formação socioespacial da Amazônia, materializando-se como novas casas exportadoras representantes do capital comercial estrangeiro. Ao se inserirem na rede de comércio já estabelecida essas novas firmas, elevam a uma nova escala o montante do capital emprestado para aviadores menores e regatões, impactando diretamente no grau de exploração sobre as estruturas produtivas ribeirinhas.

A nova escala de capital aviada aos agentes do Sistema de Aviamento exigiria, por consequência, a redução no tempo de circulação no interior da formação socioespacial da Amazônia. O deslocamento da borracha não poderia mais depender prioritariamente dos regatões, era preciso concentrar o capital de modo a permitir viagens mais rápidas e com maior capacidade de carga¹⁵⁶. Ao mesmo tempo, esses agentes não poderiam naquele momento ser substituídos ou eliminados daquela rede de trocas, sua capilaridade no território era essencial para a coleta entre as milhares de unidades extrativistas, cada vez mais atomizadas pelo território e distantes dos principais centros urbanos.

A solução encontrada, nesse sentido, seria a introdução da navegação a vapor para vencer os longos e demorados trajetos até as principais cidades da rede urbana¹⁵⁷, por meio de grandes companhias privadas de transporte fluvial de mercadorias e pessoas¹⁵⁸. Com a

¹⁵⁶ São raros os trabalhos que tratam quantitativamente do papel do regatão na formação socioespacial da Amazônia durante o ciclo gomífero. De todo modo, em levantamentos realizados pela província do Amazonas entre 1850 e 1860, cita-se algo em torno de 2000 regatões apenas no trabalho de compra do quer era extraído nas regiões do interior do Amazonas e nos países limítrofes, para posteriormente ser levado a Manaus e em seguida despachado para Belém.

¹⁵⁷ “A principal rota existente ligando Belém à Barra, ao longo do rio Amazonas, era percorrida em 1852, por 40 a 50 barcos a vela, que levavam de 60 a 90 dias para vencerem o trajeto.” (LOUREIRO, 2007 p. 173).

¹⁵⁸ Esse processo atravessa uma longa querela dentro das estruturas políticas do Governo Imperial, que temia pela soberania daquela região do país e por isso decide inicialmente por monopolizar o serviço com próspero industrial brasileiro Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. Seu monopólio não durou muito, aparentemente por não se mostrar apto a atender o crescimento da demanda a partir de 1867, mesmo sendo subvencionado pelo Governo Imperial. Em face disso, o govorno imperial se vê obrigado a autorizar a navegação do Amazonas pela norte americana *Amazon Steamship Navigation Cy Ltd.* que em pouco tempo incorporaria as

navegação a vapor não só o tempo de viagem entre Manaus e Belém ficaria substancialmente mais curto como a quantidade de borracha exportada em uma só viagem passaria a ser muito maior¹⁵⁹. A partir da entrada das grandes companhias de navegação a vapor, os regatões tanto passariam a incorporar essa tecnologia aos seus navios quanto poderiam polarizar um maior número de estruturas produtivas localizadas no entorno imediato de cidades próximas às áreas produtoras, como Óbidos e Santarém. Nessas cidades, poderiam florescer novas camadas de comerciantes dispostos a aviar a produção gomífera da rural do entorno, utilizando-se para isso de um capital aviado de uma casa aviadora provavelmente de Belém ou Manaus, ampliando ainda mais o volume de borracha extraída da floresta.

O maior e mais complexo gargalo a ser superado era o da escassez de braços para trabalhar na coleta da goma elástica, problema que também se apresentava a outros complexos econômicos brasileiros de forma quase que paralela¹⁶⁰, e que só foi efetivamente superado na fase de auge do ciclo gomífero. O uso da força de trabalho estrangeira, aos moldes do que ocorreria no complexo cafeeiro, anos mais tarde, dentro de relações capitalistas de produção, não progrediu pela facilidade de acesso à força de trabalho nordestina, que no auge do ciclo gomífero migrava em direção à Amazônia fugindo da seca.

Em suma, no período de fundação fica evidenciado para os agentes do Sistema de Aviação que a extração da borracha através das estruturas produtivas do campesinato-caboclo havia encontrado limites quase intransponíveis. A essência desse limite residia na própria especificidade das relações socioespaciais de produção do extrativismo de coleta, na qual a condição de produtor autônomo, vendedor de gêneros tropicais e não da sua força de trabalho, fazia o caboclo dono do seu tempo de trabalho, variável cujo controle é fundamental para a reprodução do capital.

É preciso que se diga que as classes dominantes da formação socioespacial da Amazônia pouco poderiam fazer contra isso. Naquele ponto decisório do ciclo gomífero, elaborar estratégias políticas para transformar a força do trabalho do campesinato caboclo em mercadoria, assegurando com isso a construção de um amplo mercado de trabalho rural, que

principais empresas de navegação de capital nacional que circulavam na Amazônia. Mesmo sendo fundada com capital internacional, cinco das seis linhas da *Amazon Steam* seguiriam subvencionadas pela Província do Amazonas. Cf. LOUREIRO, op. cit., p. 185.

¹⁵⁹ SANTOS, op. cit., indica que os navios de Mauá conseguem fazer o percurso de Manaus a Belém, que antes durava de dois a três meses, em apenas 22 dias. Em relação tonelage, basta dizer que em todo o ano de 1855 um total de 88 viagens foram realizadas da província do Amazonas até Belém, deslocando somente 1.966 toneladas de produtos, enquanto que apenas um vapor da *Amazon Steam* era capaz de transportar 800 toneladas por viagem. Cf. LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: Editora Valer, 2001.

¹⁶⁰ Cf. CANO, 1985.

provavelmente resultaria em um novo rumo para o desenvolvimento daquela formação histórica, o que era bastante improvável. A única possibilidade para se constituir esse mercado de trabalho seria mediante o cerceamento do espaço rural, o que obrigaria um processo gigantesco de demarcação de terras e distribuição de propriedades entre os posseiros ribeirinhos, viável no sentido jurídico em que pese as determinações da Lei de Terras de 1850 que giravam nesse sentido, mas inviável no sentido espacial. Por outro lado, a demarcação de terras e a consequente redistribuição daquele ativo entre os posseiros ribeirinhos, implicaria em perdas patrimoniais a uma já descontente elite colonial de base agrícola e escravista, cujo domínio sobre as políticas de Estado ainda se mostrava presente, sem contar o prestígio dentro da sociedade amazônica.

Esse conflito se agudiza ao longo década de 1880, quando a autonomia da produção camponesa passa a inviabilizar o atendimento da demanda externa e a obtenção de lucros máximos pelos agentes comerciais do Sistema de Aviação, obrigando a uma “fuga pra frente”¹⁶¹. Em outras palavras, para ganhar em produtividade recorre-se a mais superexploração da força de trabalho no interior do seringal e o uso maciço da força de trabalho nordestina, criando um tipo híbrido de extrativista. Engendram-se novas relações socioespaciais de produção pautadas em uma força de trabalho especializada na extração do látex, mas desconhecedoras de outras possibilidades extrativas do bioma amazônico. Esse novo tipo de extrativismo, que transforma quase em escravo o migrante nordestino preso ao seringalista por dívidas, é o que possibilitaria a fase de maior crescimento do ciclo extrativista.

1.3.2. Auge (1881 a 1912): fusão das estruturas e transumância amazônica

Em *Formação Econômica do Brasil*, obra seminal de Celso Furtado, o capítulo dedicado exclusivamente à Amazônia está circunscrito na parte quatro da obra, cuja temática são as condições de transição para o trabalho assalariado que a economia brasileira apresentava. O capítulo “amazônico” de *Formação* recebe o sugestivo nome de Transumância amazônica, pois se dedica a detalhar o modo encontrado pelos agentes da economia gomífera para contornar os limites de produtividade da estrutura familiar extrativista do látex¹⁶².

¹⁶¹ “[...] a busca do crescimento econômico como forma de não enfrentar seus conflitos internos e as reivindicações populares por uma redemocratização da terra e da riqueza” (FIORI, 1999, p. 124).

¹⁶² FURTADO, op. cit., p. 189 - 197

A transumância de que nos fala Furtado é, sobretudo, nordestina e não amazônica. Mais precisamente, trata-se de uma corrente migratória de 300 mil¹⁶³ nordestinos deslocados para a região, entre 1877 e 1920, em um momento de transição das relações de produção no Brasil rumo ao trabalho assalariado. Naquele momento, os nordestinos representavam um parte substancial do reservatório de força de trabalho livre da economia brasileira, sendo disponibilizado para a borracha em detrimento do café¹⁶⁴. A diferença central com a produção cafeeira é que a solução adotada na Amazônia se funda na manutenção das relações socioespaciais de produção do extrativismo de coleta, engessando a ampliação na divisão social do trabalho e a expansão do mercado interno¹⁶⁵, mas ainda assim modificando extraordinariamente a produtividade do seringal e viabilizando a expansão do ciclo por mais três décadas. Solicitados pela “fuga pra frente” da economia amazônica e escapando dos efeitos da seca sobre o sistema pecuário de subsistência do complexo nordestino¹⁶⁶, os *cearenses*¹⁶⁷ fazem nascer uma nova Amazônia¹⁶⁸.

Em outro extremo, o recurso à força de trabalho nordestina se soma à vulgarização do processo de vulcanização com a aplicação da borracha aos mais diversos usos¹⁶⁹, processos de inovação típicos dessa fase do capitalismo em que a busca pelo progresso técnico é um elemento comum muitas vezes da vida cotidiana de algumas sociedades. A demanda crescente pela matéria prima amazônica tensionaria ainda mais a dialética interna entre as forças produtivas e as relações socioespaciais de produção do extrativismo gomífero, no sentido de superar definitivamente alguns dos seus limites produtivos.

A transumância amazônica ocorreria associada a uma massiva propaganda para

¹⁶³ cf. BENCHIMOL, S. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009. p. 154.

¹⁶⁴ “Essa enorme transumância indica claramente que em fins do século XIX já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração europeia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha” (FURTADO, 2007, p. 192).

¹⁶⁵ CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 25.

¹⁶⁶ Estima-se que entre 1877 e 1880 a estiagem no sertão nordestino tenha provocado a morte 100 mil a 200 mil pessoas. cf. FURTADO, op. cit., p. 194.

¹⁶⁷ Na Amazônia da época, todo nordestino era genericamente identificado como cearense. Cf. BENCHIMOL, op. cit., p.153

¹⁶⁸ “Geograficamente nascia, assim, uma nova Amazônia, baseada na seca e na *hevea*, e na conjunção de duas linhas: a demais flagelo e sofrimento – o sertão – e a de mais resistência e atração – a floresta.” (Idem, p. 154).

¹⁶⁹ Inclusive o seu uso mais popular como câmeras infláveis inicialmente popularizadas com a disseminação das bicicletas na Europa e EUA. O uso da borracha na forma de câmara infláveis foi inventado em 1888 por John Dunlop, médico veterinário norte-americano que a desenvolveu para ser usado como pneu no triciclo do filho. Cf. SANTOS, op. cit.; SCMINK; WOOD, op. cit., p. 82.

recrutar trabalhadores para os seringais nas principais cidades litorâneas do Nordeste. Era organizada pelos estados amazônicos em parceria com as casas de aviadores e seringalistas, trazendo como mote a possibilidade de mudança de vida, que associava o preço da borracha no mercado externo e o trabalho “livre” no seringal à possibilidade de enriquecimento fácil¹⁷⁰. O capital para o traslado teria saído principalmente das grandes casas aviadoras, uma condição diferente de grande parte dos imigrantes estrangeiros direcionados para o complexo cafeeiro, cujo gasto de traslado era compartilhado com seus Estados de origem¹⁷¹.

Dali por diante, as relações socioespaciais de produção tecidas com a força de trabalho nordestina tornavam o espaço amazônico, natural fonte de subsistência e autonomia para a força de trabalho cabocla, em um deserto mais pobre que o semiárido do qual este havia se retirado. As dívidas que precisariam ser quitadas por meio do trabalho de extração da borracha eram continuamente ampliadas pelo desconhecimento do bioma amazônico, que o inviabilizaria enquanto meio de produção e sobrevivência autônoma para o nordestino. Incapaz de subsistir por meio do extrativismo de coleta de outros gêneros, este se torna refém do suprimento e das manufaturas vendidas pelo seringalista a preços hiperinflacionados no empório do seringal.

O seringal ganharia novos contornos, sobretudo, abandonando a forma de seringal-camponês para se tornar um seringal-empório¹⁷². Esse processo representa a união definitiva do seringalista, proprietário de terras e fortemente vinculado à estrutura agrícola de produção, à cadeia de agentes da estrutura extrativista. A sua produtividade estaria associada à concentração espacial e exclusiva de látex em unidades produtoras distribuídas em pontos estratégicos da floresta. O seringalista se tornava com isso uma fração importante da classe dominante da formação socioespacial da Amazônia, agente rural das determinações comerciais dos aviadores e importadores localizados nas principais cidades da região, gerindo no seringal as relações de produção com os extratores que se encontravam endividados e isolados das suas famílias, ainda no Nordeste ou nas cidades que haviam desembarcado.

¹⁷⁰ Citando o livro *Dados estatísticos e informações para imigrantes*, CASTRO (2010) destaca os exemplos efusivos apresentados no material, tais como: “plante o colono (...) a gomme elástica porque basta-lhe-á plantar 100 árvores, o que é muito pouco, em cada ano, para ao cabo de 20 anos ter uma grande fortuna” CASTRO, F. F. **A Cidade sebastiana: Era da borracha, Memória e Melancolia num Capital da Periferia da Modernidade**. Belém: Edições do Autor, 2010.

¹⁷¹ FURTADO, op. cit., p. 195.

¹⁷² “Seringal-empório eram empresas sob controle de frações locais (regionais) do capital mercantil, financiados por fontes internacionais, que controlavam centralmente diversas unidades de trabalhos isoladas – trabalhadores formalmente autônomos, não assalariados –, pelo monopólio da logística de suprimento e pelo monopólio da compra do látex” (COSTA, 2012 p. 68).

Nesse contexto de isolamento e endividamento pessoal, os seringalistas podiam orientar pela especialização do extrativismo da borracha, proibindo cultivo de produtos de subsistência pelo seringueiro e criando um tipo de estado policial dentro do seringal¹⁷³, cujo objetivo era o de controlar o máximo do tempo de trabalho do seringueiro na produção diária das balatas de borracha.

Esse quadro de superexploração e a extração de mais-valia absoluta, no qual o tempo de vida do seringueiro em média chegava a ser menor que o tempo de vida do escravo no Brasil colonial¹⁷⁴, era ainda impulsionado por uma estrutura de mercado típica do seringal-empório de monopólio, baseada na venda de gêneros alimentícios, manufaturas e monopsonio na compra de borracha. Por um lado, garantia ainda mais ganhos para o seringalistas e, por outro, impedia o seringueiro de negociar o preço da borracha coletada no dia¹⁷⁵. Por conta disso, o comércio livre com os regatões, fora da intermediação do seringalista, começaria a ser fortemente combatido, passando para a clandestinidade do sistema e penetrando ilegalmente nos seringais em busca das “sobras da safra” direto com os seringueiros¹⁷⁶. Justamente por isso foram por um tempo perseguidos pela elite gomífera, que passou a considerar o regatão um intruso na bem consolidada e hierarquizada rede de comerciantes do aviamento, inviabilizando a sua participação nas associações comerciais das províncias. Em grande medida, a especialização das funções dos agentes do Sistema de Aviamento durante o auge do ciclo se reverte cada vez mais em reações “antirregatistas”, assumindo inclusive um sentimento antissemita e xenófobo nos discursos oficiais, pela predominância de árabes e judeus migrantes entre os regatões. Os regatões passam a ser classificados como pirata fluvial tanto pela imprensa local, quanto pelas associações comerciais e instituições da política amazônica, que começam a lhe definir impostos esmagadores desde 1842¹⁷⁷.

¹⁷³ “O Sistema de Aviamento, mecanismo que caracterizou as relações de produção na sociedade gomífera, foi sustentado pelo regime policial instituído pelos donos dos seringais com a colaboração do aparelho repressor do Estado, que remetia de volta aos seringais aqueles que fugiam de seus ‘débitos’ para com os patrões, fossem eles capturados em Belém ou em Manaus” (SARGES, 2000 p.52)

¹⁷⁴ A estimativa de vida do seringueiro sob a tutela dos seringais-empório era de pouco mais de 3 anos. Cf. SANTOS, op. cit., p. 165.

¹⁷⁵ Para o seringalista, a condição de monopólio do barracão permitia manejar o preços dos gêneros e das manufaturas, embutindo no preço vendido ao seringueiro uma altíssima margem de lucro que ademais se somava ao lucro dos outros agentes do aviamento. Acontece que, assim como a borracha, os produtos vendidos no barracão também eram negociados pelo aviamento, a casa importadora de Belém ou Manaus aviava os produtos para a casa aviadora, que em seguida poderia aviar para outros aviadores menores. Até chegar ao barracão esses produtos poderiam passar por cerca 6 aviadores, atingindo preços exorbitantes, proporcional à distâncias da cidade em que estavam as casas importadoras. As estimativas de elevação dos preços de gêneros básicos (arroz, açúcar, farinha, café etc.) vendidos no interior do seringal dizia-se ser da ordem de 1000% em alguns casos.

¹⁷⁶ McGRATH. Op. cit., p. 64

¹⁷⁷ PINTO, L. F. **Amazônia (o Anteato da destruição)**. Belém: Grafisa, 1977. p. 262.

Uma vez controlado o tempo de trabalho do seringueiro na atividade de extração do látex, a produtividade do sistema se tornaria cada vez mais dependente da expansão das unidades produtivas para novas áreas com seringueiras inexploradas¹⁷⁸. É dentro dessa lógica que os limites do Estado brasileiro se ampliam no sentido da incorporação das terras do atual Estado do Acre¹⁷⁹. Isso levaria à anexação daquela área ao território brasileiro, mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia e a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré¹⁸⁰, no atual Estado de Rondônia, permitindo o acesso da Bolívia ao rio Amazonas¹⁸¹.

Mais do que somente transformar os elementos da força produtiva, as mudanças nas relações socioespaciais de produção que o seringal-empório representa reorganizam os agentes econômicos que compunham aquele colonial sistema de trocas desiguais¹⁸², especializando-os e os hierarquizando dentro das funções específicas: o que extrai a borracha na mata (seringueiro), o que é dono da terra, do empório e “patrão” do seringueiro (seringalista), o que avia os produtos manufaturados e gêneros alimentícios (aviador) e os que emprestam o capital necessário para viabilizar a safra (financistas, importadores e exportadores).

Importa lembrar que, na fase de fundação da fase gomífera do ciclo extrativista, eram as casas exportadoras que financiavam os aviadores, adiantando capital e esperando pagamento na forma de borracha alguns meses depois. Com esse capital, o aviador adquiria gêneros e manufaturas que posteriormente seriam aviadas para outros aviadores menores no interior da província ou diretamente aos regatões, servindo de moeda de troca com os seringueiros. Com isso, o sistema de aviamento se transmuta e com ele também a contradição entre rural e urbano construída na formação socioespacial da Amazônia. Nas duas principais áreas urbanas daquela formação (Belém e Manaus) se localizavam umas poucas casas exportadoras de borracha de grande porte e um relativo número de casas aviadoras, casas importadoras e bancos. Em paralelo a isso, no mundo rural se encontravam um sem número

¹⁷⁸ WEINSTEIN, op. cit., p. 91.

¹⁷⁹ São seringalistas e casas aviadoras que, conhecendo as reservas de *hevea* naquela porção do território, avançam na parte sudoeste da floresta Amazônica em direção a áreas ainda não demarcadas por ambos países. Isso suscita um longo embate diplomático entre as duas nações sul-americanas, com ocorrência de diversos conflitos internos entre seringalistas e forças armadas bolivianas, que só é resolvido pela intervenção do diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Cf. REIS, 1957.

¹⁸⁰ O custo total de construção da ferrovia é hoje estimado atualmente em aproximadamente 403 milhões de dólares em valores de 1992. (BENCHIMOL, 2009).

¹⁸¹ Sobre o longo debate diplomático sobre a questão do Acre. Cf. REIS, 1957.

¹⁸² incide sobre funções que já se encontravam presentes na rede de trocas do aviamento, mas muitas das vezes eram realizadas pelo mesmo agente Cf. SCMINK; WOOD, op. cit., p. 83.

de seringueiros nordestinos esmagados pelo peso dos “juros extras” cobrados pelos seringalistas. Os “juros extras” eram criados no sentido urbano-rural do sistema de aviação: casa importadoras e bancos, proprietários do capital – como mercadoria ou como dinheiro vivo – emprestavam aos aviadores, que se tornavam proprietários de um capital portador de juros. Os aviadores que emprestavam a outros aviadores, que passavam à condição de proprietários de um segundo montante de capital portador de juros, estes aviadores poderiam ainda emprestar a outros aviadores, acrescentando ainda mais “juros extras ao sistema” até atingir o seringalista. Estes eram o elo final da rede, concentrando todas as obrigações e o montante final de “juros extras”, repassados ao preço dos produtos à venda no empório. Eram os proprietários da terra, mas acima de tudo possuíam o controle do tempo de trabalho do seringueiro, do qual podiam extrair o máximo de trabalho não pago.

Como se observa nesse arranjo teórico, no sentido urbano-rural no núcleo abstrato dos “juros extras” do sistema, condensavam-se renda da terra, mais-valia e juros, que eram distribuídos no sentido contrário (rural-urbano) utilizando o peso da borracha como equivalente geral do sistema. Até chegar ao mundo urbano, as diversas camadas de juros extras eram distribuídas entre os agentes do sistema. A renda da terra, solidificada no mundo urbano como as *pélas* de borracha, era absorvida pelas casas exportadoras, agente definidor do final preço a ser pago na praça de Belém ou Manaus e termômetro de todo o sistema. A renda da terra convertia-se em libra esterlina ou dólar americano nesse momento, tornando-se a borracha Amazônia definitivamente uma *commodity* e não mais um gênero tropical.

O crescimento no número de casas aviadoras é brutal nesse momento do ciclo gomífero, passando de 18 casas em 1880 para um total de 42 em 1890, apenas no Pará. Um crescimento que não foi acompanhado de uma diminuição do capital subscrito da firma aviadora, que raramente passava a ser menor que 100 contos de crédito inicial¹⁸³. A grande maioria dos proprietários de casas aviadoras e importadoras da Amazônia gomífera eram de ascendência portuguesa, tradicionais representantes do capital comercial da região¹⁸⁴. Em menor número, há o domínio de brasileiros das mais diversas origens¹⁸⁵. Os bancos de Belém e Manaus tinham origem em alguma diversificação de um capital local, provavelmente

¹⁸³ WEINSTEIN, op. cit., p. 92-93.

¹⁸⁴ Benchimol cunha o termo *Era dos jotas*, para definir o período de predominância dos portugueses como donos das casas aviadoras de borracha em Manaus. O “J” se devia pela predominância dos nomes de José, Joaquim e João no estabelecimento, normalmente apresentado abreviado. cf. BENCHIMOL, op. cit., p.85.

¹⁸⁵ Havia principalmente os brasileiros da região, que já trabalhavam com o aviação de produtos para os regatões ou marreteiros; brasileiros da região que, após acumular capital em outras atividades relacionadas à borracha se tornam aviadores e por último, brasileiros de outras regiões do país que migram para a Amazônia com algum capital para abrir firmas aviadoras.

comercial, sendo especializados em empréstimos de curto prazo para dar suporte à capitalização de casas aviadoras¹⁸⁶. Estas poderiam pagar os importadores e outros negociantes com notas promissórias a serem descontadas no banco no momento de chegada da borracha na cidade. A baixa capitalização desses bancos¹⁸⁷ se torna um grave problema no auge do ciclo gomífero na medida em que os aviadores, endividados com os bancos ou com as casas importadoras, ficavam sujeitos aos preços definidos pelas casas exportadoras, precisando vender a borracha assim que chegava a Belém, sem ter como estocar o produto e barganhar preços melhores com os exportadores¹⁸⁸.

Um dos reflexos do ganho de produtividade do sistema extrativista, a partir de 1880, é a quantidade de borracha exportada da Amazônia brasileira, multiplicada em cinco vezes entre 1881 e 1910, passando de pouco mais de 8 mil toneladas, em 1881, para algo em torno de 34 mil toneladas, em 1910, num crescimento da ordem de 3,6% a.a. Mesmo multiplicando em cinco vezes a quantidade exportada, seu valor na praça de Belém segue num longo ascendente no período, crescendo a 8,7% a.a.¹⁸⁹, o que indica a crescente demanda do produto no mercado internacional, chegando na virada do século a representar 24% da exportação total do Brasil¹⁹⁰.

Nesse período, o ciclo gomífero consolidou definitivamente as cidades de Belém e Manaus como capitais regionais, com Belém em destaque pela sua posição geográfica privilegiada na foz da bacia amazônica. Além do rápido crescimento econômico, as transformações no mundo urbano amazônico foram os elementos mais notáveis da fase expansionista do ciclo gomífero. O empuxo para essa transformação tem início com o crescimento nas finanças estaduais e dos municípios de Belém e Manaus em decorrência do aquecimento das exportações, destinadas principalmente para investimentos em infraestrutura urbana¹⁹¹. O ar europeizado dessas cidades servia para camuflar as relações espoliativas e quase escravas no interior do seringal, ao mesmo tempo a pompa “bellepoqueana” vendia

¹⁸⁶ LEANDRO, L. M. L. **Crédito hipotecário no Brasil: uma análise comparativa entre as praças de Belém e São Paulo (1870–1930)**. 2015. 205 f. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

¹⁸⁷ Segundo os registros da época, nenhum dos maiores bancos locais possuía capital superior a 5.000 contos de réis.

¹⁸⁸ WEINSTEIN, op. cit., 99 -102.

¹⁸⁹ COSTA, op. cit.

¹⁹⁰ WEINSTEIN, op. cit., p.90.

¹⁹¹ “Uma segunda característica da economia da borracha provém do processo de obtenção do produto e de sua circulação – é a existência de poucas cidades, mas grandes, fenômenos semelhante ao que ocorreu nas áreas mineradoras e pecuárias. A malha urbana é rarefeita mas com avolumados nódulos” (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 32).

uma ilusão do fausto que estimulava a vinda dos migrantes, pautada na possibilidade de enriquecimento fácil com o comércio da goma.

A imigração de caráter urbano e espontâneo reflete diretamente na taxas de urbanização da região, que se elevou a patamares nunca antes vistos. Até o ano de 1910, a população urbana de Belém chegaria perto da casa dos 200 mil habitantes, enquanto Manaus com cerca de 80 mil habitantes, o que impactaria diretamente sobre o ritmo de produção dos gêneros agrícolas de primeira necessidade. Somado a isso, é importante fazer lembrar que as relações de trabalho escravas são finalmente abolidas no Brasil em 1889, afetando ainda mais a estrutura de produção agrícola e a antiga elite colonial agropecuária, principal proprietária de escravos.

Além de nordestinos e portugueses, foi representativa a migração de espanhóis, judeus, sírios e libaneses, ou turco-árabes, como eram classificados nos documentos da imigração. Desse grande grupo de turco-árabes, os judeus são os mais antigos migrantes estrangeiros, cujo registro na região remonta ao início do século XIX. De modo geral, os turco-árabes chegavam à Amazônia em busca de atividades que assegurassem a sobrevivência, mas também o acúmulo de valores que permitisse remessas de capital para o restante da família e mesmo um eventual retorno¹⁹². Particularmente os judeus, durante as etapas iniciais do ciclo gomífero, iriam se tornar regatões, enriquecendo com a borracha e posteriormente abrindo as próprias casas aviadoras durante o auge do ciclo¹⁹³. Os que chegam no auge do ciclo não fazem um caminho diferente. Inaptos para a agricultura tropical, a atividade mais apropriada acaba se tornando o comércio ambulante, adequando-se ou como pequenos funcionários no comércio de algum conhecido, ou como regatão, precisando negociar clandestinamente com o seringueiro e com outros ribeirinhos.¹⁹⁴

Tanto no Pará quando no Amazonas, o aumento populacional ocorre mais rápido que a capacidade da agricultura em abastecer o mercado interno com gêneros básicos. Especialmente no Amazonas, esse problema se arrasta desde o início do século XIX, fazendo com que sua população dependesse mais do produto do extrativismo para o consumo diário do que a população paraense. No caso paraense especificamente, o deslocamento da força de trabalho no sentido da coleta de borracha, somado ao aumento populacional de Belém, impactou fortemente nos preços e na disponibilidade dos produtos agrícolas no mercado,

¹⁹² EMMI, M. F.. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988. p.138.

¹⁹³ cf. BENCHIMOL, S. **Eretz Amazônia: os Judeus na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 1998.

¹⁹⁴ EMMI, op. cit., p.157-158.

forçando um quadro de importação inclusive de gêneros de primeira necessidade como arroz, feijão, charque, etc.

As questões referentes à escassez de alimentos promoveram políticas de colonização de imigrantes estrangeiros em algumas áreas do território amazônico¹⁹⁵. No Amazonas, essas colônias foram implantadas ao longo do rio Amazonas, na própria cidade de Manaus e na cidade vizinha de Itacoatiara. No Pará, entretanto a colonização associou-se à penetração efetiva do território continental, abandonando a lógica de cidade fluvial e distanciando esses núcleos urbanos da bacia hidrográfica da região. O modal utilizado foi o ferroviário de modo que, em 1883, tem início a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que trazia em seu plano original a criação de colônias agrícolas destinadas a imigrantes europeus ao longo dos seus mais de 200 quilômetros extensão¹⁹⁶.

Aos imigrantes europeus que vinham para o Pará eram oferecidas, passagem subvencionada do porto de embarque a Belém e a concessão de um lote de terras, além de outras vantagens¹⁹⁷. Contudo, a péssima infraestrutura disponibilizada nas colônias agrícolas, a falta de recurso para cumprir o que estava sendo prometido, além de uma citada falta de critério na seleção desses colonos por parte dos intermediários, fizeram com que boa parte deles¹⁹⁸ abandonassem as colônias agrícolas por não conseguirem compradores para as mesmas, sendo as colônias em seguida ocupadas por nordestinos que migram espontaneamente.

Nesse momento, tornaram representativas as alianças empresariais entre grupos da elite amazônica associados à estrutura agrícola e à estrutura extrativista. Essas alianças ocorriam tanto na forma de associações empresariais, mas também tornaram-se frequentes os casamentos entre herdeiros dos grandes comerciantes e seringalistas da goma, ricos, mas ainda sem prestígio ou influência política na sociedade local, com brasileiros descendentes da tradicional elite agrícola. Estas que em grande maioria foram alijadas dos principais ganhos

¹⁹⁵ Tanto no Pará quando no Amazonas essas políticas ocorrem em consonância com a Lei de Terras de 1850, promovendo a colonização na forma de pequena propriedade em áreas de terras devolutas, como forma de estimular a agricultura e atenuar os problemas de abastecimento. Cf.: WEINSTEIN, op. cit.

¹⁹⁶ PENTEADO, 1967.

¹⁹⁷ Além desses benefícios haviam vários outros, como nos mostra Emmi (2013, p. 77): “A Lei 223, de 1894, autorizou o governo a promover a imigração de estrangeiros, aos quais oferecia entre outras vantagens, passagem subvencionada do porto de embarque a Belém, alojamento na hospedaria dos imigrantes pelo prazo de dez dias, transporte gratuito para os lugares de destino, concessão gratuita de um lote de 25 hectares, alimentação durante seis meses, assistência médica, fornecimento de ferramentas e sementes”.

¹⁹⁸ Em 11 das 17 colônias recenseadas em 1900, os espanhóis eram numericamente mais expressivos, seguidos dos italianos, portuguesas, alemães e belgas. Cf. EMMI, M. F.. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)** Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, 2013.

do ciclo gomífero, seguem como grandes proprietários de terra, de gado e de engenhos, mas não possuem relevância econômica frente ao capital do látex, passando a ocupar cargos importantes no governo e na política estadual¹⁹⁹. Com os casamentos, unia-se à riqueza do primeiro grupo outros fatores, como tradição familiar e influência política – elementos essenciais dentro daquela sociedade, na medida em que possibilitavam acesso a crédito, seja na forma de empréstimos bancários ou hipotecas seja até mesmo pelo acesso a privilégios dentro do aparato do Estado²⁰⁰.

Conforma-se portanto uma elite que é própria desse período, comercial, especulativa e na sua grande maioria estrangeira, que, portanto, pelo curto tempo de ascensão econômica, só poderiam acessar o prestígio e o poder político de forma indireta. Entretanto, representava acima de tudo exercer uma posição de hegemonia ampla sobre a formação socioespacial da Amazônia, o que representaria a possibilidade de articular dentro do Estado planos para recuperação da atividade gomífera, quando tem início a fase de declínio.

A elite gomífera é, sobretudo, urbana; talvez por isso busque incorporar tão rapidamente os hábitos ditos refinados presentes nas cidades dos países centrais, sendo Paris ea referência cultural e urbanística. Pretendiam reproduzir aspectos dessa modernidade, mas apenas repetiam, dentro de um contexto de formação dependente, os comportamentos sociais das elites europeias. As influências externas refletem-se nas principais cidades da rede urbana, em especial Belém e Manaus que, ao expandirem sua malha urbana e modernizarem sua infraestrutura, ganhavam ares, para um observador desatendo, de metrópoles cosmopolitas na periferia do capitalismo mundial²⁰¹.

Da interação entre as estruturas de produção pelas quais o capital na sua forma mercantil reproduzia-se durante o ciclo gomífero, forjam-se no seio da formação socioespacial da Amazônia duas espacialidades distintas: uma rural, com características associadas às relações socioespaciais estabelecidas no seringal-empório; e outra eminentemente urbana, mas distinta do que havia sido construído até então. O espaço social

¹⁹⁹ WEINSTEIN, op. cit.

²⁰⁰ A historiadora Cristina Cancela a partir de um trabalho que analisa os casamentos entre grupos da elite paraense no início do século, aponta que ambos os lados teriam se beneficiado. No trabalho a autora detalha, a partir da análise de testamentos e inventários da época, casos de famílias tradicionais, proprietária de terras doadas ainda nos setecentos, em que o casamento significou a “possibilidade de reestruturação do patrimônio, ou ainda, no caso daqueles com fortunas abaladas, a possibilidade dos descendentes conseguirem manter o padrão de riqueza e prestígio através do dinheiro de comerciantes sem tradição e status social, mas com negócios rentáveis” (CANCELA, 2006 p. 29). CANCELA, C. D. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2006.

²⁰¹ C.f. CASTRO, 2010.

do mundo rural amazônico era atomizado na floresta e representado pelo seringal-empório, em que a reprodução das relações de produção extrativistas configura um padrão de ocupação e uso da terra que não obriga a sua delimitação formal. Nos inventários da época, as propriedades rurais de seringueiras normalmente não contemplam suas medidas em hectare, mas sim dentro de uma “unidade de medida” espacial específica: as estradas de seringueiras²⁰². A estrada era ao mesmo tempo a base de cálculo da produtividade da força de trabalho do seringueiro, responsável pela coleta diária e processamento da borracha proveniente das árvores de apenas uma estrada, tornando o isolamento na mata a principal característica de sua vida cotidiana.

A espacialidade urbana que o ciclo gomífero construiu, no seu auge, fazia parecer que o crescimento de Belém e Manaus deveria ocorrer *paripassu* com as metrópoles do capitalismo internacional em ascensão. Trata-se de uma espacialidade que constitui intersubjetividades abertas à visibilidade dos processos centrais da modernidade, especializadas em reformas urbanas e no planejamento higienista do espaço²⁰³. O desenvolvimento da vida urbana tornar-se-ia símbolo da difusão da modernidade e do progresso, de forças modernas “anti-tradicionais” associadas à experiência capitalista em curso em alguns países da Europa ocidental²⁰⁴.

As transformações na forma urbana de Belém e Manaus retroalimentaram o surgimento de novas camadas na força de trabalho da cidade: profissionais liberais, novas frações de trabalhadores da indústria²⁰⁵ e do comércio, normalmente ocupados por imigrantes europeus a partir de vínculos familiares, como é o caso dos sírio-libaneses²⁰⁶. Ao mesmo tempo, as transformações no cotidiano urbano daquela sociedade conformariam demandas de bens de consumo, de não duráveis principalmente, que garantiriam demanda efetiva para investimentos em atividades industriais e manufatureiras de importância. Esse contexto fez ascender uma terceira estrutura de produção na formação socioespacial da Amazônia, particularmente associada à classe de profissionais liberais que havia ascendido economicamente no momento de expansão da urbanização de Belém e Manaus.

Trata-se de uma estrutura de produção que surge a partir do acúmulo de capital

²⁰² Em média se definia o limite das estradas pela quantidade de árvores de *hevea* que nela existiam, ficando entre 100 e 150 com as mais variadas distâncias, obedecendo à disposição randômica do bioma amazônico.

²⁰³ CASTRO, op. cit., p. 127

²⁰⁴ SARGES, M. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 92

²⁰⁵ No auge do ciclo gomífero o Pará contava com mais de 2500 operários, grande parte residentes em Belém. Cf. SANTOS, op. cit., p.190

²⁰⁶ BENCHIMOL, op. cit.

nas atividades de comércio urbana, apoiada em relações de produção capitalista e voltadas basicamente para a produção de artigos manufaturados que servem para atender a demanda de bens de primeira necessidade. Esses bens podem ser tanto aqueles relacionados ao setores de bens de consumo não duráveis, associados ao padrão de consumo da vida cotidiana da sociedade amazônica, quanto servir para dar suporte às atividades extrativistas ou agrícolas.

Como combustível para uma dinâmica avassaladora de expansão urbana, a reprodução da vida cotidiana e do capital na forma mercantil, acumulado pelos grupos da elite gomífera e da restrita classe média de profissionais liberais e prestadores de serviço, tem como pano de fundo cidades cuja infraestrutura urbana seria transformada a toque de caixa por intendentess “visionários”, dentro de planos de alinhamento urbano que serviriam para organizar o mercado de terra urbana local²⁰⁷. Os vultuosos gastos em infraestrutura urbana – mais a peso de endividamento do que de arrecadação²⁰⁸ – ocorreriam com mais força nas cidades de Belém e Manaus: teatros, mercados, rede de água e esgoto, pavimentação das ruas, cemitérios, dentre outros²⁰⁹.

Esse contexto de rápida urbanização e elevada migração foi favorável à especulação com a terra urbana e, particularmente, a prática de elevados aluguéis em imóveis residenciais e comerciais naquelas cidades. Ao que tudo indica o investimento em “bens de raiz” seria a principal reserva de valor na formação socioespacial da Amazônia²¹⁰, absorvendo a maior parte do lucro gerado nas suas estruturas de produção, além de um investimento altamente rentável que possivelmente suplantava os ganhos no negócio com a borracha em anos de baixos preços.

Isso ocorria em grande medida pelo fato da propriedade de bens imóveis ser usada majoritariamente para lastrear empréstimos e principalmente as hipotecas, ambos utilizados para financiar o sistema de aviamento, cada vez mais presente durante o auge do ciclo gomífero²¹¹. Conforme consta nos registros estatísticos da dívida hipotecaria brasileira, entre

²⁰⁷ VENTURA NETO, 2015.

²⁰⁸ A gestão de Antônio Lemos em Belém, a mais extensa e beneficiada com o nível máximo de arrecadação do ciclo gomífero, promovia megalômanas obras de infraestrutura contraindo dívidas com os agentes do capital bancário internacional sediados na cidade, o que agrava ainda mais o quadro de crise econômico alguns anos depois quando se consolida o fim do ciclo gomífero. É notório o efeito dessa condição à carreira política de Lemos, expurgado da cidade por uma revolta popular que o tira de pijamas da sua casa, sendo queimada pelos populares logo em seguida. Cf. SARGES, M. N. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 55.

²⁰⁹ SARGES, op. cit.

²¹⁰ WEINSTEIN, op. cit.

²¹¹ Além dos imóveis os navios também eram usados como garantias de empréstimos, mas em número inferior. Cf. LEANDRO, op.cit., 2015.

os anos de 1855 e 1909, proporcionalmente é na região Norte que se registra o maior crescimento no mercado de hipotecas, que passa de 1,8% para 6,6% do total de registros brasileiros²¹². Apesar da pouca relevância em relação às outras regiões brasileiras chama atenção o fato de, no mesmo período, mais 60% das hipotecas amazônicas serem garantidas com imóveis urbanos, maior índice entre as regiões brasileiras.

Nos dados registrados em Belém²¹³, cidade que concentrava a centro financeiro e comercial da região, nota-se que a quase totalidade das hipotecas deram como garantia imóveis urbanos, cerca de 86,5% dos contratos. Do montante de valores devidos, cerca de 27,5% de seus devedores se declararam como proprietários, categoria que diretamente se relacionava a funções no sistema de aviamento²¹⁴. Por conta disso, tratava-se de hipotecas cujo prazo usual era de 1 um ano, com o juros de 12% em média.

As altas taxas de juros e o prazo curto dos empréstimos hipotecários, acompanhando a safra de extração do látex, tornava os imóveis urbanos de Belém e Manaus uma reserva de valor altamente volátil e associada ao desempenho do ciclo. Na medida que eram usadas como garantia, pode-se imaginar que expectativas altistas no preço da borracha conduziriam à compra de mais imóveis pelos aviadores. Em uma cidade de franca expansão populacional, esse incentivo provavelmente foi suficiente para direcionar as finanças públicas para a ampliação do sistema viário urbano²¹⁵.

Essa forma de ajuste espacial que se consolida no auge do ciclo gomífero imprimiu uma robusta característica rentista à espacialidade consolidada nas cidades de Belém e Manaus, principalmente²¹⁶. Sem possibilidades da elite gomífera em elevar a produtividade do seringal pelo financiamento de pesquisas capazes de viabilizar a monocultura da seringueira, o montante do capital acumulado ao longo do ciclo gomífero pelos comerciantes aviadores se esvai nos investimentos em imóveis urbanos. No auge do

²¹² No mesmo período apenas a região sudeste e centro-oeste apresentaram crescimento. A primeira passando de 72,2 % para 73%, e a segunda de míseros 0,3% para 0,8% do total de hipotecas emitidas no Brasil no período. Cf. DA SILVA, F. C.; LEANDRO, L. M.; MARCONDES, R. L. Crédito Privado na Economia da Borracha: O Mercado Hipotecário em Belém (1870-1874). *Revista de Estudos Sociais*, v. 17, n. 34, p. 20-51, 2015.

²¹³ LEANDRO, op. cit., 2015.

²¹⁴ Idem, p. 96.

²¹⁵ Os dados mostram que, de 1851 até 1920, o investimento na rubrica sistema viário urbano chegou a representar quase 37% do total dos gastos de investimento fixo do Governo do Estado e da Intendência municipal de Belém, sendo que 87% desse investimento ocorreu somente durante o período do auge do ciclo. MUNIZ, J. *Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará*. Paris: Aillaud, 1904.

²¹⁶ Em Belém até mesmo a taxa pela contribuição do esgoto sanitário era cobrado sobre uma porcentagem do valor ou do aluguel do imóvel, algo em torno de 3% a depender do bairro. Cf. BORGES, R. *O Pará republicano (1824 – 1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Editorial de Cultura, 1983.

ciclo gomífero, o circuito secundário/imobiliário de Belém e Manaus se autonomizara como um circuito independente de reprodução e circulação do capital portador de juros.

O caráter autonomizado dos investimentos no circuito imobiliário dessas cidades parece ser um elemento crucial para entender o declínio do ciclo, pós 1913, e o desmanche da riqueza e do patrimônio da elite gomífera. Ao se autonomizar como órbita reservada de reprodução, a circulação do capital portador de juros se descola das estruturas de produção presentes na formação socioespacial da Amazônia. A necessidade de garantir hipotecas faz com que se imprima uma tendência altista de valorização do preço, e conseqüentemente dos aluguéis, intensificada no auge do ciclo, induzindo a novas aquisições de imóveis ou construção de tipologias rentistas a cada venda das *pelas* de borracha na casa exportadora. Entretanto, o que simbolizava enriquecimento e progresso social havia se tornado um escoadouro do capital acumulado pelo aviador com o comércio da goma. Quando a violenta crise se mostra irreversível a partir de 1913, o que era reserva de valor mostra o seu valor real, aquele que era possível alcançar dentro de uma formação socioespacial cujos fundamentos eram o aviamento, o extrativismo de coleta e a não monetização das relações de produção.

1.3.3. Crise (1913 a 1920): reprodução ampliada e queda nos preços

A crise do ciclo gomífero teve início a partir de transformações e inovações técnicas nos métodos de cultivo, financiadas extensivamente durante mais duas décadas pelo governo inglês no Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra e no Royal Botanic Garden, na Índia. Uma vez obtidas as mudas de *hevea* resistentes à monocultura, organiza-se a primeira empresa inglesa destinada ao cultivo da planta no sudeste asiático²¹⁷. De fato, no auge do ciclo, já era público e notório o interesse da indústria gomífera internacional de se libertar dos limites de produtividade da extração da borracha silvestre²¹⁸, e evidentemente dos altos preços praticados pelos exportadores no mercado internacional. Mesmo internamente algumas frações mais progressistas da elite gomífera tinham muito clara a irracionalidade presente na produção extrativa da borracha, nos moldes como vinha sendo realizado²¹⁹.

O uso da borracha para a produção de pneumáticos estava articulado com

²¹⁷ Em 1908, ou seja, cerca de 4 anos antes dos significativos resultados na produção gomífera asiática, os plantadores do Oriente já compunham uma associação de cultivadores (*Rubber Growers Association*) que compreendia nada menos de 407 companhias e 231 firmas individuais. Cf. SANTOS, op. cit., p. 237.

²¹⁸ WEINSTEIN, op. cit.,

²¹⁹ REIS, op. cit., p. 86.

crescimento exponencial da indústria automobilística norte-americana e inglesa, ampliando ainda mais a demanda pelo produto. A *plantation* monocultora da seringueira era evidentemente o caminho mais adequado à racionalidade capitalista do início do século XX, e inclusive já vinha sendo experimentado de forma pontual por alguns seringalistas desde 1905²²⁰.

Ao invés de almejar uma política de desenvolvimento da heveicultura, a elite gomífera propunha que a solução da crise deveria passar pelo aporte financeiro sistemático de recursos do governo federal para a sustentação do preço da borracha, tal como o criado para as exportações do café pelo Acordo de Taubaté de 1906, sob a justificativa ingênua que a Amazônia ainda detinha um quase-monopólio da produção gomífera²²¹.

A bem da verdade, é preciso que se diga que a elite gomífera, quase sempre retratada como perdulária e temerosa de inovação, pouco poderia fazer para reverter esse quadro. Em primeiro lugar é importante realçar que eram os aviadores a fração da classe dominante melhor colocada economicamente na formação socioespacial da Amazônia, constituindo-se como o único grupo capaz de efetivamente financiar os investimentos de longo prazo de que o desenvolvimento da heveicultura necessitava. Numa situação hipotética, na qual a monocultura da *hevea* desenvolvesse-se sem grandes problemas, o sucesso da heveicultura significaria o colapso do sistema de aviamento nos moldes como havia se reconfigurado para o extrativismo gomífero. A decisão pelo investimento na heveicultura – é bom lembrar, num quadro de crise e de incerteza estrutural – significaria o próprio suicídio empresarial do aviador, pois eliminaria a circulação do capital de juros dentro do sistema, principal modo de ganho a que tinha acesso.

Em segundo lugar, a implementação da heveicultura exigiria algum tempo de maturação e pesquisa científica, o que o ciclo gomífero não detinha mais, assim como um aporte robusto de recursos na forma de investimentos de longo prazo indisponível para qualquer uma das frações da classe dominante da Amazônia, cujo capital se encontrava imobilizado em imóveis. O governo federal era o agente convocado para ser o financiador desse novo modelo de desenvolvimento, uma vez que os outros entes federativos tinham gasto parcelas consideráveis de recursos em políticas migratórias para desenvolvimento de colônias agrícolas ou no financiamento de infraestrutura urbana para ampliar o estoque imobiliário das

²²⁰ WEINSTEIN, op. cit.,

²²¹ Depois de alguma pressão política da bancada paraense o governo federal promove, através do Banco do Brasil, a compra de borracha de cerca de ¼ do total produzido em 1910, mas logo se desfaz quando percebe que os preços não mostravam sinais de recuperação. Cf. WEINSTEIN, op. cit., p. 245.

idades.

Uma vez consolidada nos protetorados britânicos do sudeste asiático, a plantação monocultora em larga escala conseguiria reduzir o custo do látex mesmo em momento de alta de demanda, condição inversa da produção amazônica, na qual momentos de crescimento na demanda externa suscitavam maior deslocamento espacial na direção de novas áreas de coleta, ampliando o preço final pelo acréscimo de mais aviadores e “juros extras” ao sistema de aviamento²²². Em comparação à realidade da extração de borracha silvestre na Amazônia, a monocultura eleva a patamares astronômicos a produtividade do látex, tanto em relação aos custos com a força de trabalho quanto em relação à produção de borracha por hectare de seringueira plantada.

Nesse sentido, a crise estava relacionada eminentemente à queda no preço da borracha pelo aumento da oferta internacional de seringueiras nas fases ainda iniciais de produção; portanto, não se trataria de uma crise passageira como pensava grande parte da elite gomífera paraense no início da fase de declínio dos preços²²³. Ao chegar 1920, as exportações brasileiras de borracha silvestre, nesse caso incluindo as pouco relevantes exportações de borracha de baixa qualidade do nordeste, equivaliam a pouco mais 8% do total das exportações mundiais. O preço por sua vez declinaria para patamares de anteriores a 1870, inviabilizando de modo irreversível a estrutura produtiva do seringal-empório, gestada no período do auge.

A crise é potencializada pela própria lógica do sistema de aviamento, que funcionou contra a acumulação de capital no interior da estrutura de produção extrativista, e retardou a formação de um mercado interno significativo nos Estados amazônicos²²⁴. A imobilização do capital em ativos imobiliários, inviabilizaria as inversões substanciais da indústria local, no sentido de substituir importações, mesmo por parte dos agentes da estrutura de produção urbano-industrial, já que a especulação fundiária urbana drenava os recursos que poderiam ser direcionais para o mercado interno.

O colapso financeiro²²⁵ é brutal e incide sobre todos os agentes da estrutura

²²² SCHMINK; WOOD, op. cit., p. 86.

²²³ “Sem o benefício da perspectiva histórica, porém, a maioria dos amazônicos não percebeu imediatamente que a ruína se anunciava. Ao invés disso, a elite paraense viu inicialmente o colapso como uma depressão particularmente grave, não diversa do que a comunidade empresarial já sofrera em 1888-89, 1900-1 e 1906-7.” (WEINSTEN, 1993, p. 243).

²²⁴ SCHMINK; WOOD, op. cit., p. 87.

²²⁵ As falências apenas na praça de Belém se elevaram no ano de 1913 a aproximadamente 293 milhões de dólares em valores de 1992. Cf. BENCHIMOL, 1999, p. 3.

extrativista, além das finanças dos Estados amazônicos, cujas receitas caem em 1920 para quase um terço do que foram cinco anos antes, o que força a queda da despesa pública e gera um déficit orçamentário impagável²²⁶. Somente na praça de Belém as falências pronunciadas alcançariam um valor de quase 60 mil contos, com quase 20% desse passivo representando débitos com o Banco do Brasil. As perdas totais sofridas pelas 47 casas aviadoras que faliram em Belém chegavam à soma de quase 67 mil contos de réis. Não houve falências significativas entre os bancos locais, mas uma forte diminuição dos seus capitais pela metade do que eram no auge do ciclo.

Nada escaparia do colapso. Da crise financeira e da crise sobre os agentes da rede de comércio regional, seguiu-se uma extensa crise imobiliária que abalou as práticas rentistas da elite gomífera e sua principal reserva de valor. Os imóveis, outrora dados como garantia pelos empréstimos para aviar todos os agentes do sistema, passam à propriedade dos bancos locais para o pagamento das hipotecas contraídas pelos empresários da borracha. Ao serem colocados para leilão repetidas vezes para saldar as dívidas do aviamento, o componente especulativo do seu preço é praticamente eliminado, restando unicamente o valor do capital fixo que nem sempre era recuperado, dada a profundidade da crise²²⁷. Com isso, em 1915, a cidade de Belém chegaria a possuir cerca de três mil casas vagas²²⁸, enquanto em Manaus, na mesma época, esse número chegava a duas mil casas vagas, de um total de oito mil casas existentes²²⁹.

É difícil definir qual fração da classe dominante regional teria sido a mais bem-sucedida com o negócio da borracha²³⁰, em que pese os diversos rumos de sucesso e fracasso das casas aviadoras durante os 70 anos de exploração da goma elástica. É bem provável que os maiores beneficiários do ciclo gomífero tenham sido as casas exportadoras pelas práticas especulativas que praticavam²³¹. De todo modo, a consolidação do caráter irreversível da crise reflete sobre a comunidade imigrante de Belém e Manaus, particularmente a que tinha enriquecido como aviador ou seringalista. O abandono da “aventura” amazônica e o retorno à

²²⁶ SANTOS, op. cit., p. 240.

²²⁷ Essas informações foram extraídas a partir de dados compilados do jornal *Folha do Norte*, a partir das quais Weinstein defende que o preço dos bens imobiliários urbanos de Belém haviam caído em até 50% já em 1913. Cf. CANCELA, 2006.

²²⁸ CANCELA, op. cit.

²²⁹ Cf. BENCHIMOL, 1999, p. 5.

²³⁰ É evidente que os agentes que mais lucravam com a exploração gomífera eram os revendedores estrangeiros, contudo por não residirem na região, na sua maioria, não os consideramos para esse trabalho como classe dominante na divisão social do trabalho regional.

²³¹ SANTOS, op. cit.,

sua terra natal com o pouco de capital que restava foi o caminho tomado por muitos portugueses e brasileiros de outros Estados. Entretanto, a grande maioria teria permanecido na cidade mesmo depois de arruinados, vivendo em condições bem mais modestas e participando do comércio local em escala muito menor²³².

É bem provável que a parte que abandonou a região nem tenha ficado tempo suficiente para assistir às atabalhoadas e megalômanas tentativas de recuperação da economia, incluídas no bojo de um Plano de Defesa da Borracha elaborado pelo Governo Federal, que de fato possuía o caráter embrionário de um projeto de desenvolvimento regional. O plano fracassou completamente, não só pela dimensão reduzida de recursos aportados, dada a dimensão do mesmo, mas principalmente pelo modo incoerente com que algumas das suas ações foram tomadas. A começar pela sede institucional do órgão, localizada no Rio de Janeiro e com seção distrital no que hoje é o Estado de Roraima, quando o esperado era, pelo menos, a seção distrital ser implantada em Belém ou Manaus.

Dentro das políticas da heveicultura, eixo que deveria ser o mais importante do plano, das setes estações experimentais programadas, o governo federal resolveu executar seis, sendo somente duas nos Estados da Amazônia. Pouco efetivas também foram as políticas de capacitação dos seringueiros, colocada sobre a responsabilidade do Port of Pará, empresa do grupo Farquhar – responsável pelo transporte da borracha e proprietária do gigantesco porto de Belém²³³, inaugurado apenas dois anos antes do início da crise.

Os impactos da crise gomífera foram também demográficos, visto que entre 1910 e 1920, ocorreu um decréscimo da população à taxa anual de 1,1%, mas de forma diferenciadas entre os Estados. O Pará foi o único com decréscimo populacional em termos absolutos (-2,1%), enquanto o Amazonas apresenta um crescimento em ritmo baixíssimo (+0,1%), e o Acre por sua vez aumenta consideravelmente sua população (+2,2%). Em termos absolutos, o refluxo de população na Amazônia durante a fase de declínio do ciclo gomífero concentrou-se no retorno da força de trabalho nordestina, tanto dos seringais quanto da região bragantina, nos núcleos de colonização ao longo da estrada de Ferro Belém-Bragança. Os imigrantes estrangeiros porém não refluíram, e pelo contrário teriam aumentado durante no período, subindo de 7709 em 1900 para 43.294 em 1920, concentrando-se em ocupações relacionadas ao comércio urbano e volante, mas também às atividades do setor secundário no pequeno parque industrial que iniciava seu desenvolvimento em Belém.

²³² WEINSTEIN, op. cit.

²³³ A atribuição da capacitação dos seringueiros para *Port of Pará*, fazia com a capacitação dos seringueiros ocorresse nos navios de rota da companhia.

O colapso do sistema extrativista da borracha fez a renda interna chegar ao patamar de 74 dólares em 1920, valor inferior à renda estimada para o ano de 1850, no início do ciclo gomífero. A formação socioespacial da Amazônia se encontrava novamente isolada, mas agora segmentada entre três estruturas de produção: o extrativismo, a grande atividade agropecuária e as atividades manufatureiras de base urbana. É o aumento efetivo da população regional que estimula o desenvolvimento de atividades econômicas voltadas eminentemente para a reprodução diária da população. A população ativa que permanece na região se redistribuiu entre os setores da economia amazônica, elevando a participação nas atividades do secundário e do terciário. No primário, essa redistribuição ocorreu basicamente em direção às atividades agrícolas, na parte ocidental dos Estados do Amazonas e Acre, substituindo a atividade gomífera com pequenas lavouras de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Isso porque, até mesmo os miseráveis custos de reprodução do seringueiro tornaram-se inviáveis para os seringalistas. Independentemente das amarras econômicas e psicológicas que mantinham com os seringalistas, os seringueiros podem finalmente livrar-se da extração gomífera, retornando para sua terra natal ou consolidando uma estrutura familiar que atendesse às demandas do extrativismo de coleta²³⁴. Aos seringalistas restou utilizar o patrimônio que possuíam, no caso as estradas de seringueiras, como pagamento para quitar dívidas com aviadores de Belém e Manaus²³⁵; isso quando foi possível, já que mesmo oferecendo-o a um preço irrisório no mercado de Belém e Manaus, dificilmente encontravam compradores naqueles anos²³⁶.

De fato, são as atividades agrícolas que mais destacavam-se nesse período de crise aguda da economia, contando com uma forte intervenção do governo estadual²³⁷, particularmente na zona Bragantina paraense, no rastro das colônias criadas ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Mesmo se tratando de um crescimento de curto fôlego pela inadequação do solo bragantino às culturas de ciclo curto, e que basicamente servia ao abastecimento da capital, apresentou uma produtividade elevada, provavelmente em função do contingente nordestino que havia emigrado dos seringais e nessa região se dedicava exclusivamente às atividades agrícolas e não mais extrativas. Tanto é que, em 1918, o Pará já

²³⁴ “Muitos deles, no entanto, endividados e sem saldos, preferiram ficar nas suas colocações para se tornar caçador de peles de animais silvestres, coletor de ouriços de castanha ou se dedicavam à agricultura de subsistência com os seus roçados de mandioca, milho, feijão e arroz” (BENCHIMOL, 1999, p. 2).

²³⁵ Idem

²³⁶ WEINSTEIN, op. cit., 265.

²³⁷ SANTOS, op. cit.,

aparecia como um dos dez maiores produtores do Brasil de milho, feijão e arroz, além de ocupar a quarta posição como produtor de farinha de mandioca e, em 1919, apresentava um resultado de 2000 toneladas de algodão colhidos.

A produção animal, particularmente na região do Marajó e nos campos de Rio Branco, no atual Estado de Rondônia, expande-se em ritmo expressivo nesse decênio, em torno de 13%, tornando o Pará o décimo Estado em criação de gado no Brasil. Contudo, em comparação aos números de cabeças existentes antes do período de expansão, percebe-se que o crescimento na produção pecuária não acompanhou o aumento populacional dos anos de expansão²³⁸. O efeito político importante é que esse crescimento promove o retorno desse grupo, que abarca os descendentes das antigas oligarquias coloniais da Amazônia, assim como aos círculos de decisão política outrora ocupados pelos representantes da elite gomífera. A atividade extrativista prossegue com o domínio da castanha-do-pará e a extração madeireira ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança. É particularmente a exportação da castanha-do-pará que dali pra frente iria organizar uma nova fase do ciclo extrativista na formação socioespacial da Amazônia, menos robusta do que o ciclo gomífero, mas capaz de produzir encadeamentos internos mais relevantes do ponto de vista do beneficiamento industrial do que era extraído da floresta.

²³⁸ SANTOS, Op. cit., p. 273.

2. INTEGRAÇÃO, CRESCIMENTO ENDÓGENO E QUESTÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA

De segundo mais relevante produto de exportação brasileiro, a borracha silvestre da Amazônia caiu para uma posição periférica na pauta de exportação nacional. Perde relevância inclusive entre os próprios produtos do extrativismo amazônico, fazendo com que alguma décadas depois os estados da Amazônia se tornassem importadores de borracha natural, produzido em métodos racionais na região Sudeste²³⁹. As estruturas de produção da formação socioespacial da Amazônia seriam reorganizadas dentro de outras possibilidades de reprodução do capital, possibilitando uma nova fase do ciclo extrativista, baseada no comércio e no beneficiamento da castanha-do-pará e na articulação primário-exportadora com o mercado interno.

A extração da castanha seria consolidada em um longo período de estagnação e rearticulação da formação socioespacial da Amazônia, que culminou na sua anexação como região subnacional da formação socioespacial brasileira. Trata-se de um período no qual limites cambiais e espaciais promovem um crescimento industrial significativo para a dimensão econômica daquela formação, especialmente no estado do Pará. Um crescimento concentrado principalmente no beneficiamento de produtos do extrativismo e em bens de consumo não duráveis para o atendimento da demanda interna.

O beneficiamento necessário para a exportação dos produtos do extrativismo para o mercado interno articulava o parque industrial da região e suas principais plantas de produção. Diferente da borracha, o beneficiamento da castanha-do-pará é complexo e demandou a construção de grandes usinas. Da mesma forma, a articulação interna entre as atividades extrativistas rurais e as indústrias urbanas de Belém e Manaus passaria a organizar a produção de sacarias, voltadas para atender o complexo cafeeiro paulista, por meio do beneficiamento de fibras vegetais produzidas na região. Em especial, no caso do comércio da castanha-do-pará, trata-se de espaços eminentemente urbanos que levam à especialização da estrutura de produção extrativista e do próprio sistema de aviamento, eliminando as casas aviadoras e consolidando a figura do industrial-exportador da castanha, dono da usina de beneficiamento. Em outras palavras, pela primeira vez a estrutura extrativista da formação socioespacial da Amazônia conseguiria promover endogenamente uma restrita transformação

²³⁹ STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. 227 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.

industrial do que era coletado na floresta, sem que essa nova condição demandasse mudanças nas relações socioespaciais de produção que se manifestavam no interior do sistema de aviação.

Em paralelo a esse processo, a significativa urbanização “herdada” do período anterior e a proteção gerada pelos altos custos da navegação de cabotagem criaram um lastro fundamental para impulsionar o desenvolvimento de um pequeno parque de indústrias associado à estrutura de produção urbano-industrial. Tratava-se de indústrias de pequeno porte, na sua maioria, que passam a produzir em maior escalas alguns bens de consumo não duráveis voltados ao atendimento do mercado regional, como cigarros, sabonetes, cervejas, refrigerantes (guaraná), etc.

No capítulo que se inicia, o propósito é entender como as estruturas da formação socioespacial da Amazônia se transformaram entre o início da década de 1920 até meados dos anos de 1960, conforme se submetiam à condição de região do Brasil. Em complemento, busca-se entender como o espaço intraurbano de Belém se transformou conforme o circuito imobiliário amadurecia como espaço de reprodução mercantil de frações do capital comercial dos grupos empresariais locais.

Assim, na primeira parte do capítulo são realçados os antecedentes imediatos da fase inicial de articulação mercantil dos estados da formação amazônica com o mercado interno. Em particular, os aspectos da recuperação endógena das estruturas da formação amazônica após falência do fase gomífera do ciclo extrativista, destacando os efeitos sobre os alguns grupos industriais paraenses que apresentavam elevadas taxas de crescimento e da produtividade industrial antes do início da integração do mercado nacional. Na sequência do texto, são apresentadas as primeiras formas de articulação primário-exportadora da formação socioespacial da Amazônia com o mercado nacional, no rastro da recuperação da economia brasileira pós-crise de 1929. Esse período vai de meados dos anos de 1930 até o início dos anos de 1960 e inclui os efeitos dos Acordos de Washington e da criação das instituições de financiamento para o extrativismo gomífero. O fim da guerra e o grau de integração do mercado interno conduziram a reações regionais no sentido de defesa de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou seja, um projeto de desenvolvimento regional articulado que culminaria com a criação da SPVEA.

Em grande medida, ainda são escassas as discussões acadêmicas que detalhem a integração ao mercado nacional e os principais grupos empresariais da Amazônia nessa fase, particularmente, a relação desse processo com as primeiras formas de incorporação imobiliária em Belém. Nesse sentido, a segunda parte do capítulo tateia esse universo a partir

da compilação de dados extraídos de balanços divulgados por grupos empresariais de sociedade anônima de capital fechado de origem e atuação local. Nesse levantamento, é possível quantificar uma parcela da prática recorrente de imobilização dos ativos em imóveis urbanos, o que contribuiu para a metamorfose no sentido da incorporação imobiliária e na absorção pelo grupo empresarial dos ganhos permitidos pelas atividades imobiliárias como importante frente de geração de valor.

2.1. Reestruturação endógena: crescimento industrial e valorização regional (1920 – 1964)

Não é só na Amazônia que as atitudes individuais e coletivas tomadas para superar a escassez de força de trabalho, nas últimas décadas do século XIX, redundaram em mudanças definitivas no rumo do desenvolvimento capitalista do país. Como nos ensina Francisco de Oliveira²⁴⁰, até pelo menos 1930, a República Federativa Brasileira, de dimensões geográficas continentais, era na verdade um amontoado de “ilhas econômicas”, um arquipélago de regiões – a qualidade pictórica das metáforas do sociólogo recifense é reconhecidamente uma das maiores qualidades didáticas dos seus textos. A imagem do arquipélago regional brasileiro como o resultado espacial do longo padrão primário-exportador de acumulação consolidado no país²⁴¹ talvez seja, entre os economistas, a metáfora mais emblemática do autor, ou ao menos a mais solicitada para resumir as causas que originam a questão regional brasileira a partir do final dos anos de 1950. E não por acaso.

Integrar o mercado nacional significava, na primeira metade do século XX, unir fisicamente o país, conectar as “ilhas regionais” e redirecionar seus excedentes para um continental mercado interno. Ao longo desta tese, o equivalente ao que seria a “ilha regional amazônica” vem sendo enquadrado como uma formação socioespacial dependente, que intitulamos como formação socioespacial da Amazônia. Por conta disso, a integração da Amazônia ao mercado nacional significaria mudanças nas formas que o capital, na sua forma mercantil, encontrava para se reproduzir nas estruturas de produção predominantes na formação socioespacial da Amazônia, conforme se altera paulatinamente o padrão de concorrência a que estavam submetidos os grupos empresariais locais.

Na visão aqui apresentada, defendo que o modo como se processou a integração

²⁴⁰ OLIVEIRA, 2008.

²⁴¹ Sobre a periodização da industrialização brasileira ver: CARDOSO DE MELLO, J. M., **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense, São Paulo, 1982; mas também: TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3. ed. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1998.

do mercado nacional contribuiu para liquidar a formação socioespacial da Amazônia como espaço restrito de reprodução do capital, transformando a Amazônia em região subnacional da formação socioespacial brasileira e, portanto, fronteira de acumulação do capital nacional e internacional. O avesso do processo de fronteirização da Amazônia se deu pela constituição de órbitas reservadas, de base eminentemente urbana e de caráter patrimonial-rentista, capazes de dar continuidade aos processos reprodução de um capital cuja origens remontavam às antigas estruturas produtivas da formação amazônica.

Em uma leitura ampliada de como se encontrava a economia brasileira, nas primeiras décadas do século XX, fase final do padrão primário-exportador de acumulação do capital, Wilson Cano entende que o território nacional possuía consolidados dois complexos econômicos regionais²⁴² e algumas “economias”²⁴³. Como complexos regionais, estariam incluídos o complexo cafeeiro paulista e o complexo nordestino, enquanto a Amazônia e os estados da região Sul, por exemplo, poderiam ser tratados como “economias”, já que não teriam logrado promover a diversificação de sua estrutura produtiva a partir do seu principal produto de exportação – no caso amazônico, a borracha, e no caso sulista, o de alimentos para o mercado interno.

O declínio ou estagnação das economias cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, da Zona da Mata e Sul de Minas Gerais e do sul do Espírito Santo frente ao complexo cafeeiro paulista são evidências de que somente a produção do café para exportação não seria suficiente para atingir um novo patamar de desenvolvimento econômico, “basicamente porque a maior semelhança dessas economias cafeeiras era – sem querer fazer humor – a da

²⁴² A categoria complexo econômico regional deve entendida como um conjunto econômico integrado, no qual atividades econômicas diversas se apresentam inter-relacionadas e sobre a qual atuam variáveis independentes ou não ao conjunto. Um complexo econômico tem sua estrutura e dinâmica duplamente determinada pela relação de engate com o exterior e pelo modo como o capital se reproduz internamente, conectando as diferentes localidades e atividades produtivas regionalizadas. Cf. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1975. p. 25; e BRANDÃO, C.; GUIMARÃES NETO, L. A formação econômica do Brasil e a questão regional, In: COELHO, F. C.; GRANZIERA, R. G. (Org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Editora Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2009, v. 1, p. 202-225.

²⁴³ É evidente que não se trata de um mero jogo semântico, os três casos empregam categorias analíticas distintas utilizadas para compreender realidades históricas concretas, também distintas. Entretanto, não cabe nos objetivos desse trabalho propor um longo debate sobre em que momento tais categorias convergem ou divergem nas suas estruturas analíticas e teóricas de interpretação da realidade, mas buscar a complementariedade presente nas respostas que apresentam. Em poucas palavras apenas pode-se dizer que Oliveira contribui mais para conceituar a região do que efetivamente empreender uma análise da questão regional a partir de uma pesquisa criteriosa sobre a integração do mercado nacional, como faz Cano. Oliveira de fato, apresenta de forma rigorosa a evolução do desenvolvimento capitalista na estrutura socioespacial nordestina, apontando as motivações internas que levam às reações políticas da classe dominante regional levantando a bandeira do planejamento regional do desenvolvimento.

natureza da árvore cafeeira²⁴⁴”. O segredo estava na adoção de relações capitalistas de produção nas atividades da economia cafeeira, condição cujos pioneiros foram os agentes da economia cafeeira paulista.

Com o desenrolar do ciclo cafeeiro na região sudeste, a consolidação do complexo paulista como espaço preponderante da produção e exportação cafeeira no país ocorre paralelamente ao declínio e estagnação das outras economias que também tinham o café como importante produto de exportação. No caso fluminense, o declínio da atividade foi mais intenso na medida em que a dependência das relações de produção baseadas no trabalho escravo somaram-se ao aumento do preço das terras férteis disponíveis e às elevadas margens de lucros dos intermediários. As inversões industriais, apesar de não serem desprezíveis naquele contexto, pouco relacionavam-se à economia cafeeira, estando atreladas à demanda por bens de consumo não duráveis diante da elevada taxa de urbanização do Estado e a própria condição de capital da República.

As relações de produção escravas também predominavam na produção cafeeira da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais, sendo que a saída adotada com a escassez do negro na região foi o retalho da terra em pequenas propriedades e a instituição de um *regime de parceria* que, apesar de incorporar produtivamente homens livres como força de trabalho, não foi capaz de constituir um regime assalariado de produção. Ademais, a barreira geográfica que limita o acesso da região ao mar, tornou aquela produção dependente dos intermediários de outros estados, principalmente Rio de Janeiro e posteriormente Espírito Santo, não retendo na região de produção ou nas capitais do estado de Minas Gerais os excedentes da exportação do café²⁴⁵.

Por último, na economia primário-exportadora do Espírito Santo pós-abolição, predominavam também o regime de parceria e o trabalho familiar com baixo assalariamento da força de trabalho, no qual o cultivo de café ocorria em pequenas propriedades, mas combinado a outras culturas de subsistência. Da mesma forma que na economia mineira, a dependência de intermediários fluminenses impedia que o excedente do café ficasse retido na região, o que, somado à baixa urbanização e à dispersão da propriedade fundiária e relativa pulverização do capital comercial, inviabilizou a formação de um complexo econômico capixaba²⁴⁶.

²⁴⁴ CANO, 2002, p. 95.

²⁴⁵ CANO, op. cit., , p.61.

²⁴⁶ MACEDO, F. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: Gráfica e Editora América / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2013.

Em outras palavras, apesar de lograrem algum tipo de encadeamento industrial, as três economias cafeeiras que haviam se estabelecidos no Sudeste, em conjunto com o complexo cafeeiro paulista, esbarravam em limites de expansão que derivavam das relações socioespaciais de produção estabelecidas com a força de trabalho e com os elementos da força produtiva empregados no cultivo e beneficiamento do café. Da mesma forma como ocorrera na formação socioespacial da Amazônia, o movimento de superação do limites internos dessas economias, em especial após o escasseamento da força de trabalho escrava, não culminou no sentido da formação de relações de produção capitalistas e de um mercado de trabalho assalariado. Isso só se diferenciou no interior das relações socioespaciais do complexo cafeeiro paulista, o primeiro a adotar relações capitalistas de produção que dinamizariam a demanda interna por bens de consumo, garantindo demanda efetiva para inversões industriais substituindo importações.

Um caso à parte é o complexo nordestino, este sim com importantes encadeamentos industriais, mas também sem o predomínio de relações capitalistas nas suas estruturas de produção. Historicamente o complexo nordestino possuía estruturas de produção bem definidas, com frações da classe dominante e de capitais que se mantinham a partir da exportação de gêneros agrícolas, prioritariamente o açúcar, mas que também contavam com o cacau, fumo e algodão, exportados em menor quantidade. Em segundo plano, estavam as frações de classe e de capitais do sistema de criatório no qual se organizavam a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência²⁴⁷. Do lado açucareiro, prevaleciam grandes imobilizações de capital, estruturas industriais concentradas no litoral e uma complexa administração que conectava o sistema ao mercado externo²⁴⁸. O binômio engenho e fazenda de cana-de-açúcar constituía-se como o *locus* de reprodução das frações do capital mercantil que comandava a atividade exportadora do açúcar, articulando organicamente atividades modernas de transformação industrial da cana em açúcar com atividades atrasadas da agricultura canavieira, só posteriormente concentradas com a ascensão das usinas²⁴⁹. Do outro lado, prevalecia a pecuária extensiva difundida em quase todo território regional desde o século XVIII, pouco monetizada e menos complexa em sua administração. Tinham como *locus* de reprodução do capital as grandes fazendas do sertão nordestino, onde eram comuns

²⁴⁷ FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁴⁸ GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.p. 27.

²⁴⁹ cf. OLIVEIRA, F. L. P. **Estrutura e evolução de capital em Pernambuco**: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011. p. 32 -40.

as práticas da meação ou a do arrendamento, relações socioespaciais de produção próprias do Nordeste, pelas quais se expropriava a força de trabalho nordestina no espaço rural, obstaculizando a acumulação de capital e o desenvolvimento de um mercado de trabalho e consumo capitalista²⁵⁰.

Os elementos e variáveis que compunham o complexo nordestino, apesar de interligados, não possibilitavam a formação de uma estrutura econômica suficientemente dinâmica e capaz de reduzir custos de produção, ampliando ganhos de produtividade. Em grande medida, no final do século XIX e início do XX, não contava com um produto forte de exportação, como ocorria em paralelo com o complexo cafeeiro paulista e mesmo com a economia amazônica da borracha até 1912. O algodão e o açúcar, tradicionais produtos de exportação durante o período colonial, haviam perdido competitividade internacional e sua produção tinha-se tornado dependente do reduzido e pobre mercado interno regional, cuja taxa de urbanização das suas principais cidades era bem menor que Rio de Janeiro e São Paulo²⁵¹.

Por outro lado, a perda de dinamismo na inserção internacional não altera as estruturas que prevaleciam no complexo nordestino, mantendo as suas débeis relações de produção e o colonial padrão de concentração fundiária e de renda. Com isso, apesar de se constituir como um complexo econômico, a atividade produtiva nordestina se mostrava incapaz de acompanhar no mesmo ritmo as transformações na dinâmica da demanda de bens de consumo que impulsionava o desenvolvimento no complexo cafeeiro²⁵². De tal forma, mesmo havendo uma participação importante de atividades industriais no complexo nordestino, estas logo perdem competitividade para os grupos que se estabelecem em São Paulo nas primeiras décadas do século XX²⁵³.

Assim, em linhas gerais, a preponderância do complexo cafeeiro paulista, frente aos outros complexos econômicos regionais brasileiros, resultou da solução adotada pelos

²⁵⁰ Cf. CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classes dominantes no Nordeste**. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1990. p. 157-158.

²⁵¹ CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1975. p.104.

²⁵² “Parece-me claro que, pelo menos até a primeira década do século XX, o complexo nordestino não conseguiu superar sua conformação estrutural, que se reflete basicamente no problema do excedente e no problema do mercado. Com efeito, a rígida estrutura da propriedade, tornando a oferta de terra praticamente inelástica, faz com que o regime de salários se torne de fato, de “fachada”. Com isto, as mudanças nas relações de produção pouco se alteram qualitativamente, perpetuando portanto a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidíssimos salários, rigidificando-se, assim não somente a estrutura, mas também a própria dinâmica da demanda de bens de consumo simples, de bens de luxo e, principalmente, de bens de produção” (CANO, 1975 p.105).

²⁵³ GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 43.

seus agentes econômicos para superar a escassez de força de trabalho²⁵⁴. O sistema de colonato com imigrantes europeus teria sido o responsável por efetivamente subordinar o trabalho ao capital no interior daquele complexo, implantando de forma hegemônica relações capitalistas de produção no seio da economia cafeeira paulista.

Às mais avançadas relações de produção, em comparação com as outras ilhas regionais, soma-se um conjunto virtuoso de fatores que ampliaram os efeitos multiplicadores das inversões industriais do complexo cafeeiro paulista, no sentido da redução dos custos de produção e ampliação do nível de produtividade, da geração de excedentes, das possibilidades de investimentos produtivos e de criação e acesso a novos mercados. É importante citar alguns dos componentes e variáveis que conectam o complexo cafeeiro dentro de uma espiral ascendente de produtividade e geração de riquezas: i) a consolidação de uma agricultura produtora de alimentos e matérias-primas de forte dinamismo e baseada no trabalho livre; ii) a implantação e desenvolvimento de um extenso sistema ferroviário, motor fundamental para a expansão da acumulação primitiva em direção ao oeste paulista e de demandas de bens industriais; iii) a expansão do sistema bancário; iv) o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura urbana; v) a disponibilidade de terras, particularmente na região do oeste paulista; vi) as políticas de defesa e valorização do café, dentre outras.

2.1.1. Antecedentes: o pós declínio e os limites da ilha regional

Se no interior da formação socioespacial da Amazônia havia alguma possibilidade de constituição de um complexo econômico integrado a partir da exportação da borracha – aos moldes do que paralelamente havia-se consolidado em São Paulo –, quando se confirma o declínio do preço da borracha silvestre no mercado internacional essa possibilidade se tornaria mais remota a cada dia. O sentido dos investimentos industriais durante o ciclo, particularmente na Amazônia paraense, deixa claro a fragilidade das ligações que porventura haviam-se constituído entre as três estruturas de produção predominantes da formação amazônica.

De um lado, encontrava-se a estrutura extrativista, economicamente mais relevante no sentido da reprodução do capital ao longo da história regional, condição que a tornou mais articulada com a demanda externa. Era representada por agentes econômicos que personificavam frações do capital comercial, portador de juros na sua forma mercantil, e que

²⁵⁴ CANO, op. cit., p.55.

se integravam pelo sistema de aviação, cuja dialética interna permitia drenar a renda e o capital gerados no interior da região no sentido dos seus principais pontos de exportação. Como se viu no capítulo anterior, no auge da fase gomífera do ciclo extrativista, a dialética interna dessa estrutura, ao passo que desobrigava a demarcação formal da terra rural, dado a lógica de coleta em “estradas” e o controle policial sobre a força de trabalho, obrigava à formação de um mercado de terras urbano para viabilizar o extravasamento do capital acumulado na atividade gomífera em direção ao circuito imobiliário.

É importante destacar que a condição de hegemonia da estrutura extrativista, definiria não só a hinterlândia de Belém, como conformaria um desenho peculiar para a rede urbana da formação amazônica que se articulava econômica e culturalmente pelo modal fluvial de transporte de pessoas e mercadorias. A hierarquização dos pontos nodais incluiria dos menores pontos de assentamentos humanos, como as vilas ribeirinhas em comunidades extrativistas, passando por cidades maiores, como Santarém no baixo Amazonas paraense ou Marabá no encontro do Itacaiúnas com o Tocantins, até chegar a Belém, principal porta de saída para o mercado externo.

No campo oposto da formação Amazônica, havia duas estruturas de produção distintas, economicamente periféricas na formação socioespacial da Amazônia e articuladas mais diretamente à demanda interna de bens de consumo de primeira necessidade: uma de base agrícola; e outra urbano-industrial, basicamente centrada em gêneros alimentícios, pequenas manufaturas e bens de consumo não duráveis. Em regiões específicas do mundo rural paraense, particularmente na região do Marajó, no entorno da cidade de Belém e de Cametá, na região do Baixo Tocantins, a estrutura agrícola conformara como espaço social o que restou de grandes latifúndios coloniais dedicados à agropecuária ou à produção de derivados da cana-de-açúcar. É importante lembrar que, na sua maioria, a propriedade desses espaços remetia a famílias de colonos portugueses que migraram para a região no século XVIII, que, apesar de menos importante na reprodução do capital mercantil regional, correspondiam a grandes proprietários de terra rural e urbana que também tradicionalmente ocupavam os cargos políticos e administrativos dos estados amazônicos.

Com o advento da Cabanagem, a abolição dos escravos e o escasseamento da força de trabalho durante o ciclo gomífero, a estrutura agrícola enfrentaria um longo período de crise que só foi parcialmente superado depois de uma rodada de incentivos estatais quando do declínio da atividade gomífera. Como resultado, seriam ampliadas as atividades agrícolas baseadas na pequena e média propriedade rural na região nordeste paraense, no entorno da Estrada de Ferro Belém-Bragança e posteriormente em outras regiões do Estado – em regiões

de colonização inicialmente previstas para estrangeiros e que posteriormente são ocupadas por nordestinos, antigos seringueiros.

Ainda mais periféricas na formação socioespacial da Amazônia eram as atividades ligadas à estrutura urbano-industrial, cujo espaço social restringia-se basicamente a Belém e Manaus, cidades onde se concentravam a produção de manufaturas e insumos de primeira necessidade utilizados na atividade extrativa e na construção civil, além dos pequenos centros de bens de consumo não duráveis de primeira necessidade utilizados na vida cotidiana da população rural e urbana na Amazônia²⁵⁵. A origem do capital dessa estrutura viria do pequeno comércio que possuía associada alguma atividade manufatureira ou industrial de pequeno porte. Em sua grande maioria, eram personificadas por agentes econômicos individuais que produziam e vendiam seus produtos dentro de unidades produtivas familiares, ocupando no mais das vezes o mesmo espaço físico que habitavam.

É nesse sentido que devem ser interpretados os número registrados no censo industrial de 1907, em que se evidencia a prevalência de oficinas de manufaturas sobre a grande indústria, mesmo no auge do ciclo gomífero. Naquela ano, em todos os estados da Amazônia, foram registrados 146 estabelecimentos industriais, o que correspondia a ínfimos 4,9% do total registrado no Brasil²⁵⁶, número insignificante considerando-se a importância da economia gomífera para o todo da economia brasileira naquele momento. Esses espaços operavam com instrumentos de trabalho simples, ocupando força de trabalho predominantemente familiar, cujo valor de produção em média não ultrapassava o montante de dezoito contos de réis²⁵⁷.

Dessa fase, são poucos os estabelecimentos industriais paraenses que se destacam pela sua escala de produção, apresentando características mais próximas de um padrão industrial de acumulação. Um dos casos mais emblemáticos foi o da Fábrica Palmeira, fundada em 1892, em Belém, e reorganizada em 1901 para se tornar parte das empresas do grupo Jorge Correa & Cia. Dedicava-se à produção de pães, torrefação de café, produção de açúcar refinado, biscoitos, chocolates, amêndoas, entre outras mercadorias. Em 1907, possuía mais de 400 operários de ambos os sexos e ocupava uma área de aproximadamente 15.000 metros quadrados no centro comercial de Belém. O seu proprietário, João Jorge Correa era um importante empresário da colônia portuguesa paraense que detinha o título de

²⁵⁵ MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

²⁵⁶ Segundo do Censo de 1920, em 1907 foram registrados cerca de 2988 estabelecimentos industriais em todo Brasil.

²⁵⁷ SANTOS, 1978, p. 131-133.

comendador, uma condecoração do governo português dado aos profissionais ou empresários que haviam enriquecido com o próprio mérito, significando uma importante forma de promoção social na sociedade amazônica da época²⁵⁸.

Outro caso importante é o da Fábrica de Cerveja Paraense, fundada em 1905 por João Moreira e logo posteriormente adquirida por Antônio Faciola, Eduardo Tavares Cardoso e Menassés Pension. No auge do ciclo gomífero, a fábrica empregava cerca de 150 operários e tinha capacidade de armazenagem de cerca de doze mil litros²⁵⁹. Os dois primeiros eram proeminentes empresários paraenses do ciclo gomífero do ramo gráfico. O mais importante deles era Antônio Faciola, imigrante italiano que chegou em Belém no final dos XIX como professor de piano; abriu inicialmente uma livraria (livraria Maranhense), tornando-se posteriormente senador do Estado e sócio-proprietário do Banco do Estado do Pará. Entre as décadas de 1920 a 1940, Faciola permaneceria na cidade e se tornaria uma importante figura política da região, chegando a ocupar o posto de intendente de Belém.

Nos casos citados, trata-se de estabelecimentos que surgiram a partir de investimentos associados à estrutura urbano-industrial de produção, ou seja, cuja origem e valorização do capital provêm prioritariamente de atividades relacionadas ao comércio e à produção industrial de base urbana. Durante aquele período, ao que tudo indica, o acúmulo da riqueza dos poucos grandes grupos industriais que têm origem dessa estrutura não apresentava relação direta com a atividade extrativista, tampouco com a estrutura de produção agrícola. É evidente, entretanto, que não se trata de esferas desconectadas de valorização, afinal são os exorbitantes lucros da atividade de exportação gomífera, durante o período auge do ciclo, que efetivamente sustentavam o elevado padrão de consumo da classe média e da elite regional, consequentemente, criando a demanda efetiva para esse tipo de investimento.

Em suma, pode-se considerar que a incapacidade de se estruturar um complexo econômico amazônico, em grande medida, decorria da falta de complementariedade de investimentos industriais protagonizados pelas três estruturas de produção presentes na formação socioespacial da Amazônia. Isso significa que, por mais que se registrem casos importantes de inversão industrial durante o ciclo gomífero, trata-se de investimentos que surgem desvinculados de elementos internos capazes de reduzir os custos de produção e ampliar a produtividade da economia regional, seja na atividade de extração do látex ou na cultura de produção agrícola, seja na própria atividade industrial de base urbana.

²⁵⁸ BENCHIMOL, 2009, p. 87.

²⁵⁹ MOURÃO, 1989, p. 42.

O sentido prioritário de atender à demanda de bens de consumo não duráveis, impossibilitava que as fracas ligações orgânicas entre aquelas estruturas de produção evoluíssem para a constituição de um complexo econômico integrado, eventualmente permitindo o ganho de produtividade na atividade extrativa da goma ou a diversificação industrial em relação ao simples beneficiamento da borracha como produto demandado pelo mercado internacional. Contudo, é importante deixar claro que o crescimento industrial registrado durante a fase gomífera do ciclo extrativista também contou com inversões importantes de frações do capital comercial ligado à estrutura extrativista. São grupos que não abdicam de tentativas de beneficiamento da borracha ou de outros produtos oriundos da atividade extrativa vegetal. Fica clara a existência dessas tentativas quando se observa a trajetória das Irmãos Bitar S/A, fundada na primeira década do século XX e dedicada à transformação industrial das *pélas* de borracha em artefatos pneumáticos.

Com o declínio que se segue a partir de 1912, a possibilidade de articulação de um complexo econômico integrado durante a década de 1920 e 1930, antes do início das primeiras articulações internas com o mercado nacional, passa a depender ainda mais da existência de um mercado de consumo, prioritariamente urbano, espacialmente restrito aos estados da Amazônia. É nesse sentido que devem ser interpretados os investimentos industriais que se concentraram no setor de bens de consumo não duráveis das duas capitais, como um processo de substituição de importações a nível regional voltado a atender, no limite do possível, o padrão de consumo que se havia consolidado nas décadas anteriores²⁶⁰. De fato, um mercado de consumo robusto só era realidade na cidade de Belém, que contava com cerca 200 mil habitantes, e em menor grau em Manaus, onde havia 80 mil moradores. Somente ali, as “heranças” demográficas do fase de exploração do látex do ciclo extrativista estimulariam o crescimento de setores voltados para o atendimento de demandas básicas do mercado interno regional.

Importa ressaltar também que a reestruturação de parte da economia amazônica, no sentido da substituição de importações de bens de consumo não duráveis, ocorreria em paralelo ao início de uma nova fase do ciclo extrativista, voltado agora para a exploração e beneficiamento da castanha-do-pará. Embora menos pujante, essa condição ainda manteria viva o caráter hegemônico das relações socioespaciais de produção que tinham como pano de fundo a prática do aviamento, concentrando em torno de si a maior parte do capital originado na formação amazônica, inviabilizando, com isso, a distribuição da renda extraída no mundo

²⁶⁰ COSTA, op. cit., 2012.

rural amazônico ou o avanço da urbanização capaz de ampliar o mercado de consumo regional.

A simultaneidade entre reestruturação endógena com base em atividades industriais dedicadas à produção de bens de consumo não duráveis e a expansão das exportações da castanha-do-pará levaria à consolidação de duas trajetórias distintas das atividades industriais na economia paraense. Uma primeira, de maior escala de produção e associada mais diretamente ao extrativismo e beneficiamento da castanha-do-pará, cuja dialética interna impõe novos elementos para a força produtiva, ao mesmo passo em que resiste a transformações nas relações de socioespaciais de produção. Em outras palavras, não se elimina a dependência do aviamento e seus juros extras, mas se incorpora à cadeia produtiva a atividade industrial de beneficiamento da castanha-do-pará e, em menor escala, da borracha, ambas em grandes usinas construídas em Belém nas suas áreas de entorno.

Esse é precisamente os casos da Beneficiadora de Produtos da Amazônia S/A, da família Benzecry, a Irmãos Bitar S/A, da família Bitar e a Companhia Industrial do Brasil de propriedade das famílias Chamiê, Chady e Thomé. Nos três casos, trata-se de grupos industriais que se desenvolvem como grande beneficiadores de produtores do extrativismo, com destaque para a produção de artefatos de borracha e para o beneficiamento da castanha-do-pará em grandes usinas construídas em Belém, a partir de 1930. Nos três casos, a origem do capital estava ligada a atividades referentes ao comércio e à exportação de todos os tipos de gêneros do extrativismo, conectando-se à estrutura de produção extrativista inicialmente como aviadores e importadores.

Segundo os registros encontrados durante a pesquisa, o imigrante sírio Chicre Miguel Bitar chegou à Amazônia nas últimas décadas do século XIX, naturalizando-se brasileiro somente no ano de 1925²⁶¹. A primeira atividade econômica associada à Família Bitar, inicialmente como Bitar Irmãos & Cia, diz respeito ao Grande Armazém Independente, um armazém de importações de produtos diversos (fazendas, miudezas e artigos de armarinho)²⁶², cuja fundação remonta ao ano de 1898 e que, em 1915, contava com a matriz em Belém e filial na cidade de Altamira²⁶³. A partir de 1921, aparecem os primeiros registros

²⁶¹ Dados referentes à consulta, na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional no Relatório dos Presidentes dos Estados do Brasil do ano de 1928. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

²⁶² Todas as referências sobre a origem do capital dos grupos e das famílias estudadas foi realizada a partir de consultas em diversas edições do Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, disponível na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

²⁶³ Referências extraídas a partir de consulta no Anuário de Belém de 1915, disponível na hemeroteca on-line da

do Bitar Irmãos & Cia como exportadores de borracha e algodão, além de proprietários de empresa de navegação com o vapor Simão Bitar.

De modo semelhante, Francisco e José Chamiê chegaram à Amazônia ainda durante o auge do ciclo gomífero, provavelmente nos primeiros anos de 1900. No ano de 1911, José Chamiê aparece como comerciante de secos e molhados na cidade de Baião, no baixo Tocantins, enquanto Francisco Chamiê surge como comerciante de secos e molhados somente no de 1917. Somente no anos de 1922 aparecem os primeiros registros da família com atividade comercial na cidade de Belém, também como aviadores e importadores.

Por sua vez, a família Benzecry chegou na Amazônia na fase de auge do ciclo gomífero, no que Benchimol classificou como a segunda geração dos judeus-amazônicos²⁶⁴. Entre os anos de 1907 e 1918, os negócios da família concentravam-se unicamente nas atividades de importação, exportação e aviamento, com endereço da firma registrada na cidade de Belém, mas sem evidenciar a discriminação dos produtos exportados. É somente a partir de 1931 que os produtos exportados pela família Benzecry aparecem discriminados e neles consta a importância e a diversidade da atividade extrativista para o grupo empresarial. Ainda sem promover o beneficiamento da castanha-do-pará, em 1931, as firmas de propriedade da família Benzecry exportavam: couros e peles de animais, timbó²⁶⁵, cacau, castanhas *in natura*, cola de peixe, óleo de copaíba, diversos óleos vegetais e pluma de garça.

A segunda trajetória industrial, de pequena e média escala, aparece mais diretamente associada ao atendimento das demandas criadas pelo mercado interno regional e pela condição de isolamento da formação socioespacial da Amazônia. É importante destacar que, desde 1912, a população vinha diminuindo pelo refluxo de mão de obra, a uma taxa de 1,09% a.a., mas ainda assim totalizava cerca de 1.439.052 habitantes pelo censo de 1920, o que representava população regional quatro vezes maior ao período anterior à fase de exploração gomífera do ciclo extrativista²⁶⁶. Ademais, mesmo a renda interna líquida, que naquele ano representava apenas pouco mais de um quinto (1/5) do que havia sido registrado em 1910²⁶⁷, significava um expressivo crescimento da renda interna em comparação ao início da exploração gomífera. Em outras palavras, mesmo lastreada pela superexploração da força

Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

²⁶⁴ BENCHIMOL, 1998.

²⁶⁵ O termo timbó inclui plantas que se encontram em alguns tipos de cipó trepador cujas cascas e/ou raízes que possuem uma seiva tóxica que ao ser dispersada em pequenos cursos d'água facilita a pesca.

²⁶⁶ Segundo dados do censo de 1872, os estados da Amazônia contavam com pouco mais de 330 mil habitantes.

²⁶⁷ SANTOS, op. cit.

de trabalho no seringal e na especialização do produto extraído da floresta, a Amazônia saía mais rica da fase gomífera do ciclo extrativista.

Conforme aprofundava-se a restrição cambial e financeira da economia local, a demanda por produtos importados criada pelo crescimento demográfico e da renda interna da região estimularia um restrito processo de substituição de importações²⁶⁸. Isso se comprova pelo crescimento mais expressivo no número de estabelecimentos industriais após 1912, ou seja, após o declínio do valor de exportação da borracha no mercado mundial. Do total de 247 estabelecimentos industriais registrados no censo de 1920, cerca de 63% foram fundados entre os anos de 1910 e 1919, com destaque para as indústrias de vestuário, alimentação, fábricas de sabão e de remédios.

De fato, os dados referentes à indústria paraense são os que mais se destacam nas estatísticas do período. Entre os anos 1907 e 1920, o Pará foi o estado da região que registrou a maior taxa de crescimento em seu parque industrial, enquanto no Amazonas os dados do censo de 1920 mostram uma efetiva redução da atividade industrial em todas as variáveis levantadas²⁶⁹, e no território do Acre um quase desprezível crescimento, já que em 1907 não havia sido registrado a existência de qualquer estabelecimento industrial²⁷⁰.

É evidente que não se trata de um crescimento sequer comparável à indústria paulista, tampouco ao registrado nos estados nordestinos. De fato, o parque industrial paraense, mesmo que relevante para os patamares da economia regional, não representa nem 2% do total de estabelecimentos industriais do Brasil. Se compararmos apenas aos estabelecimentos industriais registrados no estado de São Paulo, esse percentual chega a pouco mais de 4% do total; e, mesmo em relação aos estados da região Nordeste, o Pará fica à frente somente do Maranhão e Piauí em termos de estabelecimentos industriais (Apêndice A).

Os dados mostram que entre 1907 e 1920, o número total de estabelecimentos industriais paraenses chega a triplicar, passando de 54 para 168. Embora em menor proporção, foi crescente também o número de operários empregados na indústria paraense,

²⁶⁸ Na interpretação de COSTA (2012b, p. 107), se verifica na região amazônica “um fenômeno semelhante ao da aceleração da industrialização de São Paulo pela substituição das importações que a perda da economia cafeeira produzira, pontualmente no início do século, e vigorosamente ao longo dos anos trinta”.

²⁶⁹ Em relação ao número de estabelecimentos a queda é da ordem de 25%, enquanto que em número de empregados e valor de produção essa redução chega a 46% e 59%, respectivamente. Foi somente em relação à variável que diz respeito ao capital das indústrias que esse valor permanece praticamente o mesmo, com uma redução de apenas 1% em 1920 comparado com o levantamento de 1907.

²⁷⁰ No Acre, o número de estabelecimentos industriais registrados no censo de 1920 foi de apenas 10, com 22 operários empregados e um valor de produção que somado correspondia a menos de 0,5% do valor de produção total do parque industrial da região.

que passa de 2.539 em 1907, para 3.033 em 1920, pouco mais de 19% de crescimento. Mesmo apresentando um crescimento modesto no número de empregados, as taxas de crescimento do capital empregado na indústria paraense e do valor do que era produzido apresenta um crescimento de 86% e 100%, respectivamente. No total, o Pará acumulava quase 70% dos estabelecimentos industriais da Amazônia com cerca 82,2% dos seus operários, abrigando 86,1% do valor total da produção registrada em 1920 e 79,4% do capital aplicado na indústria regional. Ademais, isso indica que não só se registra um crescimento na atividade industrial como um todo, como também esse crescimento foi acompanhado de uma elevada taxa de produtividade na indústria²⁷¹. É interessante, no que tange ao valor da produção, que a indústria paraense apresenta resultados superiores a estados como Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará, que possuíam um número muito superior de estabelecimentos industriais e operários²⁷². No censo de 1920, o maior número de estabelecimentos industriais foi registrado como firmas individuais, contudo, estes empregavam somente 30% do total dos operários registrados. A maior parte dos empregados do setor, cerca 60%, estavam alocados em indústrias registradas como sociedade em nome coletivo, que também registraram o maior valor de produção naquele ano, cerca de 74% do total registrado²⁷³.

Dentro desse contexto, surgiria o embrião das Perfumarias Phebo S/A e a consolidação da fábrica Perseverança, cujas trajetórias do capital são objetos de pesquisa desta tese. A Phebo teve início como desdobramento dos negócios da família Santiago, imigrantes portugueses que se instalaram na cidade durante o auge da exportação gomífera. Os primeiros registros da trajetória empresarial da família indicam que eram proprietários da fábrica de Fumos Minerva Ltda, tornando-se posteriormente sócios da fábrica de chapéus A. L. Silva, no ano de 1924. Incentivados pela aquisição da Perfumaria Luzitana pela A. L. Silva como pagamento de uma dívida, os empresários da família Santiago passam a diversificar suas atividades, abarcando também a produção de artigos de higiene pessoal, até decidirem desenvolver, entre os anos de 1920 e 1930, a reprodução de um sabonete inglês muito

²⁷¹ COSTA, 2012.

²⁷² Estados como Ceará e Sergipe apresentavam, respectivamente, quase 5.000 e 6.000 operários nos seus estabelecimentos e valor de produção aproximadamente 70 e 80% menor que o apresentado pela indústria paraense. Entretanto, no Ceará esses operários estavam alocados em firmas individuais, o que pode indicar a predominância de uma indústria de baixa produtividade nesses casos.

²⁷³ O Censo de 1920 registrou um total de 63 estabelecimentos industriais como pertencendo a alguma sociedade empresarial, contra 102 classificadas como firmas individuais. Somadas essas sociedades possuíam um total de 2064 empregados considerados “jornaleiros” pelo Censo daquele ano, apresentando cerca de 26 mil réis no seu valor de produção registrado nas estatísticas.

requisitado na época. Para isso, utilizam como matéria-prima o óleo essencial do pau-rosa, árvore nativa da região cuja essência já era usada como perfume pela população tradicional. Problemas com o registro do nome inicial, que trazia referência ao produto inglês, fizeram com que se adotasse o nome “Phebo Odor de Rosas” para o novo sabonete que havia sido criado. O sucesso do produto fez com que, ainda em 1936, a razão social da antiga fábrica de chapéus A.L. Silva Ltda fosse alterada para Perfumarias Phebo Ltda, dando origem ao grupo industrial viria a ser tornar o maior grupo brasileiro do seu segmento até meados dos anos de 1980²⁷⁴.

Também associada à estrutura urbano manufatureira, a Fábrica Perseverança do grupo Martins, Jorge & Cia. surge ainda nos primeiros anos da fase de auge do ciclo gomífero, em 1896, como uma pequena indústria de cabos e aniagem de fibras regionais e algodão, à época estando sob a propriedade do grupo Ferreira Cruz & Cia. Inicia a produção com 25 teares, 9 outras máquinas para a produção de tecidos (estopilhas) e mais 34 máquinas na seção de cordoalhas aperfeiçoadas para a manufatura de cabos, linha de barcos e fios a vela²⁷⁵. Naquele momento inicial, a Fábrica Perseverança empregava cerca de 80 operários (44 mulheres e 36 homens), mas já nos seus primeiros anos de funcionamento adquire o privilégio do senado estadual de incentivo por 15 anos para a fabricação de punho de redes e linhas de pesca²⁷⁶.

A Fábrica Perseverança sob a propriedade do grupo Ferreira Cruz & Cia tem vida curta e chegou a ser fechada em 1908, aparentemente por problemas de hipoteca com o Banco do Pará, sendo adquirida por um grupo empresarial formado por proprietários da Fábrica Palmeira, atualizando seu contrato social para Indústrias Martins Jorge & Cia, cujos sócios eram: Antônio Gonçalves Martins, Raphael Fernandes Gomes e os comendadores João Jorge Corrêa e Alfredo Marques de Carvalho Dias²⁷⁷. Na época da reinauguração, a fábrica contava com 180 operários na sua linha de produção, 61 teares para estopilha, 26 máquinas de cordoalhas e 5 para barbantes, chegando à capacidade de produção anual de 500 mil metros

²⁷⁴ Informações colhidas do trabalho de CHIACCHIO, M. **Indústria e desenvolvimento regional: a trajetória da perfumarias Phebo em Belém**. Dissertação (mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

²⁷⁵ Referências extraídas a partir de consulta ao jornal Folha do Norte do ano de 1897 (diversas datas) disponível na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

²⁷⁶ O grupo Ferreira Cruz & Cia tinha como sócios: Cel. Gonçalo de Lima Ferreira, Cyrillo J. Ramos da Cruz e Dr. Antônio Leite de Chermont. (1. Tenente reformado).

²⁷⁷ Referências extraídas a partir de consulta ao jornal Estado do Pará do ano de 1912 (diversas datas) disponível na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

de estopilha, 300 toneladas de cordoalha e 30 mil quilos de barbante.

É importante destacar que, apesar dos fortes vínculos com a estrutura urbano-industrial, os dois casos evidenciam a importância da estrutura extrativista dentro da formação socioespacial da Amazônia. No caso da Phebo, essa relação aparece na estratégia encontrada para desenvolver a fragrância dos seus sabonetes a base da essência de pau-rosa, que posteriormente viraria uma das essências mais caras do mundo por ser de base de vários perfumes europeus. No caso da Perseverança, a relação encontra-se mais diretamente associada à demanda dos agentes da estrutura extrativista, já que o forte da produção naquele período parecia estar mais diretamente articulado à demanda gerada pelas atividades fluviais que são próprias da estrutura extrativista de produção.

Como mostro ao longo do capítulo, a preponderância da estrutura extrativista influenciaria também nos rumos iniciais da integração da economia amazônica ao mercado nacional, já que a pauta de exportação seria basicamente formada por produtos oriundos do extrativismo. Seja para servir como gênero alimentício, como a castanha-do-pará e o cacau, seja para servir como insumo para a indústria de vestimentas e de calçados, como os couros e as peles de animais silvestres, o fato é que as primeiras formas de articulação mercantil com a economia amazônica teriam o extrativismo como fornecedor das principais mercadorias.

Em outras palavras, isso significava que os exportadores e comerciantes de gêneros extrativos poderiam manter vivos os ganhos pelo aviamento e a prática colonial do extrativismo de coleta, contanto que atendessem em tempo às demandas por insumos da indústria nacional, particularmente a partir dos anos de 1930. A forma mercantil de reprodução das frações do capital comercial desses grupos inviabilizaria que a reprodução ampliada ocorresse com base na diversificação industrial ou nas inovações que visassem economias de escala ou de escopo. O ganho de escala seguiria dependente da busca de novas áreas de coleta e de um maior grau de exploração da força de trabalho rural, o que orientaria o reinvestimento dos lucros da exportação em patrimônio imobiliário ou bens de raiz.

Apesar de distinto, a estreiteza do mercado de consumo regional e os limites do mercado financeiro de Belém fariam com as atividades industriais de pequeno porte acompanhassem a tendência de imobilização dos lucros das atividades industriais em propriedade. É provável que, na fase logo imediata do fim do ciclo gomífero, esse processo de reinvestimento dos lucros tenha-se direcionado, pelo menos nas indústrias locais de maior porte, no sentido de elevar a produtividade. Contudo, como mostro em sequência, os dados dos censos industriais de 1940 e 1950 atestam a queda na produtividade dessa indústria em comparação com os números de 1920. De fato, foge ao escopo desta tese analisar essa questão

de forma pormenorizada, contudo, é possível que os rendimentos permitidos por investimentos no circuito imobiliário de Belém – cujo mercado de imóveis se encontrava estruturado desde a fase gomífera do ciclo extrativista – seja um componente importante na explicação desse fenômeno.

2.1.2. A integração pelo complexo cafeeiro: articulação primários exportadora com a Amazônia paraense

Pela impossibilidade de constituir-se como um complexo econômico integrado, o avanço da industrialização e da integração do mercado nacional, a partir dos primeiros anos de 1930, significaria a imposição de novas dinâmicas concorrenciais sobre as estruturas que compunham a formação socioespacial da Amazônia. Os encadeamentos permitidos quando as relações capitalistas de produção disseminaram-se como hegemônicas no interior do complexo econômico cafeeiro de São Paulo, terminam por enraizar sobre aquela região o maior e mais avançado parque industrial do país²⁷⁸. Os principais agentes econômicos dessas inversões seriam os representantes de frações do capital comercial que circulavam no interior do complexo cafeeiro paulista, em especial as que atuavam na importação de produtos para o mercado interno²⁷⁹.

Quando se estabeleciam cenários de depressão nos preços externos do grão, e o Estado desvalorizava o câmbio para defender as margens de lucro da cafeicultura – impactando nos preços externos e internos da produção industrial –, as inversões industriais ficavam mais lucrativas, e o grau de intensidade desse lucro dependeria da capacidade de importação dos bens de produção requeridos. De uma forma ou de outra, em cenários como esse os importadores viam-se entre a “cruz e a espada”, pois tinham por um lado a elevação da rentabilidade de investimento industrial e de outro as restrições na capacidade para importar; logo, se não transformassem seus lucros comerciais em investimentos industriais poderiam correr “o risco de serem alijados desse processo de acumulação, ou então de se transformarem em comerciantes de produtos nacionais fabricados por outros”²⁸⁰. Daquele momento em diante, a indústria paulista teria como núcleo central a cidade de São Paulo e os seus municípios de entorno.

²⁷⁸ CANO, 1975.

²⁷⁹ Idem, p. 141.

²⁸⁰ Idem, p. 141-142.

Apesar de ser o único complexo regional que, após a segunda década do século XX, possuía um parque industrial cuja dinâmica de crescimento mostrava-se muito à frente de sua demanda específica, é bom que se diga que o crescimento industrial registrado em São Paulo, até meados dos anos de 1930, ainda não deve ser tratado como industrialização²⁸¹. Não que nos outros parques industriais regionais não houvesse capacidade ociosa; o fato é que se tratava de uma capacidade ociosa distinta e muito inferior ao da indústria paulista, além de possuir um nível inferior de produtividade e progresso técnico²⁸². A erupção da crise de 1929 apenas criaria o espaço necessário para acelerar um processo de industrialização já em marcha a partir do complexo cafeeiro²⁸³, obrigando à superação da crise interna de superacumulação que se apresentava no seio daquele complexo.

Em grande medida, a profundidade da crise de 1929 colocaria não só o Brasil, mas boa parte dos países latino-americanos em um dilema: reagir e superar o antigo modelo primário-exportador, internalizando seu centro dinâmico, ou então se acomodar ao contexto de crise, o que significou, no pior dos casos, regredir para estruturas produtivas anteriores à crise²⁸⁴. Dentro da América Latina, o Brasil foi um dos que melhor reagiu à crise, logrando definitivamente avançar para um padrão de acumulação centrado na indústria, inaugurando o período de industrialização restringida que perdura até 1955.

A conjuntura da crise de 1929 exacerbava o já deteriorado pacto oligárquico da República Velha, abrindo caminho para o governo provisório de Vargas e a centralização sobre decisões econômicas e políticas para o Estado brasileiro durante a ditadura do Estado Novo. O choque externo da crise e a falência do modelo político motivaram reações do governo provisório de Vargas no âmbito da política econômica, que resultaram na rápida recuperação econômica do país, entre 1929 e 1933, e o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional para a região que concentrava o principal parque industrial do país²⁸⁵.

Ao mesmo tempo em que Governo Provisório de Vargas parecia indicar que haveria menos espaço para o atendimento de interesses das oligarquias regionais, uma vez no poder raciocinou-se, muito acertadamente, que os “interesses nacionais”, no sentido da

²⁸¹ Industrialização no sentido que os teóricos da Escola de Campinas definem para o termo: como o resultado de um processo de acumulação de capital através do qual a economia passa a contar com bases especificamente capitalistas de produção, produzindo os meios de reprodução da força de trabalho como também os meios de reprodução necessários para a reprodução do sistema produtivo. Cf. Cardoso de Mello (1982) e Tavares (1989)

²⁸² Idem

²⁸³ CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p.162.

²⁸⁴ CANO, 2002, p.85.

²⁸⁵ FURTADO, op.cit., 2007.

superação da crise econômica, estavam estreitamente articulados com o futuro do café²⁸⁶. Porém, também não era claro que o prosseguimento da acumulação de capital no seio do complexo cafeeiro, desse ponto em diante, dependeria da superação das duas crises de superacumulação que enfrentava aquele complexo: a crise da superprodução do café, dada a fase declinante dos preços no mercado internacional que coincidem com as safras recordes das plantações de São Paulo; e a crise de superprodução industrial, evidenciada na capacidade ociosa da indústria paulista naquele momento. Por isso, foi adotada a política anticíclica de cunho keynesiano de incinerar quase 78 milhões de sacas estocadas pelo Governo Central, de forma simultânea à elevação de impostos sobre a plantação de novas áreas, para inibir a expansão da cultura cafeeira, e sobre a exportação do café, para financiar parte da compra da parcela de café que seria destruída²⁸⁷.

O embrião do Estado desenvolvimentista brasileiro nasce desses turbulentos anos de 1930²⁸⁸. Nos marcos do desenvolvimentismo, tinha-se claro que as escalas de capital necessárias para atingir algumas metas tornavam imprescindíveis a intervenção do planejamento estatal, no sentido de definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos desse processo, mesmo que para tal o próprio Estado fosse solicitado para agir na execução dessa expansão, seja captando e orientando recursos dos fundos públicos seja promovendo investimentos diretos em setores no qual a poupança da iniciativa privada seria ineficiente. Por sua vez, a superação da crise de superacumulação industrial do complexo cafeeiro dependeria de um longo ajuste espacial, simbolizado pela integração do mercado e a incorporação das ilhas regionais à crescente condição de região periférica e polarizadas pelo centro dinâmico de acumulação, estacionado no entorno da cidade de São Paulo.

Ainda que restringida em muitos dos seus aspectos produtivos e financeiros, o avanço da industrialização no Brasil ocorreu geralmente dentro de uma via centralizadora, que terminaria por impor novos padrões de concorrência em parques industriais regionais que nem sequer possuíam uma dinâmica de acumulação ampla o suficiente para romper os próprios limites da sua ilha regional, cativando um parte do mercado nacional²⁸⁹. De fato, a

²⁸⁶ FIORI, 2003, p. 133.

²⁸⁷ CANO, 2002, p.103.

²⁸⁸ Como lembra Bielschowsky, o desenvolvimentismo deve ser entendido como a ideologia de transformação da sociedade brasileira que no pós 30 é aplicada dentro de um projeto econômico que enxergava a industrialização integral do território como a via possível para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Cf. BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7

²⁸⁹ CANO, 2002, p.89.

condição de ilha regional, que o antigo padrão primário-exportador havia condicionado, inviabilizava que se formassem frações nacionais da classe dominante, que personificassem os principais setores da economia²⁹⁰.

Como via de regra, tais frações eram regionais e mesmo nos limites da sua ilha de influência eram fragmentadas em várias estruturas de produção, como era o caso da formação socioespacial da Amazônia. Portanto, a integração do mercado nacional dentro de uma via totalitária representava colocar a supremacia dos interesses nacionais sobre os interesses regionais, uma condição que, nos marcos do desenvolvimentismo, representaria desenvolver prioritariamente a indústria mirando a da produção de bens de capital.

Entre idas e vindas, planejamento estatal centralizado e industrialização se aproximavam e se afastavam, conforme o centro dinâmico da economia nacional se consolidava no sentido do mercado interno. Na verdade, esse binômio seria ainda muito solicitado como via preferencial para lidar com as restrições externas e contemplar as complexas demandas internas do mercado nacional²⁹¹, na via pacífica da revolução burguesa brasileira²⁹². Seja para atender ao alargamento temporário do mercado, seja tão somente para atender às solicitações políticas por privilégios mercantis para frações do capital de influência regional, planejamento econômico centralizado e industrialização caminhariam lado a lado durante o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Dos anos de 1930 e em diante, o crescimento industrial, outrora restrito aos limites de acumulação e de expectativa de cada complexo ou economia regional, seguiria em compromisso com a pauta centralizadora, estatizante e autoritária do Governo Provisório de Vargas, capacitando o governo central enquanto agente promotor da industrialização²⁹³. A integração do mercado era necessária, sob o risco de se estagnar economicamente o país²⁹⁴, o que, por sua vez, exigiria um longo processo de eliminação das duras barreiras internas que impediam a livre movimentação do capital pelo território, e a conseqüente interdependência e complementariedade econômica inter-regional. A integração toparia em três barreiras principais: a que existia na órbita da competição entre os parques industriais regionais, facilmente derrubada pela escala do capital e da produtividade da indústria paulista; aquela

²⁹⁰ CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p.183.

²⁹¹ FIORI, 2003, p. 136.

²⁹² FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

²⁹³ FIORI, 2003, p. 135.

²⁹⁴ CANO, 2002, p.106.

referente aos impostos interestaduais que incidiam sobre o comércio de mercadorias entre os estados, paulatinamente eliminados, ao longo da década de 1930, pelo Governo Provisório de Vargas²⁹⁵. A terceira e mais dura barreira residia na questão espacial, no sentido de como proceder para integrar fisicamente as regiões. Ferrovias e navegação de cabotagem continuariam até 1940 como o principal meio de transporte de carga do país, sendo aos poucos substituídas pelo modal rodoviário, de modo que até o final da fase de industrialização restringida os modais rodoviários já transportariam cerca de 40% do total de mercadorias no país.

No entanto, se por um lado a vocação centralizadora do governo central se aprofundou, conforme se desenrolam as exigências de inversão dos ciclos econômicos e das reivindicações sociais. Por outro lado, foi justamente o talento multipolar de dominação das frações regionais das classes dominantes que permitiu conquistar e articular, de forma desigual e combinada, a ocupação capitalista do território nacional, produzindo simultaneamente vários focos de expansão econômica e espacial²⁹⁶, postergando o enfrentamento de questões cruciais para o país. Isso porque a integração do mercado permitia a abertura de novas frentes para acumulação primitiva, mantendo assim intocável a estrutura fundiária concentrada, mesmo em contextos de desenvolvimento industrial acentuado²⁹⁷. Em suma, a integração do mercado, do modo como ocorreu no Brasil, representou um dos aspectos da “fuga pra frente” das classes dominantes brasileiras, postergando o acerto de contas com os seus conflitos internos e reivindicações populares pela distribuição da riqueza gerados na fase primário-exportadora da economia brasileira²⁹⁸.

É importante que se diga que durante a fase de predomínio da ideologia desenvolvimentista, de deslocamento do centro dinâmico da economia, de industrialização e de avanço em direção à consolidação de um mercado interno integrado a partir do Sudeste, engendram-se profundas transformações sobre as nossas classes dominantes e dominadas. No pós-1930, recondicionou-se o pacto oligárquico que organizava a velha república dentro de moldes populistas e nacional-desenvolvimentistas, que se mostrariam incapazes de incluir efetivamente o povo num “pacto democrático”²⁹⁹. Conformam-se por cima da pirâmide social

²⁹⁵ CANO, 2007.

²⁹⁶ TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 456.

²⁹⁷ FIORI, J.L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, 1994.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ TAVARES, 1999, p. 454-455.

classes fundadas e presas a formas mercantis, patrimonialistas e rentistas de reprodução da riqueza, descompromissadas com o povo e a nação, enquanto que por baixo se conformaria uma vasta classe de despossuídos de direito e de propriedade.

Do ponto de vista sociológico, a classe dominante brasileira se forma a partir de uma transferência truncada de valores europeizados “nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos”³⁰⁰. Os ideais europeus de liberdade econômica e social se mostrariam “fora do lugar”, por não apresentarem nenhum tipo de base concreta na sociedade brasileira nascente, na qual estruturas escravocratas e oligárquicas eram incompatíveis com o lema burguês europeu da igualdade, liberdade e fraternidade. Não obstante, esses ideais legitimaram-se dentro da sociedade como ideologia de uma classe dominante dita liberal, que se projetava como tal, entretanto em grande parte ainda dependia de relações de produção pré-capitalistas para reproduzir seu capital³⁰¹. Dessa “europeização” deriva uma transferência que ocorre não somente no nível das normas e valores sociais, mas também no nível de instituições. Todas apresentarão uma eficácia relativa em comparação às sociedades originárias, na medida em que são moldadas para preservar privilégios que servem para tornar resiliente a reprodução de algumas frações do capital nacional na forma mercantil.

Esse ponto vai ao encontro do próprio entendimento sobre o conceito de burguesia nacional³⁰², dentro de um contexto histórico no qual o caráter “nacional” da burguesia foi continuamente testado e transformado pela realidade concreta em que se desenrolou o capitalismo e a industrialização a partir dos anos de 1930. Nesse desenrolar, ao invés de uma burguesia nacional no sentido clássico do conceito, consolidou-se o que seria a *burguesia brasileira*³⁰³: uma classe dominante de caráter eminentemente local cujas bases

³⁰⁰ FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015. p. 26.

³⁰¹ SCHAWRZ, R. **As ideias fora do lugar**. Estudos CEBRAP, 1973.

³⁰² No que se define como burguesia nacional estariam inclusos aqueles grupos sociais dominantes que dirigiriam o sistema econômico dentro de uma estrutura integrada e orientada para o desenvolvimento da indústria nacional, numa lógica de acumulação preferencialmente orientada ao mercado interno, no entanto planejada por um Estado nacional, cuja dinâmica de investimento impulsionaria a produtividade e a difusão dos seus ganhos dentro da sociedade. CARDOSO, A. **Burguesia brasileira nos anos 2000: estudo de grupos industriais brasileiros selecionados**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2014. p. 14.

³⁰³ O conceito de classe dominante burguesa é bastante claro na literatura da história econômica e no pensamento marxista, como a classe que dentro do sistema capitalista de produção detém os meios de produção e o capital necessário para contratar a força de trabalho assalariada. Mas de fato, o desenvolvimento histórico do capitalismo forçou algumas adaptações ou releituras desse conceito no sentido de incluir a diversidade de classes sociais dominantes que se constituem no seio de cada formação histórica. Refina-se o conceito de burguesia de modo a incluir, por exemplo, grupos sociais formados por gestores de multinacionais que controlam um grande

concretas e subjetivas a tornam dependente do capital internacional. São estas bases que, ao se realocarem, aprofundam o caráter rentista e especulativo presente nas decisões de investimento de frações das classes dominantes locais, bem como a superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais e os vínculos orgânicos com as instituições do Estado objetivando garantir privilégios mercantis³⁰⁴.

O modo como consolidou-se o mercado nacional, mantendo e até mesmo ampliando as heterogeneidades do sistema, é produto direto desse processo de realocação do caráter dependente da burguesia brasileira. A integração do mercado simbolizou o ajuste espacial necessário para que a reprodução do capital em formas industriais mais avançadas, inicialmente predominantes no complexo cafeeiro paulista, avançassem paulatinamente para as outras formações socioespaciais do país. Acima de tudo, representou o avanço do movimento desigual da acumulação do capital no território brasileiro, inicialmente nos passos curtos da industrialização restringida e, em seguida, nos passos largos da industrialização pesada.

A fase da industrialização restringida da economia brasileira marcou o início da integração econômica da formação socioespacial da Amazônia ao mercado nacional. Uma fase que é profundamente marcada pela articulação mercantil das estruturas de produção da formação amazônica com os novos mercados internos de consumo, principalmente os agentes da estrutura extrativista de produção, que passam a direcionar uma parcela importante dos produtos das mercadorias extraídas da floresta para o mercado interno em detrimento do externo.

De fato, em menos de uma década, o sentido prioritário da exportação regional já estaria redirecionado para o mercado interno, atestando o avanço na integração do mercado nacional antes mesmo da conexão rodoviária da Amazônia paraense com as outras regiões do país. Em 1938, o mercado interno, feito basicamente por navegação de cabotagem, já corresponderia a 50,3% do valor vendas e ainda chegaria à marca de 84%, em 1953, reduzindo sua participação nos anos seguintes, provavelmente em virtude da conclusão da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)³⁰⁵.

O Pará seria o estado da Amazônia mais integrado ao mercado nacional naquele

capital centralizado, inclusive observando seu papel como uma classe burguesa de alcance internacional.

³⁰⁴ LESSA, C.; DAIN, S.. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: BELLUZO, L.; COUTINHO, R.. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

³⁰⁵ STELLA, 2009.

momento, em função da condição logística do Porto de Belém. É importante notar que a predominância do extrativismo e a condição de “ilha regional”, cujo principal modal de transporte era fluvial, havia inviabilizado o desenvolvimento de estradas de ferro inter-regionais durante o ciclo gomífero. O modal ferroviário era insuficiente e apenas conectava espaços intra-regionais, correspondendo a pouco mais de 4% do total nacional. De fato, era o Pará o único estado da região que contava com duas estradas de ferro – Estrada de Ferro de Bragança e Estrada de Ferro do Tocantins – que somadas não ultrapassavam 400 quilômetros de extensão³⁰⁶.

A navegação de cabotagem era a única forma de comércio inter-regional disponível, o que por sua vez colocava qualquer tipo de contato comercial com o mercado externo de Belém. Dentre os outros portos do Brasil, situados na zona litorânea do país, o porto de Belém era o terceiro maior do país em área interna de armazéns, ao mesmo tempo em que apresentava a maior distância ao porto anterior, sendo ainda o mais afastado dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, com cerca de 924 milhas náuticas de distância. Isso resultaria em importações de custo elevado a partir dos centros industriais do país, aumentando o isolamento econômico da formação amazônica e principalmente o custo de vida nas suas principais cidades.

É interessante notar que, mesmo sem dispor de conexão rodoviária, os estados da Amazônia assistiram, durante as décadas de 1920 e 1940, a sua população crescer à taxa média de 1,48% a.a., chegando a 1.462.400 habitantes³⁰⁷, um aumento populacional que se tornaria fundamental para a continuidade na dinamização das atividades associadas à estrutura agrícola e à estrutura urbano-manufatureira de produção. A estrutura agrícola passaria a receber contribuições importantes de migrantes estrangeiros, em especial da colonização dirigida de japoneses, que introduziram a cultura da juta no Baixo Tocantins e da pimenta-do-reino na região Nordeste do Pará³⁰⁸.

O cultivo da pimenta-do-reino ocorreria fortemente mediado pelo cooperativismo do programa de colonização da comunidade japonesa no Pará, a partir dos anos de 1930 e baseado na pequena propriedade, de 20 a 25 hectares. O cultivo da juta, apesar de introduzido como atividade agrícola, entraria no esquema geral do aviamento e nas relações socioespaciais de produção da estrutura extrativista, inclusive se desvinculando de parte da

³⁰⁶ Dados extraídos dos levantamentos constantes no Anuário Estatísticos do IBGE (1938, p. 138-140).

³⁰⁷ COSTA, 2012, p.79.

³⁰⁸ EMMI, 2013.

população migrante de origem japonesa. O cultivo da fibra da juta se dava por pequenos proprietários que plantavam em suas terras ou em terras arrendadas, durante o período de seis meses, ao longo das largas várzeas do médio vale do rio Amazonas, entre Santarém, no Pará, e Manacapuru, no Amazonas. Como se tratava de um insumo para a indústria têxtil, a expansão do cultivo era fortemente influenciada pela demanda nacional de produção de sacarias, o que obrigaria a partir dos anos de 1960 – quando se aprofunda a integração do mercado – à subtração de terra às matas, levando os jaticultores às terras firmes e mais altas³⁰⁹.

Além disso, a produção agrícola se dinamizou em vários segmentos voltados para o mercado interno nacional, com destaque para a produção de abacaxi e banana³¹⁰. Em especial, chama atenção a consolidação da agroindústria de aguardente no Pará, um arranjo produtivo formado para abastecer as regiões do baixo Amazonas, no Pará, o Médio Amazonas e o alto Solimões, no Amazonas, além da região Bragantina, do Salgado e Belém, chegando a produzir em média 1,28 milhões de litros de aguardente entre os anos de 1937 a 1939³¹¹.

A estrutura urbano-industrial se expandiu, reduzindo o tamanho médio registrado no censo de 1920, predominando estabelecimentos industriais que empregavam de um a seis operários. O censo de 1940 evidenciou que esses espaços ficaram menos produtivos, em relação aos dados de 1920, apresentando variáveis com uma rota decadente de produtividade monetária do trabalho e do capital³¹². Registra-se, entretanto, uma queda da rentabilidade que aproxima a indústria regional às condições de rentabilidade da indústria nacional, a princípio em decorrência de uma queda na intensidade de capital que reverbera sobre a produtividade do trabalho. Isso faz com que o parque industrial manufatureiro regional chegue à década de 1940 representando apenas 53% da média do Brasil³¹³. Em outras palavras, o crescimento no número de estabelecimentos de pequeno porte confirmaria a convergência no sentido da queda de produtividade da indústria regional, o que já parecia indicar o modo como esse processo findaria num contexto de ideologia desenvolvimentista.

De todo modo, no ano de 1935, somente o Pará já contaria com 538 estabelecimentos industriais e, até o início do acordo de Washington, que impulsionaria um

³⁰⁹ CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977. p. 44.

³¹⁰ STELLA, 2009.

³¹¹ COSTA, 2012.

³¹² Segundo Costa (2012, p. 106) a produtividade monetária do trabalho cai, de Cr\$ 43,4 mil no Pará e Cr\$ 26 mil no Amazonas em 1970 para, respectivamente, Cr\$ 12,38 e Cr\$ 14,3 mil.

³¹³ COSTA, 2012, p.83.

novo e curtíssimo fôlego à exportação gomífera na região, esse número chegaria perto da marca de 700. Isso significava um crescimento de 7,1% a.a. em relação ao registrado em 1920, destacando-se fortemente em relação ao registrado no Estado do Amazonas, que apesar de apresentar um crescimento importante (5,8% a.a.), ainda possuía menos de um terço do total de estabelecimentos industriais registrados no Pará. Em suma, o Pará, e principalmente Belém, continuaria concentrando uma produção industrial e manufatureira destinada quase exclusivamente às demandas imediatas da população regional por bens de consumo não duráveis.

Entre 1937 e 1939, os dados de comércio interestadual (vias internas e cabotagem) atestam que os principais produtos de exportação da região e particularmente do Pará ficariam restritos a produtos agrícolas, como o arroz sem casca e a farinha de mandioca, ou então a produtos da estrutura extrativista, como a castanha-do-pará com casca, couros e peles, madeiras e borracha. O único produto de alguma relevância industrial que se destacava na pauta exportação regional do período são os calçados de couro, que no melhor ano de exportação não ultrapassaram o montante de 90 toneladas³¹⁴.

No cômputo regional, os levantamentos do censo industrial de 1940 atestam que a indústria regional manteria o crescimento em vários segmentos do setor de bens de consumo não duráveis, em especial o de produtos químicos e farmacêuticos, e o de perfumaria, sabão, sabonetes e saponáceos. As indústrias de produtos químicos e farmacêuticos, por exemplo, apresentariam o terceiro maior valor de produção do Brasil³¹⁵ e um total de quarenta e oito estabelecimentos industriais. Situação semelhantes ocorreu com a indústria de bebidas e estimulantes, especialmente no Amazonas, que apresentava uma elevada produtividade na relação entre número de operários e capital aplicado no segmento. Por outro lado, a indústria têxtil, por exemplo, apesar de contar com vinte e oito estabelecimentos, apresentou um valor de produção no ano de 1940 que colocava o Pará, único estado com registro dessa atividade, como penúltimo entre os Estados brasileiros em relação ao capital aplicado.

Foi durante esse período de crescimento endógeno e articulação mercantil restrita que as Perfumarias Phebo expandiram suas atividades, concentrando capital e iniciando as primeiras vendas para fora do mercado interno³¹⁶. O isolamento espacial e a restrita base

³¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil. Vários anos (1936-1984). Rio de Janeiro: IBGE.

³¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Industrial do Estado do Pará de 1940. Rio de Janeiro: IBGE.

³¹⁶ “O primeiro grande pedido, 6 dúzias de sabonetes Phebo, foi feita pela Farmácia J. G. De Araújo de Manaus em 1932. Um ano depois o Mappin Stores de São Paulo comprava 25 dúzias e se tornava o principal cliente”

industrial da região obrigou que a Phebo concentrasse as diversas etapas da produção do sabonete, contando com oficinas para estamperia em metal, fabricação de latas, obras em folhas de flandres e embalagens em geral, herdadas da estrutura da antiga perfumaria Salim Salles, incorporada pela Phebo no ano de 1937.

Nesse mesmo período, as indústrias Martins Jorge S/A estavam sob comando de José Melero Carrero, antigo diretor da fábrica Palmeira. O comendador Jorge Correa, por sua vez, se tornou proprietário de uma fábrica de botões (Fábrica de Botões Jarina) permanecendo na mesma até o ano de 1927, quando aparentemente retornou a Portugal. Nesse momento de retorno a Portugal, as famílias Melero Carrero e Sá Ribeiro³¹⁷ se tornam proprietárias das Indústrias Martins Jorge & Cia, diversificando as atividades da fábrica Perseverança, que em 1930 se tornaria a maior fábrica de tecidos de juta da Amazônia, com um fiação de contava com 1920 fusos³¹⁸. Em 1932, a fábrica Perseverança já seria a maior fábrica de tecidos de algodão da região.

Apesar dos exemplos de crescimento desses grupos, os dados gerais atestam que, apesar de diversificado, o parque industrial regional, e particularmente o paraense, continuaria restrito em vários dos seus segmentos, em que pese os próprios limites do mercado de consumo regional. As dificuldades futuras que as frações do capital da estrutura urbano-industrial iriam enfrentar, conforme se ampliava a importação de gêneros industriais e manufatureiros do parque industrial do Sudeste, tornaria ainda mais difícil a sua colocação como estrutura hegemônica da formação amazônica. Ademais, foi durante esse longo período de reestruturação endógena da economia amazônica que ocorreram grandes investimentos industriais associados à estrutura extrativista, com a construção de fábricas e usinas voltadas para o beneficiamento de produtos regionais. Os casos mais relevantes foram as usinas de beneficiamento da castanha-do-pará e as fábricas de artefatos de borracha, implantadas na cidade Belém entre os anos de 1930 e 1960, voltadas quase exclusivamente para a exportação desses produtos para o mercado externo. Das empresas desse período, destacavam-se a Companhia Industrial do Brasil, implantada em 1931, a Irmãos Bitar S.A., de 1936, e a Beneficiadora de Produtos da Amazônia, de 1957.

(CHIACCHIO, 2010).

³¹⁷ Nos registros obtidos em pesquisas nos periódicos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a família Sá Ribeiro aparece como proprietária de fazendas e fábricas de beneficiamento de arroz em Belém e na região do Marajó.

³¹⁸ Informação obtida a partir de entrevista com herdeiros de terceira geração da Fábricas Perseverança, realizada em 28/11/2016. Na ocasião, foram disponibilizados materiais de divulgação internos da empresa, produzidos no ano de 1966, de onde foram extraídos essas informações.

É importante lembrar que castanha-do-pará vinha apresentando um crescimento no valor das suas exportações desde o ciclo gomífero³¹⁹, sem se aproximar dos elevados valores de exportação registrados pelo látex no início do século, mas mantendo uma rota sustentável de crescimento nas exportações desde os anos de 1920. No período que vai de 1928 a 1932, a produção somada da castanha dos três estados amazônicos foi de 29 mil toneladas, elevando-se para 39 mil, em 1933, e chegando a 51 mil toneladas, em 1935. A borracha ainda chegaria a apresentar uma leve recuperação em seus preços de exportação, em função da elevação da demanda interna da nascente indústria automobilística nacional; contudo, esses preços não representariam nem 5,3% do valor de exportação do período de auge do ciclo gomífero³²⁰. Assim, a exportação da castanha ditaria os rumos da reprodução do capital na sua forma mercantil no interior da estrutura extrativista, modificando suas relações socioespaciais de produção e especializando o sistema de aviamento³²¹.

O extrativismo da castanha consolidaria entre os anos de 1920 e 1930 novas frações da classe dominantes da estrutura extrativista, incluídos como uma oligarquia do Tocantins que aglutinava comerciantes, proprietários de terra e industriais da região de Marabá. Nessa área, em que tem início a sua exploração devido à extração gomífera, havia também grandes reservas de castanhais nativos de alta produtividade e de fácil acesso. De situação periférica no extrativismo da castanha, a região do Tocantins suplanta em poucos anos outras tradicionais zonas de extração, como o Baixo Amazonas, convertendo-se no principal centro produtor da Amazônia³²². A organização do extrativismo da castanha no Sudeste do Pará foi responsável por especializar o sistema de aviamento, modificando as relações socioespaciais de produção do extrativismo de coleta, ampliando a superexploração sobre a força de trabalho rural no interior dos castanhais e posteriormente urbana no interior das usinas de beneficiamento.

O aviamento especializou-se para permitir o extrativismo da castanha em larga escala, contudo, manteria quase inalterado o seu fundamento central: o ganho na esfera da circulação por meio da troca desigual no momento da venda do que era extraído da floresta e

³¹⁹ EMMI, 2002.

³²⁰ STELLA, 2009 ,p.67.

³²¹ Em menor monta, a partir da década de 1930 particularmente, registram-se em alguns pontos a prática da garimpagem realizada por trabalhadores ligados à exploração da castanha, como forma de complementar seu meio de vida nas entressafras, fazendo a estrutura extrativista e o aviamento se conectar às pequenas atividades extração mineral. CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 37.

³²² EMMI, M. F.. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFP, 1988.

da compra de manufaturas no empório pelo castanheiro. Diferente do látex, a coleta da castanha na região do Tocantins exigiria o uso mais intensivo do trabalho em cooperação, uma condição que transforma tanto o antigo seringueiro quanto o jagunço – que controlava o empório, criando várias etapas que se tornariam de responsabilidade de grupo diversos de trabalhadores. Assim, o ato da coleta do ouriço da castanha (*castanheiro*) deve ser seguido do ato da lavagem e de separação das castanhas podres (*lavador*), para em seguida ser conduzido por tropas de burro do interior do castanhal (*tropeiros*) para serem levados de barco (*barqueiros*) à cidade de Marabá. O controle sobre o tempo de trabalho da “tropa” de coleta seria de responsabilidade do *cantineiro*, trabalhador assalariado que fornece as mercadorias aos trabalhadores e anota a produção de cada um, e do *encarregado* geral, braço direito do dono do castanhal, que recebe em dinheiro o necessário para providenciar a compra de mercadorias para o barracão e aviar os trabalhadores.

Ao se especializar para permitir a extração e comércio da castanha, o sistema de aviamento transformou também as frações da classe dominante da estrutura extrativista. A figura do coronel de barranco da fase gomífera do ciclo extrativista – dono dos rios – se converte no possuidor de grandes extensões de terras devolutas onde predominavam castanhais. Não diverge, contudo, a origem do capital dessa oligarquia em relação aos momentos anteriores, sustentado pelo monopólio sobre o crédito (aviamento), sobre o sistema de transporte fluvial e, aos poucos, sobre o controle dos castanhais. O controle privado e a demarcação das áreas dos castanhais seria paulatinamente incentivada pela política de concessão de terras devolutas no Pará, que partir de 1920 passa a permitir o aforamento perpétuo de terras devolutas para a indústria extrativa de produtos vegetais e que, com a Revolução de 1930, generaliza-se como importante arma política dos grupos no poder³²³.

Na face urbana desse sistema, o aviador e exportador ao receber a castanha em Belém precisou paulatinamente se converter em industrial, proprietário de usina de beneficiamento. O beneficiamento da castanha-do-pará já vinha sendo feito de forma pontual pelo grupo Irmãos Bitar desde 1897 e, a partir dos anos de 1930, seria realizado também por outras indústrias regionais, tanto em Belém quanto em Manaus³²⁴. Entretanto, diferente do beneficiamento da borracha que surge como uma tentativa endógena de agregar valor ao produto extraído da floresta face à queda no valor de exportação da borracha amazônica no mercado internacional, o beneficiamento da castanha surge, a partir dos anos de 1920, por

³²³ EMMI, 1988, p. 77.

³²⁴ EMMI, 2002.

conta de exigências sanitárias dos países importadores³²⁵. Essas exigências consolidam no interior da estrutura extrativista a figura do usineiro da castanha, último elo do sistema de aviamento e elemento indissociável do mesmo.

No interior do sistema de aviamento, o dono da usina seria, ao mesmo tempo, aviador, industrial e exportador. Desenvolveria processos de trabalho e ferramentas específicas para o beneficiamento da castanha, adequados ao descascamento e à posterior secagem da amêndoa para proteger da ação do mofo durante o longo tempo de viagem até o mercado externo³²⁶. É interessante notar que, mesmo diversificando para atividades industriais e inovando processos produtivos, isso não significou mudanças profundas nas relações de produção que predominavam no interior da estrutura extrativista.

A lógica do ganho na esfera da circulação, típica do capital na sua forma mercantil, iria se manter viva mesmo no contexto urbano da usina de castanha e se expressaria claramente nas relações de produção estabelecidas com a força de trabalho da usina. A principal evidência está nos longos embates, registrados à época na imprensa local, a respeito da relutância dos usineiros de castanha em fixar salários e condições mínimas de trabalho para os funcionários da usina, na grande maioria mulheres consideradas mais aptas para o delicado trabalho de descasque da amêndoa. Até meados dos anos de 1980, os salários mensais ainda seriam definidos de acordo com a quantidade em quilogramas de castanha descascada ao longo do dia, podendo variar de acordo com a qualidade da safra e com o valor da castanha no mercado internacional, sendo preferencialmente realizados por mulheres³²⁷.

³²⁵ ALMEIDA, J. J. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da Castanha do Pará. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2015.

³²⁶ Idem.

³²⁷ MOURA; CASTRO; PINTO, 1986.

Quadro 1: Trecho de entrevista com herdeiros de primeira (H1ªG) e segunda geração (H2ªG) de indústria de beneficiamento de castanha-do-pará localizada em Belém.

Raul: E quando os primeiros membros da sua família chegaram aqui na Amazônia, foram trabalhar com o quê?

H1ªG: Olha, na verdade, o que atraiu muito o pessoal de Marrocos, a nossa família, foi a borracha. Tanto que por um tempo nós vendíamos os vários tipos de borracha que existiam, maçaranduba, coquirana, porque uma servia pra pneu, outra servia pra bola, cada uma tinha uma utilidade.

Raul: Então, antes da castanha vocês já faziam exportação de borracha? E era só aqui em Belém?

H1ªG: Já. O pessoal chegava com os barcos e trazia pra gente. Nós tínhamos um empregado que viajava pelos interiores e comprava a borracha num barco nosso; Timbó, o nome dele.

Raul: E como é que era isso? O barco levava produto daqui de Belém?

H1ªG: Exatamente. O barco era de nossa propriedade, mas às vezes a gente colocava empregados nossos em barcos pra outros setores, porque o nosso já tinha aquela linha certa, os clientes certos.

Raul: Ele fazia uma troca era isso? Ou seja, ele pegava produtos como borracha e castanha, e trocava por alguma coisa que levava no barco.

H1ªG: Exatamente. Mas a maior parte era comprado.

Raul: Aí chegou um ponto que a borracha não deu mais e vocês acabaram migrando pra outras áreas.

H1ªG: Sim. Depois a gente ficou só com a castanha, porque surgiram firmas muito grandes que trabalhavam com borracha. O setor de chegada desse material era o Porto do Sal, na Cidade Velha.

Raul: Vocês que fizeram as primeiras máquinas? As máquinas eram feitas aqui em Belém? Não tinha nada importado?

H1ªG: Bom, na verdade eu não posso te precisar se fomos nós que construímos as primeiras. Mas, sim, eram feitas aqui em Belém.

H2ªG: Aquelas rotativas que chegavam pra limpar castanha, foi tudo inventado aqui.

H1ªG: É, aquela foi a nossa firma que inventou. Tinha uns tubos grandes, eu até tinha uma foto, não sei onde está, ela rodava e eram uns tubos grandes, rodando uma com a outra limpa, e tanto que quando saía, saía um bocado de terra e a castanha fica limpa.

H1ªG: Por exemplo, pra separar por tamanho, havia umas peneiras vibratórias e então saía a miúda e a graúda só mais adiante, e embaixo tinha as caixas que recebiam, e o operário tirava pra fazer limpeza em outra sala.

H2ªG: A indústria local não tem mercado pra esses equipamentos e não tem pesquisa, então era desenvolvido aqui.

H1ªG: Na verdade, custaria muito caro pra abastecer dois compradores, entende? Quando é uma coisa pra vender 100 é fácil, mas 2 ou 3...

Fonte: Informação verbal³²⁸

Mesmo que se observem duas trajetórias industriais em franca expansão, era prioritariamente com os produtos de extrativismo que a economia paraense aprofundaria suas conexões com o mercado interno. A entrada nos anos de 1940 e o início do esforço brasileiro

³²⁸ Entrevista concedida ao pesquisador em 13 de março de 2016.

de guerra, apenas ampliaria um processo, já em curso, de integração dos produtos do extrativismo como insumo para a indústria nacional. A guerra traria a necessidade de mobilizar um maior contingente de força de trabalho para o extrativismo de coleta, capaz de ofertar a quantidade demandada de borracha natural para a indústria pneumática internacional e, posteriormente, a nacional.

A euforia de um novo e curto ciclo gomífero lembraria os tempos áureos do início do século, levando a reações da classe empresarial do extrativismo com reivindicações de maior acesso aos fundos públicos do Governo Federal, a fim de subsidiar os altos custos da exploração gomífera pelo sistema de aviamento. Nesse embate, o Governo interveria no sentido da valorização da Amazônia, objetivando debelar as diferenças regionais que se ampliaram no país após a industrialização e homogeneizar o território para a reprodução do capital. Num contexto de ideários desenvolvimentistas, a resiliente estrutura extrativista e seus agentes econômicos se tornariam a representação do atraso e das heranças da economia colonial, devendo ser finalmente eliminados da economia amazônica.

2.1.3. Valorização econômica da Amazônia: reação regional e a dissolução de barreiras espaciais

De um modo geral, a questão regional brasileira parece ter sido a causa concreta que orientou tanto as análises de Francisco de Oliveira quanto de Wilson Cano³²⁹ sobre o processo de integração do mercado nacional. Orientou certamente algumas obras importantes de Celso Furtado sobre a questão institucional do desenvolvimento nordestino, analisadas a partir de um viés autobiográfico³³⁰. Nas interpretações de Wilson Cano, incluídas nos marcos teóricos da Escola da Unicamp³³¹, o pensamento crítico sobre a questão regional brasileira

³²⁹ Cf. CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1985.

³³⁰ cf. FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. RJ: Ed. Paz e terra, 1989

³³¹ O pensamento sobre a economia brasileira incluído nos marcos da escola da Unicamp é herdeiro do pensamento cepalino, mas propõe supera-lo por meio de uma abordagem fundada em outras vertentes teóricas, em especial o marxismo e suas ramificações contemporâneas. Assim como no pensamento Cepalino, a problemática da Escola da Unicamp é o desenvolvimento capitalista, entendido como processo análogo à industrialização, contudo caracterizado como sendo um desenvolvimento capitalista periférico – em outras palavras retardatário ou tardio – pelo momento histórico em que ocorre. O avanço na industrialização pesada seria a etapa pela qual o capitalismo brasileiro asseguraria a autodeterminação do processo de desenvolvimento, e conseqüentemente a completa autonomia sobre a demanda externa e mesmo a superação das restrições externas, visto como limite ao crescimento imposto pela restrição na capacidade de importar. Na abordagem da escola da Unicamp, os limites do desenvolvimento capitalista são vistos como sinônimo dos limites existentes à industrialização pesada, que podem ocorrer dentro de fatores de ordem doméstica ou externa. Nesse contexto de industrialização tardia, o Estado é levado a intervir no sentido de completar as etapas necessárias para incorporar

destaca o papel das raízes industriais associadas ao complexo cafeeiro paulista e a incapacidade de reproduzir nas regiões periféricas do sistema o mesmo processo virtuoso de substituição de importações, que assegurou a pujança do parque industrial de São Paulo. Com isso, na periferia o avanço da integração do mercado interno resultaria em três efeitos distintos sobre as antigas estruturas produtivas dos estados periféricos. Os efeitos de bloqueio, inviabilizando que na periferia se repetisse o mesmo processo histórico de desenvolvimento industrial de São Paulo. Os de destruição, em virtude da concorrência entre as frações do capital do polo dinâmico da economia e frações de capital existentes nas regiões periféricas. Mas, sobretudo, os efeitos de estímulo, que se manifestam pela ampliação do grau de complementariedade entre as estruturas regionais de produção³³².

A questão regional amazônica e o discurso a favor de um planejamento do desenvolvimento regional, seguindo a ideologia desenvolvimentista, consolida-se durante os anos de 1940 e 1950, especialmente entre frações da classe dominante da estrutura urbano-industrial. Em consonância com os industriais do Sudeste, as classes de comerciantes, industriais e fazendeiros do Pará e do Amazonas reagiriam em defesa de um projeto de valorização econômica da Amazônia, defendendo a transformação da malha institucional criada no bojo do esforço de guerra do Estado Novo varguista, no sentido de um projeto articulado de desenvolvimento regional.

Ao fim e ao cabo, o projeto de desenvolvimento regional definido para a Amazônia defenderia abertamente o combate ao extrativismo e o incentivo à industrialização regional e à agricultura a partir de políticas de colonização centradas na pequena e média propriedade. Contudo, mais do que manter isolada e desenvolver as forças produtivas internas, o projeto regional articulava mais profundamente as estruturas da formação amazônica às dinâmicas de acumulação do polo da economia nacional.

O marco inicial dessa transformação foi a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra e os logo posteriores Acordos de Washington³³³, em março de 1942, que

o setor de bens de capital, apoiando ou mesmo centralizando o capital em torno de empresas estatais quando necessário. Com isso, se coloca na difícil tarefa de organizar a centralização de capital juntamente com a articulação do investimento autônomo para a diferenciação da estrutura produtiva e implantação de novos setores, que, no limite, se torna o principal mecanismo de expansão do progresso técnico no sistema. Cf. CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012

³³² CANO, 2007.

³³³ Os Acordos de Washington diziam respeito basicamente ao fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana, sendo assinados em Washington a 3 de março de 1942. No tocante à Amazônia, instituiria um fundo de crédito regional para o desenvolvimento da produção de borracha. É interessante notar que entre 1942 e 1943 foram assinados outros acordos na mesma rubrica que previam a

promoveriam, durante alguns anos, em paralelo ao ciclo extrativista da castanha, o que se convencionou intitular de um segundo ciclo gomífero³³⁴. Em virtude da malha institucional de alta resiliência implantada para viabilizar o esforço de guerra, o desenrolar econômico desse período impactou diretamente nos rumos futuros das estruturas da formação socioespacial da Amazônia, desempenhando papel relevante na dinâmica econômica posterior³³⁵.

Os acordos de Washington tinham no seu bojo a proposta de um esforço bilateral para revitalizar a produção de borracha na Amazônia, com a meta de atingir setenta mil toneladas por ano³³⁶. De um lado, os EUA financiariam a restauração do crédito, produção e transporte da borracha, além de um sistema de saúde pública para os estados da Amazônia e de arcar com o custo da transferência maciça de força de trabalho nordestina para a Amazônia. Por outro lado, em conjunto com o Estado Novo Vargas seriam criadas instituições voltadas à retomada do extrativismo gomífero que, longe de se contrapor, deveriam ser complementares à dialética interna da estrutura extrativista. Esses foram os casos da Rubber Reserve Company (RRC), cujo propósito era o coordenar o esforço de recrutamento de força de trabalho no Nordeste³³⁷, mas principalmente do Banco de Crédito da Borracha (BCB), instituição que comporia o Sistema de Aviamento, ocupando o espaço das antigas casas exportadoras de borracha, mas subsidiando a exploração da goma elástica.

Os subsídios concedidos pelo BCB sustentariam artificialmente os preços de exportação da borracha natural, de forma semelhante ao que o governo provisório de Vargas havia feito com os preços do café por meio do Instituto do Café alguns anos antes. Logo, por um curtíssimo tempo, as instituições criadas no esforço de guerra tornariam os altos custos do extrativismo de coleta do látex amazônico mais uma vez viáveis do ponto de vista da exportação, reativando as mesmas práticas de superexploração de migrantes-seringueiros

outros produtos do extrativismo amazônico, tais como: a ipecacuanha, o timbó, o babaçu, o mamona, o cacau, a castanha-do-pará e a cera de urucuri, além de artigos pneumáticos e câmaras de ar.

³³⁴ PINTO, N. P. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984.

³³⁵ Cf. TRINDADE, J. R. B. (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

³³⁶ É importante ressaltar que essa meta nunca chegou a ser efetivamente alcançada, chegando no máximo à cifra de 30 mil toneladas no ano de 1945. Ao total os dados do BCB evidenciam que se exportou pouco mais de 56 mil toneladas de borracha entre 1942 e 1945, os três anos de vigência dos Acordos de Washington que coincidiram com período de conflito da II Guerra mundial. (PETIT, 2003 p. 63). PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

³³⁷ Inicialmente, o esforço de recrutamento ficou a cargo do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMATA) que posteriormente – um mês depois – delegou essa função à *Rubber Reserve Company*. Cf. Idem.

nordestinos³³⁸ – erguidos agora à condição de soldados da borracha³³⁹ – e retomando os vultuosos lucros com a exportação das *pélas* de borracha, ainda que em níveis inferiores aos registrados no início do século³⁴⁰.

O clima de euforia com o reerguimento do extrativismo gomífero criaria a breve ilusão de que o capitalismo monopolista da primeira metade do século XX poderia efetivamente conviver com relações socioespaciais de produção lastreadas no extrativismo e na superexploração do seringueiro. A exploração de larga escala por meio do extrativismo poderia, na visão das elites regionais de comerciantes extrativistas, realmente se tornar viável no longo prazo, bastando para isso que se reduzisse o alto custo de vida dos seringueiros e a excessiva especialização do extrativismo da borracha³⁴¹, com o Estado arcando com os subsídios necessários³⁴².

Com o fim da guerra, em 1945, os subsídios contidos nos Acordos de Washington seriam assegurados somente até o término do prazo estipulado no contrato inicial de cinco anos, findando em 1947. Nesse intervalo de dois anos, a produção gomífera amazônica passa a ser absorvida pela indústria pneumática nacional em franco crescimento³⁴³. A possibilidade de fim dos subsídios e a iminente concorrência com a retomada da importação da borracha asiática, despertaria novas motivações às frações extrativistas da classe dominante da formação socioespacial da Amazônia, no sentido da defesa de uma política de desenvolvimento regional de longo prazo, a fim de reduzir a vulnerabilidade da região às

³³⁸ Nesse curtíssimo período de tempo, ao que tudo indica pela consolidação da integração do mercado nacional e pelo esforço de guerra do governo Vargas, foram introduzidos na Amazônia cerca de 150 mil nordestinos, quase metade do registrado com a transumância que nos fala Furtado. Cf. BENCHIMOL, 2009.

³³⁹ A figura do soldado da borracha foi criado pelo Estado Novo varguista para estimular a ida de nordestinos para o trabalho nos seringais da Amazônia, já que não houveram voluntários suficientes que aceitassem a quantia proposta pela RRC, de 100 dólares apenas para cobrir os gastos com os transportes. Na condição de soldado da borracha o migrante receberia salário e uniforme do exército, além de equivaler a um tempo de serviço de dois anos como militar. Findada a guerra a maior parte desses “soldados” foi esquecida pelo Governo Federal, deixando de receber soldo e sem ter direito à aposentadoria como militar.

³⁴⁰ FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016.

³⁴¹ FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. p. 207.

³⁴² SCHMINK; WOOD, 2012.

³⁴³ Dado a continuação e a intensificação dos incentivos governamentais à indústria pneumática, “a produção de pneumáticos para veículos a motor, que foi de 100 mil unidades em 1939, teve sua quantidade mais que decuplicada uma década depois e continuou a aumentar na década de 1950. [...] O número de estabelecimento industriais do setor da borracha, não obstante, aumentou substancialmente, de 65 em 1939 para 339 em 1959” (TRINDADE, 2014 p. 33).

variações externas dos seus produtos exportáveis³⁴⁴. É nesse contexto de eliminação das vulnerabilidades externas – dada a preponderância do extrativismo sobre a reprodução do capital na formação amazônica –, que se iniciam os debates embrionários a respeito de uma política de desenvolvimento regional dedicada à Amazônia.

Em âmbito nacional, o fim do Estado Novo e a ascensão de Gaspar Dutra à presidência, em 1946, acompanhada da formação de uma assembleia constituinte, ampliaria o poder das oligarquias regionais em um novo cenário de pacto federativo³⁴⁵. Àquela altura, as pressões da indústria nacional de artefatos de borracha – responsável pela absorção de 60% da produção gomífera nacional após o fim da Segunda Guerra – elevariam os riscos, a instabilidade e os altos custos da borracha amazônica à condição de problema nacional. Ao mesmo tempo, ficava claro aos agentes exportadores e aviadores da estrutura extrativista – dada a aproximação com o mercado nacional e a iminente retomada das importações de borracha asiática a baixo preço – haver a necessidade de redução do elevado custo de produção do extrativismo do látex, sob o risco de se repetir a mesma decadência de alguns anos antes.

Nesse cenário, um embate definitivo pela hegemonia da formação socioespacial da Amazônia polarizaria dois projetos distintos de desenvolvimento regional, ambos visando ao redirecionamento da malha institucional criada pelo Estado Novo varguista durante o esforço de guerra. O primeiro projeto, dos aviadores e exportadores de borracha, objetivava a manutenção do *status quo*, preservando a hegemonia da estrutura extrativista com base em subsídios governamentais para a compra da borracha amazônica e a venda ao mercado nacional a preços competitivos por meio do BCB. O segundo projeto, conduzido por forças mais progressistas de industriais locais, giraria em torno dos ideais desenvolvimentistas de planificação da agricultura e industrialização regional³⁴⁶, com base em um cuidadoso planejamento econômico conduzido pelo Estado.

O resultado do embate e da condução final da hegemonia da formação amazônica expressar-se-ia nas diretrizes de desenvolvimento regional da Constituição de 1946, nas quais apareceria um fundo de reserva com volume significativo de recursos para a execução de um *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*³⁴⁷. Vale lembrar que, mesmo em um contexto

³⁴⁴ FERNANDES, 2010.

³⁴⁵ BIELSCHOWSKY, 1996.

³⁴⁶ FERNANDES, 2010, p. 257.

³⁴⁷ A constituição de 1946 reservou não menos que 3% da receita tributária da União para ser utilizado no Plano de Valorização da Econômica da Amazônia.

mais liberalizante da gestão Dutra, em comparação ao Estado Novo varguista, a trajetória de amadurecimento da ideologia desenvolvimentista, entre 1945 e 1947, tomaria o sentido de defesa da diversificação do aparelho produtivo nacional e de estímulo à industrialização³⁴⁸. Logo, a pressão da região polo exigiria o avanço da industrialização e da integração do mercado interno sob uma égide desenvolvimentista, o que ia de encontro ao projeto de desenvolvimento desejado pelos agentes da estrutura extrativista.

De fato, a própria sustentação estatal dos subsídios associados ao BCB se manteria somente até um ponto em que não interferisse na acumulação de capital do polo³⁴⁹, o que se mostrou inviável antes mesmo dos anos de 1950³⁵⁰. O BCB seria convertido em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) cuja finalidade, por meio de um fundo de fomento, seria a de realizar todas as operações relacionadas às atividades industriais, comerciais e produtoras da região amazônica, às concernentes ao comércio e à industrialização da borracha no território nacional, inclusive à heveicultura em detrimento do extrativismo do látex³⁵¹.

Os rumos do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, no que tange à sua estrutura geral e propostas de diretrizes, iriam se desenrolar dentro de debates indecisos e repleto de divergências, fruto da baixa institucionalidade do governo central na região e principalmente da pequena interação entre as classes empresariais locais³⁵². Com isso, os objetivos gerais do Plano de Valorização e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)³⁵³, criada em 1953, tornar-se-iam reflexo de um “esforço nacional” para a ocupação territorial da região mais do que propriamente para o estímulo aos

³⁴⁸ “O período 1945-47 não alterou a evolução básica que caracteriza a história econômica brasileira desde o início dos anos 30: o processo de diversificação do aparelho produtivo continuava em franco progresso, já que as atividades urbano-industriais lideravam amplamente a expansão da economia. Em 1947, e pela primeira vez na história do país, o valor da produção industrial ultrapassava o da produção agrícola”. BIELSCHOWSKY, 1996 p.266.

³⁴⁹ A partir de 1947 o BCB seria submetido à Comissão executiva de Defesa da Borracha que visava “assegurar mercado cativo para a produção gomífera amazônica, agora sob forte concorrência da borracha asiática, sem trazer consigo prejuízos para a emergente indústria de pneumáticos e câmaras de ar” (CORRÊA, 2004, p. 563)

³⁵⁰ No ano de 1949, dado a escassez e incerteza no abastecimento, chegou-se a registrar uma paralisação nas indústrias pneumáticas de São Paulo (FERNANDES, 2010, p. 271).

³⁵¹ A Lei 1.184/50 que transformou o BCB em BCA, previa a criação de um Fundo de Fomento à Produção que constituía do depósito da importância correspondente a 10% (dez por cento) das dotações anuais dos 3% destinados para a valorização da Amazônia no prazo de vinte anos. Previa além disso que o financiamento de atividades agrícolas, pecuárias, e industriais para aproveitamento das matérias primas regionais. Além de melhoria dos meios de transporte e o incentivo e aperfeiçoamento da produção da borracha, inclusive o financiamento de seringas de plantação. O Fundo deveria seguir as seguintes proporções: nos Estados do Amazonas e Pará 50%; nos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, 30% e nos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, 20%.

³⁵² TRINDADE, 2014, p. 47.

³⁵³ Lei 1806/53.

pouco produtivos grupos empresariais locais. A SPVEA surgiu como uma inovação do pensamento desenvolvimentista brasileiro, na medida em que previa a elaboração de políticas de desenvolvimento de uma região envolvendo diversas unidades federativas, níveis de governo e setores da economia³⁵⁴.

A própria definição, para fins de planejamento regional do conceito de *Amazônia legal*, a partir do decreto-lei n° 1.806 que instituiu a SPVEA, abrange partes dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, e um total de 59% do território brasileiro. Ao mesmo tempo em que atestava a inovação no pensamento desenvolvimentista do planejamento regional, a noção de uma Amazônia Legal, evidenciava o papel pouco articulado das elites dos estados amazônicos frente às determinações dos congressistas de estados limítrofes à Amazônia, que visavam os abundantes recursos prometidos para a SPVEA. Logo, o desenrolar do projeto regional de desenvolvimento realizado pelo órgão refletiria a incapacidade de articulação das classes dominantes locais em torno de um projeto interno que pautasse, em termos apropriados, o modo como se daria a anexação da formação amazônica à condição de região do Estado brasileiro, evitando a sua conversão em fronteira de acumulação de frações do capital nacional e internacional.

É importante lembrar que, apesar do esforço nutrido pelos técnicos da SPVEA para ocupar economicamente o território da Amazônia Legal, a economia da região já se encontrava, nos anos de 1950, fortemente integrada com o mercado nacional, em detrimento do mercado externo³⁵⁵. De fato, desde o ano de 1939, as exportações para o mercado interno por cabotagem haviam ultrapassado, em valor de produção, o que era negociado com o mercado externo. Contudo, entre os anos de 1948 e 1958, os valores destinados ao mercado interno já correspondiam a cerca de 80% do valor de produção total, enquanto nas importações regionais a partir do mercado interno essa cifra chegou a 93% no ano de 1953³⁵⁶.

De fato, dos dados mais detalhados sobre a navegação de cabotagem (Gráficos 01, 02, 03 e 04, e Apêndice C) é possível extrair não só um panorama mais amplo da economia dos estados amazônicos durante a década de 1940 e início de 1950, como também um reflexo do cotidiano do seu mercado de consumo, ainda fortemente dependente das importações de gêneros alimentícios básicos e manufaturas, que encareciam o custo de vida da região, particularmente nas cidades. Em um contexto de altos preços de gêneros básicos de consumo,

³⁵⁴ TRINDADE, 2014, p. 69.

³⁵⁵ STELLA, 2009.

³⁵⁶ Idem.

a possibilidade de incentivar a diversificação da estrutura produtiva regional, direcionando os recursos da SPVEA para projetos agrícolas e para a indústria regional, acabaria não encontrando resistências internas.

É possível que os altos custos de importações do mercado interno tenham influenciado no processo de substituição de importações nacionais em alguns setores do parque industrial de Belém. Os dados do censo industrial de 1950 (Apêndice B) atestam o crescimento generalizado da indústria do Pará, que atinge pela primeira vez a marca superior a 1000 estabelecimentos industriais, com cerca de 10 mil operários. Desses estabelecimentos, cerca de 34% teriam sido fundados entre os anos de 1920, e 1930 e pouco mais de 4% deles permaneciam desde o início do século XX, oriundos do auge da exportação gomífera do ciclo extrativista. Contudo, nesses números se evidencia também o peso que as atividades de beneficiamento industrial do extrativismo tinham na estrutura industrial paraense, já que somente a indústria de produtos alimentares, na qual se encontravam as usinas de beneficiamento de castanhas, concentrava cerca de 21% da força de trabalho, seguida da indústria madeireira e têxtil de beneficiamento de fibras naturais, concentrando, respectivamente, cerca de 13% e 8% da força de trabalho industrial do Pará.

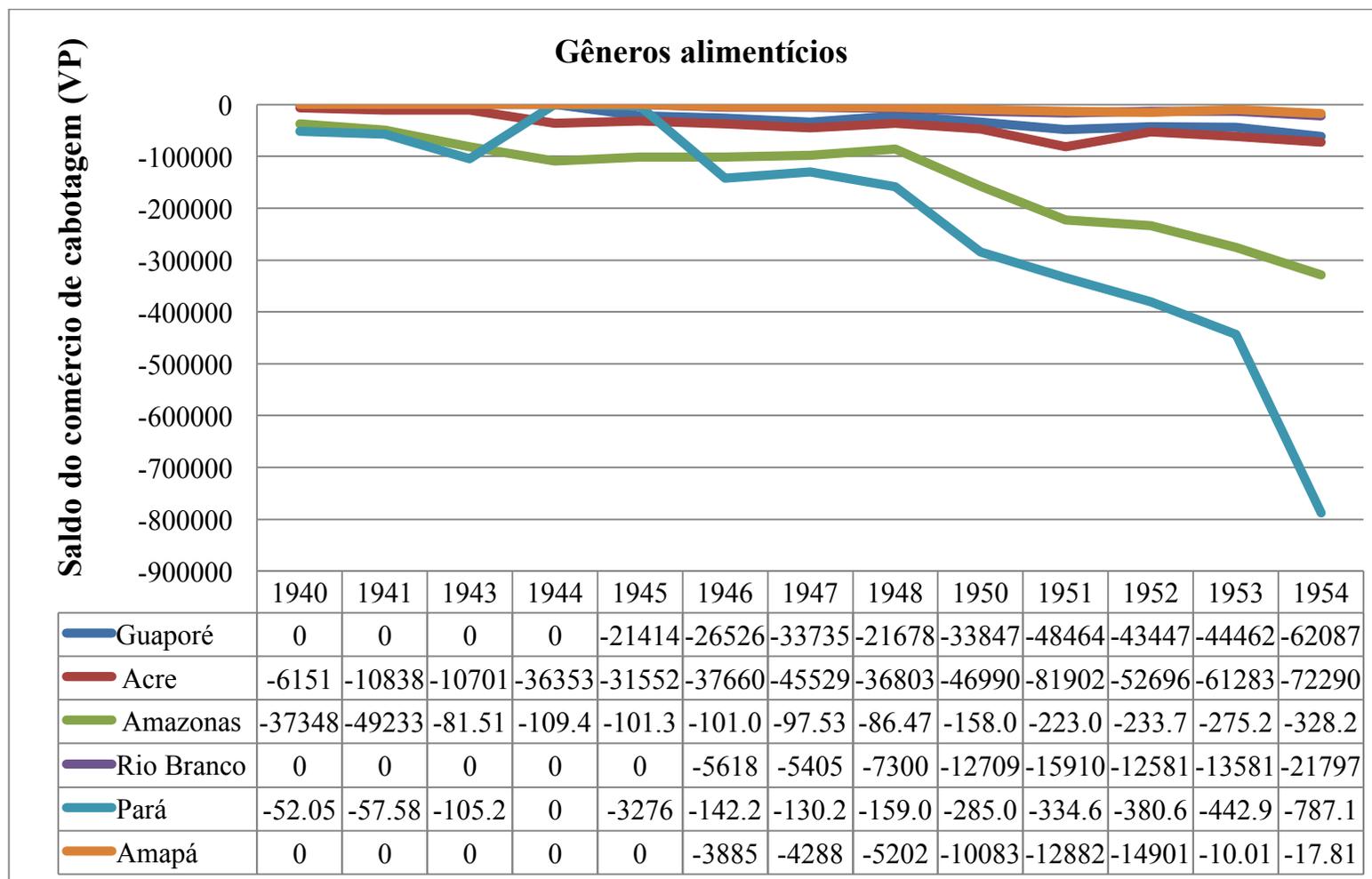
Como mostra o Apêndice B, chama atenção que, mesmo nesse momento de isolamento espacial e estímulo ao investimento industrial no setor de bens de consumo não duráveis, eram também os segmentos industriais relacionados ao extrativismo que apresentavam o maior volume de capital aplicado por estabelecimento. As indústrias de beneficiamento de borracha, de beneficiamento de castanha-do-pará e de fabricação de gelo – pelas longas distâncias entre as cidades de beira de rio, o uso do gelo era essencial na conservação do pescado – apresentavam, em média, uma relação do capital aplicado por estabelecimento, que era o dobro da registrada para indústrias do segmento de bens de consumo não duráveis, como a indústria de fumo e de fabricação de artigos para perfumaria, sabão e vela. Ademais, quando se observa a relação de empregados por estabelecimentos, as usinas de beneficiamento da castanha-do-Pará apresentavam os impressionantes números de quase 240 empregados por estabelecimento, variável provavelmente puxada pelo peso do trabalho manual de descasque da castanha.

O censo agrícola de 1950 também registrou um crescimento importante das atividades agrícolas e agropecuárias na Amazônia. Como foi o caso da criação bovina, que pela primeira vez apresentava valor superior a um milhão de cabeças de gado, concentrando somente no Pará mais de 70% desse total, seguido Rio Branco que detinha quase 14% desse total. A continuidade do crescimento no cultivo da mandioca, particularmente no Nordeste

Paraense, transformou o Pará em quarto maior produtor de mandioca do Brasil, ficando atrás de Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

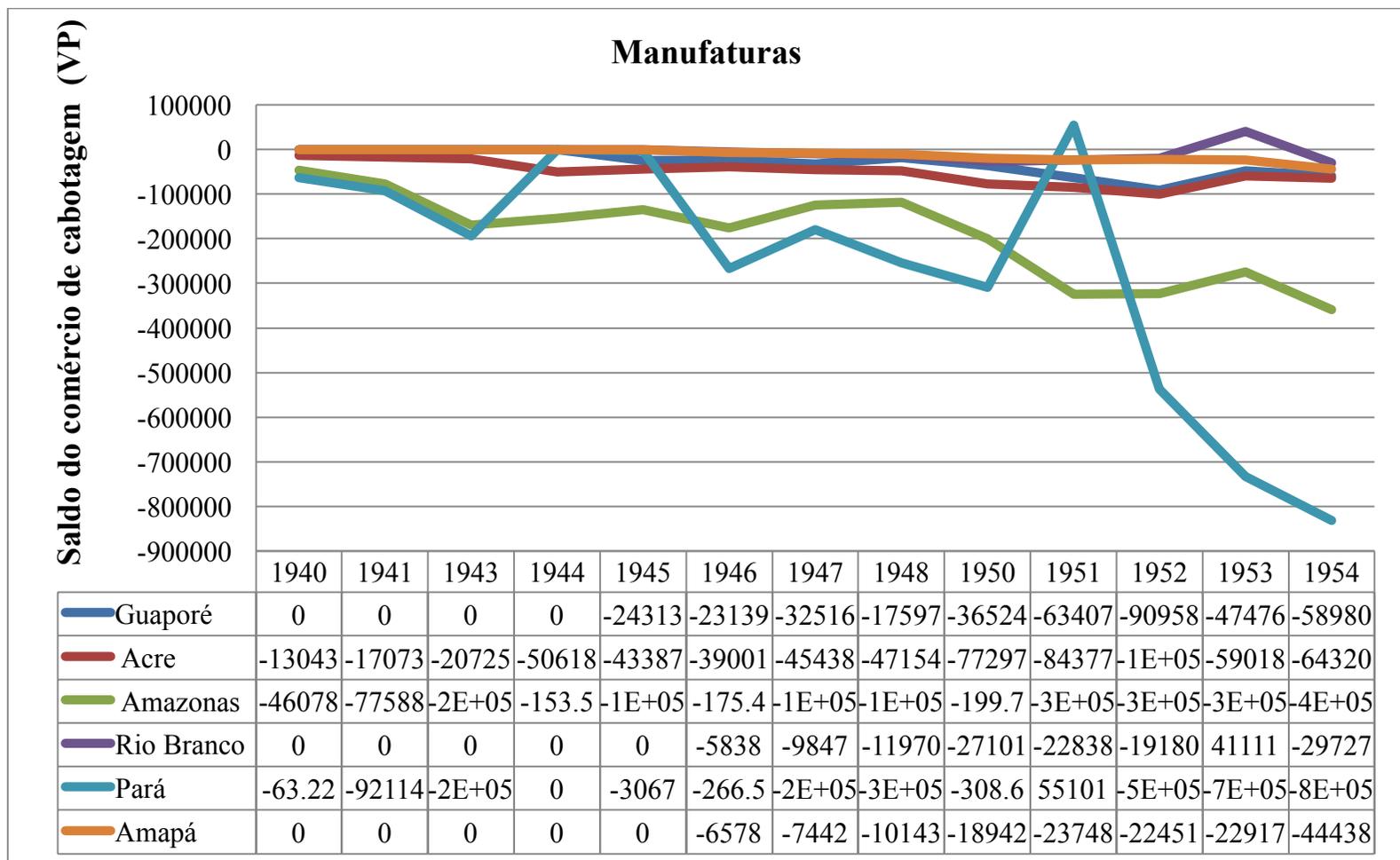
Apesar de se registrar um crescimento agrícola importante durante os anos de 1940, os estados da Amazônia continuavam extremamente dependentes da importação de gêneros alimentícios básicos, como café, charque e feijão. Os dados do comércio de cabotagem apontam para a dependência na importação de manufaturas e gêneros alimentícios básicos durante toda a década de 1940, ampliando-se significativamente na entrada da década de 1950. Em contraposição, os mesmos dados demonstram também que o constante saldo positivo da balança comercial das exportações de matérias-primas, associadas quase exclusivamente ao extrativismo, seria a única grande classe do comércio de cabotagem que a se manter positiva ao longo série (Apêndice C e Gráficos 01, 02, 03 e 04).

Gráfico 1: Saldo do comércio de cabotagem de gêneros alimentícios dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.



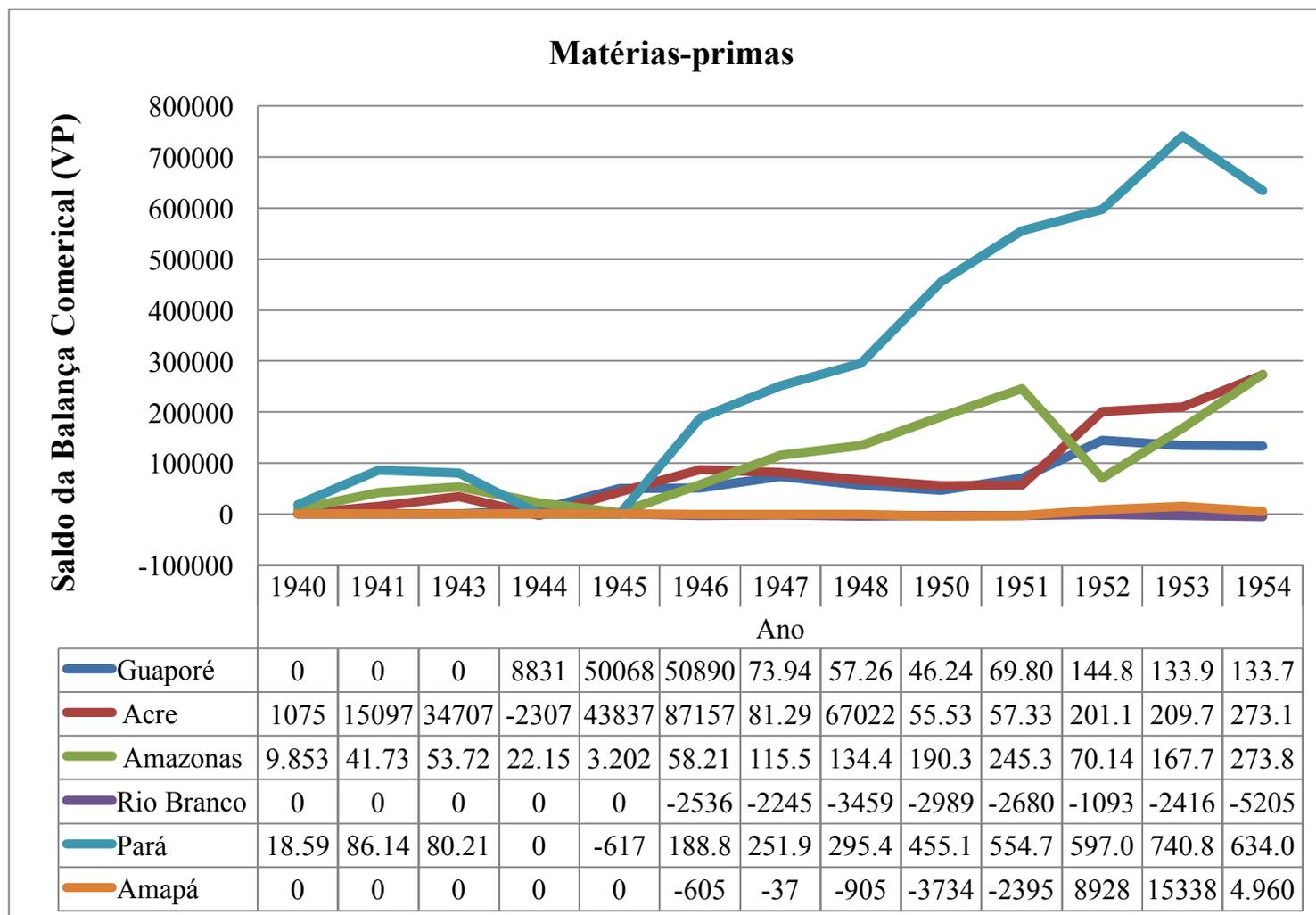
Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE). Comércio de cabotagem do Brasil, vários anos entre 1940 a 1954. Elaboração própria.

Gráfico 2: Saldo do comércio de cabotagem de manufaturas dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.



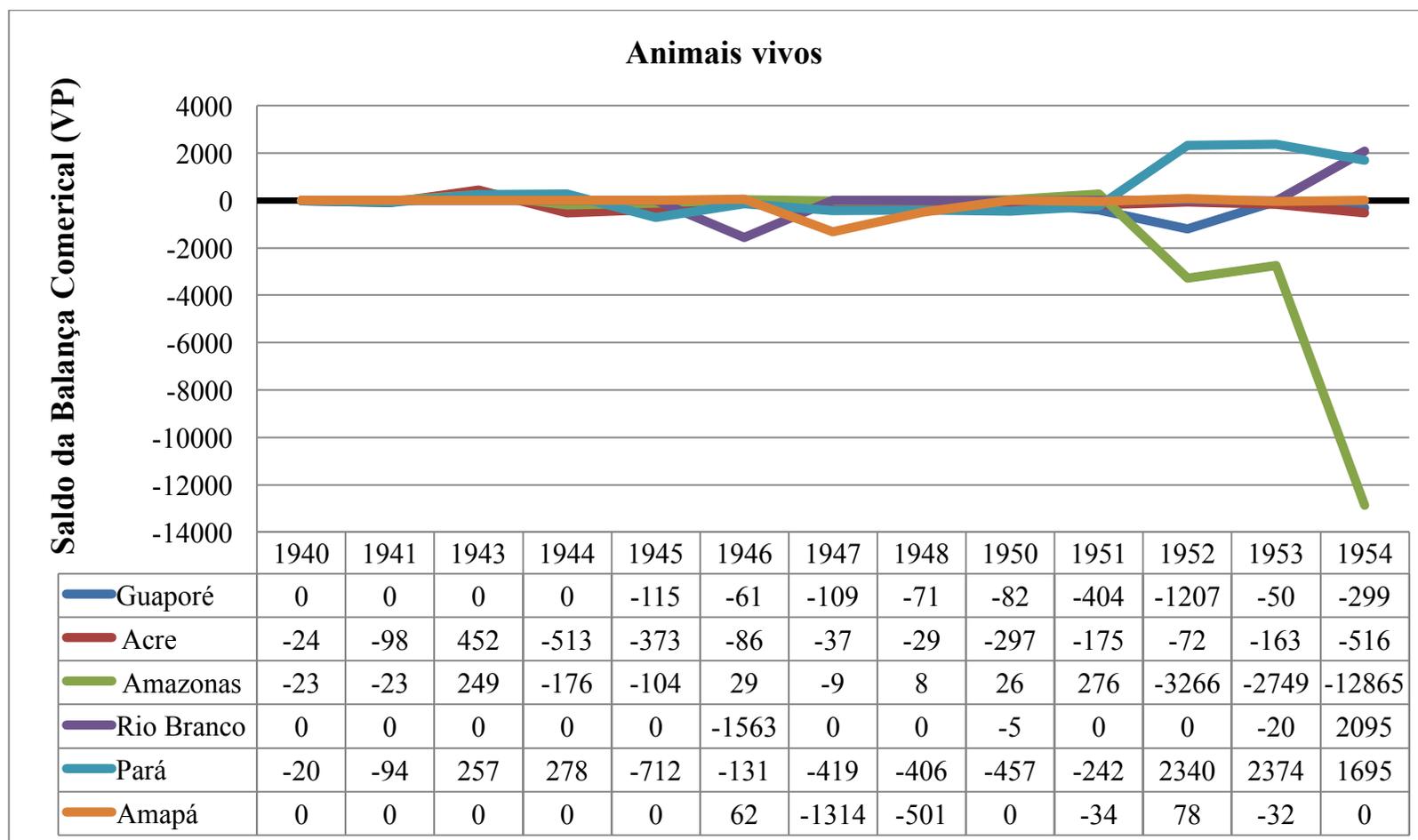
Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE). Comércio de cabotagem do Brasil, vários anos entre 1940 a 1954. Elaboração própria.

Gráfico 3: Saldo do comércio de cabotagem de matérias-primas dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.



Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE). Comércio de cabotagem do Brasil, vários anos entre 1940 a 1954. Elaboração própria.

Gráfico 4: Saldo do comércio de cabotagem de animais vivos dos estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.



Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE). Comércio de cabotagem do Brasil, vários anos entre 1940 a 1954. Elaboração própria.

Por meio da SPVEA, a efetivação de um projeto de desenvolvimento regional, associado à complementariedade da economia brasileira e de maior articulação com o mercado interno, significou também uma lenta eliminação das barreiras espaciais existentes que ilhavam a formação amazônica, anexando-a paulatinamente como região da formação brasileira. A SPVEA foi instalada em Belém, tendo como primeiro presidente o professor e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, e tanto se estruturaria como mentora do processo de planejamento do desenvolvimento regional quanto reforçaria a predominância do Pará nesse espaço regional.

Com a SPVEA, o planejamento se tornaria um imperativo da nova concepção de desenvolvimento regional e da forma de participação do Governo Federal na economia amazônica³⁵⁷, mas sem abdicar dos objetivos gerais definidos na sua lei de criação: i) assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido Brasileiro; ii) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos prover a execução de suas tarefas sociais; iii) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira³⁵⁸.

Os pouco mais de dez anos de existência da Superintendência aprofundam a integração da Amazônia de forma complementar ao da economia brasileira, podendo ser analisada em duas fases. A primeira fase, de 1954 a 1959, corresponde a um período inicial de vigência do Programa de Emergência cujas diretrizes gerais posteriormente foram ampliadas e sintetizadas no I Plano Quinquenal de Valorização da Amazônia. Nesse Plano, encontram-se condensados os princípios gerais associadas ao discurso desenvolvimentista de viés culturalista e regionalista, o que redundaria em políticas de desenvolvimento com fortes componentes de ideologia modernizadora do desenvolvimentismo brasileiro, mas atrelados a uma noção de identidade regional amazônica³⁵⁹.

Do ponto de vista formal, o objetivo da SPVEA era o de implementar políticas que possibilitassem o desenvolvimento de atividades econômicas autossustentadas nos estados da Amazônia Legal, fomentando a ideia de que por meio da intervenção do Estado

³⁵⁷ LIRA, S. R. **Morte e ressurreição da SUDAM**: Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

³⁵⁸ Idem

³⁵⁹ Segundo Fernandes (2014), durante os anos de 1940 e 1950, se molda na formação amazônica um corpo sistemático de ideias de viés desenvolvimentista-regionalista, uma ideologia que engloba os princípios gerais de natureza nacionalista e industrialista do desenvolvimentismo brasileiro, acrescentando a este, no entanto, um viés culturalista de origem na tradição do pensamento regionalista de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, voltados para compatibilizar elementos e valores culturais associados ao “homem amazônico”.

solucionar-se-ia a ocupação física e econômica da Amazônia³⁶⁰. O extrativismo passa a ser visto como sinônimo de atraso, e o sucesso do planejamento era conseqüentemente qualquer tipo de incentivo a atividades que eliminassem o aviamento e as relações de produção que o mesmo articulava. Assim, para reestruturar a economia regional, a produção de matérias primeiras deveria ser reorientada de forma complementar à economia nacional. O mercado interno regional, por sua vez, deveria ser orientado no sentido da produção para seu próprio consumo por meio de substituição de importações e, nesse sentido, a produção agrícola em pequenas e médias propriedades seria incentivada, bem como a industrialização. Em linhas gerais, portanto, as políticas regionais descritas deveriam prever uma nova complementariedade entre o mundo rural, como espaço agrícola prioritariamente, e mundo urbano, centro-industrial e comercial da região.

O Plano reconhecia a incapacidade de planejar uma recuperação global da Amazônia, e por isso direcionava os investimentos para “28 zonas economicamente recuperáveis”³⁶¹ que, ou possuíam algum grau de urbanização, como as capitais e subcentros regionais, ou eram de interesse à proteção das áreas de fronteira da região como a zona do Oiapoque. O orçamento previsto dentro do I Plano Quinquenal direcionava os investimentos prioritariamente para as rubricas de desenvolvimento agrícola (22,17%) e de transportes, comunicação e energia (21,55%), seguido de saúde (18,46%), crédito e comércio (17,62%) e cultura (9,84%) .

Segundo o plano, a autossuficiência econômica da região dependia prioritariamente do alcance à autossuficiência alimentar, por meio de colonização dirigida às zonas economicamente recuperáveis, e da industrialização de matérias-primas regionais, como a borracha e a juta, que seriam produzidas dentro de métodos racionais de modo a atender adequadamente as demandas do mercado nacional³⁶². O BCA se tornaria o “braço” creditício da SPVEA no mundo rural amazônico, manejando o Fundo de Fomento à Produção que era supervisionado pela SPVEA e ofertava financiamentos voltados ao custeio de safras agrícolas, da pecuária e da industrialização das matérias primas regionais³⁶³. Nesse caso, o propósito apresentado no Plano era explícito no que se refere à eliminação do aviamento e à

³⁶⁰ MARQUES, G. S. SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). In: Trindade, J. R. B. (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPEVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro**. Belém: Paká-Tatu, 2014.

³⁶¹ SPVEA, 1954, p. 5.

³⁶² Idem, p. 7-9.

³⁶³ TRINDADE, op.cit., 2014.

difusão do crédito rural por meio de instituições bancárias, atribuindo a essa condição a razão principal para o déficit na balança comercial da região³⁶⁴.

Uma outra frente de atuação que o Plano elegeu como prioritária foi a resolução do problema de transporte na Amazônia, definindo uma série de ligações rodoviárias com o resto do Brasil, com destaque nesse plano para a proposta da rodovia Anápolis-Belém. Contudo, de acordo com o Plano, as políticas de transportes intra-estado na Amazônia Legal deveria buscar fortalecer o modal fluvial, em detrimento do ferroviário, prevendo o reaparelhamento dos principais portos localizados nas capitais e a construção de pequenos portos nas localidades que eram pontos terminais de navegação de primeira linha³⁶⁵.

De fato, o I Plano Quinquenal nunca chegou a ser aprovado pelas instâncias federais competentes, tampouco recebeu o montante de recursos constitucionais que a ele deveriam ser destinados. Somado a isso, o desconhecimento científico da região e as questões externas de ordem política contribuiriam para a redução do poder da ação da instituição e deformações nas suas políticas de planejamento³⁶⁶. À parte disso, a precariedade da estrutura empresarial da região contribuiu para que, mesmo internamente, a SPVEA passasse a ser questionada por setores que queriam uma distribuição “menos burocrática” dos recursos e menos sujeitos aos pré-requisitos associados às zonas prioritárias de investimento³⁶⁷.

A baixa eficácia das políticas planejadas pela SPVEA culminaria com a contratação, pela própria superintendência, de uma empresa privada do Rio de Janeiro para elaborar um balanço das atividades do próprio órgão e um indicativo dos próximos rumos para o desenvolvimento regional. A consultoria resultou no documento *SPVEA, 1954/1960: Política de desenvolvimento da Amazônia*, que marcou o início da segunda fase de atuação da SPVEA na Amazônia Legal. O documento aponta como prioridade os investimentos no setor industrial de beneficiamento de matérias-primas locais (fazendo uso de suas vantagens comparativas) e de produtos que substituíssem importações manufaturadas³⁶⁸. Os incentivos industriais deveriam ocorrer em detrimento da agricultura, encarada como um investimento incapaz de gerar renda em nível desejado, dadas as condições demográficas e espaciais da

³⁶⁴ SPVEA, 1954, p. 8.

³⁶⁵ No caso, as zonas da Boca do Acre, Eirunepê, Vitória e Tucuruí.

³⁶⁶ Cita-se nesse caso especialmente a interferência dos técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Congresso Nacional. cf. TRINDADE, 2014, p. 55.

³⁶⁷ MARQUES, 2014.

³⁶⁸ MARQUES, 2014, p. 77.

região³⁶⁹.

Assim como na primeira fase, foi baixa a efetividade da nova política de valorização proposta para a região, em termos de volume de recursos e projetos aprovados. Contudo, os principais investimentos industriais incentivados pela SPVEA acabariam ocorrendo na cidade de Belém e no Nordeste Paraense, ampliando o parque industrial paraense³⁷⁰. Por outro lado, as novas fontes de crédito associadas ao BCA levaram à diversificação econômica das atividades agrícolas e extrativistas, enfraquecendo ainda mais o sistema de crédito informal de aviamento, e impactando no sistema bancário da cidade de Belém, bem como na prática de contrabando de produtos importados que era corriqueira na Amazônia³⁷¹.

De um modo geral, a experiência do planejamento a partir da SPVEA não alcançou bons resultados. Até a sua transformação em SUDAM, no ano de 1966, a SPVEA passou a apresentar forte ascensão dos gastos de consumo, com o governo federal transferindo à SPVEA o ônus do custeio dos vários órgãos de rotina, como foi o caso da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília³⁷², durante o Plano de Metas de JK.

Com isso, pode-se dizer que das grandes metas de investimento em transporte rodoviário previstas pelo I Plano Quinquenal da SPVEA, a Rodovia Belém-Brasília – em correspondência à meta de construção da rodovia Anápolis-Belém – foi a única a ser concluída durante o tempo de existência do órgão. A conclusão da Belém-Brasília, em 2 de fevereiro de 1960, representava o avanço da industrialização pesada e da integração do mercado nacional de acordo com a ideologia desenvolvimentista, na qual a ampliação da malha rodoviária nacional se tornaria a opção escolhida para promover a circulação de mercadorias e pessoas³⁷³.

A conexão rodoviária com o sudeste, ao mesmo tempo em que permitiria a redução do custo de vida local pela entrada sistemática de gêneros alimentícios e produtos manufaturados do sudeste a um menor custo, eliminaria em definitivo as proteções espaciais

³⁶⁹ Segundo Marques (2014), a consultoria contratada apresentou uma interpretação anacrônica que associava a região a uma forma pré-capitalista e feudal, com uma sociedade atrasada material e culturalmente. A solução para o desenvolvimento regional – apresentada em moldes claramente cepalinos e com referência a Nurske e Myrdal – previa o incentivo à industrialização dentro de moldes desenvolvimentistas

³⁷⁰ Parte significativa dos gastos da SPVEA foi direcionado para a estabilização do fornecimento de energia elétrica de Belém e Manaus, além disso, seus recursos financiaram a primeira fábrica de cimento da região norte, localizada na cidade de Capanema no nordeste Paraense.

³⁷¹ Sobre o contrabando na vida econômica da Amazônia ver matéria publicada em 1961 sobre o assunto no Jornal do Brasil do dia 14 mar. 1961.

³⁷² Rodobrás, Decreto nº 3.710.

³⁷³ Sobre a relação entre ampliação da malha rodoviária nacional e integração do mercado, ver CANO, 2006.

que resguardavam o parque industrial de Belém³⁷⁴, tornando ainda mais instável a legitimidade interna da SPVEA frente às elites regionais. O fim da barreira espacial, representada pela floresta, conectava o Pará e principalmente o Sudeste do estado – região cortada pela Rodovia – ao restante do Brasil de forma rápida e barata, acelerando o processo de concorrência entre as estruturas produtivas de base mercantil da periferia nacional³⁷⁵. Como mostro no próximo capítulo, trata-se de uma reversão de ordem espacial que passa a interferir diretamente na hierarquia da rede urbana regional e no processo de metropolização do espaço urbano de Belém³⁷⁶.

De todo modo, isso simbolizaria o início de uma longa fase de abertura de frentes pioneiras de colonização e de acumulação primitiva, acompanhando a expansão rodoviária que conectaria vários pontos da Amazônia às demais regiões do país e imprimindo severas transformações ao mundo rural amazônico. As novas conexões rodoviárias abririam outros eixos de ocupação humana em terra firme, atraindo migrantes espontâneos que aos poucos iriam sobrepor em relevância os eixos proporcionadas pelo modal hidroviário³⁷⁷. De fato, aos poucos o modal fluvial deixaria de monopolizar o transporte de mercadorias e pessoas, bem como deixaria de ser o espaço de assentamento prioritário da força de trabalho do extrativismo, dando lugar ao modal rodoviário e a novas formas penetração e apropriação do território amazônico.

2.2. Empresariado mercantil e rentismo fundiário em Belém

A reestruturação endógena da economia amazônica, resultado de quase cinco décadas de um lento processo de substituição de importações por grupos industriais locais, combinada com a resiliência das atividades extrativistas e de beneficiamento da castanha-do-pará e de outras mercadorias da floresta, reforçaria a função de Belém como capital econômica da região. A capital paraense seguiria como a cidade mais populosa da Amazônia, com aproximadamente 427 mil habitantes segundo o censo de 1960 e com uma taxa de

³⁷⁴ FERNANDES, 2014.

³⁷⁵ Sobre as alterações das estruturas produtivas nas regiões periféricas do capitalismo nacional, ver CANO, Wilson. **Desconcentração produtivo regional no Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

³⁷⁶ Sobre o fenômeno de metropolização de Belém, relacionado à integração da Amazônia à economia nacional Ver TRINDADE JR., S-C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

³⁷⁷ COSTA, 2012, p. 114.

urbanização superior a 91% (Tab. 01)³⁷⁸.

Tabela 1: Evolução da população urbana e da taxa de urbanização de Belém entre 1940 e 1960.

Ano	Município de Belém (área urbana)	Município de Belém (área suburbana)	Município de Belém (área rural)	Total	Proporção Estado do Pará (%)
1940	161879	13885	15977	191741	20,30
1950	241108	138980	13841	393929	35,07
1960	178109	199668	21445	399222	25,95

Fonte: IBGE/Censos demográficos do Pará de 1940, 1950 e 1960. Elaboração própria.

Além de mais urbanizada, algumas evidências indicam que em Belém se encontrava o mais estruturado circuito imobiliário da região, contribuindo para que sua área urbana se tornasse a principal frente para reinvestimento de lucros de atividades industriais, mas também de outros setores da economia amazônica. De acordo com o Censo de 1960, em Belém prevaleciam edifícios de alvenaria em detrimento dos edifícios de madeira que predominavam no restante dos estados, com somente 36 domicílios particulares sendo classificados como improvisados pelo IBGE. Nesse levantamento, o estoque imobiliário de domicílios particulares em Belém registrou o maior crescimento entre os anos de 1950 e 1960, quando o número de domicílios da capital passou de aproximadamente 47 mil para cerca de 72 mil. Os dados do censo de 1960 mostram ainda que, apesar de representar apenas 27,2% dos domicílios particulares do Pará, a cidade de Belém concentrava quase 80% dos domicílios alugados do estado.

O censo industrial dos anos de 1960 aponta as empresas do setor de construção civil como as maiores empregadoras do estado, concentrando mais de 14 mil homens³⁷⁹, o que equivalia a quase metade (47,3%) do total de empregos associados a atividades industriais. Além disso, no primeiro cadastro das empresas de construção civil no Brasil, realizado pelo IBGE em 1964, Belém figurava como a cidade da Amazônia que possuía o maior número de construtoras e incorporadoras. Havia em 1959³⁸⁰ um total de 14 estabelecimentos incluídos como empresas de construção civil, sendo 9 registrados como firmas individuais, duas como

³⁷⁸ A taxa de urbanização nesse caso foi considerada com base na população classificada de urbana e suburbana pelos censos do IBGE, abrangendo toda a população do município que residia em cidades ou vilas. Considerando somente a população enquadrada como urbana, a taxa de urbanização de Belém cairia para 44,61%.

³⁷⁹ IBGE, Censo demográfico de 1960.

³⁸⁰ 1959 foi o ano de referência para a coleta de dados do censo das empresas de construção civil.

sociedade de responsabilidade limitada e uma sociedade anônima de capital fechado. Ao que tudo indica, o curto tempo do esforço de guerra brasileiro foi de substancial importância para a cidade, não somente por incentivar a economia extrativista do látex, como mostrado anteriormente, mas também por injetar um volume considerável de recursos na economia local na forma de obras públicas de infraestrutura logística para apoio dos aliados na II Grande Guerra. Tratava-se de obras incluídas inicialmente nos Acordos de Washington e que colocavam Belém como a segunda cidade mais beneficiada do país com obras de infraestrutura durante o período de guerra³⁸¹. Com o fim da guerra, parte dos investimentos seriam transferidos para os planos de desenvolvimento da SPVEA, mantendo em ritmo crescente o dinamismo do setor de construção civil local.

A combinação entre urbanização, investimentos em infraestrutura urbana e a estruturação de agentes de produção de imóveis robustecia o circuito imobiliário local, como circuito autônomo de investimento e de reprodução de frações locais do capital na sua forma mercantil. A predominância da estrutura extrativista como principal frente de geração de riquezas na economia regional, limitando indiretamente as possibilidades de investimento da indústria local, contribuiria para que a terra urbana em Belém ampliasse a condição de principal reserva de valor da economia regional. Ademais, mesmo em um contexto de expansão das atividades industriais e de pesados investimentos no setor da construção civil local, a dominância da estrutura extrativista sobre as frações do capital portador de juros inibiria o desenvolvimento de um setor financeiro local que fosse capaz de contribuir na concentração e na centralização do capital local.

De todo modo, é consenso no pensamento crítico sobre a economia brasileira que o ativo imobiliário urbano tradicionalmente cumpre a função de reserva de valor³⁸², ou em outras palavras, um refúgio de boa liquidez para um capital acumulado nos mais diversos setores da economia. Para alguns críticos, isso seria reflexo da síndrome da liquidez predominante sobre a dinâmica de investimentos de certas frações do capital nacional, altamente influenciadas pela instabilidade macroeconômica e por quadros permanentes de

³⁸¹ Os investimentos previstos para a construção da base aérea de Belém foram de 4350:000\$0 e só perderiam em volume para os investimentos previstos para a base aérea do Recife, que eram de 5.850:000\$0.

³⁸² É sem dúvida Ignácio Rangel o autor do pensamento econômico brasileiro que apresenta as análises mais sistemáticas sobre a função da terra como reserva de valor em formações subdesenvolvidas. O problema do preço da terra, como define Rangel na maior parte dos seus textos, é na verdade derivado da função que a renda territorial exerce em cada contexto de formação socioeconômico. A *démarche* do autor sobre o caso brasileiro trata do processo de conversão da terra em mercadoria capitalista para, e em seguida, evidenciar como este ativo se torna reserva de valor ou meio de entesouramento para agentes da economia brasileira. Cf. Rangel e Silva (2004).

inflação, e que optam por investir em títulos de curto prazo e de alta rentabilidade³⁸³.

Durante o desenvolvimento capitalista no Brasil, foi sempre possível observar um caráter predominantemente especulativo pairando sobre as mais diversas práticas que têm a terra como base de produção ou mesmo de operação, o que resultou na impossibilidade de aferir o seu preço por uma correlação simples como uma função da renda fundiária ou da taxa de lucro vigente no mercado capitalista. No Brasil, particularmente em suas áreas urbanas, o que se observa é praticamente o inverso: o preço da terra tradicionalmente possui uma tendência de elevar-se no longo prazo, independente da taxa de lucro média do sistema. Essa condição acabou por convencionar expectativas altistas no investimento imobiliário, projetando uma elevação no preço daquele ativo e, indiretamente, da renda que dele pode ser extraída.

Nesse caso, estaríamos diante do fenômeno que Ignácio Rangel buscou conceituar teoricamente como *Quarta Renda da Terra*: o resultado de uma demanda fundiária de cunho fundamentalmente especulativo, específica da formação econômica brasileira, que é impulsionada pelo clima de expectativas positivas a respeito da elevação posterior do preço da terra³⁸⁴. Para Rangel, isso seria o motivo para que a valorização do preço da terra no Brasil tradicionalmente acontecesse de forma descolada de outros fatores macroeconômicos, como a taxa de lucro e da própria renda da terra, possível de ser extraída a partir de atividades agrícolas e urbanas.

O avanço da industrialização no país, elevando a produtividade agrícola e a taxa de urbanização, fez com que o negócio imobiliário no Brasil passasse cada vez mais a corresponder a um negócio mobiliário³⁸⁵, permitindo a circulação do capital portador de juros pelo território em busca da captação de renda fundiária e tornando ainda mais complexa a questão fundiária brasileira. Em contextos de complementariedade econômica restrita entre as regiões do país, situação vivida pela economia paraense pelo menos até meados dos anos de 1960, as frações locais do capital mercantil agregariam para si tanto o caráter comercial

³⁸³ C.f. TAVARES, M. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998.

³⁸⁴ Ademais, é por isso que a posição Rangel (2004) quanto à reforma agrária no Brasil é sempre pautada pelo controle não necessariamente da propriedade do ativo fundiário, mas sim sobre a reversão das expectativas positivas quanto à elevação do seu preço.

³⁸⁵ É por conta disso que para Rangel (2004) a questão agrária brasileira, apesar de possuir o aspecto de um problema fundiário, deve na realidade ser tratada como um problema financeiro. Logo, a eficácia de qualquer tipo de programa de reforma fundiária estaria diretamente relacionada à capacidade do mesmo em reverter às expectativas de valorização do preço da terra, ou seja, de intervir sobre a Quarta Renda diretamente, desmobilizando a partir disso. RANGEL, I.; SILVA, J. F. G. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

quanto o caráter financeiro do circuito imobiliário. Isso significava que o investimento em imóveis urbanos, seja para expandir a capacidade produtiva da indústria, seja para diversificá-la no sentido incorporadora ou construtora, representava a conexão entre o faturamento do grupo aos ganhos possíveis pela circulação do capital portador de juros por meio do circuito imobiliário. Uma condição que cria no interior da mesma unidade empresarial dois circuitos de valorização do capital distintos, mas organicamente articulados.

Entre idas e vindas, a Belém do final dos anos de 1950 e início de 1960 ainda se mantinha como uma persistente ilha de urbanização e modernidade, envolvida por um quase infundável entorno extrativista e de subsistência, na qual aspectos da sociabilidade moderna passariam a ser associados às atividades imobiliárias. Aos poucos, o reinvestimento dos lucros dos grupos empresariais locais tomava o sentido de ampliação do capital imobilizado em imóveis, o que em alguns casos evoluiria inclusive para a diversificação como incorporadores imobiliários, como mostro mais à frente.

Nesse mundo urbano relativamente isolado, os controladores dos grupos comerciais e industriais mais bem-sucedidos da região, formariam uma elite empresarial frequentemente associada à figura do empresário capitalista moderno, cujos tino empresarial, trabalho árduo e poupança metódica seriam vistos como elementos responsáveis pelo soerguimento de um império econômico. O reinvestimento de lucros na formação do patrimônio imobiliário do grupo, em muitos casos, serviria inclusive para realçar o nome da empresa (família) na sociedade local, reforçando a construção ideológica em torno de uma elite empresarial de alcance regional.

De fato, atrás da vidraça de um empresário moderno havia a clara similitude no comportamento com os “*capitães-de-indústrias*” brasileiros³⁸⁶: uma espécie de personificação industrial das frações do capital comercial que, mesmo atuando com atividades industriais, mantêm-se presas a formas mercantis de reprodução. Estes caracterizam-se por serem empresários constantemente dependentes da manipulação de fatores de produção que propiciem a reprodução mercantil do capital, o que – no mais das vezes de uma formação patrimonialista – pode depender de articulações orgânicas com o Estado. É emblemática, nesse sentido, a prevalência, no balanço das indústrias locais de beneficiamento de castanha, de declarações, tais como empréstimos de curto prazo associados ao aviamento, até meados dos anos de 1980. Ou então, a declaração em entrevista realizada com um proeminente

³⁸⁶ CARDOSO, F.H. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

empresário local da época (Quadro 2), sócio-fundador de um grupo empresarial que havia declarado em seu balanço de 1960 possuir ativos que somavam mais 200 milhões de cruzeiros, mas que mantinha viva de ganho pela troca manipulando o preço de caixas de chiclete.

Quadro 2: Trecho de entrevista com um dos fundadores grupo empresarial local fundado nos anos de 1950 com atuação no setor de comércio, construção civil, indústria cerâmica, beneficiamento de fibras e no setor financeiro.

Raul: Como vocês conseguiam ter essa rede de contato com os fornecedores de malva e de outros produtos regionais?

Sócio-fundador: Olha, a gente conseguia com os fornecedores porque nós concentrávamos a compra, onde nós comprávamos

Raul: Mas por exemplo, a malva vocês compravam de fornecedores pequenos.

Sócio-fundador: Mil, muitos fornecedores, mas como eles já sabiam que nós comprávamos... nós mandávamos buscar duas vezes na semana na casa deles... Nós comprávamos também muito pirarucu. Nós comprávamos muito peixe seco e nós botávamos no caminhão e vendíamos na estrada, até Castanhal, vendíamos farinha pro Governo, pro leprosário. Quando nós trabalhávamos com comércio, vendíamos chicletes, e o pessoal só queria de hortelã, mas tinha mais dois sabores de tutti-frutti e canela e a gente botava caro esses dois e quem não sabia acabava comprando achando que era melhor.

Raul: Vocês chegaram a investir no imobiliário?

Sócio-fundador: Tentei investir, mas não muito certo, não... não deu muito certo é maneira de dizer, nós fizemos um edifício lá em Manaus chamado Cidade de Manaus e era o maior na época, nós tínhamos uma construtora, era a Condusa Mercantil da Amazônia. Chegamos a construir aqui também.

Raul: O lucro de vocês, o quanto o grupo rendia tanto do ponto da indústria e do comércio, era reinvestido na indústria ou virava por exemplo, imóveis, patrimônio?

Sócio fundador: Eu era doido por imóveis, mas nossa união era grande e nós só podíamos comprar o que os três concordassem. Por mim, por exemplo, umas cem esquinas daqui de Belém eu teria comprado, mas o João e o Raimundo não concordavam muito, apesar de que esse terreno aqui do Plaza foi o João que mandou comprar. Mas eu passei umas férias em Boa Viagem, em Recife, e eu voltei de lá louco pra comprar terra em Boa Viagem, tinha muito terreno e “de graça” e tu quer saber de você comprar uma coisa por 1 milhão e hoje estar valendo 60 milhões? E eu chegava pro João dizendo pra investir lá, mas ele dizia pra gente investir no Rio de Janeiro e fizemos uma empresa lá, e o Rômulo Maiorana queria que a gente fizesse uma edifício lá pra vender pro pessoal daqui, aí também não tivemos muita sorte...

Raul: Vocês chegaram a fazer edifício lá no Rio?

Sócio-fundador: Não, nós tivemos uma empresa e fizemos alguns serviços porque nós tínhamos ligação com o Pão de Açúcar, nós fazíamos muita reforma do Pão de Açúcar, ao mesmo tempo essa empresa fazia reforma na Bahia, em Campo Grande, Santos, Sorocaba, umas 20 obras do Pão de Açúcar com essa empresa, ela era bem organizada.

Fonte: Informação verbal³⁸⁷

Algumas análises possíveis nos balanços das empresas S.A. da região, além de

³⁸⁷ Entrevista concedida ao pesquisador em 25 abr. 2016.

nos inventários de herdeiros de alguns grupos empresariais locais, deixam claro como, em um contexto de reprodução mercantil do capital no qual se somam severos limites econômicos e espaciais associados à hegemonia da estrutura extrativista, a imobilização dos ativos em patrimônio imobiliário urbano se tornaria uma estratégia importante de investimento financeiro dos grupos empresariais locais entre as décadas de 1940 até pelo menos de 1960. Defendo que a predominância do reinvestimento dos lucros patrimônio imobiliário tornar-se-ia um elemento fundamental na orientação das primeiras leis de uso e ocupação do solo definidas para Belém, ampliando a diferenciação no espaço intraurbano de Belém e orientando a resiliência da sua ocupação intraurbana.

2.2.1. O imóvel no balanço das empresas de sociedade de capital fechado em Belém

Para quantificar a face imobiliária dos grupos empresariais locais, foi realizado um extensivo levantamento nos balanços³⁸⁸ de empresas cuja constituição jurídica era definida como de sociedade aberta de capital fechado baseadas em Belém, organizadas em uma série quinquenal nos anos de 1945, 1950, 1955 e 1960. O propósito era obter uma série temporal que mostrasse a proporção entre os ativos imobilizados, discriminados no balanço como imóvel ou bens de raiz³⁸⁹, sobre o total do ativo declarado do grupo empresarial. A série de praticamente duas décadas serviu para mostrar a evolução dessa prática entre as empresas S.A. de Belém, aferindo em quais segmentos os imóveis passam a participar com mais relevância nos ativos imobilizados. Por isso, como forma de apresentar um panorama mais amplo da participação dos imóveis sobre o patrimônio das empresas, foram incluídos nesse levantamento, além dos cinco grupos locais que vêm sendo analisado ao longo da tese, o restante do universo empresarial local e do reduzido setor financeiro de Belém, além de empresas S.A. do segmento de comércio e serviço.

É importante destacar que, na economia paraense, as empresas S.A. eram as mais relevantes nas atividades ligadas ao setor secundário. Como é possível observar nas Tabela 2, as empresas industriais constituídas como S.A., apesar de representarem pouco mais de 7% no

³⁸⁸ Publicados obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, a princípio, nos quatro primeiros meses do ano. Entretanto durante a pesquisa foi necessário buscar em todos os dias do ano, já que foram encontrados balanços até o último dia de dezembro.

³⁸⁹ Na maior parte dos balanços das empresas S.A. do período os imóveis aparecem discriminados dentro da parte dos ativos imobilizados da empresa, normalmente como edificações ou como imóveis unicamente. As empresas que não discriminavam os imóveis estão marcadas nas tabelas apresentadas a seguir como “não diferencia”.

total de estabelecimentos, foram as que declararam o maior valor de produção, cerca de 49% do total produzido em 1959, bem como o maior valor de transformação industrial, com quase 48% do total. Eram também as empresas que mais empregavam nas atividades do secundário do Estado, com 3878 postos de trabalho que equivaliam a cerca de 31% da força de trabalho.

Tabela 2: Constituição jurídica dos estabelecimentos industriais do estado do Pará.

Constituição jurídica	Estabelecimentos (% sobre o total)	Pessoal ocupado total (% sobre o total)	Pessoal ocupado operários (% sobre o total)	Valor de produção (% sobre o total)	Valor de transformação industrial (% sobre o total)
Firmas individuais	760 (62,19%)	3294 (27,04%)	2497 (24,92%)	615.653 (13,37%)	339.783 (14,05%)
Sociedade de pessoas	231 (18,90%)	2181 (17,91%)	1771 / (17,68%)	720056 (15,64%)	351601 (14,54%)
Sociedades anônimas	87 (7,12%)	3878 (31,84%)	3407 (34,01%)	2267995 (49,25%)	1141611 (47,20%)
Sociedades de responsabilidade Limitada	123 (10,07%)	2416 (19,84%)	2006 (20,02%)	903940 (19,63%)	502683 (20,78%)
Entidades públicas	19 (1,55%)	398 (3,27%)	327 (3,26%)	94786 (2,06%)	81517 (3,37%)
Outras	2 (0,16%)	13 (0,11%)	11 (0,11%)	2251 (0,05%)	1634 (0,07%)
Total	1222	12180	10019	4604681	2418829

Fonte: IBGE/Censo industrial do Pará de 1960. Elaboração própria.

De forma semelhante no setor terciário (Tab. 3 e 4), as empresas S.A. teriam relevância no grau de investimento e no controle sobre a força de trabalho urbana. No censo comercial de 1960, as empresas S.A. foram responsáveis por cerca 18% do total de inversões de capital no ano 1959, apresentando uma receita superior a 32 mil cruzeiros em média por estabelecimento, além de também concentrarem a maior quantidade de empregados por estabelecimento. Em termos de investimento, no ano de 1959, quando os dados foram coletados, isso correspondia a 454 mil cruzeiros por empresa S.A., enquanto os estabelecimentos registrados como sociedade de responsabilidade limitada e as firmas individuais haviam investido, respectivamente, pouco mais de 18 e 41 mil cruzeiros. De forma semelhante, as empresas prestadoras de serviço constituídas como S.A. foram as que mais investiram no ano de 1959 – cerca de 315 mil cruzeiros por estabelecimento, sendo elas também as que apresentaram a maior receita média por estabelecimento.

Tabela 3: Constituição jurídica dos estabelecimentos de comércio varejista do estado do Pará

	Estabelecimentos	Capital aplicado	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado proprietário de sócios	Pessoal ocupado empregados	Inversões de capital	Receita total
Firmas individuais	6355	652595	10261	6189	1322	89851	3366250
Sociedade de pessoas	742	231633	2397	1104	1108	21172	1914456
Sociedades anônimas	57	219256	1278	0	1278	25926	1842812
Sociedades de Responsabilidade Limitada	133	57012	744	0	744	5501	738795
Entidades públicas	2	61	5	0	5	0	416
Outras	13	2103	33	0	33	629	29838
Total	7302	1162660	14718	7293	4490	143079	7892567

Fonte: IBGE/Censo de comércio e serviços do Pará de 1960. Elaboração própria.

Tabela 4: Constituição jurídica dos estabelecimentos prestadores de serviço do estado do Pará

	Estabelecimentos	Capital aplicado	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado proprietário de sócios	Pessoal ocupado empregados	Inversões de capital	Receita total
Firmas individuais	1993	190612	3898	1912	1180	4029	586830
Sociedade de pessoas	167	68112	701	253	418	9107	186682
Sociedades anônimas	20	112825	396	0	396	6315	147631
Sociedades de responsabilidade Limitada	57	74270	351	0	351	8780	131052
Entidades públicas	4	4451	61	0	61	0	7060
Outras	4	5460	21	0	21	3500	7855
Total	2245	455730	5428	2165	2427		

Fonte: IBGE/Censo de comércio e serviços do Pará de 1960. Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta o levantamento de dados nos balanços coletados no Diários Oficiais do Estado referentes ao ano de 1960, em que dois bancos locais se destacam como as empresas S.A. com o maior volume de ativos: o Banco Moreira Gomes S.A., cuja origem do capital remontava a atividades importadoras e de aviamento³⁹⁰ – o banco funcionava desde 1852 e na fase de reestruturação endógena da economia regional se consolidou como a mais tradicional casa bancária da cidade, ocupando o primeiro lugar no ranking; além do Moreira Gomes, na lista aparece também o Banco Comercial do Pará, autorizado a operar em 1947. Relacionadas às atividades industriais, apareciam em segundo lugar a Pires Carneiro S.A., empresa de produção de cimento, fundada em 1961 com auxílio da SPVEA, para explorar as reservas de calcário no município de Capanema no Nordeste Paraense. Em quarto e oitavo, respectivamente, estavam as Indústrias Martins Jorge S.A. e as Perfumarias Phebo S.A., cujas origens já foram tratadas anteriormente na tese. A Phebo seria a única indústria S.A. do setor de bens de consumo não duráveis a aparecer na lista, enquanto que a Companhia Paraense de Látex, seria a única indústria de beneficiamento de borracha a figurar entre as dez maiores empresas S.A. da cidade. No setor de comércio e serviços, estavam a Importadora de Ferragens S.A., a Companhia Automotriz Brasileira e a Martim Representações S.A., respectivamente em terceiro, sexto e sétimo lugares.

Tabela 5: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará no total de ativos.

Nome da empresas	Ativo total (Cr\$)	Ativo imobilizado em imóveis (Cr\$)	%
Banco Moreira Gomes	1.033.473.088,00	5.777.178,70	0,56%
Pires Carneiro S.A	872.016.517,28	8.842.625,50	1,01%
Importadora de Ferragens	812.343.994,00	89.786.808,50	11,05%
Indústrias Martins Jorge	495.379.384,90	27.520.591,00	5,56%
Banco Comercial do Pará	445.884.159,70	800.000,00	0,18%
Cia Automotriz brasileira	378.932.487,10	21.420.941,10	5,65%
Martim Representações	366.331.729,55	35.210.691,10	9,61%
Perfumarias Phebo	314.745.751,31	10.377.582,80	3,30%
Construtora Gualo S.A.	309.508.863,60	33.774.093,00	10,91%

³⁹⁰ WEINSTEIN, 1993, p. 270.

Companhia Paraense de Látex	286.210.358,20	9.369.542,70	3,27%
-----------------------------	----------------	--------------	-------

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará várias edições (1961). Elaboração própria.

Como se observa, a proporção entre as maiores empresas de Belém de imóveis incluídos como ativos no balanço de 1960 não chegaria a 12% - nesse caso com a Importadora de Ferragens S.A. Na menor proporção, estaria o Banco Comercial do Pará, com pouco mais de 0,18% dos ativos imobilizados em imóveis. Por outro lado, organizando os dados a partir do total de ativos imobiliários de cada empresa (Tab. 6), observa-se que a Importadora de Ferragens S.A. era a empresa que, em 1960, possuía o maior valor de ativos em imóveis dentre todas as empresas S.A. de Belém. Nesse novo ranking, a Importadora de Ferragens S.A. seria seguida pela Hotéis do Pará S.A. e pela Companhia Industrial do Brasil S.A.. Das dez empresas listadas na Tabela 6, as Indústrias Martins Jorge S.A., a Construtora Gualo S.A. e a Cia. Automotriz Brasileira S.A. seriam as únicas a se manter no ranking da Tabela 6, ficando excluídos dessa seleção os dois bancos locais e a Pires Carneiro S.A.

Tabela 6: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará no total de ativos imobilizados em imóveis.

Nome da empresa	Ativo total (Cr\$)	Ativo imobilizado em imóveis	%
Importadora de Ferragens	812.343.994,00	89.786.808,50	11,05%
Hotéis do Pará	106.054.083,00	48.800.776,60	46,01%
Cia Industrial do Brasil	170.673.154,00	43.784.988,20	25,65%
Martim representações	366.331.729,55	35.210.691,10	9,61%
Construtora Gualo	309.508.863,60	33.774.093,00	10,91%
Companhia de Seguros Aliança do Pará	130.997.907,00	28.905.838,00	22,07%
Indústrias Martins Jorge	495.379.384,90	27.520.591,00	5,56%
Cinemas e Teatros Palácio	129.402.307,90	26.375.199,80	20,38%
Romariz Fischer S.A Indústria comércio e Agricultura	31.826.081,50	24.273.965,10	76,27%
Cia Automotriz Brasileira	378.932.487,10	21.420.941,10	5,65%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará várias edições (1961). Elaboração própria.

Por fim, quando se analisa em termos da porcentagem dos ativos imobilizados em relação ao ativo total da empresas (Tab. 7), percebe-se a preponderância das empresas da família Chamiê, Thomé e Chady, com duas das suas indústrias aparecendo na lista: Uzina Brasil S.A. e Cia. Industrial do Brasil S.A.. Do setor de beneficiamento de gêneros extrativistas, seriam destacadas também a indústria Brasil Extrativa S.A., de produção de óleos vegetais e a Companhia Paraense de Artefatos de Borracha S.A., beneficiadora de borracha. A indústria local de bens de consumo não duráveis seria representada pela indústria de fumos Democrata S.A., enquanto que o setor financeiro compareceria nesse ranking somente por meio das firmas da Companhia de Seguros Comercial do Pará S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Pará S.A. O setor de comércio e serviços seria representado pela Hotéis do Pará S.A. e pela empresa Ferreira de Oliveira, Comércio e Navegação S.A., sendo excluída nessa organização a Importadora de Ferragens S.A.

Tabela 7: Lista com as dez maiores empresas S.A. do estado do Pará em porcentagem de ativos imobilizados em imóveis sobre o total de ativos declarados no balanço.

Nome da empresa	Ativo total (Cr\$)	Ativo imobilizado em imóveis (Cr\$)	%
Romariz Fischer S.A Indústria Comércio e Agricultura *	31.826.081,50	24.273.965,10	76,27%
Uzina Brasil	33.885.440,00	19.767.446,90	58,34%
Brasil Extrativa*	21.873.979,40	10.299.358,20	47,08%
Hotéis do Pará S.A.	106.054.083,00	48.800.776,60	46,01%
Democrata S.A. Indústria e Comércio	18.767.006,40	6.773.455,50	36,09%
Companhia de Seguros Comercial do Pará	16.153.581,00	4.405.000,00	27,27%
Ferreira de Oliveira Comércio e Navegação	11.243.218,50	3.028.692,50	26,94%
Cia Industrial do Brasil	170.673.154,00	43.784.988,20	25,65%
Companhia de Seguros Aliança do Pará	130.997.907,00	28.905.838,00	22,07%
Companhia Paraense de Artefatos de Borracha	44.254.600,30	9.201.756,90	20,79%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará várias edições (1961). Elaboração própria.

Apesar de fugir do escopo mais geral da tese – que tem como foco os impactos da integração sobre as frações locais do capital comercial que atuavam na indústria econômica amazônica e a relação desses grupos com as atividades rentistas presentes no circuito imobiliário de Belém –, o levantamento nos balanços das empresas S.A. traz informações importantes que contribuem para uma análise mais geral desse universo, indicando que os imóveis participavam de forma bastante distinta no circuito de acumulação das empresas locais. Conforme mostra a Tab. 7, de fato a proporção entre os ativos imobilizados em imóveis e o total de ativos declarados pelas empresas S.A. de Belém era relativamente baixa, apesar de somar de 640 milhões de cruzeiros. Contudo, é importante observar a distribuição desses ativos, primeiramente entre setores e posteriormente entre algumas empresas específicas (Apêndice D).

A menor proporção estava nas empresas do setor financeiro da cidade, em que a relação entre os ativos imobiliários e o total de ativos não ultrapassaria 2%. De fato, apesar de constar como empresa com o maior montante de ativos em 1960, o Banco Moreira Gomes não chegava a possuir 1% dos seus ativos imobilizados em imóveis, que totalizavam cerca de 4 milhões de cruzeiros. Entre 1945 e 1960, essa proporção pouco variou, permanecendo sempre na ordem de 0,5% do ativo total do banco. Dentro da série, a maior variação dos ativos do banco Moreira Gomes S.A. foi na rubrica dos ativos realizáveis e com a emissão ações e Debêntures, que em 15 anos passam de 130 milhões de cruzeiros para quase 960 milhões, indicando um avanço expressivo na alavancagem do banco. No mesmo período, a valorização do ativo disponível em caixa foi de 48 milhões de cruzeiros para cerca de 130 milhões de cruzeiros, acompanhando a mesma variação no valor dos imóveis, que passam de pouco mais de 2 milhões de cruzeiros para cerca de 4 milhões em 15 anos. Assim, mesmo considerando somente os ativos disponíveis em caixa, a proporção em imóveis não seria superior a 3%.

Uma situação semelhante ocorreria com o Banco Comercial do Pará S.A., que possuía pouco menos de 0,18% do total de ativos imobilizados em imóveis. Apesar de ser um banco menor, se comparado ao banco Moreira Gomes, a maior parte dos seus ativos estavam incluídos na série dentro da rubrica de ativos realizáveis, nesse caso como Títulos Descontados e chegando a corresponder cerca de 40% do ativo total declarado no balanço de 1960. Um caso distinto ocorreria com o Banco do Pará, e a Companhia de Seguros Comercial do Pará, ambos fundados em meados dos anos de 1950, lideradas por Oscar Faciola e Rafael Fernandes de Oliveira Gomes, ambos proeminentes empresários locais, com participação

societária em diversas indústrias da cidade³⁹¹. Nesse caso, a série dos balanços indica um avanço na participação dos imóveis como ativos imobilizados somente na companhia de seguros do grupo empresarial, que passa de uma participação nula em 1950 e 1955, para cerca de 27% no ano de 1960, enquanto o Banco do Pará manteria proporção semelhante ao restante dos bancos locais, de pouco mais de 0,5% do ativo total como imóveis.

O restante do setor terciário concentraria cerca de 37% do patrimônio imobiliário declarado nos balanços do ano de 1960, o que significava um crescimento expressivo na série que começa em 1945, atingindo um valor superior a 240 milhões de cruzeiros concentrados em bens de raiz no ano de 1960, concentrados em pouco mais de 27 empresas. Apenas como referência, esse valor seria superior à inversão de capital registrada no censo comercial de 1960 de todo o comércio varejista e atacadista do Pará, que não ultrapassou a cifra de 240 milhões de cruzeiros. Por sua vez, as indústrias S.A. de Belém concentrariam cerca de 47% dos ativos imobiliários, atingindo um valor superior a 304 milhões de cruzeiros num universo de 35 empresas. Diferente das empresas do terciário, esse valor não representaria nem sequer 7% do valor de produção registrado no censo industrial de 1960 do estado, que foi de quase 4,7 bilhões de cruzeiros, e pouco mais de 13% do valor de produção das indústrias registradas como S.A. no Pará.

Os dados setoriais camuflam a concentração da propriedade imobiliária e principalmente o modo como os representantes das empresas se articularam para constituir as primeiras formas de incorporação imobiliária em Belém. É provável que o caso mais emblemático das empresas S.A. de Belém em diversificações no sentido dos negócios imobiliários seja o da Importadora de Ferragens S.A., empresa que sozinha concentraria cerca de 40% do valor ativos imobiliários das empresas do terciário de Belém.

A Importadora de Ferragens é uma empresa fundada em 1931 e que inicialmente se dedicava aos mais diversos tipos de importações de produtos manufaturados, especialmente materiais para construção civil e material automotivo³⁹². O isolamento da formação amazônica e as restrições do parque fabril da cidade fariam com que em poucos anos a Importadora de Ferragens S.A. se consolidasse como a principal importadora da região,

³⁹¹ Rafael Fernandes Gomes tem a origem do seu capital associado à importadora de ferragens e artigos de luxo Ferreira Gomes & Cia, fundada por seu tio no início do século XX e da qual se tornou gerente e posteriormente sócio proprietário. Oscar Faciola, por sua vez, era filho de Antônio Faciola, proprietário da Cervejaria Paraense e proprietário do antigo Banco do Estado do Pará.

³⁹² No anúncio no Almanack Leammert de 1935, a Importadora de Ferragens indicava possuir em Belém seis armazéns, onde se comercializava: ferragens em grande escala, maquinismos, ferro, aço, metais, materiais para construções civis e navais, miudezas, louças e vidrarias, artigos sanitários e material elétrico, além de possuir uma fábrica de pregos.

abrindo a primeira filial fora do Pará, em 1945, na cidade do Rio de Janeiro, onde ficou até meados dos anos de 1980.

Como mostra o Apêndice D, no balanço daquele ano a Importadora declarou um total de ativos no valor de 65 milhões de cruzeiros, sendo que cerca de 3,4 milhões desses se encontravam imobilizados em imóveis, ou seja, aproximadamente 5,2% do total de ativos. Entre os anos de 1945 e 1950 essa proporção subiria para 14,84% do total de ativos, com um valor superior a 35 milhões de cruzeiros imobilizados em imóveis. Até o balanço do ano de 1955, a Importadora já possuiria cerca de 55 milhões de cruzeiros em imóveis, o que, entretanto, correspondia a pouco mais de 10% do total dos ativos da empresa, que havia dobrado entre 1945 e 1950. Por fim, no balanço de 1960, esse valor atingiria o pico máximo de quase 90 milhões de cruzeiros, ou 11,05% do ativo total, que naquele ano chegaria ao montante de 812 milhões de cruzeiros. O forte crescimento nos ativos imobiliários do grupo ao longo da série parece estar fortemente associado aos investimentos da empresa na atividades de incorporação imobiliária.

Entre 1945 e 1955, foi lançado e entregue, no ano de 1954, o edifício Importadora, na região central de Belém, maior construção de uso misto da cidade naquele momento, com cerca de 14 mil metros quadrados, distribuídos entre 20 escritórios e 32 apartamentos, um investimento que teria consumido, ao longo de quase uma década de construção, cerca de 30 milhões de cruzeiros. É possível que a elevada proporção, de mais de 11% de ativos imobiliários sobre o ativo total da empresa, registrada em 1960 no balanço da Importadora, devesse-se, em parte, à propriedade do andar térreo do edifício, que se tornou o escritório central e principal armazém da empresa. Ademais, tudo indica que o salto no ativo total da empresa, entre os anos de 1955 a 1960, possua um forte componente proveniente do negócio imobiliário, ou seja, da venda das unidades do edifício Importadora durante a construção.

De modo semelhante a Rádio Clube do Pará S.A., maior empresa radiofônica local entre os anos de 1940 e 1960, redirecionaria parte dos seus esforços para o circuito imobiliário local com a incorporação do edifício Palácio do Rádio, inaugurado em 1956. No caso da Rádio Clube, os ativos totais mais que triplicam entre 1955 e 1960, passando de pouco mais de 6 milhões para quase 23 milhões de cruzeiros, com os ativos imobiliários do grupo, que até então não constavam nos balanços, representando cerca de 9% do total de ativos em 1960.

Foi desse contexto portanto, de reinvestimento de lucros provenientes de atividades do terciário, que surgiram as primeiras formas de incorporação imobiliária em

Belém. É importante lembrar que em um cenário econômico onde se encontra estabelecida a produção capitalista da moradia, como se apresentava naquele período em Belém, o incorporador imobiliário deve se tornar a peça chave no processo de produção e circulação do capital através do circuito imobiliário. De fato, será essa fração específica do capital comercial, que se pode denominar como capital de incorporação, que ocupa o lugar de operador do controle de transformação do capital dinheiro em moradia, dirigindo o processo de produção imobiliária e assegurando os lucros do processo produtivo e da transformação no valor da terra urbana³⁹³.

É sempre importante ressaltar que mesmo operando na inexistência de um marco regulatório específico para a incorporação de edifícios, criado somente em 1964, a necessidade de circulação do capital gerado nas estruturas de produção da economia amazônica impôs transformações na dialética interna da estrutura urbano-industrial, resultando no surgimento de formas específicas de incorporação imobiliária. Na economia paraense dessa fase inicial de integração com o mercado nacional, a incorporação imobiliária necessariamente seria realizada por grupos empresariais locais formados no seio daquele ciclo econômico, mesmo que essas mantivessem sua presença ativa nos outros setores da economia regional. Isso quer dizer que, nos limites de uma mesma empresa S.A. daquele período, pouco se diferenciariam os papéis da incorporação, do proprietário fundiário e do construtor, inviabilizando a separação entre as funções distintas da produção imobiliária, a não ser a nível puramente teórico. Nesse caso, as formas avançadas de incorporação associadas a grupos empresariais que manteriam ativas as suas atividades comerciais, como foi o caso da Importadora de Ferragens S.A. e da Rádio Clube do Pará. De fato, em Belém, a figura do incorporador como agente majoritário na produção imobiliária de mercado, dissociado de outros setores da economia só ocorreria a partir de 1966, com a instituição de um estofó financeiro mediado pelo Banco Nacional de Habitação e pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Assim, a regra na fase de reestruturação endógena da economia amazônica, anterior à conclusão da rodovia Belém-Brasília, é a prática da incorporação associada a grupos empresariais de outros setores da economia urbana. A incorporação imobiliária de edifício de uso misto, ao que tudo indica, se mostrava a alternativa mais lucrativa para os investimentos das empresas S.A. de Belém. Como mostro mais à frente, o estímulo a

³⁹³ “A função de gestão do capital de circulação é exercida pelo incorporador. Ele é a chave em todo o processo de produção e circulação, na medida em que permite a transformação de uma capital-dinheiro em terreno e edificação” (RIBEIRO, 1996 p. 96).

empreendimentos horizontais de parcelamento de terrenos urbanos tinha as possibilidades de lucro fortemente condicionadas pelos planos de alinhamento propostos para Belém e do modo como a terra urbana era negociada na cidade, o que reduzia as margens de lucro com os empreendimentos. Ademais, é importante ressaltar que se trata de um movimento ainda restrito aos financiamentos disponíveis para a economia local, incapazes de sustentar investimentos de longo prazo.

Como é possível observar no resumo dos balanços dos bancos locais (Apêndice E), predominavam os empréstimos de curto prazo, provavelmente associados ao aviamento, representando aproximadamente 40% do ativo total daqueles bancos. Por sua vez, os grandes bancos de desenvolvimento ligados ao governo federal – BCB e posteriormente BCA – não apresentavam em suas diretrizes qualquer linha de financiamento que visasse ao incentivo da atividade imobiliária de incorporação. O exemplo disso é que em quase duas décadas desde a primeira incorporação imobiliária da cidade – o edifício Piedade, em 1949 – as incorporadoras locais, já incluindo as empresas do setor de comércio que haviam diversificado para a incorporação imobiliária, realizariam menos de 20 edifícios.

Ao que tudo indica, dados os limites da economia local e a controle da estrutura extrativista sobre o capital portador de juros disponível, a própria possibilidade de constituir uma empresa S.A. passa a significar uma forma de capitalização para a empresa que pretendia atuar como incorporadora imobiliária. Esse foi precisamente o caso da Companhia Paraense de Construções S.A., primeira empresa exclusivamente voltada para a incorporação imobiliária, constituída em Belém no dia 24 de março de 1949. Na ata da assembleia geral de constituição da Companhia, faz-se claramente referência à constituição de uma sociedade de ações cujo propósito era o de servir à capitalização da empresa, rebaixando o valor individual das ações de forma a captar 25 mil interessados a possíveis subscritores³⁹⁴. Nesse processo de captação, cada ação custava 100 cruzeiros e o interessado em se tornar sócio da empresa precisaria dispor de um capital inicial de 20 milhões de cruzeiros, o que significava adquirir 200 mil ações. A aquisição das ações funcionava de forma muito semelhante ao que atualmente se classifica de “financiamento direto com a construtora”, já que o subscritor teria

³⁹⁴ “Um empreendimento, porém, como é da Companhia Paraense de Construções S.A., com os seus propósitos e largo campo de ação, feito por meio de subscrição pública, apresentaria a vantagem de proporcionar a muitos a oportunidade de empregar as suas economias em um bom negócio onde os lucros são certos, ao mesmo tempo habilitando-se ao grande benefício de adquirirem casa própria como acionistas e proprietários. [...] Mais do que nenhum outro sistema, acreditamos que a subscrição pública se apresenta vantajosamente neste caso, de que que cooperará para a apresentação de uma Companhia com uma quantidade inicialmente formada beneficiadora de vinte e cinco mil interessados que serão tantos os subscritores que calculamos venha a comportar a Companhia Paraense de Construções S/A.” (Diário Oficial do Estado, 5 de abril de 1949, p.7).

que pagar no ato da inscrição 15% do valor da subscrição (300 mil cruzeiros) mais uma primeira prestação, que correspondia a 10% do valor da subscrição, continuando com o pagamento mensal até atingir capital inicial estipulado. A única diferença era que o subscritor se tornava proprietário de ações preferenciais da empresa, o que lhe garantia direitos sobre os lucros do empreendimento.

Em outras situações, as empresas S.A. apresentavam em seu quadro societário a presença significativa de empresários do setor extrativista, tanto industriais quanto comerciantes. Um dos empresários mais ativos nas S.A imobiliárias de Belém foi o Sr. Wady Chamié, sócio da Companhia Industrial do Brasil e da Usina Brasil, ambas de propriedade das famílias Thomé, Chamié e Chady. Em 1960, além de aparecer como presidente das empresas da família, era também Diretor-Tesoureiro e segundo maior acionista das Cinemas e Teatros Palácio S.A., uma empresa de entretenimento dedicada inicialmente à exploração comercial de cinemas, mas que também atuava fortemente como incorporadora imobiliária.

O principal acionista da Palácio S.A. era o engenheiro paraense Judah Levy, responsável pelo projeto do edifício empreendido pela Rádio Clube do Pará S.A., em meados dos anos 1950, mas também pela incorporação e construção dos primeiros edifícios de apartamentos em Belém no ano de 1949. As primeiras incorporações imobiliárias de Judah Levy ocorreram por meio da imobiliária Sul-América, empresa de incorporação, constituída como empresa limitada, controlada pelo engenheiro paraense e que inicialmente atuou na cidade do Rio de Janeiro, com a construção de dois edifícios de apartamentos. A entrega dos primeiros edifícios da imobiliária Sul-América em Belém converteriam Judah Levy em verdadeiro arquétipo do empreendedor imobiliário para a sociedade local: figura responsável pela remodelação da forma urbana de Belém e por trazer novas áreas de modernidade para a urbe diretamente associadas à verticalização da área central, potencializando ganhos fundiários para o incorporador.

A Cinemas e Teatros Palácio S.A. era um dos símbolos máximos dessa modernidade. No balanço de 1960, constava como “em construção” o segundo cinema e teatro da empresa, o primeiro havia sido implantado no térreo do Palácio do Rádio. O cinema localizar-se-ia no andar térreo de um edifício de apartamentos de quinze andares, que também fazia parte do empreendimento imobiliário, contando com trinta unidades residenciais. O empreendimento foi financiado pelo aumento do capital social da empresa, que passou de 30 para 90 milhões de cruzeiros e que se concretizaria pela emissão de trinta mil ações preferenciais e trinta mil ações secundárias, cada uma no valor de hum mil cruzeiros. Assim como no caso da Companhia Paraense de Construções S.A., os interessados em participar

como sócios do empreendimento poderiam subscrever ações pelo pagamento de 10%, no ato da subscrição, quitando o restante em vinte prestações mensais e iguais.

É possível que, dado o modo como a incorporação imobiliária de edifícios de apartamentos se organizou em Belém, a participação de um capital provenientes das atividades ligadas ao extrativismo tenha ocorrido por meio da participação societária na empresa S.A. Nos casos específicos da Companhia Industrial do Brasil S/A e da Usina Brasil (Apêndice D), empresas das famílias Chamiê, Thomé e Chady, a predominância dos ativos imobilizados como imóvel sobre os ativos totais atingiu a marca de aproximadamente 25% para a Cia Industrial do Brasil, e 58% no balanço da Usina Brasil no balanço de 1960. Importa destacar que mesmo que essa relação para a Companhia Industrial do Brasil tenha atingido em 1955 a marca de quase 56%, o que significou uma queda quando se compara aos dados de 1960, em cinco anos o montante total de imóveis no balanço da empresa saltou de aproximadamente 17 milhões de cruzeiros para quase 44 milhões. De tal forma que a queda na participação dos ativos imobilizados em imóveis no balanço se deveu principalmente ao aumento no total de ativos da empresa, que saltou de pouco mais 31 milhões de cruzeiros para cerca de 170 milhões de cruzeiros em 1960. Somados os valores apresentados no balanço da Usina Brasil e da Companhia Industrial do Brasil, os ativos imobilizados em imóveis das empresas das famílias Chamiê, Chady e Thomé, chegavam a quase 64 milhões de cruzeiros.

Na lista das indústrias locais S.A. com o maior valor em ativos imobilizados em imóveis (Apêndice D), a Companhia Industrial do Brasil estava em primeiro lugar, seguida da construtora Gualo e da Indústrias Martins Jorge. Por sua vez, a Usina Brasil apareceria em quarto lugar; a Portuense Ferragens S.A. e a Aliança Industrial S.A., respectivamente em quinto e sexto lugares. Importa destacar que tanto a Portuense Ferragens quanto a Aliança Industrial apresentavam em seu quadro societário os empresários Abílio e Antônio Velho, proprietários da Importadora de Ferragens. Da mesma forma, o sétimo lugar seria ocupado pela Indústrias Jorge Correa S.A., que tinha em seu quadro proprietário os empresários da família Melero Libório, sócios majoritários das Indústrias Martins Jorge.

A Phebo aparece na lista em nono lugar, com pouco mais de 10 milhões de cruzeiros de ativos imobilizados em imóveis. Contudo, a Phebo era a empresa dentre as dez listadas que apresentava o maior valor de ativos, com a menor proporção na participação de imóveis na sua composição, de pouco mais de 3%. É importante ressaltar que, apesar corresponder a uma empresa fundada em meados dos anos de 1930, a Phebo só viraria uma empresa S.A. no ano de 1957, quando se aprofunda o processo de expansão da empresas no mercado interno brasileiro.

De fato, os produtos Phebo já estavam presentes no mercado de São Paulo desde 1933, quando a Mappin Stores de São Paulo passou a ser um cliente frequente. Porém, a distância dos grandes centros de distribuição e a precariedade do parque industrial local, em termos tecnológicos, motivou que o reinvestimento dos lucros da Phebo privilegiasse a própria indústria. Com isso, antes mesmo de ser uma empresa S.A., a Phebo já controlaria todas as etapas da produção dos seus produtos, num contínuo processo de verticalização para trás³⁹⁵ que passa a substituir itens outrora adquiridos de terceiros, incorporando inclusive o setor de embalagens no interior da fábrica e passando a depender somente dos produtos químicos e parte das essências importadas do mercado externo e posteriormente do mercado interno.

Os dados do balanço de 1960 demonstram, na verdade, um resultado positivo de crescimento continuado da Phebo após a mudança para empresa S.A.. Um compilado de quatro anos dos balanços da Phebo, entre 1957 e 1960, demonstram que o contraponto da baixa quantidade de ativos imobilizados em imóveis, seria o crescimento acentuado do patrimônio líquido da empresa, que passa de pouco mais de 92 milhões em 1957 para 125 milhões em 1960³⁹⁶. Além do patrimônio líquido, a Phebo apresentaria crescimento nos lucros da ordem de aproximadamente 33% no mesmo período, com aumento do ativo circulante na ordem de 41%. A culminância do bom desempenho da empresa levaria à expansão das atividades para São Paulo, em 1961, com o início da construção da primeira unidade da empresa fora da Amazônia.

Os dados da participação de imóveis nos ativos da Phebo em comparação com os registrados nas indústrias de beneficiamento de gêneros do extrativismo – dois lados opostos do mesmo contexto – indicam que foram muitos os caminhos definidos para o reinvestimento no circuito imobiliário. A incorporação de edifícios de uso misto na área central da cidade, apesar de ser a decisão mais significativa em termos de volume do capital investido, não parece ter sido a única forma encontrada para que as frações do capital portador de juros se reproduzissem pela incorporação de renda fundiária. De fato, apesar de menos preciso em termos quantitativos, foi possível observar a predominância de investimentos imobiliários em outras frentes.

É possível que, em virtude da predominância do modal fluvial para o transporte de mercadorias, uma parte significativa dos investimentos imobiliários das indústrias extrativas

³⁹⁵ PENROSE, E. T. **A teoria do crescimento da firma**. Editora Unicamp, 2006.

³⁹⁶ CHIACCHIO, 2010.

tenha ocorrido na aquisição de terrenos nas orlas fluviais do município de Belém e dos municípios de seu entorno imediato. Esse parece ser o caso da Irmãos Bitar S.A., já que, mesmo apresentando uma elevada proporção de ativos imobilizados em imóveis, na série de balanços de 1945 a 1960, não foram encontradas evidências diretas da empresa participando de incorporações imobiliárias em parceria com outras empresas. Por outro lado, em levantamentos na base de dados da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), órgão do Governo Federal responsável pelas terras e imóveis incluídos nos Terrenos de Marinha do município, encontra-se uma forte predominância das indústrias do extrativismo como grandes proprietárias fundiárias na orla do município de Belém.

Como é possível observar pelo Apêndice E, entre os anos de 1929 e 1950, a Irmãos Bitar S.A. se tornou proprietária de quase 47 mil metros quadrados de terrenos na orla da cidade, a Indústrias Martins Jorge S.A. se tornou proprietária de cerca de 60 mil metros quadrados nos terrenos de marinha do Igarapé das Armas, no bairro do Reduto, em Belém, e a Companhia Industrial do Brasil, por sua vez, de aproximadamente 6.700 metros quadrados, em dois terrenos adquiridos em 1938 e 1943, em Barcarena e Icoaraci, localizadas no entorno de Belém.

Considerando-se, nesse caso, os imóveis de propriedade da família controladora, partindo de levantamentos de campo em inventários de herdeiros de primeira e segunda geração dos grupos empresariais estudados, observa-se que os imóveis urbanos em Belém aparentemente se constituíam como o principal ativo deixado como herança. Em um dos casos, quando do falecimento do fundador do grupo Bitar em 1940, a herança deixada para os herdeiros de primeira geração contava com doze imóveis em Belém, com apenas um de característica rurais, e um na cidade de Manaus. Ao todo, os 13 imóveis que constavam no inventário foram avaliados em 137:000\$00 réis, sendo que em três desses imóveis constava no processo a venda para o próprio grupo empresarial ainda durante a etapa de fechamento do inventário. Entre 1945 e 1958, ocorre o falecimento dos herdeiros de primeira geração do grupo que, de forma semelhante, deixam em inventário um total de trinta e oito imóveis apenas em Belém, sendo que vinte e três desses imóveis correspondiam a um loteamento de casas empreendido em uma grande gleba localizada em área central da cidade. Por fim, o último inventário liberado ao domínio público³⁹⁷ correspondia à matriarca da família, constando um total de sete imóveis localizados em Belém e que totalizavam cerca de 6

³⁹⁷ Os inventários se tornam domínio público apenas 50 anos após o seu fechamento, o que significa que durante a pesquisa esse tipo de documento poderia ser consultado somente até o ano de 1967.

milhões de cruzeiros em valores da época.

É importante destacar que, apesar de se diferenciarem nas atividades produtivas, o padrão dos bens deixadas no inventários das famílias proprietária de indústrias é semelhante ao observado em inventário de famílias tradicionais da Amazônia colonial. Esse é precisamente o caso dos inventários dos membros da família Chermont de Miranda, herdeiros diretos do fazendeiro e senhor de engenho na região do Marajó, Ambrósio Henrique da Silva Pombo, que detinha o título de Barão de Guajará. É também o caso dos inventários da família Pombo de Chermont Raiol, herdeiros diretos do também fazendeiro Domingos Antônio Raiol, detentor do título de Barão de Guajará³⁹⁸. No inventário da esposa de Ambrósio, Dona Floripes Chermont de Miranda Pombo, falecida em 1931, constam ativos imobiliários no valor de 300 contos de réis apenas na cidade de Belém. Enquanto que no inventário de Pedro Pereira de Chermont Raiol, falecido em 1929, e filho de Domingos Raiol, aparecem ativos imobiliários em Belém no valor de 216 contos de réis. Importa destacar que dentre essas propriedades aparecia a Tapera Chermont, antiga propriedade da família Chermont, que se localizava nas margens do Rio Guamá, em Belém, com aproximadamente 242 mil metros quadrados, e que no futuro se tornaria palco de conflitos fundiários e ocupação informal.

2.2.2. Enfitêuse, alinhamento e planejamento do desenho urbano.

Entre os anos de 1950 e 1960, a possibilidade de autonomizar a reprodução de frações do capital, através do circuito imobiliário que se estruturava em Belém, dependia do modo como a terra urbana era transacionada na cidade. Apesar do negócio imobiliário que se pode qualificar como tradicional – baseado na regular compra e venda dos imóveis ou terrenos como meros ativos –, em Belém, essa condição detinha a peculiaridade de que uma parcela significativa da terra urbanizada da cidade pertencia ao patrimônio municipal, constituído ainda durante o período colonial por doação da coroa portuguesa. O *rossio*³⁹⁹ do Concelho de Belém correspondia a uma légua de terra conhecida como “Primeira Légua Patrimonial”, administrada sob o regime enfitêutico de aforamento e posterior alinhamento dos lotes urbanos. Esse instrumento de gestão do patrimônio municipal significava uma fonte de receita para os cofres públicos, já que permitia a cobrança de impostos sobre a terra a cada

³⁹⁸ CANCELA, 2006.

³⁹⁹ Os *Rossio* era o nome dado ao patrimônio dos Concelhos Municipais, que poderia ser utilizado para usufruto dos moradores da vila ou para a expansão da sua ocupação, por meio de concessão de aforamentos de terrenos a particulares. Cf. MARX, 1991.

transição imobiliária ou anualmente.

Em resumo, ao mesmo tempo em que assegurava alguma receita para os cofres municipais, o regime de aforamento e as próprias dimensões da Primeira Légua Patrimonial, permitiam ao poder local o controle direto sobre o desenho da malha urbana e mesmo sobre a morfologia das quadras⁴⁰⁰. É importante destacar que os pesados investimentos na ampliação da malha urbana, ocorridos durante a fase gomífera do ciclo extrativista como forma de dar suporte aos empréstimos do sistema de aviamento, ocorreram em confluência com essa prática de gestão do patrimônio fundiário do município. Isso permitiu que, ainda no auge da economia do látex, o poder municipal executasse as linhas gerais de um plano de alinhamento para a Primeira Légua Patrimonial, que se tornaria robusta o suficiente para acomodar a crescente população urbana de Belém até os anos de 1950. Em grande medida, a robustez do plano de alinhamento da Primeira Légua, combinada com prática do aforamento, limitava os ganhos fundiários com o parcelamento de glebas urbanas e, conseqüentemente, o próprio reinvestimento dos lucros da elite empresarial local na aquisição de grandes urbanas nos limites da Primeira Légua Patrimonial.

De fato, até a década de 1950, os principais proprietários de grandes glebas urbanas na primeira Légua Patrimonial de Belém não participavam dos grandes grupos empresariais que se haviam consolidado durante a reestruturação da economia regional, pois ainda descendiam de aforamentos promovidos no século XVIII e início do XIX pelo poder municipal para famílias reinóis. Destacam-se nesse caso as famílias Chermont, Miranda, Pombo, Acatauassú Nunes, Umbelina Quadros, Lobo Guimarães, Leal Martins, Lameira Bittencourt, dentre outras⁴⁰¹, originalmente associadas a atividades agrícolas no interior da região ou então ligadas à classe política local. Até meados do século XX, essas famílias concentravam o domínio útil de grande parte das áreas baixas e alagadiças da cidade, o que atualmente corresponde à quase totalidade dos bairros do Guamá, Cremação, Telégrafo, Umarizal, Jurunas, espaços onde posteriormente se localizariam as maiores ocupações informais da RMB. Na sua maioria, tradicionalmente essas grandes glebas eram arrendadas para terceiros que ali promoviam atividades agrícolas de pequeno porte voltadas ao abastecimento da população urbana, principalmente para a produção de leite *in natura*, por isso se tornariam conhecidas pela população local como vacarias.

⁴⁰⁰ ABREU, P. V. L. **A morfologia do Plano de Expansão da cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

⁴⁰¹ MOURÃO, op. cit., 1987.

Outras heranças da economia do látex, especialmente os equipamentos urbanos – teatros, mercados, praças, bulevares e museus –, construídos na cidade na gestão de Antônio Lemos, ampliariam definitivamente os ganhos permitidos pela renda fundiária em Belém. Nesse complexo contexto urbano da Belém do início de 1960, a oposição entre centro e periferia espelharia a própria geografia da cidade. De um lado, os terrenos de cotas mais altas ao longo dos principais corredores de tráfego da Primeira Léguas Patrimonial – de domínio útil pouco concentrado e próximos aos principais equipamentos urbanos – se converteriam na área central e de maior perspectiva de valorização fundiária localizados ao cidade. Do outro lado, as áreas de cotas mais baixas – de domínio útil concentrado em apenas algumas famílias tradicionais – se converteriam nas áreas periféricas da cidade, de valor desprezível para os agentes do circuito imobiliário local.

Dessa forma, o reinvestimento de lucros na incorporação de edifícios de uso misto se tornaria a opção de investimento de menor risco e de maior perspectiva de valorização para os agentes locais. Ao se converterem em incorporadores, construtores e financiadores dos edifícios, as empresas S.A. locais incorporavam os juros, o lucro e renda produzida na atividade imobiliária. Ao que parece naquele momento, o papel do poder local, como agentes responsáveis pelo planejamento da expansão urbana nos terrenos do patrimônio municipal, seria o de desatar os nós que dificultassem a obtenção das margens de lucro projetadas para esse tipo de empreendimento.

Não se trata nesse caso de avançar no sentido de modificar a forma de gestão desse patrimônio, tampouco na forma de planejar de forma integrada a urbanização da cidade. A obediência ao plano de alinhamento da Primeira Léguas Patrimonial não seria contestada pelo menos até meados dos anos de 1970. A bem da verdade, é provável que peso dessa forma de gerir o patrimônio municipal tenha contribuído para que o planejamento urbano de Belém se mantivesse preso às determinações do plano de alinhamento de Nina Ribeiro, somado a incursões pontuais sugeridas no Plano de Urbanização de Belém elaborado em 1944 por Jeronymo Cavalcanti, importante figura do urbanismo carioca durante o Estado Novo e que ocupou o cargo de prefeito nomeado de Belém por alguns meses do ano de 1943.

Entre as diretrizes mais importantes do Plano de Urbanização de Belém, estavam as primeiras determinações de altura dos edifícios da área central. Estas, entretanto, ao invés de preverem limites de gabaritos para a edifícios passam a determinar a quantidade mínima de pavimentos⁴⁰² para as avenidas principais da cidade, sob a justificativa que associava à ideia

⁴⁰² O plano de Jeronymo Cavalcanti chega na verdade a proibir a construção de edificações de apenas um

de modernidade à verticalização da área central da cidade. No bojo do estímulo à verticalização, as diretrizes previam ainda o aforamento de terrenos nos limites da avenida 15 de Agosto – principal avenida da área central da cidade –, além da isenção de impostos municipais para os empreendimentos imobiliários aprovados.

É interessante acentuar que a existência de grandes terrenos livres na avenida 15 de Agosto estava relacionada a obras inacabadas de alinhamento e expansão do sistema viário da região, iniciadas ainda na gestão de Antônio Lemos e complementares à reformulação e expansão Porto de Belém. A crise de 1912 inviabilizara a conclusão da obra, ficando os terrenos desapropriados pela obra sob o domínio útil da prefeitura municipal. A doação ocorreria pontualmente entre os anos de 1940 e 1960, contribuindo para a promoção das primeiras incorporações das empresas S.A. da cidade. Os casos dos empreendimentos da Importadora de Ferragens S.A., da Rádio Clube S.A. na avenida são emblemáticos nesse sentido, mesmo que sem atingir o gabarito estabelecido de dez pavimentos.

Apesar de muito pontual o auxílio da prefeitura municipal com a doação dos terrenos para os empreendimentos imobiliários das empresas S.A. inaugura uma característica central do planejamento urbano em Belém, marcada pela manutenção e fortes privilégios e subsídios às incorporadoras e construtoras locais de edifícios de apartamentos. É verdade que o processo de verticalização, que tem início no final dos anos de 1950, só ganha força quando o governo do general Castelo Branco organiza a arquitetura financeira que sustenta o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Contudo, esse momento de gênese foi fundamental para associar verticalização a progresso econômico e social da cidade, uma aproximação francamente utilizada pelas coalizações locais para controlar as leis de uso e ocupação do solo que passam a surgir em Belém somente no final dos anos de 1970.

É possível considerar que foi somente a partir de meados dos anos de 1960, quando alteraram definitivamente as dinâmicas que regem a economia regional pelo aprofundamento da integração do mercado e centralização das políticas de planejamento regional, que o planejamento urbano em Belém é pressionado parasse alinhar a diretrizes de planejamento já comuns às cidades de outras regiões do Brasil. Em especial, a da necessidade

pavimento no centro da cidade, estabelecendo o gabarito mínimo de dois pavimentos para todo o centro residencial das ruas calçadas de Belém, de três pavimentos para o centro comercial e de pelo menos dez pavimentos para a avenida 15 de agosto, posteriormente ampliado para 12 andares em 1956. Cf. [Chaves \(2011\)](#). CHAVES, T. A. P. V. **Isto não é para nós?** um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

de elaboração plano diretor eminentemente tecnocrático, cujo elemento principal é o zoneamento urbano e criação de modelos urbanísticos associados a uma lei de uso e ocupação do solo. Em Belém, os Planos Diretores definiriam o sentido expansão urbana dali por diante, sem necessariamente desenhar a expansão da malha urbana, como havia sido feito para a área da Primeira Léguas Patrimonial da cidade.

A forma de planejamento baseadas na elaboração de Planos Diretores se interpõe a uma conjuntura na qual um modo peculiar de gerir a terra urbana ainda garantia algum controle sobre o desenho da cidade. Combinado com a uma estabilidade da economia regional, que retardava o fluxo de migrantes do mundo rural amazônico, o controle sobre o alinhamento associado ao plano da Primeira Léguas Patrimonial permitia a manutenção de qualidades urbanísticas que dotavam o intraurbano de Belém de maior nível de integração global⁴⁰³. O desenho urbano assumiria um papel coadjuvante na expansão urbana que ocorre entre as décadas de 1970 e 1990, comprometendo aos pouco as qualidades urbanísticas dos municípios da RMB, primeira região metropolitana da Amazônia.

De fato, no contexto pós-1966, as instituições locais passam a atender a estratégias exógenas de planejamento urbano e regional associadas a órgãos ligados diretamente ao Governo Federal, redefinindo o modo como a terra urbana do patrimônio municipal era gerido pelo poder local. Destacam-se, nesse sentido, as determinações oriundas da SERFHAU e do papel ativo dos agentes de produção do espaço urbano lastreados pela arquitetura financeira e imobiliária do BNH e SFH. São transformações que se desenrolam no sentido de aproximar a terra da sua condição de ativo mobiliário, elevando a autonomia do circuito imobiliário em relação aos outros setores da economia e, conseqüentemente, a condição de reserva de valor do imóvel urbano.

Ao mesmo tempo, as transformações nas políticas de incentivo regionais colocam ainda mais em cheque as relações de produção baseadas no aviamento, o que tende a enfraquecer a cadeia de comerciantes e industriais que tinham Belém como sua base de operações e reinvestimento dos lucros. No Brasil do milagre econômico dos generais-presidentes, a Amazônia ocuparia uma lugar central na geração de excedentes como espaço de acumulação primitiva permanente. Como mostro no próximo capítulo, a exclusão dos principais grupos empresariais locais das benesses dos fundos públicos controlados pela SUDAM e BASA os tornaria cada vez mais dependentes da renda fundiária urbana e da mais-

⁴⁰³ LIMA, J. J. F. **Regulatory instruments and urban form: searching for social equity in Belem, Brazil.** Diss.: Oxford Brookes University, 2000.

valia produzida no interior do circuito imobiliário de Belém, redefinindo sua espacialidade em favor do rentismo fundiário.

3. AVANÇO DA INTEGRAÇÃO E A AMAZÔNIA COMO PERIFERIA DA ECONOMIA NACIONAL

Neste capítulo, aborda-se o aprofundamento da Amazônia paraense com o mercado nacional, analisando os efeitos regionais e urbanos desse processo. O longo período de análise, de 1964 até meados dos anos de 1980, tem como marco temporal inicial a extinção da SPVEA e sua posterior conversão em Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), eliminando qualquer resquício do projeto de desenvolvimento capitaneado por frações da classe dominante local durante a fase de reestruturação endógena da economia amazônica. O anterior incentivo a empreendimentos industriais voltados ao beneficiamento dos produtos regionais seria substituído por uma política de desenvolvimento regional, voltada à substituição de importações de produtos industriais que fossem complementares ao parque industrial da região polo, posteriormente modificada para atender às demandas macroeconômicas de geração de divisas para o país. O acirramento da concorrência e as dificuldades em acessar as políticas da SUDAM foram o estopim necessário para dar início ao lento declínio da maior parte dos grupos industriais locais, estreitando a partir daí suas relações com circuito imobiliário da RMB.

Contudo, as principais transformações da integração produtiva da região ocorreriam no mundo rural amazônico, onde o incentivo à aquisição de terras ao longo das novas rodovias, somado à abertura de megalômanas frentes pioneiras de colonização e urbanização, incidiriam diretamente sobre as relações socioespaciais da estrutura extrativista. Particularmente em algumas sub-regiões do estado do Pará, o espaço social do extrativismo se desarticulava frente à pressão pela demarcação da terra rural por novos grupos de migrantes associados à produção agropecuária e atividades extrativas de madeira. Isso resulta em numerosos e recorrentes conflitos agrários nas áreas de fronteira interna da região, provocando um avanço sistemático de fortes correntes migratórias em direção à RMB de uma população expulsa pelo avanço do grande capital agroindustrial sobre o território amazônico.

No que neste capítulo classifico de *ciclo do planejamento regional periférico*, os determinantes do tempo da longa duração da floresta Amazônica – nos quais a reserva de riquezas disponíveis tende a ser apropriada como mercadorias em compatibilidade com a conjuntura econômica – passam a interagir com a necessidade de criação de capital pelo avanço das frentes pioneiras. Na fase de isolamento relativo durante o período colonial, quando se tecem as estruturas da formação socioespacial da Amazônia, o extrativismo de

coleta dependia da convivência com o do bioma, o que influenciou diretamente a forma hegemônica de produção de excedentes e, por conseguinte, as relações socioespaciais de produção predominantes.

Nesse novo ciclo, a convivência com o bioma seria substituída pela incompatibilidade com a existência do mesmo. A despeito de não prescindir da floresta interior como fonte de riquezas que possam ser apropriadas como mercadorias, a forma hegemônica de produção de mercadorias passa a depender do extrativismo de aniquilamento. Aos poucos, as ações de intervenção econômica do Estado – seja por meio de incentivos fiscais seja por grandes obras de infraestrutura, com o propósito de consolidar a região como periferia do sistema – serviriam como empuxo inicial para estruturar novas relações socioespaciais fortemente dependentes da eliminação do bioma, e por isso, promotoras de rodadas contínuas de acumulação primitiva.

O ciclo do planejamento regional periférico na Amazônia paraense, que se inicia em 1964, quando o governo militar intervém sobre a SPVEA uma semana após o Golpe, pode ser analisado em duas fases distintas⁴⁰⁴. Uma primeira fase de transição, mais curta e que perdura até o ano de 1971, na qual estão presentes importantes mudanças institucionais e de avanço na centralização das políticas de planejamento regional desenhadas para os estados da Amazônia Legal. Nesse fase, tem início o avanço nas políticas de incentivos fiscais como forma de promover investimentos industriais voltados para a substituição de importações inter-regionais.

A entrada nos anos de 1970 traria o auge do “Milagre Econômico” juntamente com o momento mais cerceador de direitos civis da ditadura, durante a gestão Médici (1969-1974), e de mudanças institucionais importantes que redefinem os termos da acumulação de capital na região amazônica. A segunda fase do ciclo regional periférico responde à expansão da economia brasileira, ampliando a periferia do sistema como espaço gerador de mais-valia absoluta e de aberturas de frentes para acumulação primitiva do capital. Foi nesse momento que o governo central passou a dar prioridade aos grandes projetos energéticos e aos megalômanos projetos de colonização ao longo das novas rodovias projetadas que cortam o Pará nos dois sentidos: BR-230 (Transamazônica) e a BR 163, que liga Cuiabá a Santarém.

Posteriormente, pela necessidade de superação de instabilidades externas associadas aos primeiros anos do governo Geisel (1974-1979), as políticas de desenvolvimento regional seriam orientadas para potencializar as “vantagens comparativas”

⁴⁰⁴ PETTIT, op.cit., 2006.

de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do País, para contribuir com o desenvolvimento nacional. Desses anos em diante, têm início os incentivos governamentais aos grandes projetos de mineração, bem como a ampliação de incentivos à agropecuária, objetivando melhorias na balança comercial brasileira com o incremento na exportações de commodities minerais e agrícolas extraídas da região.

Observado em perspectiva, o desenrolar das políticas regionais capitaneadas pela SUDAM representa um amplo fortalecimento institucional e ideológico de uma estratégia autoritária de desenvolvimento, que suplantaria em definitivo o modelo desenvolvimentista-regionalista, representado pelo SPVEA e pelo BCA. No rastro da chamada “Operação Amazônia” – um conjunto de medidas voltadas para o desenvolvimento econômico dos Estados da Amazônia Legal que se converteria no principal programa de desenvolvimento regional do governo militar para a região⁴⁰⁵ –, um novo modelo de desenvolvimento regional se colocava como expressão desse projeto desenvolvimentista-autoritário. Nele, a Amazônia seria encarada como espaço subdesenvolvido dentro do próprio subdesenvolvimento brasileiro – uma contradição em seus próprios termos –, além de uma ameaça à integridade nacional⁴⁰⁶. No período final do ciclo, as próprias diretrizes de Operação Amazônia seriam substituídas pelas definições do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, ou Polamazônia, no qual apenas algumas áreas da região são elencadas como frentes apropriadas para investimentos.

Em ambos os casos, entretanto, o que se tem como produto é a institucionalização de um novo ciclo de políticas para região, caracterizado por outras formas de utilização do bioma amazônico, da circulação do capital e da mobilização da força de trabalho disponível. No decorrer dessas fases, o Pará seria o estado da Amazônia Legal a receber o maior número de projetos incentivados, obras de infraestrutura do Governo Federal e grandes projetos de exploração mineral e infraestrutura energética. Seria onde a condição de periferia do sistema se expressaria de forma mais acelerada e espoliativa, configurando regiões internas que espelham os efeitos mais perversos da política de planejamento regional do governo federal para a Amazônia, cujo principal reflexo urbano aparece nas transformações intraurbanas do que se tornaria a RMB.

⁴⁰⁵ Dentro das determinações da “Operação Amazônia” as empresas privadas poderiam obter isenção de até 100% do Imposto de Renda, além de estarem isentas do imposto de exportação de produtos regionais e dos impostos de importação de máquinas e equipamentos. Caso possuíssem um projeto aprovado pela SUDAM, essas empresas poderiam ter à sua disposição créditos do Imposto do Renda de até 75% do valor dos títulos do BASA, além de 50% do total do débito destes impostos.

⁴⁰⁶ TRINDADE, op.cit., p. 159.

É importante ressaltar também que seria principalmente no Pará que as políticas regionais capitaneadas pela SUDAM seriam responsáveis por consolidar ativamente lugares centrais, predominantemente urbanos, para atender sua presença no controle do território⁴⁰⁷. Esses novos pontos nodais na rede urbana amazônica, muitas vezes criados para fins exclusivamente de ocupação urbana do território, outras vezes como resultado de investimentos logísticos necessários à integração do mercado nacional, passam a redefinir o padrão tradicional da rede urbana amazônica. De cidades hierarquizadas a partir dos contatos com o modal fluvial, a partir desse período a rede urbana regional passaria a contar com a rodovia como principal espaço de circulação dos fluxos de mercadorias e pessoas, sendo redefinida no sentido da dissolução da rede urbana dendrítica e da perda da hegemonia de Belém sobre o controle das cidades amazônicas⁴⁰⁸.

As fases descritas periodizam, a grosso modo, o processo de integração da economia paraense com o mercado nacional, da segunda metade do século XX em diante, indicando quais eram os limites internos para reprodução de algumas frações do capital de tradicionais grupos locais, para em seguida, na segunda parte do capítulo, apontar seus caminhos no sentido do rentismo fundiário e da formação do circuito imobiliário local como órbita reservada de acumulação. De fato, como se evidenciou no capítulo anterior, com o declínio dos grupos locais, consolida-se uma dinâmica de investimento no mercado de imóveis urbanos, que já se mostrava corriqueira entre a elite empresarial local e tornava a terra urbana em Belém a principal reserva de valor do sistema. Nesse sentido, na segunda parte do capítulo, interessa compreender os efeitos intraurbanos que, como hipótese, defende-se que derivam de um processo de mudança no sentido da periferização da região e de declínio dos grupos empresariais locais.

3.1. Os antecedentes de formação da fronteira amazônica

Ao longo desta tese vem sendo defendido que a exuberância da floresta e o modo de se apropriar do conhecimento tradicional da força de trabalho disponível no mundo rural da Amazônia foram determinantes para que, no decorrer dos ciclos econômicos, as atividades associadas à estrutura extrativista de produção se unificassem em torno de relações socioespaciais de produção condensadas no que se intitulou de sistema de aviação. A

⁴⁰⁷ BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

⁴⁰⁸ CORRÊA, op. cit.

prática do aviamento, nas suas mais diversas manifestações e mediações internas, era o que permitia a reprodução da maior parte do capital mercantil que circulava na formação socioespacial da Amazônia, definindo até mesmo os limites da hinterlândia e da rede urbana comanda pelas cidades de Belém e Manaus⁴⁰⁹.

A conversão da Amazônia em região subnacional da formação socioespacial brasileira significava impor à estrutura extrativista a perda da hegemonia sobre a reprodução do capital que, na sua forma mercantil, circulava em todas as estruturas de produção ali constituídas. No rastro dessa conversão, a parcela do território rural amazônico receberia os impactos imediatos dos condicionantes conservadores que passam a nortear a expansão capitalista na fronteira de acumulação do sistema, no qual se torna mais nítido o caráter rentista e patrimonialista da burguesia brasileira, bem como a superexploração da força de trabalho, seja na dinâmica de expansão mercantil-agrária seja no processo de acumulação urbano-industrial⁴¹⁰. Ademais, se durante a fase de industrialização restringida o processo de periferação ou fronteirização da Amazônia ocorreria em ritmos mais compassados, o avanço da economia brasileira ampliaria a velocidade desse processo, sobretudo, no sentido da industrialização pesada com o Plano de Metas e posteriormente as reformas econômicas dos militares.

Às classes dominantes associadas a essas estruturas restaria a opção de migrar a massa de capital que haviam acumulado no passado para atividades que permitissem a geração da mais-valia absoluta necessária para equalizar a taxa de lucro do sistema em contexto, no qual a reprodução do capital ocorre em setores de diferentes composições orgânicas do capital, ou seja, transferindo Valor da periferia ao polo dinâmico da economia brasileira. É nesse sentido que o atraso da periferia do sistema deve ser entendido como resultado de questões internas à própria periferia, produto do atavismo de frações do capital que mantêm formas mercantis de reprodução⁴¹¹. Estas, ao se metamorfosearem para atividades de baixa intensidade de capital, ou então de concorrência mediada pelo Estado, repousam seus capitais em nichos econômicos no qual podem continuar se reproduzindo com base na acumulação primitiva e em práticas de superexploração da força de trabalho.

A região deve ser entendida, portanto, não somente pelos seus aspectos de ordem

⁴⁰⁹ Sobre a ideia de Hinterlândia de Belém associada à forma dendrítica da rede urbana amazônica, ver: CORRÊA, 1989.

⁴¹⁰ TAVARES, op.cit., 2000.

⁴¹¹ CANO, op.cit., 2007.

geográfica ou histórica, mas sim como uma forma transformada do conflito social entre frações do capital e de classes dominantes locais, com as novas frações de capital que penetram na região a partir da integração do mercado⁴¹². Seriam espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital encontra-se sobreposta às demais, homogeneizando-a pela sua predominância e pela constituição de classes sociais com hierarquia e poder relacionados ao lugar em que personificam uma determinada fração do capital.

Não haveria planejamento “neutro”, mas sim um forma transformada da própria luta de classes e das contradições do capital⁴¹³. Assim, o Estado nacional pode ser capturado, ora por classes dominantes locais para forçar a passagem no rumo da homogeneização do capital a todo território, ora para sustentar formas pretéritas de acumulação e reprodução associadas àquela região. Com isso, ao se tornar ação efetiva do Estado nacional, o planejamento regional legitima a abertura de fronteiras internas de acumulação para o capital nacional e internacional, ao mesmo tempo em que financia a constituições de órbitas reservadas de acumulação⁴¹⁴.

Ao se associar aos ideais desenvolvimentistas, o planejamento regional acabaria incentivando a desconcentração industrial de forma complementar à matriz industrial do polo dinâmico da economia nacional, contribuindo para que este estacionasse ainda mais sobre os estados da região sudeste, particularmente São Paulo. Por mais que a integração do mercado nacional tenha levado ao bloqueio ou mesmo à destruição de estruturas produtivas associadas às antigas ilhas regionais, cabe ressaltar que os efeitos de estímulo industrial sobre a periferia superaram largamente os de destruição, ampliando a taxa de acumulação da economia. Contudo, o modo como ocorreram as políticas de planejamento regional, entre os anos de 1960 e 1980, foi integrando o mercado nacional sem exigir a eliminação das antigas frações do

⁴¹² O conceito de região que se adota na tese é aquele formulado por Francisco de Oliveira em que a região é analisada dentro das “especificidades da reprodução ampliada do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, ‘na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e de conflito social em escala mais geral’”. espaços onde se encontram dialeticamente imbricados formas especiais de reprodução do capital e da luta de classes, onde econômico e político se fusionam e assumem uma forma específica de aparecer no produto social e nos pressupostos da reprodução do capital. O avanço de relações de produção distintas sobre aquele espaço, tende a sobrepor formas pretéritas de relações de produção, impondo um movimento de homogeneização na reprodução do capital que estimula movimentos ativos de controle por parte de frações do capital regional na busca por “fechar” a região. Esses movimentos buscariam barrar o avanço da homogeneização do capital sobre algumas parcelas daquele território onde predominam formas específicas de relações de produção, retardando ou mesmo bloqueando a entrada na região de formas diferenciadas de geração de valor ou de novas relações de produção, e até mesmo salvando a região de seu eventual desaparecimento. Cf. OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 135-150.

⁴¹³ Idem

⁴¹⁴ Idem

capital comercial, outrora hegemônicas àquelas economias regionais⁴¹⁵. Nas análises presentes nesta tese, discute-se que um dos efeitos da manutenção dessas formas pretéritas foi o surgimento de estratégias rentistas associadas aos antigos grupos empresariais constituídos em Belém, entre os anos de 1920 e 1960.

Além de conectar a Amazônia ao mercado do Sudeste, a Belém-Brasília foi pioneira na transformação do mercado de terras rural no interior da Amazônia, conduzindo a novas formas de uso e apropriação do espaço rural na região e transformando elementos da dialética interna da estrutura extrativista de exploração da castanha-do-pará. Ainda durante a primeira etapa da sua abertura em leito de barro, no ano 1958, elevou-se o interesse externo pelas terras próximas à rodovia, grande parte delas ainda definidas como devolutas dentro dos registros do Governo paraense⁴¹⁶. Indicando o sentido que tomaria o mercado fundiário na região Sudeste do Pará: estímulo de políticas governamentais à concentração fundiária e ao latifúndio, tornando-os elementos componentes e indissociáveis da paisagem daquela sub-região da Amazônia paraense.

De fato, a concessão do uso (arrendamento) ou venda de títulos de terras devolutas era prática corriqueira no Executivo paraense e uma das principais ferramentas do clientelismo estadual. Somente entre os anos imediatamente posteriores à inauguração da rodovia, de 1959 a 1963 (Tab. 8), a concessão de terras devolutas pelo Governo do Pará atingiu um total superior a 5 milhões de hectares, em 1.575 títulos de terras que possuíam em média 3.585 hectares cada. Até meados dos anos de 1970, o Governo do Estado concederia cerca de 15 mil hectares de terras devolutas, um número significativamente inferior ao de emissão de títulos para colonização, normalmente associada à pequena e média propriedade, que no mesmo período não ultrapassou o montante de 102 hectares.

Tabela 8: Concessão de terras devolutas do Estado do Pará, inclusive as de jurisdição do Departamento de Colonização do Governo paraense

Períodos	Número de Títulos	Documentos de colonização	Área por Título (ha)	Área por docume	Total de área vendida		Total de área concedida
					Simple	Acumulado	

⁴¹⁵ Em seu trabalho sobre os desequilíbrios regionais, Cano se preocupava em compreender os efeitos da integração sobre os antigos complexos e economias regionais buscando com isso comprovar, nas suas próprias palavras, a falácia do mito do “imperialismo paulista sanguessuga”, ou seja, de que o crescimento da industrial nacional havia ativamente ocorrido em benefício de São Paulo e em prejuízo das outras regiões do país.

⁴¹⁶ Com a demarcação das terras devolutas no início do século XX, seguindo as diretrizes da Lei de Terras de 1850, o governo do Pará se tornou um grande proprietário de terras devolutas no interior do Estado e, entre as décadas de 1920 e 1950, os governadores utilizavam a prerrogativa de arrendar terras devolutas como forma de atender às elites locais.

	expedidos		nto de coloniza ção (ha)		para colonização		
1928-1928	123		315,2		38769,6	38769,6	
1929-1933	48		1805,8		86678,4	125448	
1934-1938	47		1351,9		63539,3	188987,3	
1939-1943	76		1176,3		89389,8	278377,1	
1944-1948	42		225,6		9475,2	287852,3	
1949-1953	136		261,8		35604,8	323457,1	
1954-1958	368		165,5		60904	384361,1	
1959-1963	1575	3753	3585	21,63	5646375	6030736,1	81171,9
1964-1968	267	2325	3149	23,58	840771,1	6871507,2	54823,4
1969-1973	33	2184	719	24,70	23725,8	6895233	53936,7
1974-1976	29	6696	3149,1	32,53	91325	6986558	217805,4
Total	2744	14958	15904,2	102,44		28411286	407737,4

Fonte: Santos, 1978. Elaboração própria.

É importante lembrar que, até meados dos anos de 1950, as atividades associadas ao extrativismo eram exercidas, na sua maioria, em terras devolutas ou em áreas que não dependiam da demarcação formal da propriedade, já que o domínio sobre o comércio fluvial era o que indiretamente assegurava a submissão formal do trabalho ribeirinho ao capital comercial, permitindo sua reprodução dentro da estrutura de produção extrativista. A possibilidade de perda das abundantes áreas com castanhais nativos⁴¹⁷, dada a possível aquisição dessas terras a baixos preços por novos agentes econômicos que se direcionavam para a região, motivou que os principais comerciantes e usineiros da castanha pressionassem o Governo do Pará a transferir a posse dessas áreas por meio de contratos de aforamento perpétuo⁴¹⁸. Com isso, o controle pelo comércio dentro do sistema de aviamento, típico da estrutura extrativista, começaria a incluir também a propriedade da terra e de suas riquezas naturais, inicialmente na região Sul e Sudeste do Pará, como elemento de sustentação das atividades extrativistas da castanha na forma de órbita reservada de acumulação das frações da classe dominante local.

Nesse contexto (Apêndice F), a Companhia Industria do Brasil, da família Chamiê, Thomé e Chady, seria uma das principais firmas proprietárias do chamado polígono

⁴¹⁷ As áreas elevada concentração de castanhais nativos no Sul do Pará, conhecida como polígono dos castanhais, possuía quase 2 milhões de hectares e era responsável pela quase totalidade da safra anual de castanhas daquele Estado. Cf. LOUREIRO, 2014.

⁴¹⁸ O aforamento se consistia numa forma de administração das terras devolutas do Estado pelo qual a Administração pública transferia ao particular o “domínio útil”, retendo consigo o “senhorio direto”. Cf. SANTOS, 1978, p. 84.

de castanhais do Sul e Sudeste do Pará, obtendo, a título de aforamento, a propriedade de 17 áreas de castanhais nativos que totalizavam aproximadamente 72 mil hectares. Em seguida, vem a firma Nelito Indústria e Comércio S/A, que possuía 15 áreas de castanhais que totalizavam cerca de 69 mil hectares. Da mesma forma, mas fragmentada entre vários membros da família, os Mutran, tradicionais proprietários de castanhais e de usina de beneficiamento em Marabá e Belém, obtiveram do Governo do Estado o aforamento sobre 26 áreas de castanhais nativos que totalizavam mais de 100 mil hectares na mesma região do Pará.

A fase seguinte da integração da região amazônica seria marcada pela modernização conservadora promovida pelo governo militar. Sob outra perspectiva, a leitura de Francisco de Oliveira⁴¹⁹ aponta para o caráter de intervenção-reconquista que o planejamento estatal tomará sobre a Amazônia, uma analogia ao processo de conquista original do território sobrepondo modos de vida e estruturas de produção mas se apropriando do conhecimento tradicional de geração de excedentes. Como Pombal no século XVIII, a intervenção-reconquista comandada pelo regime militar combinaria o caráter geopolítico de domínio sobre um território de rarefeita ocupação demográfica, com a necessidade expansão da experiência capitalista brasileira, criando capital novo a partir da acumulação primitiva e da consequente violência privada por trás da apropriação de terras, da garimpagem e da exploração da madeira. O Estado e seus fundos públicos seriam financiadores desse processo, de criação de espaço econômico para a reprodução do grande capital nacional e internacional.

No sentido da intervenção-reconquista, o pós-64 dá início a um ciclo econômico marcado por ações específicas de planejamento regional no âmbito da periferia do sistema, manifestando-se no surgimento de novas superintendências regionais dedicadas ao desenvolvimento – SUDAM e SUFRAMA – que centralizavam fortemente as decisões da política regional na esfera federal. As regiões limítrofes às rodovias se tornariam as portas de entrada para novas formas de produção de capital, atingindo por isso mais diretamente algumas regiões do Pará, em especial o Sul e Sudeste do Estado. Foi ali que mais rapidamente se assistiu à decadência do sistema de aviação e de sua cadeia de comerciantes fluviais, mas também a novas articulações entre capital e trabalho em frentes pioneiras e expansão do capitalismo brasileiro, que imprimem novas formas ao extrativismo e às atividades agropecuárias.

Com isso, a entrada nos duros anos do governo militar completaria em definitivo

⁴¹⁹ OLIVEIRA, op.cit., 1994.

o processo de integração da economia amazônica ao mercado nacional como periferia da formação brasileira. Os objetivos da integração tomariam um viés ainda mais econômico, assumindo a partir de agora aspectos sobretudo geopolíticos⁴²⁰ nos quais chavões nacionalistas, como “ocupar dos espaços vazios”, “integrar para não entregar” ou de “inundar a floresta amazônica com civilização”⁴²¹, redefinem as estruturas de produção regionais.

Nas duas décadas de governo militar, mesmo com a obtenção de certo êxito em garantir consideráveis taxas de crescimento da economia, o resultado concreto foi a reiteração da inserção brasileira como capitalismo dependente⁴²². Nessa condição, o avanço da integração do mercado e da industrialização tornou regra a abertura de frentes pioneiras de expansão capitalista. Com a apropriação privada do território devoluto e a contínua eliminação das barreiras para a circulação do capital pelo território nacional, a luta de classes aberta entre frações regionais da classe dominante precisaria ser mediada por um Estado autoritário e interventor, fazendo uso ainda mais intensificado do planejamento regional. Ao mesmo tempo, os novos espaços abertos à acumulação de capital se tornariam receptáculos de uma expansão itinerante das populações locais ou emigradas⁴²³, reprodutoras das relações socioespaciais a que estavam submetidas nas suas zonas de origem⁴²⁴.

Desse ponto em diante, o desenvolvimento capitalista no Brasil não traria em seu rastro forças progressistas, com espaço político e mobilização social, suficientemente capazes de impor de baixo para cima a transformação nas suas estruturas. Mais do que propriamente por conta de uma herança histórica da raiz colonial do país, o pacto federativo não se mostraria suficientemente bem tecido ao ponto de controlar ou reduzir as inúmeras desigualdades que se ampliariam no decorrer do processo de integração do mercado.

No novo projeto de ocupação econômica da Amazônia propagandeado pelo regime militar, as instituições federais de planejamento regional se tornariam ainda mais importantes na abertura da região para investimentos subsidiados do grande capital nacional e internacional por meio de vultuosos estímulos fiscais e creditícios. O sentido da intervenção estatal na Amazônia Legal, pós-1964, redefiniria, a nível regional, o pacto político e

⁴²⁰ MARTINS, 2016, p. 74.

⁴²¹ Expressão do General Golbery do Couto e Silva, apresentada em seu livro *Geopolítica do Brasil*. Cf. SILVA, G. do C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967

⁴²² PAULA, J. A. . Amazônia: Fronteira de Acumulação de Capital. In: RIVERO, S.; JAYME JR., F. (Org.). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: EDUFPA (2008). p. 17-39.

⁴²³ TAVARES, 1999, p. 457.

⁴²⁴ TAVARES, M. C.. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 129-154, 2000.

econômico entre o Governo Federal e frações da classe dominante da antiga formação amazônica, assegurando a sua sobrevivência no interior de órbitas reservadas de reprodução do capital na sua forma mercantil, a princípio articuladas às políticas de incentivo que rapidamente são frustradas pelos rumos definidos para as políticas regionais de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, ao tomarem o controle dos órgãos administrativos estaduais, a intervenção estatal dos militares estabeleceu os elos definitivos para dinamizar as condições de reprodução ampliada do capital na Amazônia, disponibilizando, via políticas públicas de desenvolvimento regional, os principais componentes necessários à acumulação: capital, trabalho e terra⁴²⁵. Por fim, o pacto político e econômico para a integração produtiva da Amazônia ao padrão nacional de acumulação capital passou necessariamente a depender do Estado como garantidor das condições básicas de investimento para frações do capital nacional e internacional, arcando com os riscos associados ao mesmo.

Em grande medida, isso ocorreria em torno de duas tipologias básicas. A primeira relacionada à Zona Franca de Manaus (ZFM), na qual prioriza-se um estranho padrão de industrialização subsidiada, desvinculado da realizada econômica local, mas que é complementar à região polo e direciona-se prioritariamente para o mercado extra-regional. Em outras palavras, compra do mercado interno para vender para o mesmo. A segunda tipologia relaciona-se à SUDAM e ao padrão primário-exportador estabelecido prioritariamente no Pará e Mato Grosso, estimulado a partir das suas políticas de desenvolvimento regional. Nessa tipologia, priorizam-se as atividades extrativas minerais e vegetais, combinadas com a expansão da agropecuária em grandes propriedades rurais no entorno dos principais eixos rodoviários e com a participação de Programas e agências do Governo Federal, como o INCRA, o CPRM e o Projeto RADAM, dentre outros.

A fronteira é onde encontramos o humano no seu limite histórico⁴²⁶ – para fazer uso dos termos de José de Souza Martins. É acima de tudo a região onde ocorre um embate constante entre distintas temporalidades e relações socioespaciais, associadas a pretéritas frentes de expansão e às novas frentes pioneiras. No caso Amazônico, a abertura e a consolidação de rodovias federais conectando o mercado regional à produção da indústria nacional, ao rasgarem antigas frentes de expansão da formação socioespacial da Amazônia,

⁴²⁵ TRINDADE, op.cit., p.154.

⁴²⁶ “Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.” (MARTINS, 2009)

trariam no seu empuxo frentes pioneiras⁴²⁷ de relações capitalistas – e com elas a destruição do bioma para extração da madeira e, por fim, a conversão da terra arrasada em pastagem para atividades pecuárias. É nesse sentido que o avanço do capitalismo na Amazônia deve ser pensado como um complexo de superposição de fronteiras em que, a uma fronteira tradicional associadas às estruturas da formação amazônica, superpõe-se uma nova fronteira comandada pelo Estado, definidor da ampliação territorial e econômica da fronteira por meio, basicamente, de políticas de incentivos fiscais⁴²⁸.

Para reproduzir-se de forma ampliada em espaços de fronteiras, o capital precisa *recriar* como momento do seu processo de reprodução certas relações socioespaciais de produção que a princípio deveria eliminar. Esse é precisamente o caso da escravidão por dívida, marca indelével dos momentos de auge de exportação do longo ciclo extrativista da formação amazônica, que surge reconfigurada e mesmo ampliada no interior das relações de peonagem que se consolidam nas fazendas da região a partir de 1970⁴²⁹. Nesse sentido, mais do que a sua eliminação completa, o avanço da fronteira de acumulação, no modo como ela ocorre sobre a Amazônia, significaria a incorporação dessas relações socioespaciais não como mero atavismos históricos, e sim, como produtos do capital.

A especificidade da acumulação do capital no subdesenvolvimento reside na superexploração da força de trabalho⁴³⁰, e por isso, as relações socioespaciais estruturadas na periferia do sistema devem obedecer às especificidades da totalidade em que estão inseridas, estabelecendo condições específicas que permitam remunerar a força de trabalho nacional abaixo do seu valor. Logo, se por um lado o aumento no aforamento de terras devolutas nas áreas limítrofes da rodovia Belém-Brasília – ou a aquisição de terras pela aplicação do Imposto de Renda como incentivos fiscal, são evidências do modo como se deu a redefinição capitalista da renda fundiária no mundo rural amazônico –, por outro lado, a recriação de relações socioespaciais de produção análogas à escravidão, mantidas fora do processo de

⁴²⁷ A contraposição entre frente de expansão e frente pioneira é particularmente detalhada nos trabalhos de José de Souza Martins. Neles o autor entende *frentes de expansão* como espaços de uma formação econômica onde predominam relações não-capitalistas de produção (escravatura, colonato, arrendamento em espécie), enquanto que as *frentes pioneiras* dizem respeito às várias modalidades de implantação da propriedade privada da terra em antigas frentes de expansão.

⁴²⁸ PAULA (2008 p. 30).

⁴²⁹ Segundo Martins (2009 p. 77) apenas as denúncias envolvendo relações escravas de trabalho nas fazendas da Amazônia somariam entre os anos de 1970 e 1993 cerca de 85 mil trabalhadores. Contudo, esse número seria muito inferior ao número real, já que apenas no início dos anos de 1970, havia cerca de 400 mil peões trabalhando nas fazendas amazônicas na estação seca, um contingente superior ao total de força de trabalho empregada na extração do látex no auge do ciclo gomífero.

⁴³⁰ MARINI, op. cit.

trabalho, como é o caso da peonagem, tornar-se-iam representações do uso do trabalho em tarefas próprias de uma situação de acumulação primitiva⁴³¹.

No Brasil, a prática da acumulação primitiva se tornaria permanente, manifestando-se em continuadas práticas de apropriação privada extensiva/intensiva do território, no rentismo, com a terra e com o dinheiro, e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional, que o caracterizam mais como um processo de valorização de massas redundantes de valor mercantil, do que de acumulação reprodutiva de capital industrial⁴³². Já nas frentes pioneiras do mundo rural amazônico, a superexploração da peonagem passa a servir para a produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada⁴³³, compondo de forma inseparável as relações socioespaciais que se sustentam na superexploração da força de trabalho.

Até o período final do ciclo do planejamento regional periférico, em meados dos anos de 1980, quando a economia brasileira já se encontrava imersa na crise da dívida externa e em um nebuloso contexto de hiperinflação e instabilidade econômica, a atuação do Estado havia contribuído para consolidar regiões inteiras da Amazônia como espaço de fronteira. Contudo, em vez de se estabilizarem e desaparecerem, como ocorreu com outras fronteiras brasileiras em que o capital criou e esgotou integralmente, transformando-as em seu instrumento de acumulação, a Amazônia permaneceria ainda por muito tempo na condição reservatório diversificado de valores de uso, não necessariamente condenados à apropriação capitalista⁴³⁴.

3.2. Intervenção institucional e incentivos fiscais para substituição de importações

Na presidência do general Castelo Branco, os anos iniciais da ditadura foram marcados por intensas reformas institucionais sob a tutela do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que visava em primeira instância a debelar a explosão inflacionária que prometia chegar à casa dos 100% no final de 1964⁴³⁵. A nova institucionalidade do PAEG se estruturaria em torno de dois pilares: i) a possibilidade de usar o poder da política fiscal como

⁴³¹ MARTINS, 2009, p. 82.

⁴³² BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39-69, 2010.

⁴³³ MARTINS, 2009, p.82.

⁴³⁴ PAULA, 2008, p. 25.

⁴³⁵ OLIVEIRA, F. A. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. **Brasil Debates**, n.. 3, 1981.

instrumento para alavancar o crescimento (*fiscal policy for growth*), nesse caso o foco foi a isenção fiscal em benefício do lucro e da acumulação interna das empresas elegidas como prioritárias, aliado com o aumento da arrecadação; ii) diversas formas de incentivo para elevar o montante total da poupança, por meio de incentivos a aplicações financeiras, a acumulação de lucros das empresas e através de fundos de poupança compulsória criados também na época, como o FGTS e o PIS-PASEP⁴³⁶.

É interessante notar que as mudanças introduzidas com o PAEG consolidaram uma estrutura tributária e de financiamento da acumulação que possibilitam o milagre econômico, mas postergam as reformas de base do período Janguista (principalmente a reforma agrária). Assim, mesmo obedecendo a uma ideologia liberal-conservadora, as reformas incluídas no bojo do PAEG tornariam mais abrangente o papel do Estado na sociedade e na economia, garantindo a reestruturação do aparelho de intervenção estatal em todos os níveis, do econômico ao político⁴³⁷.

A equipe à frente do planejamento da economia compreende o Estado e suas instituições como agentes capazes de atuar na correção falhas de mercado e no apoio à atuação do setor privado, buscando dar ao capital segurança no investimento e condições de ampliar a acumulação⁴³⁸. Apesar do papel proativo do Estado na economia, o pensamento por trás do PAEG não rompe com a máxima do liberalismo econômico de que poupança gera investimento. Isso direcionaria a atuação das instituições do Estado no sentido da elevação da poupança interna e do volume de recursos líquidos à disposição do setor público, que passa a utilizá-lo para cumprir a tarefa de apoiar a acumulação e, ao mesmo tempo, minimizar o risco para o setor privado.

Ao estender a intervenção do governo central também aos estados e municípios, sob o pretexto de sanear as finanças e debelar a corrupção, a SPVEA se tornou a primeira grande instituição da Amazônia transformada em suas dinâmicas internas após o golpe de 1964. Inicialmente pela nomeação do general de divisão Ernesto Bandeira Coelho como interventor, em seguida com o repasse da instituição para o controle do recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (ME-COR), e por fim com a nomeação de um segundo interventor, o também general de divisão Mario de Barros Cavalcanti, que permaneceria no controle do órgão até a sua transformação em

⁴³⁶ LOPREATO, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

⁴³⁷ TAVARES, 1986, p. 11.

⁴³⁸ LOPREATO, 2011, p.64-65.

SUDAM, no ano de 1966.

A despeito de buscarem efetivar os projetos elencados durante a primeira fase da SPVEA, o curto período de transição foi fundamental para deslegitimar a atuação das gestões anteriores e impor a necessidade de um novo programa de emergência. Nesse programa, a SPVEA buscou racionalizar e concentrar a aplicação dos recursos disponíveis, combatendo o clientelismo político, a corrupção e a dispersão dos investimentos, diagnosticados pelos interventores como principal problema da instituição e fruto das péssimas administrações anteriores.

Em pouco tempo, contudo, ficou provado para o general Cavalcanti que a incapacidade de articular grandes projetos de desenvolvimento regional pouco se relacionava com a incapacidade administrativa dos técnicos ou com práticas de clientelismo. O contínuo descaso da União com os repasses obrigatórios de responsabilidade da SPVEA levaria Cavalcanti a incluir em seus escritos críticas duras ao próprio regime militar que o apoiara⁴³⁹, somado aos limites internos da renda regional e à resistência dos empresários do extrativismo ao órgão, o que tornava inócuo qualquer projeto de desenvolvimento regional que não fosse diretamente ligado ao Governo Federal.

O Fundo de Valorização da Amazônia há algum tempo já limitava a autonomia da SPVEA, na medida em que definia o sentido prioritário dos recursos existentes para projetos de desenvolvimento regional, restando pouco mais de 20% que poderiam ser empregados livremente para investimento⁴⁴⁰. Pode-se dizer que a falta de autonomia seria compensada pelo aumento dos incentivos fiscais para projetos industriais – um modelo investimento que vinha se consolidando na SUDENE, desde 1961 –, incluídos de forma generalizada no chamado “artigo 34/18”⁴⁴¹, que seria estendido à Amazônia ainda no ano de 1963⁴⁴².

⁴³⁹ “Desta maneira, é firme a disposição desta Superintendência evitar o prolongamento de uma política de restrições na contribuição financeira da União, que somente prejuízos têm acarretado à região amazônica, além de, neste lance, contribuir para o desprestígio da Revolução, através da perpetuação de um sistema que se objetivou combater” (CAVALCANTI, 1967, p. 132-133). CAVALCANTI, M. B. **Da SPVEA À SUDAM (1964-1967)**. Belém: [s.n.], 1967.

⁴⁴⁰ Entre os anos de 1950 e 1960, diversas leis complementares repartiriam o Fundo de Valorização destinado aos projetos de desenvolvimento regional da Amazônia Legal, tornando obrigatória a aplicação dos recursos em diversas frentes, tais como: serviços de águas pela Fundação SESP (5%), administração da SPVEA (8%), obras assistenciais e educacionais da igreja (3%) e para a conclusão da Belém-Brasília e para Zona Franca de Manaus (36%).

⁴⁴¹ O generalizadamente conhecido como “artigo 34/18”, correspondia a um poderoso conjunto de incentivos fiscais associados à SUDENE que foi responsável por importantes deslocamentos de capital privado nacional, incentivando a industrialização via substituição de importações que pouco incorporava a força de trabalho regional para as atividades industriais. Cf. (SANTOS, 1978 p. 137-138).

⁴⁴² Na sequência por legislação posterior o regime passou a contemplar de modo especial a Zona Franca de

Com isso, elevou-se a participação dessa modalidade de investimento nos recursos aprovados pela SPVEA de 1964 em diante, atingindo a impressionante marca de 69% do total dos investimentos da superintendência ainda em 1966⁴⁴³. Ademais, durante os pouco mais de treze anos de existência do órgão, houve ocorrência de concentração dos investimentos no Pará, condição que se ampliou na fase final da superintendência, quando o estado sozinho chegaria a receber mais da metade dos recursos disponíveis para projetos industriais⁴⁴⁴. Essa situação contribuiria ainda mais para a falta de legitimidade da SPVEA a nível regional, constituindo-se como uma superintendência eminentemente paraense, cuja extinção não encontraria grandes resistências por partes dos outros estados da Amazônia Legal.

Enquanto o BCA seria reformado para se tornar o BASA, ampliando suas atribuições no tocante ao desenvolvimento regional, a SUDAM surgiria, verdadeiramente, dos escombros da SPVEA⁴⁴⁵, herdando algumas diretrizes da sua fase final. Mais do que uma ideia abstrata de Valorização da Amazônia, a Lei de criação da SUDAM⁴⁴⁶ era mais bem elaborada e apontava para a necessidade de defesa e integridade do território, selecionando espaços e setores da economia mais propícios ao desenvolvimento, aqueles capazes, na visão da referida Lei, de dar sentido econômico à ocupação⁴⁴⁷.

A SUDAM foi estruturada em moldes semelhantes à segunda fase da SUDENE⁴⁴⁸, assumindo a função de gerir os fundos constitucionais utilizados para garantir incentivos e concessões fiscais a empresas nacionais e estrangeiras interessadas em investir na Amazônia. Ao BASA, seria delegada a função de braço financeiro da SUDAM, funcionando como banco de desenvolvimento, de forma análoga ao que acontecia com o Banco do Nordeste (BNB). Sua estratégia primordial seria a de incentivar a industrialização como motor do desenvolvimento regional amazônico, moldada no pressuposto cepalino de substituição das importações⁴⁴⁹. Isso fez com que em seu primeiro Plano Quinquenal (1967-

Manaus, a Amazônia Ocidental e a faixa de fronteiras, por força de Decretos.

⁴⁴³ MARQUES, op.cit., p. 83.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Como afirma o General-interventor, Mario Cavalcanti em seu trabalho *Da SPVEA à SUDAM (1964 – 1967)*.

⁴⁴⁶ Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966.

⁴⁴⁷ TRINDADE, 2014, p.159.

⁴⁴⁸ A diferença nas fases de atuação da SUDENE no nordeste está associada às mudanças na concepção inicial de Celso Furtado, na qual havia uma preocupação mais integrada com a questão fundiária e agrícola, para além dos incentivos fiscais voltados ao crescimento da matriz industrial da região. Sobre isso ver: FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

⁴⁴⁹ LIRA, 2005.

1971) apresentasse um novo desenho institucional dos incentivos voltados à substituição de importações industriais, indicando a alocação de investimentos públicos e privados em setores econômicos específicos.

Nos seus primeiros anos de atuação, a SUDAM acompanharia as diretrizes de incentivos dos últimos três anos da SPVEA, consolidando um movimento que marcaria as políticas regionais voltadas para a Amazônia paraense ao longo das décadas seguintes. Trata-se, em especial, de incentivos fiscais voltados a projetos agropecuários de grupos empresariais oriundos de outras regiões⁴⁵⁰. Esses projetos tiveram seus recursos ampliados ainda durante a SPVEA, passando de Cr\$ 1,7 bilhões em 1965 para quase Cr\$ 40 bilhões em 1966⁴⁵¹. Isso significava que o conjunto de medidas normativas que compunham a “Operação Amazônia” conduzida pela SUDAM não só absorvia o modelo de incentivos fiscais aplicados na SUDENE, como expressava os objetivos do desenvolvimentismo conservador do regime militar no planejamento regional para a Amazônia paraense, que seria o de incorporar fortemente a agropecuária como elemento importante para o desenvolvimento regional⁴⁵².

Também de forma semelhante ao que ocorria na SPVEA, as amarras associadas aos recursos constitucionais que atendiam à região seguiriam limitando a autonomia da SUDAM e dos Planos elaborados por seu corpo técnico. Do próprio orçamento previsto para a execução do I Plano Quinquenal, a SUDAM detinha o controle de apenas cerca de 12% dos recursos, ficando o restante sob controle de outros órgãos governamentais⁴⁵³. O FINAM⁴⁵⁴, por exemplo, apesar de compor oficialmente os recursos da SUDAM, tinha a prerrogativa de aplicar pelo menos 60% dos seus recursos em crédito rural. Logo, mesmo se colocando como a principal instituição de desenvolvimento regional da Amazônia, com o poder de supervisionar e fiscalizar o demais órgãos regionais, sua autonomia seria fortemente condicionada ao modelo instituído para aplicação dos fundos públicos do Governo Federal.

Como a SUDAM não dispunha do controle direto dos recursos financeiros

⁴⁵⁰ MARQUES, 2014, p. 88.

⁴⁵¹ Em quinze anos os recursos destinados à agropecuária chegariam ao montante de um bilhão de dólares. Cf. SCHMINK; WOOD, 2012, p. 103.

⁴⁵² Para tornar atrativo o investimento na Amazônia, a política regional definida pela SUDAM permitia o reinvestimento de parte dos vencimentos de Impostos de Renda de pessoa jurídica em projetos avalizados pela SUDAM. Os recursos eram liberados pelo BASA para empréstimos ou capital de giro para os projetos aprovados, que inicialmente contavam com uma contrapartida de um cruzeiro para cada dois cruzeiros recebidos e posteriormente poderia ser de apenas 25% do custo total do investimento. Cf. SCHMINK; WOOD, 2012, p. 103.

⁴⁵³ TRINDADE, 2014, p.164.

⁴⁵⁴ O Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FINAM), centralizaria 1% da renda tributária da União.

destinados à Amazônia, condição indispensável à implementação adequada do I Plano Quinquenal, na sequência do mesmo foi elaborado o I Plano Diretor da instituição, que previa o repasse à SUDAM por um período de três anos consecutivos de todos os impostos arrecadados na região⁴⁵⁵. O I Plano Diretor acabaria sendo negado pelo governo central, o que faria com que a estratégia de desenvolvimento regional capitaneada pela SUDAM ficasse ainda mais dependente da utilização dos incentivos fiscais por parte do setor privado, com predominância sobre os projetos de agricultura e a agropecuária, que já em 1967 concentrariam 73% dos recursos disponíveis nessa rubrica⁴⁵⁶. Uma concentração que apenas se ampliaria até o início dos anos de 1970⁴⁵⁷, quando os recursos do FINAM passam a financiar os programas de colonização e de expansão da malha rodoviária da região.

É importante destacar que, diferente das modalidades de incentivos previstos pela SUDENE, o valor das terras de propriedade das empresas poderia ser contabilizado como recursos próprios e contrapartida dentro do projeto de financiamento apresentado para a SUDAM. Isso não só desobrigava o empresário a possuir uma significativa reserva financeira para captar o projeto na SUDAM, quanto possibilitava a especulação com o preço da terra rural na Amazônia. Durante todo o período de atuação da SUDAM, estima-se que o valor contábil das terras correspondia a cerca de 92% dos recursos próprios dos projetos, com uma frequência maior entre os projetos menores, nos quais os valores das terras chegavam a corresponder três vezes mais do que os recursos próprios, enquanto nos grandes projetos agropecuários esse valor equivaleria a pouco mais de 30% dos investimentos com recursos próprios⁴⁵⁸.

Nesse contexto da política de incentivos em privilégio da agropecuária, consolidase uma prática do reinvestimento dos próprios recursos, provenientes dos possíveis lucros do projeto, para ampliar o estoque de terras da empresa. Acelera-se com isso a corrida por terras em regiões nas proximidades dos novos eixos viários, ou então em áreas onde novas rodovias estivessem sendo planejadas, o que permitiu ao embrionário mercado de terras rural assumir uma forma eminentemente especulativa, contribuindo para o aumento nos casos de grilagem. Na Amazônia paraense, a terra rural seria o único meio de produção do empresário que não perderia valor com o tempo, pois além de ser de baixíssimo preço, rapidamente se valorizava

⁴⁵⁵ LIRA, op. cit.

⁴⁵⁶ LIMA, 1971.

⁴⁵⁷ CARVALHO, 1999.

⁴⁵⁸ COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012b.

com a própria derrubada da mata ou com investimentos em infraestrutura no seu entorno. Esse círculo vicioso de investimentos em terra rural se tornaria uma combinação fatal para o aumento de conflitos agrários em algumas regiões do Pará

Ao mesmo tempo em que se acelerava o ritmo das migrações espontâneas provenientes do Nordeste e do Centro-Oeste, a dificuldade de aferição pelos técnicos da SUDAM das áreas rurais utilizadas como parte dos recursos próprios de projetos, ampliaria a grilagem nas regiões de influência da rodovia Belém-Brasília, nesse caso no Sul e Sudeste do Pará. A prevalência de posseiros que viviam do extrativismo, somada à chegada de novos grupos de migrantes, revertia-se a cada dia em objeto de conflito a ser resolvido normalmente pela violência, ampliando a tensão em torno dos conflitos fundiários nessas áreas⁴⁵⁹.

De todo modo, foi a mudança na forma como o capital portador de juros passa a circular pela terra rural e urbana na Amazônia que se tornou o impulso necessário para reconfigurar os elementos da força produtiva regional e as relações de produção estabelecidas com a força de trabalho, particularmente no interior do sistema de aviamento. Uma vez transformada as formas de propriedade e utilização da terra, as mudanças nos outros fatores de produção necessários à acumulação – trabalho e capital – ocorreriam em decorrência, definindo novas relações socioespaciais de produção.

Os dados de financiamento da SUDAM entre os anos de 1964 e 1971 parecem espelhar a fase inicial dessa reconfiguração, com a quase ausência dos tradicionais grupos ligados ao extrativismo e ao aviamento, bem como a pouca participação das indústrias locais formadas na fase de reestruturação endógena da economia amazônica. Enquanto que, do lado oposto, observa-se o forte direcionamento dos recursos para as atividades agropecuárias de grande porte, normalmente associadas ao grande capital nacional e internacional ou à figura do pioneiro, migrante de outra região brasileira.

Como mostra o Apêndice G , entre os anos de 1964 e 1971, os valores dos projetos aprovados pela SUDAM, reservados às atividades produtivas⁴⁶⁰ de base agrícolas, industrial e extrativistas, correspondiam a cerca de 78% do total disponibilizado pela SUDAM no período. A maior parte do restante seria captado por empresas estatais para realização de obras de infraestrutura (10,21% em cinco projetos) e, em menor escala, por empresas do setor terciário. Em grande medida, os projetos relacionados a atividades

⁴⁵⁹ CARDOSO; MÜLLER, 1977, p.72.

⁴⁶⁰ Exclui-se nesse cálculo as atividades relacionados ao setor de comércio e serviços e à administração pública.

agrícolas absorveriam recursos de aproximadamente 470 milhões de cruzeiros⁴⁶¹, o que correspondia a cerca 27% do total dos investimentos do período, sendo quase 95% desses recursos destinados a atividades de criação de gabo bovino, como consta no Apêndice H.

Com as novas possibilidades de acessar o capital portador de juros e a facilidade de adquirir terras rurais na região, usando-as como recursos próprios dentro dos projetos apresentados à SUDAM, a agropecuária se fortaleceria como importante frente de geração de riquezas, substituindo a floresta por pastagem pelo uso de um grande contingente de força de trabalho temporária. Em grande parte, tratava-se de investimentos controlados por novos grupos empresariais formados tanto por importantes frações do capital nacional e internacional, quanto pelo pequeno capital de pioneiros, que haviam migrado para a região no início da fase de abertura das rodovias.

Nos primeiros anos dos incentivos fiscais da SUDAM, foram dois os casos representativos de participação de frações do capital nacional, originários do complexo cafeeiro do Oeste paulista, e nesse caso personificados nos empresários João Lanari do Val e Nicolau Lunardelli. Ambos eram descendentes de famílias italianas de importantes cafeicultores⁴⁶² e que durante os anos de 1960 constituiriam sociedades anônimas para exercer atividades extrativistas e agropecuárias no Sul e Sudeste do Pará, recebendo pesados incentivos fiscais a partir de 1966. Somente a Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG), empreendida por Lanari do Val, que também era o seu sócio majoritário, viraria o maior latifúndio paraense de capital exclusivamente brasileiro, com cerca de 350 mil hectares ou 20% do município de Conceição do Araguaia⁴⁶³, no Sudeste do Pará. Apenas entre os anos de 1966 e 1968, do Val aprovaria projetos de incentivos fiscais na SUDAM no valor de aproximadamente 13 milhões de cruzeiros, segmentados entre cinco empreendimentos desmembrados do patrimônio da CTMG com 5 mil hectares cada.

Pelo lado do grande capital internacional, a Amazônia paraense receberia os primeiros investimentos da multinacional alemã Volkswagen, atraída pelas facilidades oferecidas pela SUDAM e possibilidade de diversificação no sentido do mercado de carne bovina, visando ao mercado norte-americano e europeu. A fazenda modelo da multinacional Volkswagen do Brasil receberia o nome de Cia. Vale do Rio Cristalino (CVRC), concebida

⁴⁶¹ Em valores de 1971.

⁴⁶² Nicolau Lunardelli era filho de Geremia Lunardelli, um dos maiores fazendeiros de café do interior do Estado de São Paulo.

⁴⁶³ SILVA, 2009.

em conjunto com a SUDAM, com incentivos na ordem de aproximadamente 9 milhões de cruzeiros⁴⁶⁴, servindo de empreendimento modelo da região e possível polo de inovação tecnológica para o desenvolvimento de uma raça de gado bovino robusta o suficiente para melhorar a produtividade da pecuária na Amazônia. Modelo semelhante seguiria a Companhia Agropecuária do Pará, subsidiária da multinacional argentina Swift-Armour, ocupando uma área de aproximadamente 200 mil hectares no município de Paragominas e aprovando o projeto agropecuário de maior valor no período, na ordem de 28 milhões cruzeiros.

Boa parte das intermediações fundiárias, tanto dos grandes grupos internacionais quanto dos nacionais, teria ocorrido partir de Carlos Ribeiro, um pioneiro paulista que se tornou o mais importante corretor de títulos nas regiões Sul e Sudeste do Pará, ficando famoso por “dinamizar” os trabalhos burocráticos do órgão fundiário do Pará que permitiam a titulação de mais de duas centenas de títulos de terras devolutas, totalizando cerca de um milhão de hectares. Ribeiro foi o fundador da Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), com aproximadamente 140 mil hectares, posteriormente vendida para Nicolau Lunardelli. Nas mãos do fazendeiro paulista, a CODESPAR captou, ainda em 1966, o valor de aproximadamente 14 milhões de cruzeiros na SUDAM para financiamento do seu primeiro projeto agropecuário.

Em todos os casos, a demarcação da terra seria acompanhada da derrubada de mata nativa e da venda das madeiras nobres que tinham algum interesse comercial. O extrativismo madeireiro passaria a servir como fonte importante de capitalização para o dono do empreendimento, um modo de acumulação primitiva do capital que se combinava com superexploração da força de trabalho da peonagem, para permitir a produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital⁴⁶⁵.

As relações socioespaciais que se definem como “peonagem” têm como característica serem formadas por trabalhadores rurais jovens, contratados em regime temporário, para pagamento no final da empreitada, durante as entressafas do trabalho extrativista ou agrícola. Normalmente são trabalhadores contratados por terceiros, responsáveis pelo recrutamento nas áreas rurais dos municípios do entorno e mesmo em outros estados, e também pelo endividamento inicial por meio do adiantamento do trabalho deixado com a família do peão. Na frente pioneira, a força de trabalho da peonagem é

⁴⁶⁴ Valores para no ano de 1971.

⁴⁶⁵ MARTINS, op.cit., 2009.

utilizada para “produzir” as fazendas agropecuárias, extraíndo as madeiras nobres e queimando o restante da mata para limpar o terreno a tempo de semear o capim, antes do período chuvoso.

Em outras palavras, a função da peonagem nas frentes pioneiras da Amazônia é a de produzir os meios de produção a serem utilizados pelo pioneiro capitalista na produção de mercadorias dentro de processos. O contraditório dessa dinâmica é a dependência que o capital subsidiado por incentivos fiscais passa a ter com o uso não capitalista de força de trabalho, que se torna necessário para a fundação do novo empreendimento agrícola. Nesse sentido, a fronteira amazônica, iria se tornar daquele ponto em diante um espaço onde, por meio de acumulação primitiva do capital e superexploração da força de trabalho, ocorreria a conversão dos meios e situações não capitalistas ou pré-capitalistas em instrumento de produção de mais-valia⁴⁶⁶.

Em todos os sentidos, as frações do capital da estrutura extrativista seriam pressionadas por mudanças. De um lado, as transformações motivadas pelo avanço da fronteira econômica, ao introduzirem relações socioespaciais de produção da peonagem no mundo rural da Amazônia paraense, reduziriam o grau de controle sobre a força de trabalho do campesinato caboclo. De outro lado, as mudanças no mercado de crédito, a partir das políticas regionais da SUDAM e do crescimento do BASA como fornecedor de crédito rural, enfraqueceriam a hegemonia do sistema de crédito informal do aviamento na condução da produção extrativista. Essas duas condições combinadas passam a redefinir a posição econômica dos comerciantes e exportadores de gêneros do extrativismo.

É interessante notar que nessa nova dinâmica os regatões se tornariam agentes de mudança na dialética interna da estrutura extrativista, desviando a produção extrativista para novos grupos de industriais e exportadores, e com isso acelerando o declínio da economia extrativista e do próprio aviamento. A contradição nesse caso estava no fato de – em um contexto de declínio na disponibilidade e no valor de produtos do extrativismo, dada a expansão do extrativismo madeireiro e a ampliação da malha rodoviária, facilitando o acesso aos mercados para produtores rurais –, os regatões também começarem a desaparecer do cenário rural da Amazônia⁴⁶⁷.

Em grande medida, esse movimento de perda de hegemonia da estrutura extrativista se evidencia a partir de uma leitura atenta dos projetos de desenvolvimento

⁴⁶⁶ Idem, p. 83.

⁴⁶⁷ MCGRATH, op.cit., 2009.

regional, aprovados pelo Governo Federal no período de 1964 a 1971, e que interagiam com atividades extrativistas vegetais. Esses projetos somariam cerca de 562 milhões de cruzeiros no período, ou aproximadamente 32% do total dos incentivos liberados pela SUDAM/SPVEA no período de 1964 a 1971. Esses projetos estavam presentes principalmente nos recursos classificados como fabricação de produtos de madeira, fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos químicos e fabricação de produtos têxteis, como mostra o Apêndice I. Além disso, em sua grande maioria foram incentivados empreendimentos que visavam ao beneficiamento de madeiras regionais – ao que tudo indica, de um modo fortemente articulados com os projetos agropecuários – concentrando quase 61% do total dos incentivos. O restante seria distribuído entre empreendimentos industriais voltados para o beneficiamento de gêneros do extrativismo de coleta, situação em que, a princípio, o aviamento poderia ainda por algum tempo coexistir com o sistema de crédito oficial da articulação SUDAM e BASA.

Excluindo os grandes empreendimentos agropecuários, somente algumas frações do capital local organizariam a implantação de novas atividades de pequeno porte, basicamente de beneficiamento de gêneros alimentícios locais voltados para o atendimento do mercado regional, sem apresentar correspondência à ampliação de empreendimentos já existentes e correspondendo a pouco mais de 1% do total dos recursos disponibilizados. Esse foi o caso da Galliano Cei Indústria e Comércio S/A (GACESA), que passou a dedicar-se ao beneficiamento de arroz no município de Ananindeua, nas proximidades de Belém, e da empresa Bragança, Comércio e Indústria S/A (BRASA), dedicada à industrialização de mandioca no município de Bragança, no nordeste paraense.

Conforme dados do Apêndice J, dos recursos a projetos, direta ou indiretamente, relacionados com beneficiamento de gêneros do extrativismo de coleta, cerca de 38% foram utilizados para a instalação das filiais de três indústrias, provenientes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, voltadas ao beneficiamento de pescado e frutos do mar na região. Para as tradicionais atividades extrativistas, diretamente ligadas às frações locais do capital comercial, como as de beneficiamento de castanha-do-pará, couros e peles, de sacarias de juta e produção de óleos vegetais, ficou reservado quase 50% do investimento total. O peso maior desses projetos ficaria no setor de produção de óleos (14,4%); contudo, esses recursos seriam fortemente direcionados para somente uma empresa a Óleos do Pará S/A (OLPASA), que concentraria quase 90% dos incentivos destinados para o setor. Em outro extremo, estava a Brasil Extrativa S/A, indústria local que iniciou atividade no final dos anos de 1930 e que receberia pouco mais de 2% dos incentivos totais do período, o que representava 13% do

investimento para o setor.

A OLPASA foi uma indústria de beneficiamento de óleo da semente de babaçu, importado do Maranhão, que entrou em operação em Belém no ano de 1965, com base inicialmente em recursos disponibilizados pela SPVEA e posteriormente nas políticas de incentivos da SUDAM, configurando um caso típico de industrialização associada aos efeitos de estímulo cuja dinâmica de crescimento se repetiria na economia dos estados da Amazônia em outros casos menos expressivos. Em resumo, trata-se de um pioneiro⁴⁶⁸ que não mantinha relação com os tradicionais grupos industriais locais e que acessa uma parte significativa dos recursos da SUDAM, aproveitando-se diretamente das práticas locais do extrativismo de coleta. De fato, em pouco menos de 5 anos do início do seu funcionamento, a OLPASA aprovaria dois grandes projetos na SUDAM, em 1967 e 1970, tornando-se, em pouco tempo, a maior refinaria de óleos comestíveis do Norte do país, deixando para segundo plano as operações com babaçu e diversificando no sentido de uma verticalização “para trás”, ao incorporar o plantio de amendoim em cooperação com agricultores do Nordeste paraense⁴⁶⁹.

Antes dos anos de 1970, a OLPASA já atenderia 80% do mercado regional, sendo considerada de prioridade “A” para investimento na Amazônia, uma condição que permitia aos investidores da empresa o abatimento de 100% da renda bruta investida. Em 1968, o quadro de investidores da OLPASA era composto por cerca seis empresas dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara. Com o rápido crescimento da empresa, em 1971 a OLPASA já contaria com cerca de 800 investidores, com lucro líquido projetado de cerca de 0,35 centavos para cada um cruzeiro investido⁴⁷⁰, e no ano de 1972 abriria seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo.

A mesma sorte não teria o tradicional grupo Indústrias Martins Jorge S/A, que amargaria um longo processo de bloqueio da sua expansão para o mercado nacional. Apesar de contar com a aprovação de um projeto superior a 12 milhões de cruzeiros⁴⁷¹, o que equivalia a 6,09% dos recursos direcionados para o extrativismo, não suportaria a

⁴⁶⁸ Considero que se trata de um pioneiro, tendo em vista que nas extensas pesquisas de campo realizadas sobre a formação da indústria regional na fase anterior à SUDAM, a família proprietária da OLPASA não aparecia como proprietária de indústria, tampouco de outra empresa S.A. do Estado do Pará.

⁴⁶⁹ Referência extraída de material informativo publicado na revista *Cruzeiro* no ano de 1967, extraído de consulta na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

⁴⁷⁰ Referência extraída de cotação apresentada na edição de 14 de abril de 1972 do *Jornal do Brasil*, extraído de consulta na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

⁴⁷¹ Para valores de 1971.

concorrência como novos grupos de aniagem de Juta, em expansão tanto em Belém quanto em outras regiões do Estado, como a Cia. Amazônia Textil de Aniagem (CATA) e da Cia Têxtil de Castanhal, a segunda filial de um grande grupo de tecelagem de fibras naturais do estado do Rio de Janeiro. A dificuldade em concorrer, no caso da Martins Jorge S/A, decorreria principalmente da defasagem do maquinário da empresa⁴⁷² e cuja modernização foi o principal foco dos recursos provenientes do projeto aprovado na SUDAM em 1966⁴⁷³. Nos anos de 1970, o grupo ainda obteria um segundo financiamento no valor de aproximadamente 2 milhões de cruzeiros⁴⁷⁴, arriscando-se em movimento de diversificação no sentido da produção de sacarias em fibras sintéticas.

Uma terceiro e importante segmento local que participaria de forma bastante restrita dos incentivos da SUDAM no período foi o do beneficiamento industrial da castanha-do-pará, responsável por pouco mais de 2% do total dos incentivos. Constavam dos projetos alguns voltados para indústrias tradicionais da região, como a Beneficiadora de Produtos da Amazônia, fundada em 1957 pela família Benzecry, e a Usina Progresso, fundada pela família Abtibol em 1933, que não chegariam a receber nem 1% dos incentivos do período. Ambas as famílias exportavam gêneros do extrativismo desde pelo menos as primeiras décadas do século XX, personificando o capital comercial da estrutura extrativista⁴⁷⁵.

É possível que, em virtude das transformações na dialética interna que vinha passando a estrutura extrativista, uma parte dos comerciantes aviadores e exportadores, ao perderem o controle sobre o capital portador de juros na região, optassem por ampliar sua participação na atividade industrial utilizando para isso os incentivos fiscais do Estado. Esse parece ter sido o caso do grupo empresarial comandado pela família Benzecry, mesmo que o montante de incentivos seja proporcionalmente baixo em comparação com outros grupos, as atividades industriais conduzidas pela Beneficiadora de Produtos da Amazônia S/A – basicamente o beneficiamento de castanhas e de timbó – passariam a ser as únicas atividades do grupo, em detrimento de outros gêneros tradicionalmente exportados pelas empresas da família desde a década de 1920.

⁴⁷² Informação obtida em entrevista com herdeiro de terceira geração da Indústrias Martins Jorge. Entrevista realizada em 28/11/16.

⁴⁷³ Informação obtida em material de divulgação internos da empresa produzido no ano 1966 de onde foram extraídos essas informações.

⁴⁷⁴ Para valores de 1971.

⁴⁷⁵ Todas as referências sobre a origem do capital dos grupos e das famílias estudadas foi realizada a partir de consultas em diversas edições do Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, disponível na hemeroteca on-line da Biblioteca Nacional. Consulta disponível no link: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Chama atenção a ausência, dentre as empresas incentivadas, das principais indústrias de beneficiamento de castanha e de beneficiamento de borracha do estado, no caso a Companhia Industrial do Brasil, das famílias Chamiê, Chady e Thomé, e da Bitar, Irmãos S.A., da família Bitar. É provável que isso tenha sido motivado pela existência de capacidade ociosa na empresa, já que as informações disponíveis nas atas de reunião da Companhia Industrial do Brasil S/A, por exemplo, indicam que em 1961 o capital social da empresa havia sido aumentado para 100 milhões de cruzeiros, sendo que no ano anterior o balanço acusava um lucro líquido na exploração da usina superior a 32 milhões de cruzeiros.

No rol dos projetos da primeira fase da SUDAM, empreendimentos industriais não relacionados às atividades extrativistas vegetais absorveriam 27% do total disponibilizado no período. Sendo a predominância desses investimentos (46,72%) concentrado em indústrias que podem ser incluídas no circuito produtivo da construção civil, tais como: cimento, revestimentos cerâmicos, tubos plásticos, tintas e estruturas metálicas. Contudo, das quatorze empresas incentivadas, somente três eram anteriores à criação da SUDAM. Nesses segmentos, somente a COPALA Indústrias Reunidas S.A. obteria recursos para projetos de expansão da produção. Fundada em 1951, a COPALA originalmente atuava articulada à economia extrativista, no beneficiamento de borracha vegetal e na fabricação óleos vegetais. Além da COPALA outro caso importante foi o do Cimentos do Brasil S/A (CIBRASA), principal fábrica de cimento da região, localizada em Capanema no Nordeste paraense.

De fato, no levantamento dos projetos da SUDAM, as duas fábricas de cimento da região concentrariam quase metade dos investimentos, sendo 31% de todo o montante dos investimentos para a indústria da construção civil direcionados somente à Cimentos do Brasil S/A (CIBRASA). A segunda indústria, Companhia Agroindustrial de Monte Alegre (CAIMA), pretendia explorar as jazidas de calcário presentes na região na margem esquerda do rio Amazonas, nos limites do município de Monte Alegre. A CAIMA pertencia ao grupo industrial pernambucano João Santos e, apesar de constar como um projeto incentivado pela SUDAM, não teria efetivamente entrado em operação na época em virtude da instabilidade no fornecimento de energia na região, regularizado somente em meados dos anos de 1990. Em virtude disso, a CIBRASA exerceria o monopólio na fabricação de cimento para a região por mais de duas décadas, absorvendo a demanda gerada pelos diversos projetos de infraestrutura dos anos de 1970 e 1980.

A CIBRASA parece constituir-se como um caso um típico do modo como as tradicionais frações do capital comercial da região se relacionavam com os investimentos

industriais de grande porte. A indústria havia sido fundada no ano de 1962 pela família Carneiro, antigos comerciantes de gêneros extrativistas da região de Marabá, sob o nome de Pires Carneiro S.A, fazendo uso dos financiamentos disponíveis na SPVEA, bem como de suas boas inserções no meio político paraense⁴⁷⁶. Contudo, dificuldades na extração do calcário e no escoamento da produção pela Estrada de Ferro Belém-Bragança fariam com que, em 1965, a Pires Carneiro S.A fosse vendida para o Grupo Cunha Maia S.A, dos irmãos Juvêncio, Raimundo e João Cunha originários da cidade de Capanema, no Nordeste do estado, modificando o nome da fábrica para CIBRASA e o nome do cimento para “Cimentos Búfalo” (Quadro 3). O grupo Cunha Maia S/A havia florescido como um dos principais importadores de gêneros alimentícios da região entre o final dos anos de 1940 e 1950, diversificando suas atividades para os mais variados setores da economia paraense, o sentido era sempre uma boa oportunidade de fazer negócio. Os 30 meses em que o Grupo Cunha Maia foram proprietários da CIBRASA demonstram um caso típico do movimento de valorização do capital comercial local quando se diversificava para atividades industriais: compra de um ativo em dificuldade operacional, promoção de uma pequena rodada de investimentos, normalmente com recursos próprios e posterior venda do empreendimento para grandes grupos nacionais interessados em entrar no mercado. No caso da CIBRASA, a venda ocorreria para o grupo pernambucano João Santos, que já demonstrava interesse na fábrica há alguns anos, provavelmente em função das dificuldades logísticas de viabilizar o investimento no baixo Amazonas. Com o suporte dos técnicos especializados do Grupo João Santos e o acesso aos recursos da SUDAM nos anos de 1969 e 1970, a CIBRASA dobraria sua produção anual, chegando a 4 milhões e 500 mil sacos de cimento por ano⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ Oziel Carneiro, fundador do grupo, se tornaria durante os anos de 1970 presidente do Basa e posteriormente se tornou senador pelo Estado do Pará.

⁴⁷⁷ KALIFE, K. R. **Mineração de calcário no município de Capanema, Estado do Pará: uma análise a partir da percepção dos moradores do entorno da Jazida B-17**. 2013. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

Quadro 3: Trecho de entrevista com um dos fundadores grupo empresarial local fundado nos anos de 1950 com atuação no setor de comércio, construção civil, indústria cerâmica, beneficiamento de fibras e no setor financeiro.

Sócio-fundador: Sim, aí surgiu a fábrica de cimento, posterior ao banco. Quando o pessoal do Armando Carneiro, ele foi sócio da fábrica com o [Gilberto] Mestrinho, depois ele fez separação com o banco e o [Gilberto] Mestrinho ficou com a fábrica de cimento, e quando o João Santos foi falar com ele, ele disse que nós também estávamos querendo. Então, o [Gilberto] Mestrinho disse pra ele que ia conversar com os Cunha e ver se não tinham mesmo condições, se não tivessem, eles voltaria a negociar. O [Gilberto] Mestrinho gostava muito do João e contou pra ele o que tinha acontecido, fez do jeito que a gente queria e fechamos o negócio. Com a filial no Rio, o João e o cunhado dele foram pra lá e o João Santos começou a “namorar” com o João para querer comprar a fábrica de cimento...

Raul: E a fábrica de cimento naquele momento era lucrativa?

Sócio-fundador: Era lucrativa mas era muito pequena. Sim, voltando na amizade do João com o João Santos: o João Santos “namorava” com o João pra comprar a fábrica, levava o João pra conhecer a fábrica dele, levava ele no final de semana pra Campos, e o João sabia que ele queria era a fábrica. E nós tivemos um problema na fábrica, um eixo de 2,5 toneladas quebrou e foi um problema seríssimo. Então, o Newton, que era amigo nosso, resolveu falar com o coronel Jarbas, pra gente conseguir um guia de importação de um negócio desses, era sujeito a passar até seis meses e não podia vir sem a guia. Nós conseguimos comprar a peça na Tchecoslováquia, colocamos essa peça num avião de passageiros, e foi até Nova Iorque e de lá veio pra Belém e quando chegou a guia nós estávamos montando a peça em Capanema, quer dizer, era uma coisa que era impossível e conseguimos, então nós ficamos com receio de ter outro problema e pedimos um favor desse. O Jarbas era ministro nessa época. Chegou um ponto que decidimos vender a fábrica porque poderia acontecer de novo um problema desse, aí o João disse “então é só dizer o valor pra comprar, porque o João Santos faz é tempo que ‘namora’ comigo”, aí decidimos o valor. Quando foi na segunda-feira, o João marcou um chá com o João Santos, aí ele sabia que ele era muito orgulhoso e disse, “ah, Seu João, eu fiquei sabendo que o senhor tá querendo vender o banco e eu queria preferência”. Aí ele disse “o meu banco não está pra vender, nem eu vendo, mas se você quiser vender a fábrica, eu compro”, mas era o que o João queria saber e ele já sabia que ele vinha com uma resposta mais ou menos dessa. Aí o João disse “eu vou lhe responder o que eu gostaria que o senhor me respondesse: a minha fábrica de cimentos não está pra vender, mas se o senhor quiser comprar eu lhe vendo”. Aí saiu de lá com o negócio fechado e o João Santos veio pra Belém pra assinar os contratos e disse pra nós que foi o ponto mais caro que ele comprou na vida dele, achando que ele tinha comprado só o ponto.

Raul: E vocês já venderam a fábrica com o lucro?

Sócio-fundador: Muito lucro. Nós passamos com 30 meses com a fábrica. Nós pegamos ela capenga com 4 mil sacos de cimento por dia e estávamos fabricando 7, 8 mil por dia. Ele não entendia como a gente não entendia nada de cimento e conseguíamos fazer aquilo. Quando nós compramos a fábrica, nós colocamos o nome de Cimentos do Brasil S.A. e o nome do cimento era Búfalo e a sigla era CIBRASA e até hoje é CIBRASA e o nome do cimento mudou para Nassau. O João Santos realmente melhorou a fábrica, chegou a 22 mil sacos por dia.

Fonte: Informação verbal⁴⁷⁸

A dinâmica de aquisição de indústrias locais se tornaria mais recorrente entre aquelas voltadas para a produção de bens de consumo não duráveis, estabelecimentos incentivados com o restante dos recursos da SUDAM no período de 1964 a 1971⁴⁷⁹ visando

⁴⁷⁸ Entrevista concedida ao pesquisador em 25 abr. 2016.

⁴⁷⁹ Nesse período ainda se incluem recursos liberados pela SPVEA durante a segunda metade do ano de 1964 e 1965.

atendar à diretriz do I PDA de incentivo à substituição de importações em nível regional. De uma maneira geral, as grandes beneficiadas pelos incentivos no período foram as indústrias de perfumaria e sabonetes, captando cerca de 20% do total do restante dos recursos, seguidas daquelas que dedicavam-se à fabricação de alimentos (10,4%) e por último (8,64%) as do segmento de editorial e gráfica.

As Perfumarias Phebo S/A captariam quase 67% dos recursos liberados para o setor, por meio de três projetos aprovados pela SUDAM, entre os anos de 1967 e 1971, totalizando cerca de 32 milhões de cruzeiros. Esse volume de recursos colocava a Phebo na segunda posição das cinco indústrias que mais captaram recursos na SUDAM entre 1964 e 1971. Ademais, é importante destacar que dessas cinco indústrias, somente a Phebo S/A era anterior à criação da SUDAM, predominando estabelecimentos industriais fundados, ao que tudo indica, a partir dos incentivos fiscais. De fato, das indústrias locais que iniciaram operação antes de 1964, a que captou o maior volume de recursos foi a fábrica Perseverança, pertencente às Indústrias Martins Jorge S/A, obtendo pouco mais de 3% do total dos recursos liberados. Ao todo os estabelecimentos que eram anteriores a 1964, não chegariam a captar nem 30% dos recursos disponibilizados pela SUDAM.

A Phebo seria o grande *case* de sucesso da indústria local após o processo de integração da formação amazônica ao mercado nacional, tornando-se a maior indústria nacional do seu segmento durante os anos de 1970 e a única indústria oriunda do antigo parque industrial da Amazônia a abrir capital na Bolsa de Valores de São Paulo. De fato, a Phebo se constituiria como uma exceção à regra – no caso, a derrocada generalizada das indústrias locais, fenômeno que se acelera daí por diante. É importante destacar que mesmo antes dos incentivos da SUDAM, o movimento de expansão de mercado da Phebo seguiu o sentido Norte-Sul, com a instalação de uma filial na cidade de São Paulo, no ano de 1961, já que a maior parte dos insumos químicos utilizados na fábrica vinham de São Paulo.

Mesmo constituindo-se como uma empresa sólida, mantendo índice de liquidez em suas operações na maior parte dos anos, o acesso ao crédito era limitado ao reduzido setor financeiro de Belém⁴⁸⁰. Assim, mesmo preservando a prática de reinvestir lucros na própria empresa, a capitalização necessária para a expansão no sentido da capital paulista viria pela mudança no status de empresa no ano de 1957, que passa de empresa limitada para empresa de sociedade anônima fechada, além de contar com aporte de capital de um dos fundadores da

⁴⁸⁰ Mesmo no auge da expansão para a capital paulista, o endividamento da empresa não ultrapassaria a marca de 12,33% em relação ao seu passivo total.

empresa, que se desfez de imóveis da família para comprar o terreno da nova unidade em São Paulo⁴⁸¹.

O usufruto dos primeiros incentivos fiscais da SUDAM, a partir de 1967, ocorreria em um momento em que a empresa já havia liquidado os empréstimos tomados com bancos locais para investir na filial paulista, servindo principalmente para a expansão e modernização da matriz em Belém visando a redução do tempo de secagem no sabonete, até então ainda feito de forma quase artesanal e demorando até seis meses para ficar pronto. Ademais, além de contratar um dos principais publicitários brasileiros para reformular a marca Phebo no mercado nacional, entre 1968 e 1969, a matriz em Belém passou a contar com um setor de P&D, com gestão financeira informatizada e promoveu uma renovação na sua estrutura funcional, concedendo pensão vitalícia para antigos diretores. Somado ao bom momento vivido pela economia brasileira, o resultado desse processo de modernização e expansão foi o aumento significativo no faturamento da empresa, formatando um cenário de expectativas futuras positivas que estimulou a abertura de capital da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo e a consequente construção de uma terceira fábrica na cidade de Feira de Santana (BA), contando com incentivos da SUDENE⁴⁸².

Assim, mesmo correspondendo a um caso de sucesso, o papel das políticas regionais de desenvolvimento da SUDAM foram coadjuvantes mesmo no caso da expansão da Phebo. De fato, quando se observa o universo dos recursos liberados pela SUDAM e BASA, os projetos aprovados pela Phebo, somados, não equivaleriam sequer à metade dos valores aprovados para a CIBRASA, após a sua compra pelo grupo João Santos, sendo apenas parcialmente superior ao valor liberado em somente um projeto da Swift-Armour em Paragominas. Esse dado é significativo pois simboliza que mesmo o principal exemplo do efeito de estímulo sobre as indústrias locais do setor de bens de consumo não duráveis não contou com participação intensa das políticas de desenvolvimento regional.

A diretriz cepalina de estimular processos de substituição de importações a nível regional, estabeleceria uma disputa desigual de recursos entre os remanescentes da indústria local, com arrivistas e novos grupos de fora da região⁴⁸³. Além disso, a rigidez burocrática do sistema, somada à lentidão dos mecanismos de arrecadação dos recursos pelo BASA e mesmo à precariedade de parte da classe industrial local, fez com que a remodelação do parque

⁴⁸¹ CHIACCHIO, op.cit., 2010.

⁴⁸² Idem, p.70-73.

⁴⁸³ SANTOS, 1978, p. 139.

industrial ocorresse em meio a inseguranças no investimento, enriquecimento ilícito de aventureiros, além de prejuízos para trabalhadores e um desempenho aquém do esperado. Como resultado, ampliou-se a possibilidade de anexação desses grupos por grupos forâneos mais fortes, provocando uma forte “desregionalização” do que sobrara dos grupos empresariais locais na entrada dos anos de 1970⁴⁸⁴ e antes mesmo de ser elaborado I PDA, documento no qual se alteraria as diretrizes para a industrialização regional.

A ocorrência de um aumento da participação da indústria regional no PIB Estadual⁴⁸⁵, camuflaria, em paralelo, a decadência de grupos industriais localizados no antigo parque industrial de Belém. No caso dos antigos grupos industriais concentrados nos setores de bens de consumo não duráveis, os efeitos de bloqueio e destruição sobre a estrutura produtiva local conduziriam a ajustes espaciais nos quais, paulatinamente, os investimentos realizados na expansão física das indústrias se tornariam importante fonte de rendimento das famílias proprietárias.

No âmbito da rede urbana regional, um dos resultados espaciais mais relevantes da perda de hegemonia da estrutura extrativista foi a desconstrução paulatina da rede urbana dendrítica regional baseada no modal fluvial. No decorrer do ciclo regional periférico, a hinterlândia de Belém e sua posição de comando sobre as cidades e núcleos urbanos da região seria fortemente alterada⁴⁸⁶. O predomínio do modal rodoviário para o deslocamento demográfico e de mercadorias faria com que cidades, outrora diretamente subordinadas a Belém, passassem a estabelecer relações mais próximas a outras metrópoles regionais. Manaus passaria a compor um novo nóculo na rede urbana regional, diretamente articulada com as principais capitais nacionais em virtude da produção industrial da ZFM, desvinculando-se definitivamente da teia de influência da capital paraense⁴⁸⁷.

3.3. Integração transamazônica, grandes projetos econômicos e declínio industrial

A partir de 1968, a economia brasileira passou a apresentar elevadas taxas de crescimento do PIB, futuramente compondo o período classificado de “milagre” econômico brasileiro. O prosseguimento da ditadura, agora sob o comando do general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), ocorreria mediante um clima de endurecimento da repressão

⁴⁸⁴ Idem, p. 141.

⁴⁸⁵ CANO, 2007.

⁴⁸⁶ CORRÊA, op.cit., 1989.

⁴⁸⁷ IBGE, 2006.

aos opositores do regime, simbolizado pela instauração do AI-5 e pelo enfraquecimento dos poderes legislativos Federal e Estadual. O centro decisório da política econômica consolidou-se cada vez mais no Ministério da Fazenda, sob o comando de Delfim Netto, em detrimento do Ministério da Fazenda que se tornaria um centro de reflexões técnicas sem qualquer possibilidade de coordenação efetiva⁴⁸⁸. Sob a tutela de Delfim Netto, tornar-se-iam cada vez mais articuladas os subsídios e incentivos oriundos de fundos de origem fiscal e parafiscal, objetivando principalmente a concentração do capital e os investimentos em setores e regiões eleitos arbitrariamente para os incentivos.

O perfil da economia do “milagre” seria moldado de forma dependente dos fundos públicos, de favores burocráticos e de crédito, ampliando a tradição patrimonial e clientelista do capitalismo brasileiro⁴⁸⁹. Assim, na coxia do crescimento de 14% do PIB registrado em 1973, estava cada vez mais evidente a insustentabilidade da política econômica do período, expressa no aumento na importação de bens de capital, no foco de tensões inflacionárias em função da recuperação no salários de parte da classe trabalhadora e no reaparecimento de déficits comerciais.

Ao estimular um crescimento apoiado principalmente na expansão do setor de bens duráveis e não no setor de bens de capital, mesmo que os ritmos de crescimento do investimento e da produção corrente de bens de consumo possam acelerar-se periodicamente, estes não são capazes de se sustentarem por muito tempo pela impossibilidade de esse setor criar endogenamente sua própria demanda, dependendo ou do avanço da urbanização ou da intervenção do Estado na criação de infraestrutura⁴⁹⁰. De tal forma que, ao assumir o posto presidente da República, Ernesto Geisel (1974-1979) receberia o país com o pesado saldo da arquitetura perversa do milagre econômico, em que se reforçou a posição do capital mercantil, agrário e bancário, como bloco dominante da economia nacional, em detrimento do capital industrial e do enfrentamento das graves questões sociais presentes no subdesenvolvimento.

O início de uma nova fase no ciclo do planejamento regional periférico para os estados da Amazônia, não poderia seguir um rumo diferente da lógica em que estava imersa o planejamento da economia brasileira. O avanço na concentração do capital nacional na

⁴⁸⁸ “Com a indicação de João Paulo dos Reis Veloso para o lugar de Beltrão, o Ministério do Planejamento perdeu totalmente a influência que tinha no tempo de Campos. Tornou-se um centro de reflexão técnica e um agente encadernador de propostas dos outros órgão da administração pública, direta e indireta, sem qualquer possibilidade de articulação e coordenação efetiva” (TAVARES, 1986 p. 29).

⁴⁸⁹ Idem, p. 30.

⁴⁹⁰ TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998.

periferia do sistema, assegurado a partir dos programa de incentivos fiscais da SUDAM e BASA, iria se mostrar nos efeitos de estímulo à industrialização que levam à consolidação regional de filiais de grupos industriais, articulados com a região polo ou mesmo com indústrias da região Nordeste. A esse contexto, somar-se-ia o crescimento exponencial de frentes pioneiras a partir de projetos agropecuários e extrativos incentivados pelo Estado, devastando o bioma e afetando as populações tradicionais que se localizavam no entornos das rodovias federais e estaduais em construção ou ampliação. Um processo cada vez mais dependente da acumulação primitiva do capital e da superexploração da força de trabalho rural para viabilizar a reprodução ampliada do capital na fronteira de acumulação amazônica.

Nesse momento de expansão do ciclo, as políticas de incentivos fiscais dividiriam lugar com grandes planos nacionais de desenvolvimento econômicos nos quais a região Amazônica, e particularmente o Pará, serviriam de coadjuvantes. A formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), praticamente em concomitância com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), deixaria claro a subordinação do planejamento regional como subproduto dos planos nacionais. Ademais, o sufocamento das frações da classe dominante local pelo endurecimento do regime e o aprofundamento da centralização das decisões econômicas fizeram com que a mais elevada elite burocrática da região se convertesse em simples agente de execução desses planos⁴⁹¹

De fato, até a institucionalização desses planos tomava-se, na prática, a Amazônia e o Nordeste praticamente como sinônimos⁴⁹². A partir do PND a Amazônia seria definitivamente institucionalizada como uma fronteira de recursos naturais, redirecionando suas prioridades de desenvolvimento para investimento na integração rodoviária, a ocupação humana das suas áreas de vazios demográficos e o desenvolvimento econômico centrado no setor privado via incentivos fiscais da SUDAM e SUFRAMA. Como subproduto que se propunha em ser, o I PDA demonstrava o pessimismo quanto ao modelo cepalino de incentivos fiscais voltados à industrialização regional substitutiva de importações, dada a limitação do empresariado local e do próprio mercado de consumo, recomendando o direcionamento dos incentivos para o beneficiamento dos produtos regionais de interesse do mercado internacional. Os recursos previstos para o I PDA concentravam-se principalmente na áreas de transportes e energia, cerca de 65% do total, sob o discurso de dotar a região de

⁴⁹¹ LOUREIRO, 2014, p. 97.

⁴⁹² Idem, p.165.

infraestrutura básica para o estabelecimento dos empreendimentos produtivos⁴⁹³.

Em grande medida, o PDA iria servir para promover um dos projetos mais ousados do governo Médici, o Plano de Integração Nacional (PIN), destinado para – mais um vez – postergar o enfrentamento da questão fundiária do Nordeste, que atravessava um longo período de seca. Isso porque seria por meio do PIN que ocorreria a execução das principais obras de infraestrutura destinadas a facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE⁴⁹⁴, especialmente no que compreende à construção das rodovias Transamazônicas (BR-230 e BR-163), conectando a cidade de Cabelado na Paraíba ao município de Lábrea no Amazonas, e posteriormente conhecidas como Cuiabá-Santarém e Rodovia Transamazônica propriamente dita.

Complementarmente ao PIN, o Governo Médici elaboraria ainda o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que orientaria, no eixo das rodovias em execução, uma política de colonização e reforma agrária, coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Apesar das suas origens remontarem ao ano de 1934⁴⁹⁵, o INCRA também seria instituído no 1970, como uma necessidade de simplificação administrativa e reformulação das políticas de colonização no Brasil, impulsionado pelos problemas gerados pela forte seca nordestina naquele mesmo ano.

Em conjunto, PIN, PROTERRA e INCRA eram inicialmente programas e instituições complementares, cujo objetivo central era o de aproveitamento da força de trabalho nordestina na frente pioneira de colonização planejada para o entorno da rodovia. Contudo, efetivamente corresponderiam à solução institucional da vez para debelar a histórica questão social do sertão nordestino em momentos de seca, sem avançar no sentido da reforma agrária às avessas, como previsto por Celso Furtado no planejamento inicial da SUDENE⁴⁹⁶. Os recursos destinados para a construção das rodovias e para o programa de colonização viriam da alteração da legislação sobre a utilização dos recursos provenientes dos fundos regionais alimentados pela renúncia fiscal do Imposto de Renda (FINAM, FINOR e Fiset), capturando da órbita do seu ordenamento financeiro parte substancial da principal fonte de

⁴⁹³ Idem, p.166.

⁴⁹⁴ PETIT, op.cit., p. 82.

⁴⁹⁵ As origens do INCRA remontam ao primeiro órgão de colonização criado pela União durante o governo provisório de Vargas denominado de Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização. Cf. CARDOSO; MÜLLER, op.cit.,1977.

⁴⁹⁶ FURTADO, 1989.

recursos da superintendência.

A captura dos recursos pelo PIN e PROTERRA, somava-se à concorrência com novos fundos e programas criados pelo o Governo Federal, como o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, dentre outros⁴⁹⁷. Em alguns anos, a autonomia da SUDAM sobre os recursos oriundos de renúncia fiscal ficaria restrita a pouco mais de 9% do total concedidos no país⁴⁹⁸, reforçando a vulnerabilidade financeira do órgão às vésperas da primeira grande crise internacional com elevação da taxa de juros internacional.

Como elemento de suporte a esse momento, a medida de maior impacto dessa fase do ciclo do planejamento regional periférico sobre a região foi a que ficou conhecida como a “federalização das terras”⁴⁹⁹, que transferiu, sem indenização prévia, a totalidade das terras devolutas na faixa de 100 quilômetros de cada lado do eixo das rodovias federais em execução⁵⁰⁰. Em estados como o Pará, onde estavam planejadas as duas maiores rodovias federais, a federalização transferiria para o patrimônio da União uma quantidade estimada de 83 milhões de hectares, o que equivalia a 66,5% do território paraense⁵⁰¹.

A federalização das terras devolutas acabaria elevando no médio prazo a procura por investimentos agropecuários na região pelo grande capital nacional e internacional. Contudo, na contramão dessa demanda estava o audacioso programa de colonização sob comando do INCRA, em articulação com os recursos direcionados pelo PIN e PROTERRA, que pretendiam assentar cem mil famílias ao longo de três anos de forma concomitante às obras da Transamazônica. A previsão do projeto indicava módulos agrícolas não superiores a 100 hectares, com famílias de agricultores organizados em cooperativas, evitando a prática da agricultura de subsistência, além de prever a regularização de títulos fundiários em favor de posseiros existentes na área e que se enquadrassem na lei⁵⁰². Ademais, a abertura das rodovias viria acompanhada de frentes pioneiras de ocupação espontânea, elevando a presença de posseiros em terras devolutas federalizadas nos estados da região, que poderiam temporariamente se empregar em fazendas, como peões, e posteriormente ocupar um trecho

⁴⁹⁷ Trata-se principalmente do Mobral, EMBRAER e FUNRES.

⁴⁹⁸ LIRA, *op.cit.*, 2005 p. 182.

⁴⁹⁹ SANTOS, 1978, p. 89.

⁵⁰⁰ Inicialmente 10 quilômetros, de acordo com a Lei-Decreto inicial de 1970, que em seguida é alterada para a faixa de 100 quilômetros alegando a necessidade de defesa do território.

⁵⁰¹ SANTOS, 1978, p. 90.

⁵⁰² *Idem*, p. 105.

inexplorado de terra para desenvolver alguma cultura de subsistência.

Em pouco tempo, diversos problemas técnicos e de gestão interna do INCRA, aliados à falta de conhecimento dos funcionários do órgão sobre a geografia da região, depreciariam a imagem dos projetos de colonização previstos no plano original de colonização da Transamazônica⁵⁰³. Somado a isso, a ocupação predatória dos grupos de posseiros provenientes do Nordeste, que trariam consigo o hábito da queima da mata para promover a limpeza do terreno ocupado, contribuiria para construir a visão negativa da imigração em pequena propriedade sob o comando do Estado.

Para complementar o quadro de descrédito no projeto de colonização previsto, ao menos no papel, pela articulação entre PIN, PROTERRA e INCRA, ao final do ano de 1974, apenas uma pequeníssima fração da população-alvo, pouco mais de 5.000 famílias, havia se instalado nos assentamentos planejados ao longo da Transamazônica. Ainda naquele época, os valores dos investimentos se mostravam desproporcionais ao número de famílias beneficiadas e o reduzido impacto sobre a região. Além disso, tratava-se de assentamentos compostos na sua maioria por famílias da região Sul do Brasil – gaúchos e catarinenses, principalmente – evidenciando o caráter fictício das motivações da política de colonização, que previa o deslocamento dirigido de nordestinos afetados pela seca. Às quase 1,3 milhões de famílias subempregadas nordestinas⁵⁰⁴ afligidas pela seca no auge do “milagre econômico brasileiro”, cuja válvula de escape mais imediata seria a migração no sentido da transamazônica, sobraria a exclusão das políticas oficiais de colonização e a superexploração nas fazendas agropecuárias.

Dados os limites da colonização oficial promovida pelo INCRA e a predominância da migração espontânea, predatória e sem planejamento nos eixos rodoviários, o imigrante amazônico seria retratado como alguém que não respeitava as leis ambientais, sendo incapaz de conduzir um desenvolvimento regional adequado do território⁵⁰⁵. Esse contexto, conduziria a uma campanha sistemática em favor de uma ocupação mais racional e menos destrutiva da região, com o apoio do setor privado e privilegiando a pecuária em grande propriedades, empreendida pela Associação de Empresários da Amazônia (AEA), cuja

⁵⁰³ VENTURA FILHO, 2004.

⁵⁰⁴ Nos estudos de Cardoso e Müller levantam estimativas que apontam para cerca de 1.300.000 de famílias subempregadas nos estados do Nordeste durante os anos de 1970. Considerando um quadro otimista de reforma agrária, que efetivamente não ocorreriam, o assentamento seria possível para não mais que 560.000 famílias, o que deixaria um “saldo” migratório na ordem de quase 309.000 famílias passíveis de serem absorvidas na fronteira amazônica. Cf. CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 141.

⁵⁰⁵ SCHIMINK; WOOD, 2012, p.126.

sede ficava na cidade de São Paulo. Baseado em estudos controversos, alguns deles avalizados por consultores do projeto RADAM, a AEA defenderia abertamente que a conversão da floresta tropical em pasto seria algo benéfico para o meio ambiente, já que uma vez removida a cobertura florestal, os pastos, na realidade melhorariam a qualidade do solo⁵⁰⁶.

O peso da opinião pública contra a colonização apenas reforçava interesses presentes inclusive no alto escalão do governo Médici, que pressionava pela mudança na política de colonização do INCRA, em favorecimento do setor privado. As pressões levariam o INCRA a estabelecer os primeiros negócios com o setor privado ainda no ano de 1972, negociando a venda de 500 mil ha de terras federais em Rondônia e 250 mil no município de Marabá, no Pará. Cabe destacar que àquela altura o INCRA controlava cerca de 2,3 milhões de hectares na Amazônia Legal, algo em torno de 30% da área global do Brasil, um montante tão elevado de propriedade que tornava quase desprezíveis essas negociações. Porém, a resistência do INCRA à venda de terras federais na Amazônia não atravessaria o ano de 1973, quando a própria SUDAM enfatizaria plenamente que a Amazônia é um espaço ideal para a pecuária⁵⁰⁷, definindo a não aceitação de projetos agropecuários com menos de 25.000 hectares.

Com um amplo controle sobre as terras devolutas dos estados, o Governo Federal consolidaria a entrada maciça do grande capital nacional e internacional no mundo rural amazônico, em consonância com a utilização dos fundos públicos por meio da SUDAM e do BASA. Com isso, até o fim do PND, em 1974, já era substancialmente relevante a presença de grandes grupos industriais e financeiros internacionais na Amazônia, como grandes proprietários de terra nas regiões nordeste do Mato Grosso, no atual estado do Tocantins e no Sul e Sudeste do Pará. Os projetos agropecuários abarcariam mais da metade dos recursos provenientes de incentivos fiscais sob o comando da SUDAM, relegando definitivamente a indústria para segundo plano no projeto de desenvolvimento proposto para a região.

A diminuição da euforia que cercava o milagre econômico brasileiro se aprofunda com o primeiro choque do petróleo, em setembro de 1973, ampliando tensões internas herdadas da fase anterior do ciclo. Também herança do milagre, o clima de otimismo nacionalista ainda conseguiria impulsionar o ufanismo presente no slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, permitindo acreditar no megalômano e ousado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que viria para realizar o tão aclamado sonho do Brasil potência. O

⁵⁰⁶ Idem

⁵⁰⁷ CARDOSO; MÜLLER, op.cit., 1977, p. 158.

II PND nasce com o propósito de corrigir os desequilíbrios da estrutura industrial brasileira e no setor externo, apresentando metas de produção e planos de investimento consideradas megalômanas por grande parte da literatura, mas que a princípio permitiriam conduzir o Brasil a uma posição de potência intermediária no cenário internacional⁵⁰⁸.

O Plano ia de encontro a barreiras estruturais que o próprio modelo econômico do regime militar havia consolidado, particularmente, aquelas associadas ao empresariado nacional que, sancionado pelo Estado, manteria a prática dos ganhos mercantis em detrimento de elevação nas taxas de produtividade da indústria. Assim, ficava claro que o II PND exigiria necessariamente do empresariado nacional uma postura que estava para além das suas práticas correntes de reprodução do capital, e isso sem contar, é claro, com seus próprios desejos⁵⁰⁹. Assim, o Plano implicava acima de tudo a constituição prévia de um “capitalismo monopolista de Estado”, movimento que de certa forma foi obstaculizado pelo próprio pacto burguês que sustentou e manteve a ditadura militar no poder durante 21 anos⁵¹⁰.

A “fuga pra frente” do II PND significaria o não enfrentamento das questões sociais herdadas da fase anterior, assumindo, no lugar disso, os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, e o desafio de construir uma estrutura industrial avançada capaz de superar a crise inflacionária e, a reboque, o próprio subdesenvolvimento. No plano das ideias, as encomendas do Estado para o setor privado, através das estatais, bem como mudanças na política cambial e tributária, seriam o estímulo decisivo para o capital privado nacional migrar em direção aos setores de bens de capital principalmente⁵¹¹. No entanto, no plano concreto esse movimento é endogenamente obstado pela incapacidade de esses grupos abandonarem as órbitas de valorização que historicamente lhe foram reservadas no desenvolvimento da experiência capitalista no Brasil⁵¹². Por fim, se do ponto de vista econômico, o gigantismo do plano colocava ressalvas à sua real efetivação, do ponto de vista político, o II PND se apresentaria fortemente deslocado das bases sociais de sustentação da ditadura, desencadeando uma ampla campanha contra o regime militar pela própria classe empresarial do país, que o vinha apoiando desde 1964.

O II PND foi principalmente incentivado pelo contexto internacional adverso, em virtude da primeira crise do petróleo em 1973, quando o Governo Federal decidiria pela

⁵⁰⁸ CARNEIRO, 2002.

⁵⁰⁹ LESSA, op.cit., 1977.

⁵¹⁰ TAVARES, op.cit., 1998.

⁵¹¹ CARNEIRO, op. cit.

⁵¹² LESSA, op.cit, 1977.

exploração extensiva de recursos naturais da Amazônia, particularmente aqueles capazes de gerar divisas⁵¹³. Com isso, apesar de ter estado longe de equacionar plenamente os desequilíbrios na estrutura produtiva da economia brasileira, a influência das suas diretrizes de investimento no setor de bens intermediários e no setor energético definiria a política de desenvolvimento regional para a Amazônia, praticamente até o final dos anos de 1980. Essas definições ocorreriam por meio de dois novos Planos de Desenvolvimento da Amazônia: o II PDA, executado pela SUDAM como complemento aos objetivos da II PND; e o III PDA, como complemento às diretrizes do III PND.

As diretrizes de investimento do II PND e II PDA para a Amazônia paraense transformaria em definitivo a política de industrialização de substituição de importações, prevista para a região ainda nos Planos da SPVEA e aprofundada na fase inicial do ciclo do planejamento regional periférico por meio dos incentivos fiscais da SUDAM. As influências desses planos percorreriam as decisões de planejamento regional durante os anos de 1970 e 1980, estendendo suas diretrizes ao desenho dos limitados e pouco aclamados III PND e III PDA.

Acima de tudo, estabeleceu-se a visão de que a região deveria tirar proveito de suas vantagens comparativas⁵¹⁴, particularmente das grandes reservas minerais de importância econômica, cujas dimensões tinham sido recém-aferidas pelo projeto RADAM⁵¹⁵, e das potencialidades energéticas da bacia hidrográfica regional. Desse ponto em diante, a Amazônia acentuaria sua condição de periferia do sistema, sendo alçada abertamente pela política de desenvolvimento regional brasileiro como mais importante “fronteira de recursos naturais” do país, capaz de contribuir positivamente para a nossa balança de pagamentos.

O II PDA traria uma nova postura de intervenção territorial sobre o espaço amazônico. Em linhas gerais, incorporaria um modelo de desenvolvimento que visava à otimização de vantagens comparativas macrolocais de atividades e produtos regionais, hierarquizando os programas de acordo com as potencialidades desses produtos em função da

⁵¹³ SERRA, M. A.; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, 23, n. 13.2, 2004. p. 6.

⁵¹⁴ A oportunidade da Amazônia está em tirar partido de suas vantagens comparativas, isto é, daqueles setores ou produtos que tornando-a mais apta que outras regiões a produzir, gerem a maior soma possível de renda e emprego para os residentes da área” (SUDAM, 1976, p.23).

⁵¹⁵ O projeto RADAM foi operado entre 1970 e 1985 e foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro, particularmente a Amazônia por imagens aéreas de radar, captadas por avião. Com nesses dados foram realizadas interpretações e mapas temáticos sobre o uso potencial da terra e dos recursos renováveis, dentre outros.

demanda dos mercados⁵¹⁶. Foi nesse contexto que surgiu o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, ou Polamazônia, referência da política regional da ditadura durante a “abertura lenta, gradual e segura” do Governo Geisel e posteriormente Governo Figueiredo. De fato, a abertura do espaço amazônico como frente importante de acumulação do capital monopolista internacional, por meio do Polamazônia, comportar-se-ia como o próprio discurso encampado pelos generais-presidentes, que, ao prometer a retomada da democracia, abririam lenta e gradualmente a região para grandes investimentos nacionais e internacionais em projetos minerais e agropecuários.

É curioso observar que, passadas quase duas décadas da elaboração do I Plano Quinquenal da SPVEA, em 1953, as diretrizes de desenvolvimento regional reconheceriam, por outros caminhos, a dificuldade latente em promover programas abrangentes aplicados de forma indiscriminada para toda a Amazônia Legal. De modo semelhante às 28 Zonas Prioritárias de investimento do Plano da SPVEA, o programa Polamazônia selecionaria 15 polos de desenvolvimento em áreas pré-selecionadas nas quais os investimentos do Estado seriam canalizados para a construção de infraestrutura, tornando-as aptas para receber investimentos do capital privado nacional, internacional e das empresas estatais. De fato, a esperança do governo brasileiro com a eleição dos polos de desenvolvimento era de que, assim que os investimentos em infraestrutura do programa fossem concretizados, várias empresas agrícolas e industriais investissem na área de influência dos projetos.

Como mostra a Tabela 9, o Pará se tornaria o estado da Amazônia Legal com o maior número de municípios incluídos em polos de desenvolvimento do Polamazônia, ampliando sua condição de principal beneficiário dos investimentos da União para a Amazônia e também daqueles oriundos de renúncia fiscal e créditos coordenados pela SUDAM e BASA. Consolida-se a ideia da necessidade de ampliar as vantagens comparativas da região, acentuando com isso o predomínio dos incentivos a atividades agropecuárias de grande porte, mas agora concentrando no avanço da fronteira em pontos específicos do espaço amazônico.

⁵¹⁶ SERRA; FERNANDEZ, *op.cit.*, 2004, p. 7.

Tabela 9: Distribuição dos Polos do programa Polamazônia por Unidades da Federação da Amazônia Legal.

Amazônia Legal	Denominação dos Polos	Área em Km ² incluídas nos Polos Econômicos	Quantidade de municípios
Acre	Acre	87.753	5
Amapá	Amapá	78.823	4
Amazonas	Juruá-Solimões	100.536	4
Goias	Araguaia Tocantins	43.650	13
Mato Grosso	Xingu-Araguaia; Juruena; Aripuanã	225.000	3
Maranhão	Pré-Amazônia Maranhense	72.233	29
Pará	Carajás; Trombetas; Altamira; Tapajós; Marajó	332.485	31
Rondônia	Rondônia	243.000	2
Roraima	Roraima	122.550	2

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

Quando tem início a fase dos Grandes Projetos⁵¹⁷ na Amazônia, com pesados investimentos estatais concentrados em transportes, mineração e energia, caracterizadas por suas cifras bilionárias e mesmo desproporcionais em relação a alguns setores previstos no II PND, o avanço da fronteira ocorreria principalmente nas regiões definidas como polos de desenvolvimento, ampliando nessas áreas a pressão sobre o bioma amazônico e sobre a superexploração da força de trabalho regional.

Na fase final do ciclo do planejamento regional periférico, o Programa Grande Carajás (PGC) foi a principal frente de investimentos diretos do Governo Federal na Amazônia. Iniciado no primeiro ano do Governo Figueiredo, somente o PGC era equivalente ao montante programado para o bloco de investimentos em todo o programa de indústria e serviço do II PND, controlando uma área equivalente a 10,6% do território nacional, e abrangendo mais de 240 municípios dos estados do Pará, Maranhão e atual Tocantins. O PGC era constituído por quatro grandes projetos, sendo três deles localizados no Sul e Sudeste do

⁵¹⁷ Os Grandes Projetos é o nome dado a um conjunto de intervenções setoriais de grande porte implementadas ou induzidas pelo Governo Federal, durante meados dos anos de 1970 ao final dos anos de 1980.

Pará e um no Maranhão, tornando-se, naquela altura, o maior e mais ambicioso plano de desenvolvimento integrado implementado em qualquer área de floresta tropical do mundo⁵¹⁸.

O Sudeste Paraense, por meio de políticas de integração e desenvolvimento regional do Governo Federal, iria se tornar palco de um violento ajuste espacial necessário para sustentar a reprodução do capital nacional, em crise por condicionantes externas e internas, que atingem a economia em meados do governo Geisel e prenunciam a crise da dívida brasileira. Nessa mesorregião do Pará, estava concentrado o polo de desenvolvimento de Carajás, onde algumas áreas já vinham recebendo elevados investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para viabilizar a exploração do minério de ferro na Serra dos Carajás. Nesse sentido, o PGC teria a função de coordenar a execução de projetos já existentes para o polo de desenvolvimento de Carajás, concentrando ainda mais os investimentos do Estado e aqueles originados de incentivos fiscais e creditícios na região sudeste do Pará⁵¹⁹. Trata-se em especial de investimentos realizados nos municípios do entorno da estrada de ferro Carajás, que após concluída passou a ligar a cidade de Parauapebas no Sudeste do Pará ao porto de Itaqui no Maranhão⁵²⁰.

Defendia-se nesses planos que os efeitos multiplicadores dos polos de desenvolvimento articulados ao programa Polamazônia levariam a uma ocupação mais ampla e organizada do campo, no mesmo ritmo que promoveriam, por meio de incentivos fiscais, a ampliação e modernização das pequenas e médias empresas do parque fabril regional. Contudo, ao que de fato se assistiu foi novamente a utilização dos fundos públicos de desenvolvimento regional em privilégio, direto ou indireto, de projetos nacionais e internacionais de grande porte, enquanto a ocupação rural acirrava ainda mais suas características de ponta de lança da fronteira de acumulação do capital nacional pelas vias da acumulação primitiva e superexploração da força de trabalho.

As determinações expressas no III PND e III PDA, centradas no aumento das exportações para aliviar a crise da dívida externa, sublinhariam a importância do programa Polamazônia e particularmente do PGC para a economia nacional. Ao coordenar investimentos estatais de grande porte em várias regiões do estado, o PGC indiretamente atrairia substanciais fluxos migratórios para a Amazônia paraense – de nordestinos buscando

⁵¹⁸ SERRA; FERNANDEZ, op.cit., 2004, p. 114.

⁵¹⁹ DOS SANTOS, V. M. **A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

⁵²⁰ SERRA; FERNANDEZ, op.cit., 2004, p. 115.

mais uma ilusão do fausto – influenciando no forte crescimento urbano de cidades como Marabá e Parauapebas, que, em plena fase recessiva da economia brasileira, cresceriam a taxas médias de 8 a 10% a.a. por pelo menos uma década.

Para tornar mais complexa essa fase do ciclo, a descoberta de ouro em Serra Pelada, em um contexto de súbito aumento no preço do ouro no mercado internacional⁵²¹, transformaria ainda mais o espaço rural e urbano do Sudeste paraense e inauguraria o maior empreendimento extrativista da Amazônia desde a era da borracha⁵²². De fato, a exploração aurífera em pequena escala não era algo novo na região, inclusive ocorria na região de Itaituba dentro de formas avançadas de aviamento até meados dos anos de 1950, ou então em pequenas proporções como as jazidas de Cumaru, próximo a Redenção, e Cuca no interior do projeto Tucumã⁵²³. Porém, as proporções da descoberta de Serra Pelada iriam ao encontro dos interesses do Governo Federal pela exploração de recursos minerais para aliviar o peso da dívida externa. Além disso, a localização da mina, no entorno da mina de ferro de Carajás e sob a influência do PGC, assim como as dimensões assustadoras do formigueiro humano diário de 80 mil homens superexplorados na sua força de trabalho ao limite da reprodução diária, foram fatores que motivaram a intervenção do Governo Militar por motivos de segurança nacional.

A solução passaria pelo controle estrito de tudo e todos que saíam ou entravam na mina, sob a tutela do Major Curió do SNI que coordenaria uma inusitada forma de populismo militar na fase final da ditadura⁵²⁴. Com isso, de forma inversa aos rumos da política fundiária, não se encampou o confronto com o pequeno garimpeiro a favor do grande capital estatal ou internacional. O governo controlaria a saída do ouro por meio de uma subsidiária da CVRD, a Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO), que se instalaria no garimpo como compradora do ouro, exercendo um direito de detentora da concessão do direito de exploração do garimpo de Serra Pelada que cabia à CVRD. A garantia da compra do ouro pela DOCEGEO, somado ao populismo militar organizado por Curió – dentre cujas medidas estava a venda de alimentação subsidiada para os garimpeiros –, garantiria apoio político necessário para elegê-lo, a pedido pessoal de Figueiredo, à vaga de deputado federal pelo Pará, em 1982, num momento de aberta contestação dos planos de desenvolvimento regional

⁵²¹ US\$ 850 era o valor da onça de ouro em janeiro de 1980.

⁵²² SCHIMINK; WOOD, op.cit., p. 293.

⁵²³ Idem, p. 292.

⁵²⁴ Sobre a ideia de populismo militar, ver: SCHIMINK; WOOD, op.cit., p. 296 - 297.

da ditadura para a região pela classe empresarial e política local.

Em grande medida, os dados compilados dos projetos aprovados pela SUDAM, entre os anos de 1972 e 1982, refletem claramente as transformações nas políticas regionais no sentido do afastamento no atendimento aos grupos industriais de origem local, direcionando a utilização dos fundos públicos em atividades geradoras de divisas. Os dados (Apêndice K) indicam a permanência dos projetos ligados à agricultura, pecuária e serviços relacionados como principais beneficiários dos recursos disponibilizados pela SUDAM, captando cerca de 38% dos recursos em 187 projetos. Na sequência, aparecem os projetos de incentivo a obras de infraestrutura (14,64%), fabricação de produtos alimentícios (13,27%) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (7,69%).

Sem modificar a lógica presente na fase anterior, de incentivo a projetos agropecuários, a maior parte dos projetos incluídos na divisão da Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados incentivava diretamente o desenvolvimento da agropecuária bovina (Apêndice K). Os dados dos projetos da SUDAM no período de 1972 a 1982 atestam a continuidade da prevalência de recursos para as atividades voltadas à agropecuária e à criação bovina, que concentraria cerca de 72% dos recursos. Ademais, os dados demonstram o peso significativo da participação dos recursos oriundos de incentivos fiscais para os projetos, que em quase todas as classes corresponderia a mais de 50% do total do recurso do projeto. Em segundo lugar, com aproximadamente 20% do total dos recursos aprovados, estavam os projetos de cultivos de frutas de lavouras permanentes, exceto laranja e uva.

A consolidação da agropecuária bovina em algumas regiões do estado do Pará contaria ainda com o apoio de um amplo contingente de força de trabalho, deslocado espontaneamente para frentes pioneiras do desenvolvimento no entorno das rodovias transamazônicas. Assim como nos cafezais do Oeste paulista durante o século XIX, a peonagem na Amazônia serviria única e exclusivamente para a produção de fazendas, e não para a produção de mercadorias nas fazendas, para o mercado de consumo⁵²⁵. As estimativas apontam que, apenas durante o período de abertura das rodovias e das novas frentes pioneiras de atividades agropecuárias, teriam trabalhado na região cerca de 80.000 peões que depois seriam dispensados do trabalho diário na fazenda e provavelmente se estabeleceriam como posseiros no entorno das rodovias⁵²⁶. Isso representava um incremento substancial na dinâmica de devastação do bioma que vinha se estabelecendo em outras partes da região

⁵²⁵ MARTINS, 2009, p. 82.

⁵²⁶ CARDOSO; MÜLLER, op.cit., 1977.

desde a abertura da rodovia Belém-Brasília e que desse ponto em diante se acelera. Evidencia-se que mesmo representando uma nova escala de capital, a forma de reprodução ampliada na fronteira amazônica ainda seguiria dependente de práticas de acumulação primitiva para criação do capital, fazendo uso da força de trabalho da peonagem além da possibilidade de reprodução desta.

Essa força de trabalho seria composta basicamente de trabalhadores rurais organizados em unidades familiares extrativistas ou mesmo de unidades agrícolas recém-surgidas a partir de migração espontânea. Por serem produtoras da maior parte do seu fundo de consumo, em alguns casos ainda mantendo vínculos com comerciantes aviadores em busca de gêneros extrativistas, o trabalho por empreitada durante a fase de abertura e criação da fazenda ocorreria nos períodos de entressafra, sendo realizado a preços reduzidíssimos, elevando o grau de exploração e os casos de escravidão por dívida.

É importante destacar que a superexploração da força de trabalho da peonagem, além de compor os mecanismos globais de acumulação do capital na fronteira, substancia um pequeno circuito de acumulação, eminentemente comercial e espoliativo, que se estabelece em torno da intermediação comercial de peões – os recrutadores de peões, conhecidos como gatos – e o pequeno mundo que se organiza em torno da peonagem. Na fronteira do mundo rural amazônico, um complexo e pequeno universo de consumo forma-se nas cidades e assentamentos humanos próximos às fazendas⁵²⁷, definindo uma teia de relações sociais na qual a escravidão do peão pode se reproduzir em primeira instância, recriando o seu endividamento fora das fazendas.

É importante ainda destacar que, assim como os resultados aterradores do Censo Demográfico de 1970 e das subsequentes Pesquisas Nacionais do Amostra de Domicílio (PNAD) mostrariam o contorno reverso do “milagre”⁵²⁸, os resultados dos censos agropecuários, entre os anos de 1960 e 1980, deixariam evidentes o efeito perverso das políticas de desenvolvimento regional da ditadura sobre a periferia rural paraense. Os slogans ufanistas da “terra sem homens para homens sem terra” ou do imperativo de “integrar para

⁵²⁷ “os traficantes propriamente ditos, responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores, pelo endividamento inicial através do adiantamento deixado com a família do peão e que, afinal, os vendem às fazendas; donos de prostíbulos nas regiões de peonagem [...]; os vendedores de roupas e bugigangas [...] os donos de pensões que abrigam e financiam a manutenção dos peões quando seu dinheiro acaba e que os vendem a um novo traficante ou recrutador que apareça à procura de trabalhadores; a polícia, que a pedido de traficantes de mão-de-obra, prende forasteiros à noite, nos povoados, confisca os bens dos presos e cobra deles ilegalmente a carceragem [...] os pistoleiros empregados pelos trabalhadores e pelos capatazes das fazendas para vigiar e disciplinar os peões ou persegui-los quando fogem”. (MARTINS, 2009 p. 89).

⁵²⁸ TAVARES, op.cit., 1986, p. 40.

não entregar” trariam como resultado o seu próprio avesso: o aumento de migrantes e posseiros, combinado com o esvaziamento e a fragmentação do território promovido pelas grandes propriedades agropecuárias e os grandes projetos minerais.

Nesse período, o Pará passaria de 32 estabelecimentos rurais com mais de 10.000 ha., para cerca de 199 estabelecimentos desse porte, abrangendo 35,8% das suas terras ocupadas. O avanço da concentração fundiária viria acompanhado também da elevação brutal no número de estabelecimentos dirigidos por administradores. No mesmo período, registra-se um importante crescimento no número de responsáveis que se declararam como administradores das propriedades rurais: cerca de aproximadamente 2000 estabelecimentos rurais, em 1960, para quase 6000 nessas condições, em 1980, evidenciando o avanço nas relações capitalistas de produção no mundo rural amazônico. No Pará, o total da área “administrada” atingiria, em 1980, uma marca superior a 8 milhões de hectares, apresentando um crescimento de quase 700% em relação a 1960.

A concentração fundiária combinada com o avanço da posse da terra evidenciava-se no número de pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha), que mesmo saltando de pouco mais de 34 mil em 1960 para cerca de 81 mil em 1980, reduziram sua área ocupada no cômputo geral das terras estaduais, de 2,5% para 1,6% da área total⁵²⁹. Além disso, em que pese o período ter sido regido dentro de um discurso que previa a atenuação da questão fundiária brasileira e particularmente nordestina, os dados mostram um crescimento superior a 320% no número de responsáveis que se declaravam ocupantes de terras, concentrados principalmente na faixa de até 50 hectares.

Os estabelecimentos em que os responsáveis se declaravam como ocupantes, e que correspondiam a pouco mais de 28 mil em 1960, chegariam a mais de 90 mil em 1980, correspondendo, entretanto, a pouco mais de 3 milhões de hectares, ou seja, menos da metade da área cujos responsáveis eram administradores. Ademais, mesmo representando cerca de 41% dos estabelecimentos rurais do estado em 1980, correspondiam a pouco mais de 15% da área total cultivada, com 73,39% desses estabelecimentos dedicando-se à agricultura e 16,33%, à extração vegetal. Ademais, no mesmo período há uma mudança brutal na esfera do extrativismo vegetal do mundo rural amazônico. De fato, o total de estabelecimentos rurais dedicados ao extrativismo se multiplicará exponencialmente no período, passando de pouco mais de 3640 estabelecimentos em 1960, para algo em torno de 40 mil no início os anos 80. Contudo, em termos percentuais, o que se apresenta nos dados é uma redução na participação

⁵²⁹ LOUREIRO, 1992, p.49.

do extrativismo vegetal, que em 1980 correspondia a 18,4% do total de estabelecimento rurais do Pará, quando antes, em 1960, esse percentual chegava a 29,92%. A mudança também relacionava-se à forma desse extrativismo, que passa de um extrativismo de coleta (centrado na borracha, castanha e em plantas oleaginosas) para um extrativismo de aniquilamento do bioma, concentrado na extração de madeira onde os responsáveis se declaravam principalmente como ocupantes.

Importa notar também os efeitos da mudança do tipo de extrativismo praticado sobre a área ocupada pelos estabelecimentos, que passa de 97,17% do total das áreas rurais do Pará em 1960, quando predominava o extrativismo dos gêneros vegetais, para 12,09% no ano de 1980, quando o predomínio passa para a extração de madeira. De forma inversa, os estabelecimento rurais dedicados à agricultura, agropecuária e pecuária elevam a sua participação no total de terras cultivadas no Pará de pouco menos de 2% em 1960, para 43,32% (pecuária) e 34,41% (agricultura) no início de 1980.

Chama atenção que dos 145 projetos aprovados no período dedicados à criação bovina, somente pouco mais de 30% (45 projetos) foram aprovados na rubrica de implantação. Predominavam, portanto, projetos de empreendimentos que já se encontravam em curso, como foram os casos dos projetos aprovados pelas multinacionais Volkswagen do Brasil, entre os anos de 1974 e 1981, e Swift-Armour, entre os anos de 1976 e 1981. No entanto, apesar da intensa propaganda institucional da VW sobre o projeto amazônico para o mundo, que trazia como mote a visão altruísta de fornecer não “apenas carros, mas também carnes” para os países de terceiro mundo, a Fazenda Cristalino passou a ser fortemente questionada pela imprensa internacional, conforme as evidências de desmatamento da floresta tropical e de trabalho escravo entre os trabalhadores sazonais da fazenda se confirmavam⁵³⁰.

De forma semelhante, mas em uma escala inferior de recursos, aparecem uma diversidade de projetos de menor porte associados ao capital nacional, no qual predominam projetos de reformulações de empreendimentos implantados na primeira fase daquele ciclo econômico. Nesse sentido, ganhariam destaque os desdobramentos dos projetos do Banco Denasa de Investimentos e dos projetos de Lanari do Val em Conceição do Araguaia, que se tornaria o município na Amazônia com o maior número de projetos agropecuários aprovados, na grande maioria em terras originalmente incluídas nos limites da CTMG. Além desses,

⁵³⁰ ACKER, A. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, p.34-68 (2014).

alguns novos e ambiciosos investimentos agropecuários seriam iniciados, confirmando em definitivo a tendência de atuação do grande capital nacional e internacional, de forma consoante à política de desenvolvimento regional do II PDA, mas incapaz de abdicar de modos primários de criação do capital por acumulação primitiva e reprodução baseada na superexploração da força do trabalho.

Pelo lado do grande capital nacional, havia o projeto Tucumã, iniciado em maio de 1978, como um projeto de colonização, financiado e administrado pela construtora Andrade Gutierrez, mas aprovado pelo Congresso Nacional somente em novembro de 1980⁵³¹. O projeto correspondia basicamente a um empreendimento de colonização privado em uma gleba de 400 mil hectares adquiridos diretamente do INCRA, abrangendo a maior extensão de terras roxas encontradas no Sul do Pará. De fato, o propósito da Colonizadora Andrade Gutierrez (CAG) era tão somente vender o gigantesco loteamento agrícola, que na primeira seção, a ser colonizada em seis anos, consistia de 1771 lotes que totalizavam mais de 181 mil hectares. Como se já não fosse o suficiente, o projeto Tucumã ainda seria oficialmente designado como parte do PGC, dentro do Polamazônia, o que significava uma linha de ligação direta com os fundos públicos do Governo Federal. Os privilégios da CAG se complementavam com a obra da rodovia estadual que atenderia a área (PA-279), construída pela própria Andrade Gutierrez – que sob a justificativa de não ter recebido o que era devido pelo Governo do Estado, passa a controlar o acesso a Tucumã com a construção de uma guarita privada em rodovia pública.

Contudo, impactados pela retração da economia nacional no início dos anos de 1980, após cinco anos do projeto aprovado, nem metade dos lotes agrícolas haviam sido vendidos e somente pouco mais de 10% das famílias de agricultores previstas haviam sido assentadas. Somado às condições externas adversas da economia nacional, o projeto de colonização sucumbiria frente à pressão interna de garimpeiros que pretendiam explorar as reservas auríferas existentes nos limites do projeto, um caldeirão de conflitos que culminaria na ocupação das terras do projeto em um momento de desatenção das forças de segurança privadas da CAG. A corrida do ouro acabaria se tornando o suporte principal da economia de Tucumã, da mesma forma que em outras cidades do Sul do Pará.

O direcionamento de investimentos e de recursos permitidos pelo programa Polamazônia contribuiria para que, entre 1970 e 1980 no Sudeste do Pará, as áreas ocupadas

⁵³¹ Àquela altura todas as vendas de terras públicas com mais de 3 mil hectares precisavam passar pela aprovação do Senado Federal. Cf. SCHMINK; WOOD, 2012, p.259.

com atividades agropecuárias passassem de 27,7% para 38,8% da área rural ocupadas do estado, o que equivalia a um crescimento de 2,9 milhões para aproximadamente 7,5 milhões de hectares e cerca de 10,1% dos estabelecimentos rurais paraenses. Dessas áreas, cerca de 1,7 milhão de hectares eram ocupadas por pastagens plantadas em 1980, quando em 1970 esse número não ultrapassava 300 mil hectares.

Os casos emblemáticos de Tucumã e da Fazenda Cristalino simbolizavam que o avanço da fronteira de acumulação do capital no Sul e Sudeste do Pará se tornava cada vez mais dependente – ou mais atrativo – para investimentos de grande porte e de longo tempo de maturação. É possível dizer que, pela vitrine dos Grandes Projetos de mineração e de energia, apenas se consolidaria um movimento já presente nas regiões de fronteira econômica da Amazônia paraense, o de inserção de grandes áreas da região na estratégia econômica de acumulação do capital monopolista internacional, em associação ao capital nacional.

Na sequência dos projetos voltados à agricultura, pecuária e serviços relacionais, em que predominava o incentivo à criação bovina, a segunda e terceira maior rubrica a ter projetos aprovados foram a de fabricação de produtos de madeira, com 127 projetos, e fabricação de produtos alimentícios, com 54 projetos. De fato, apesar de totalizarem 127 projetos, os recursos destinados à fabricação de produtos de madeira corresponderiam a pouco mais de 5% do total de recursos disponibilizados pela SUDAM no período, tendo em vista que a maior parte dos projetos (74,02%) assegurava a isenção de imposto de renda⁵³², não sendo contabilizados como recursos no levantamento. O Apêndice N demonstra que esses projetos correspondiam na sua maioria a atividades voltadas para o desdobramento da madeira, que absorveram aproximadamente 86% do total de recursos e nas quais predominavam incentivos fiscais sobre recursos próprios dos proponentes, respectivamente 59,08% sobre 26,45%. De fato, somente no Pará, entre meados dos anos de 1970 e início de 1980, a produção de mogno cresceu 4.000%, colocando aquele estado como detentor de 69% da produção da indústria madeireira de toda a Amazônia⁵³³. A maior parte das grandes e médias madeireiras que se instalaram na região, atraídas pelos incentivos da SUDAM, viriam da região Sul do Brasil, em especial do Paraná, onde a maioria dos madeireiros havia aprendido o ofício cortando araucária nos anos de 1950 e 1960⁵³⁴.

⁵³² Nesses casos estão incluídos as rubricas: isenção do imposto de renda e adicionais não restituíveis e isenção do imposto de renda e de importação.

⁵³³ SCHMINK; WOOD, op.cit., 2012, p.214.

⁵³⁴ Idem, p.215.

O desenrolar da atuação da SUDAM no sentido do desenvolvimento regional resultaria na consolidação do estado do Pará como periferia do sistema nacional, caracterizando-se pelo apoio à entrada de uma nova escala do capital na região, necessária para viabilizar a Amazônia paraense como fronteira de recursos minerais e de divisas para a economia brasileira. Esse movimento de estímulo ao grande capital internacional e estatal, quando se tratava dos projetos conduzidos pela CVRD, tanto excluiria uma parcela significativa do capital nacional de possíveis ganhos com o efeitos multiplicadores dos Grandes Projetos, quanto inviabilizaria em definitivo que as frações do capital de base regional participassem de algum modo desse processo. Assim, a despeito dos Grandes Projetos econômicos de mineração se destacarem pelo seu porte e capacidade de aniquilação do bioma amazônico – como era o caso do PGC na região de Carajás e os de extração de bauxita em Porto Trombetas no Baixo Amazonas, ou mesmo a Usina Hidrelétrica de Tucuruí –, foi majoritariamente o baixo atendimento às demandas de subsídios das tradicionais frações do capital comercial da região que parece ter sido o combustível para estimular reações internas contrárias à SUDAM.

Na fase final do ciclo de investimentos capitaneado pelos recursos da SUDAM, a relação com as frações locais do capital comercial mostrava-se ainda mais limitada. O predomínio de investimentos voltados para projetos agropecuários e grande projetos de infraestrutura, característicos do milagre e da propostas do II PND para a Amazônia, tinha drenado recursos fundamentais para a sobrevivência dos grupos locais frente à ampliação da concorrência no mercado nacional e principalmente regional. Em grande medida, o impacto gerado por esse processo sobre a rede de comerciantes e de industriais, instalados em Belém principalmente, levaria a uma crise de reprodução desses capitais e a um consequente ajuste espacial no sistema que elevou a imobilização desse capital na forma de imóveis urbanos. Com maior ocorrência durante os anos de 1980 e início do de 1990, contando com forte participação das políticas locais de planejamento urbano, as estratégias rentistas adotadas por esses grupos contribuiriam para transformar o espaço intraurbano da RMB, redefinindo a espacialidade local com base no rentismo fundiário.

Contudo, não se trata somente da falta de conexão desses capitais com os fundos públicos federais. A perda de hegemonia das frações tradicionais do capital comercial local seria complementada ainda pelo avanço das frentes pioneiras e apropriação federal das terras devolutas, reduzindo o controle sobre a força de trabalho cabocla e sobre as áreas para o extrativismo de coleta. Ademais, o desmatamento impactaria diretamente na produtividade da

coleta da castanha e de outros gêneros extrativos, em que pese que tanto o alto valor comercial da madeira das castanheiras quanto o seu possível isolamento em uma área desmatada acabasse gerando distúrbios ao processo de polinização do qual depende a reprodução da árvore⁵³⁵.

A redução percentual nas áreas destinadas à extração vegetal levaria à dissolução de segmentos importantes da estrutura extrativista, que se baseavam na coleta de gêneros primários da floresta e na conseqüente articulação com o sistema de aviamento e com a classe de comerciantes regionais. Ao mesmo tempo, a possibilidade de trabalho na criação das fazendas agropecuárias, por uma remuneração em dinheiro, retiraria grande parte da força de trabalho rural da esfera de controle dos comerciantes aviadores e exportadores da estrutura extrativista, diminuindo a produtividade das áreas de coleta quando novos migrantes precisaram aprender a lidar com a floresta. Em outras palavras, o avanço na destruição do bioma amazônico parece ter contribuído, tanto quanto as mudanças no sistemas de crédito, para desestruturar a cadeia comercial do sistema de aviamento.

Dessa forma, os comerciantes de gêneros tradicionais do extrativismo como couros e peles, castanha-do-pará, óleos e essências vegetais e borracha, precisariam cada vez mais recorrer aos incentivos fiscais no sentido prioritário da diversificação industrial, abandonando os ganhos possibilitados pelos juros extras obtidos pelo aviamento. Como exemplo, temos os casos típicos dos usineiros da castanha que, na busca por beneficiar produtos regionais, expandem as unidades de beneficiamento já existentes. De fato, é importante observar que em praticamente duas décadas de centralização das decisões sobre os rumos da política de desenvolvimento regional da Amazônia, os resultados concretos, no que tange à “industrialização” regional, não haviam gerado os efeitos de *linkage* necessários para permitir a consolidação de um parque industrial complementar ao parque nacional, garantindo níveis elevados de internalização da renda e do emprego regional⁵³⁶.

Os dados do censo industrial de 1980 atestariam que o setor mais relevantes do parque industrial regional assentado em Belém ainda se mantinha fortemente conectado ao beneficiamento dos produtos extrativos vegetais, inclusive com grande parte dessas indústrias sustentando o sistema de aviamento como forma de ampliar os lucros no processo industrial. Em balanços apresentados por empresas como a Companhia Industrial do Brasil ou a Irmãos Bitar S.A., durante os anos de 1980, é emblemático observar que em seus ativos circulantes

⁵³⁵ SCHIMINK; WOOD, op.cit., p. 215.

⁵³⁶ CARVALHO, op.cit.,1987.

ainda conste a rubrica do “adiantamento para compra de borracha” ou “adiantamento para extratores de castanha”, um eufemismo contábil que disfarçava a continuidade da prática colonial do aviamento. Apesar de, em menor escala, terem ocorrido incentivos importantes ao setor de produtos alimentícios, têxteis e de sabonetes, estes que não atendiam basicamente a nichos muito específicos do mercado regional, eram subsidiárias de indústrias do Sudeste.

A única exceção dentre as tradicionais frações locais do capital, que foi incentivada pela SUDAM e conseguiu se alçar a uma posição relevante no mercado nacional correspondia às Perfumarias Phebo, que no final dos anos de 1970 já estava presente em três estados brasileiros: Pará, São Paulo e Bahia, com capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo. A Phebo atingiria o posto de segunda maior empresa brasileira do seu segmento, entre os anos de 1970 e meados de 1980, ficando atrás apenas da multinacional Gessy Lever, o que a colocava na posição de maior empresa totalmente do seu segmento, quando ocorre sua venda para a multinacional Procter & Gamble. Nos balanços da Phebo, atestava-se a forte expansão do grupo durante os anos de 1970, com a expansão da terceira unidade da fábrica em Feira de Santana na Bahia (Phebo Nordeste S.A.), que contou com financiamento da SUDENE, e a diversificação para o setor de transporte de cargas com Múltipla Transportes, que servia basicamente para o transporte entre as unidades da empresa.

Como a política de incentivos e a facilidade de acesso às terras federalizadas poriam fim à hegemonia de algumas frações do tradicional capital comercial ligado à exploração e beneficiamento da castanha em algumas regiões do Pará, tornou-se possível a constituição de novas frações da classe dominante regional, articuladas ao avanço das atividades agropecuárias e extrativas de madeira, ou então aos pequenos circuitos de acumulação que enriqueciam com a intermediação da peonagem para o trabalho de criação de fazendas. Isso ocorreria com mais intensidade nas regiões de fronteira de acumulação, como o Sudeste do Pará, que virou o principal entroncamento rodoviário da região após a conclusão da Transamazônica, em 1974. Em poucos anos, o domínio político do Sudeste paraense estaria nas mãos de novos personagens da cena política local, raramente associados às tradicionais famílias de comerciantes e na maioria das vezes articulados às atividades agropecuárias e madeireiras, ou então às atividades de serviço ligadas ao pequeno circuito de acumulação alimentado pela condição de fronteira econômica.

Nesse aspecto, a consolidação do programa Polamazônia ao elevar a correlação entre grandes projetos econômicos, sejam eles agropecuários, minerais ou energéticos, e a política de incentivos fiscais intermediada pela SUDAM e pelo BASA acabariam excluindo

certas regiões do estado do domínio das frações do capital comercial ligadas ao extrativismo, modificando a rede urbana paraense e principalmente a capacidade de influência de Belém sobre esses territórios. À parte disso, o direcionamento das políticas da segunda fase do ciclo acabaria aproximando ainda mais a terra rural do Sudeste paraense da sua forma financeira, permitindo a circulação do capital portador de juros dentro de limites mais definidos e dissociados em definitivo do sistema de aviação.

É importante ressaltar que os dados dos projetos industriais incentivados pela SUDAM, no período de 1974 a 1982, mostram apenas uma face da perda de hegemonia dos grupos locais sobre a economia amazônica e conseqüentemente sobre o território rural. Como mostra o Apêndice O, a baixa capacidade de concorrência dos grupos empresariais locais não seria complementada com a continuidade de políticas de desenvolvimento industrial da SUDAM no sentido do privilégio às indústrias locais. Somado à limitação dos recursos em função das grandes obras de infraestrutura e dos incentivos a projetos agropecuários, o que restaria de recursos para o setor industrial local se concentraria em grandes empreendimentos de filiais de empresas multinacionais ou então a filiais ligadas a grupos nacionais da região Sudeste.

Esse é precisamente o caso dos projetos incluídos na classe de fabricação de produtos alimentícios (Apêndice P), que concentraram aproximadamente 27% do total de recursos do período. Dessa parcela, quase 63% seriam destinados para a implantação de apenas um grande empreendimento da empresa Atlas Frigoríficos S.A. na cidade de Santana do Araguaia no Sudeste paraense, projetado para ser o maior frigorífico do gênero no país, o segundo da América Latina e o quarto maior do mundo. Na seqüência, com pouco mais de 8% dos recursos disponibilizados, estavam os projetos incluídos na classe de preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado, nos quais figuravam novamente os projetos de filiais de grupos industriais da região Sudeste que haviam iniciado suas atividades na região no início dos anos de 1960.

Diferente do período anterior, as frações locais do capital comercial ligadas ao beneficiamento da castanha-do-pará não seriam contempladas com recursos durante o período, sendo beneficiadas unicamente com projetos que previam a isenção de impostos de renda e de adicionais não restituíveis, cujo valor final não era contabilizado dos documentos da SUDAM. Mesmo nessa rubrica somente quatro projetos seriam aprovados no período de 1972 a 1982, sendo um da Beneficiadora de Produtos da Amazônia S.A., da família Benzecry, e o restante de empresas ligadas à família Mutran do Sudeste do Pará. De forma semelhante

se encontravam outros projetos ligados ao extrativismo de coleta, como os voltados ao beneficiamento do palmito do açaí, dos quais nove projetos foram aprovados no período, entretanto contando somente com isenção de impostos de renda e de adicionais não restituíveis.

Dos poucos projetos ligados às tradicionais frações do capital comercial da região, um dos mais significativos estava incluído na classe de fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis, concentrando cerca de 7% do total de recursos disponibilizados para o segmento de fabricação de produtos alimentícios em apenas um projeto que contou com quatro reformulações entre 1976 e 1982. Tratava-se da empresa GELAR S.A. Produtos Alimentícios, de propriedade da família Homci Haber, que também detinha o controle da Sabino de Oliveira Indústria S.A., indústria local fundada em 1923, voltada à produção de sabão, óleos comestíveis e detergentes.

Assim, pode-se dizer que foi somente nos projetos incluídos na classe de fabricação de sabões e detergentes que se nota a prevalência absoluta de grupos empresariais locais fundados na fase de reestruturação endógena da economia amazônica, no qual se incluía a Phebo. Como mostra a Tabela 10, os projetos aprovados pela SUDAM no período de 1972 a 1982 para aquela classe incluíam somente empresas locais fundadas entre os anos de 1920 e 1930, concentrando aproximadamente 72% dos recursos destinados ao segmento de fabricação de produtos químicos. Importante destacar que, apesar de significativo, esse montante não representava sequer 5% do valor total dos recursos disponibilizados pela SUDAM para o período.

Assim como as perfumarias Phebo, a Sabino de Oliveira Indústria S.A. da família Homci Haber, também apareceria nos rankings elaborados pela revista *Visão* durante os anos de 1970. Em 1972, era a décima quarta maior empresa do Brasil no seu segmento (produtos de perfumaria, higiene e cosmética), com a Phebo naquele ano ocupando o posto de terceiro lugar. A Sabino de Oliveira aprovaria dois projetos na SUDAM no ano de 1976, ficando atrás apenas da Phebo, que no ano de 1977 e 1979 captaria com seus projetos o maior volume de recursos da SUDAM disponibilizados para as empresas do seu segmento. É interessante notar que dentre as empresas locais que tiveram seus projetos aprovados, a Phebo apresentaria projetos com a menor dependência de recursos obtidos por incentivos fiscais. Em comparação com empresas locais do mesmo segmento, como a Sabino de Oliveira Indústria S.A. ou a Soares Carvalho, Sabões e Óleos S.A. – fundada em 1896 –, a relação entre investimentos próprios e incentivos fiscais da Phebo chegava a ultrapassar 60% do total de recursos.

Poucos grupos do tradicional capital local apareceriam nos projetos ligados ao setor da construção civil— incluídos nas classe de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção, fabricação de cimento, fabricação de estruturas metálicas, fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção e fabricação de laminados planos e tubulares de materiais plásticos. Nesses segmentos, somente a COPALA Indústrias Reunidas S.A. obteria recursos para projetos de expansão da produção. Fundada em 1951, a COPALA originalmente atuava articulada à economia extrativista, no beneficiamento de borracha vegetal e na fabricação óleos vegetais. O projeto aprovado pela SUDAM, em 1978, previa a introdução da empresa “no setor de laminação”⁵³⁷; os recursos de incentivos fiscais foram na ordem de aproximadamente 65% do total de recursos liberados e financiaram mudanças no segmento principal da empresa, que passa a se dedicar à produção de estruturas metálicas, basicamente vergalhões para construção civil.

Por outro lado, somente no setor de curtimento e outras preparações de couro ainda se observaria a presença de uma tradicional empresa local. No caso se trata da Sobral Irmãos S.A. (SISA), fundada em 1941 pela família Sobral e que se dedicava ao beneficiamento dos mais variados couros e peles de animais, selvagens ou criados em cativeiro obtidos em grande parte por meio do sistema de aviamento. No período que vai de 1972 a 1982, a SISA aprovaria somente um projeto que, entretanto, não correspondia nem mesmo a 0,01% do total de recursos disponibilizados pela SUDAM para o período. É interessante notar que, mesmo com acesso restrito aos recursos da SUDAM, a SISA seria presença constante no ranking elaborado pela revista *Visão* desde a sua segunda edição em 1969, na qual aparecia como 14º maior empresa do setor de Couros e Peles. Na edição de 1975, no auge do milagre econômico e um ano antes de ter o projeto aprovado na SUDAM, a SISA se manteria como 17º maior empresa do setor, com valor patrimonial superior a 8 milhões de cruzeiros.

A diminuição da euforia com o milagre econômico e a dura realidade macroeconômica da crise da dívida externa definiria o contexto de declínio dos grupos empresariais locais. A limitação no acesso aos fundos públicos de fato se tornaria um elemento crucial para a sobrevivência da empresa mesmo no mercado interno regional. Sem acesso facilitado às linhas de financiamento de longo prazo do sistema SUDAM/BASA, a viabilização de novos investimentos no sentido da diversificação ou da verticalização das

⁵³⁷ Segundo apresentado nos objetivo do projeto aprovado pela SUDAM em 1978.

atividades produtivas se torna cada vez raro. Os casos da SISA, da COPALA ou mesmo da Sabino de Oliveira apenas ilustram a trajetória que parece a mais típica entre os tradicionais grupos industriais locais, imediatamente antes de passarem a depender de estratégias rentistas de sobrevivência do capital de propriedade dessas famílias. Complementar a isso, estava a constatação pelos grupos locais do aprofundamento da integração econômica com o mercado nacional, e logicamente, das barreiras de escala que se haviam estabelecido para os investimentos no setor produtivo regional. A limitação no acesso aos fundos públicos expressava uma realidade na qual as economias de escala e de escopo do grande capital nacional tornavam ainda mais desigual a competição pelo mercado interno regional.

Quando se aprofunda a crise da dívida e se avança no processo de abertura política e retomada nas eleições para governo do estado, não tardariam a aparecer as reações políticas contrárias às diretrizes de atuação da SUDAM. Encabeçada pelo então deputado federal do MDB, Jader Barbalho – que havia reunido, em 1980, uma CPI para investigar as distorções da política regional encaminhada pela SUDAM nas quase duas décadas de ditadura –, apontaria ainda naqueles anos os resultados contraditórios das políticas de desenvolvimento do ciclo que se encerrava.

Expresso no documento, se tornava evidente a limitada eficácia dos planos de desenvolvimento regional conduzidos pelo órgão em obediência ao Governo Central. Os dados apresentavam a somatória de gastos estrondosos associados aos projetos incentivados pela SUDAM, que teriam surtido pouco efeito em variáveis essenciais para mensurar o desenvolvimento. A participação da renda interna em relação à do país permaneceria a mesma do período em que atuou a SPVEA, quanto à renda per capita regional (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima) a situação seria bem pior. Não ultrapassaria o percentual de 52,6% da nacional, contra 60,9% que detinha no período anterior à SUDAM. Importa destacar que, em 1978, essa variável seria inferior a 1939, quando a região chegaria a uma renda interna per capita de 64% em relação ao país.

Pelo lado da balança comercial, os dados da CPI apontavam para a ampliação déficit comercial após a implantação dos incentivos fiscais, passando de um déficit de aproximadamente Cr\$ 475 milhões, em 1964, para mais de Cr\$ 3 bilhões, em 1970. O comércio exterior também se deteriorou, passando de um superávit de aproximadamente US\$ 26 milhões, obtido em 1963, para um déficit comercial superior a US\$ 350 milhões, em 1979. Os projeto agropecuários incentivados foram incapazes de gerar empregos permanentes no ritmo necessário para absorver os movimentos migratórios, tampouco para atender à

população rural estabelecida na região anteriormente. Os cerca de US\$ 500 milhões de dólares investidos na Amazônia pela SUDAM nos 333 projetos agropecuários aprovados até 1979, teriam gerado pouco menos de míseros 16 mil empregos, obtendo a inacreditável relação de Cr\$ 1,5 milhão por emprego gerado na região. Em todos os setores, os empregos previstos pelos projetos incentivados se apresentavam aquém dos previstos nos próprios planos de desenvolvimento da SUDAM, que eram de 683.100 empregos entre 1967 e 1971. De fato, todos os projetos aprovados até 1979 somados iriam gerar pouco mais de 91 mil empregos, o que não seria suficiente para acomodar nem 20% do incremento da PEA regional entre 1964 e 1970, que totalizou 466 mil pessoas.

O predomínio dos incentivos aos grandes proprietários rurais, em detrimento dos pequenos agricultores, que representavam cerca de 85% das propriedades, reproduzir-se-ia nos incentivos a projetos industriais. As pequenas indústrias (menos de 50 funcionários), mesmo representando 96,2% do setor industrial, obteriam pouco mais de míseros 2,6% do orçamento da SUDAM até o início dos anos de 1980. Ademais, apenas 14% do valor agregado dos projetos incentivados relacionava-se a salários, logo, 86% dos investimentos acabariam refluindo para fora da Amazônia, o que inviabilizava a distribuição indireta da renda interna da região.

De forma mais relevante, as diretrizes de planejamento regional capitaneadas pela SUDAM, somadas com o desenrolar dos investimentos no setor agropecuário e das grandes obras de infraestrutura executadas no estado do Pará, iriam se tornar os responsáveis pela desestruturação da hegemonia da estrutura de produção extrativista, cujo tradicional sistema de aviamento era a principal fonte da geração de excedentes do sistema e de organização do modo de vida amazônico. Se por um lado, o declínio da maior parte dos tradicionais grupos empresariais locais, formados durante o ciclo anterior, viria associada ao próprio declínio da rede de negócios do aviamento, por outro lado, a necessidade de manter a reprodução da massa de capital acumuladas ao longo dos anos tornaria as diversas formas ainda mais atrativas de reprodução do capital por meio de investimentos urbanos de curto prazo de retorno. Cabe realçar que o investimento em imóveis para ampliação do patrimônio imobiliário seguiria no portfólio de investimentos dos grupos locais, como já se mostrava presente em anos anteriores. A diferença que se observa desse momento em diante é de uma certa organização sistemática dos investimentos imobiliários, de modo a permitir a sobrevivência da massa de capital que se mantinha sob a propriedade dessas famílias após o declínio das atividades produtivas a que estavam associadas.

3.4. O planejamento do urbano e estratégias rentistas de sobrevivência da forma mercantil do capital na RMB

Em um contexto de inflação galopante, dada a ampliação da crise da dívida externa durante os anos de 1980, o fenômeno da *quarta renda* descrito por Rangel é testado aos seus limites quando a única alternativa de sobrevivência para o capital das famílias proprietárias dos grupos passa a ser o investimento em imóveis urbanos. Nesse contexto, a busca pela liquidez e as expectativas altistas associadas ao fenômeno da *Quarta Renda da Terra* definiriam os rumos dos investimentos circuito imobiliário da RMB, configurando distintas estratégias rentistas de reprodução do capital na sua forma mercantil, que passam a azeitar um círculo vicioso de concentração de renda e espoliação pelo tecido urbano que passa a ser definido para a RMB.

Como era previsível, as duas décadas de transformação do espaço regional também redefiniram a cidade de Belém em diversos aspectos. Como efeito mais direto, tem-se a perda da primazia de Belém sobre a rede urbana dendrítica da região, um fenômeno fortemente associado à expansão da malha rodoviária⁵³⁸, mas também à dissolução do aviamento como articulador dos modos de vida e das relações econômicas entre o mundo rural e as cidades da região. Como se observa na Tabela 10, entre 1970 e 1991, a população do município de Belém e da RMB apresenta, respectivamente, um crescimento aproximado de 196% e de 209%. Em pouco mais de 20 anos, a população da região mais urbanizada do estado praticamente duplicou, atingindo a cifra de quase um milhão e quinhentos mil habitantes. Por outro lado, a proporção de Belém e da RMB sobre o total da população mantém-se praticamente estável em comparação com as décadas anteriores⁵³⁹; no entanto, a proporção entre a população residente em Belém e nos municípios do entorno reduz fortemente entre as décadas de 1980 e 1991, passando de 90% para cerca de 77%.

⁵³⁸ IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro – Oeste**. Brasília: IPEA, 2002. 5 v.

⁵³⁹ Como mostrado no tópico 2.2 desta tese.

Tabela 10: População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do município de Belém, 1970 – 2000.

Ano	Município de Belém (hab.)	RMB (hab.)	Estado do Pará (hab.)	Proporção (%)		
				RMB / Pará	Belém / RMB	Belém / Pará
1970	633374	669768	2197072	30,48	94,57	28,83
1980	933322	1021473	3402391	30,01	91,37	27,42
1991	1244689	1401305	4950066	28,31	77,43	21,92
2000	1280614	1795536	6192307	29	71,32	20,68

Fonte: IBGE/Censos demográficos de 1970 a 2000. Elaboração: Observatório das metrópoles núcleo Belém.

Em outra escala, as transformações do espaço regional impactariam também o espaço intraurbano de Belém e seus municípios de entorno – integrados à RMB a partir dos anos de 1970 – conforme o ritmo da urbanização e da migração rural-urbana tornava-se mais frenético, em uma velocidade que as diretrizes de planejamento urbano definidas pelo Governo Federal se mostrariam incapazes de seguir. É importante ressaltar que não se trata da inexistência de diretrizes bem definidas de planejamento urbano para a expansão da metrópole, mas sim de uma leitura da realidade regional e urbana local. Nesse caso, que permitisse observar a pressão para permitir a livre circulação do capital portador de juros a que a terra urbana de Belém estava submetida naquele momento. De fato, desde os primeiros anos de 1970, vinham sendo alteradas as definições tradicionais de organização do espaço intraurbano de Belém. Em paralelo aos grandes investimentos federais na região, o Ministério do Interior e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) se encarregariam de elaborar ações de diagnóstico, planejamento e capacitação técnicas relativas ao processo de urbanização e de expansão das cidades na Amazônia⁵⁴⁰. Nos rastros modernistas das propostas de urbanismo rural definidos para as áreas de colonização articuladas às rodovias transamazônicas⁵⁴¹, Belém seria alçada à condição de metrópole⁵⁴². Desse ponto em diante, as possibilidades de planejamento baseadas no aforamento de terrenos e na execução dos planos

⁵⁴⁰ CARDOSO, A. C. D. LIMA, J. J. **Belém: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

⁵⁴¹ VENTURA FILHO, R. **A floresta urbanizada: a formação de núcleos transamazônica - trecho Altamira – Itaituba**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

⁵⁴² A RMB foi oficializado pelo governo federal como a menor dentre as nove regiões metropolitanas instituídas no Brasil em 1973. A RMB foi efetivada pela Lei Complementar Federal n. 14, de 8 de junho de 1973 e, atualmente, é composta por seis municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel, Santa Bárbara e Castanhal. Possui um total de 2.122.079 habitantes, sendo a décima segunda área metropolitana mais populosa do Brasil e a primeira da região Norte, de acordo com o Censo de 2010.

de alinhamento previstos para o patrimônio municipal – nesse caso a parcela incluída nos limites da primeira légua patrimonial da cidade – seria substituído por novas diretrizes de expansão urbana definidas por planos diretores que elevam a diferenciação espacial da RMB.

A diferenciação espacial intraurbana da RMB, entre os anos de 1970 e 1990, tornou-se fundamental para elevar a possibilidade de ganhos rentistas com o imobiliário, estimulando a formação das estratégias rentistas por grupos locais, que apresento em sequência, conforme se definia o declínio das suas atividades produtivas. De todo modo, foge ao escopo desta tese estabelecer análises empíricas que relacionem de forma pormenorizada as diretrizes de planejamento urbano definidas para a RMB com as transformações regionais promovidas pelo avanço da integração do mercado, simbolizado nas atuações das políticas regionais do Governo Federal para a região e no declínio dos grupos empresariais locais. É necessário, contudo, defender que essa mediação é possível, podendo ser observada com base em uma breve análise da evolução urbana da RMB naquele período.

A urbanização da RMB teve como característica principal a formação de um espaço urbano onde a pobreza encontra-se dispersa pelo território metropolitano⁵⁴³, inicialmente em espaços de baixo ou desprezível valor de mercado, localizados nos terrenos baixos da área central de Belém e posteriormente em áreas periféricas localizadas nos limites do perímetro urbano da metrópole. Como via de regra, à classe trabalhadora de Belém sempre foram reservados espaços nas áreas baixas⁵⁴⁴ da cidade – locais de pouco interesse dos agentes do circuito imobiliário local –, onde era permitido autoconstruir a moradia seguindo uma tipologia tradicional de estivas e palafitas⁵⁴⁵. Em grande medida, essa forma peculiar de ocupação do espaço urbano de Belém foi estimulada pela proximidade dessas zonas de várzea ou “baixadas” – como ficariam popularmente conhecidos esses espaços em Belém – com os bairros centrais da cidade onde se concentravam as principais oportunidades de emprego⁵⁴⁶.

A diferenciação espacial que se consolida em uma fase inicial de ocupação das baixadas, entre meados dos anos de 1960 e 1970, não seria capaz de definir de imediato as condições necessárias para a criação de diferenciação espacial entre área central e área de expansão da RMB, sendo essa diferenciação efetivada somente com a ampliação na densidade

⁵⁴³ TRINDADE JR., 1999.

⁵⁴⁴As baixadas de Belém caracterizam-se por serem predominantemente composto por terrenos de cotas mais baixas (abaixo de 4 metros) e sujeitos a inundações periódicas ao longo do ano.

⁵⁴⁵ PENTEADO, 1968.

⁵⁴⁶ RODRIGUES, E. B. **Espaço-Ambiente Intra-Urbano de Belém e Qualidade de Vida dos Trabalhadores**. Dissertação (mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

habitacional e construtiva das baixadas da primeira légua patrimonial. As transformações no mundo rural amazônico, entre os anos de 1970 e 1980, estimulariam diretamente o adensamento habitacional e construtivo desses espaços. Em sub-regiões, como o Sudeste do Pará, afetado pelo avanço da fronteira agropecuária e madeireira, e principalmente em espaços que foram palco de grandes projetos energéticos, como a região do Baixo Tocantins, afetada pelas obras da UHE de Tucuruí, a migração da população rural em direção à cidade de Belém se mostraria como alternativa para sobrevivência na região⁵⁴⁷. Durante algum tempo, estes puderam se acomodar nas baixadas da primeira légua patrimonial, que correspondiam a cerca de 40% do total daquela área, permitindo que esses espaços se transformassem em principal frente de ocupação informal da cidade.

A primeira geração de planos desenvolvidos para a RMB tem início em 1975, com a elaboração do Plano Diretor da Grande Belém (PDGB). O PDGB seguiria a metodologia e os meios de implementação definidos pela SERFHAU, apresentando como objetivo a condução da expansão urbana da RMB de acordo com um modelo de concentração descentralizada que previa a criação de vários sub-centros distribuídos na área de expansão. Para a área da primeira légua patrimonial, o PDGB apresentaria a primeira análise local a respeito das condições socioeconômicas e espaciais das baixadas⁵⁴⁸, prevendo a partir disso propostas de drenagem, saneamento das áreas alagadas e remoção das ocupações informais⁵⁴⁹. Uma forma de intervenção que se tornaria frequente entre os anos de 1980 e 1990.

O PDGB contou com o apoio de técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), do Governo do Estado do Pará e do BNH. A CODEM merece destaque como instituição local desenvolvida para lidar exclusivamente com a questão fundiária de Belém. Fundada em 1971, como uma empresa de economia mista sob a forma de sociedade por ações, a CODEM tinha a função de administrar e explorar o patrimônio imobiliário municipal circunscrito à primeira légua patrimonial de Belém e aos distritos de Icoaraci, Mosqueiro, Caratateua⁵⁵⁰. A CODEM instituiria as primeiras regras de mensuração do preço de terrenos urbanos para a RMB, o que obrigou a suspensão de qualquer tipo de concessão de aforamento de terrenos do patrimônio

⁵⁴⁷ TRINDADE JR., 1999.

⁵⁴⁸ Essas primeiras análises aparecem condensadas no documento intitulado “Monografia das baixadas: subsídios para um projeto recuperação”, elaborado em parceria com a SUDAM no ano de 1977.

⁵⁴⁹ LIMA, op. cit.

⁵⁵⁰ Além dessas áreas a CODEM também contava com o acervo imobiliário da extinta Pará Eletric, incluídas na área da Segunda Légua Patrimonial.

municipal⁵⁵¹. Partindo de uma metodologia utilizada por técnicos da SERFHAU para definir valores para a terra urbana de áreas metropolitanas, a CODEM acabaria por estipular os valores mínimos dos terrenos das áreas urbanizadas e da área de expansão da RMB, o que possibilitou a abertura de novos estoques fundiários de baixo custo necessários para as obras de habitação de interesse social do BNH em Belém.

Inserida em um contexto de novas definições sobre o valor da terra urbana na área central e na área de expansão da metrópole, a primeira lei de uso e ocupação do solo prevista para a RMB, aprovada em 1979, somente a para a cidade de Belém, reforçou as tendências de expansão existentes. Ademais, a legislação da época não foi orientada no sentido de organizar a produção do espaço informal, na medida em que considerava esses espaços como de caráter temporário e passíveis de remoção a partir das políticas do BNH. Em grande medida, a combinação desses fatores conduziu a uma forma de ocupação intraurbana da metrópole que, acompanhando seus principais eixos viários, reforçou a concentração de investimento privado, usos do solo na área central de Belém e o investimento público na área de expansão, elevando o valor das terras intermediárias tornadas inacessíveis à classe trabalhadora urbana⁵⁵².

Nas baixadas de Belém, o trabalho não pago do morador para a autoconstrução da sua moradia se revertia também na necessidade de aterramento progressivo das baixadas, o que paulatinamente aumentaria o interesse dessas áreas por agentes do circuito imobiliário local. Em pouco tempo, a demanda por melhorias na infraestrutura básica pressionaria para o surgimento dos maiores conflitos fundiários da cidade, estimulando a organização de movimentos sociais em prol da reforma urbana de Belém, como o Programa de Apoio a Reforma Urbana (PARU) e a Comissão de Bairros de Belém (CBB).

Cabe nesse ponto uma digressão importante. Grande parte das áreas de baixada haviam sido aforadas para famílias reinóis ainda no século XVIII e se mantinham praticamente sem uso até os anos de 1970, quando, pela ampliação das ocupações informais, os proprietários originais passam a reivindicar o seu direito sobre a área. Esse é precisamente o caso do que ocorreu com a propriedade conhecida como Tapera Chermont, citada anteriormente nesta tese, e que corresponde hoje a grande parte do bairro da Cremação, em

⁵⁵¹ Constava no relatório da diretoria da primeira assembleia geral ordinária da CODEM: “Espera a empresa compensar aos interessados [por aforamentos] com o reinício das atividades no primeiro trimestre de 1971, dentro de normas de eficaz atendimento, rápido processamento e claras definições. Evidentemente não poderão ser mantidos os critérios paternalistas antes existentes”

⁵⁵² CARDOSO, A.C.D. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: EDUFPA, 2007.

Belém, onde se tornaram comuns os conflitos em busca da regularização da fundiária da área a partir dos anos de 1980⁵⁵³.

Nesse contexto de conflitos fundiários urbanos, surge a segunda geração de planos para RMB, simbolizada pela conclusão, em 1980, do Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), no qual estava previsto o relacionamento entre o desenvolvimento do espaço metropolitano e políticas sociais e habitacionais. Mesmo apresentando as primeiras propostas com vistas à redução da segregação espacial dos moradores de assentamentos informais, o PEM tomou do PDGB as diretrizes de expansão da ocupação urbana da RMB, que reforçavam a política de criação de sub-centros dispostos na área de expansão metropolitana. Mantendo a visão da natureza temporária dos assentamentos informais e sem conseguir atuar sobre toda a área da RMB, a lei uso do solo que seguiu as diretrizes do PEM foi aprovada somente no ano 1988. Esta lei formalizava um conjunto de modelos urbanísticos que serviam para orientar a ocupação do lote, controlando a verticalização na área central da cidade e buscando combater os ganhos rentistas com a especulação, baseando-se no controle de densidade por meio de restrições de gabaritos.

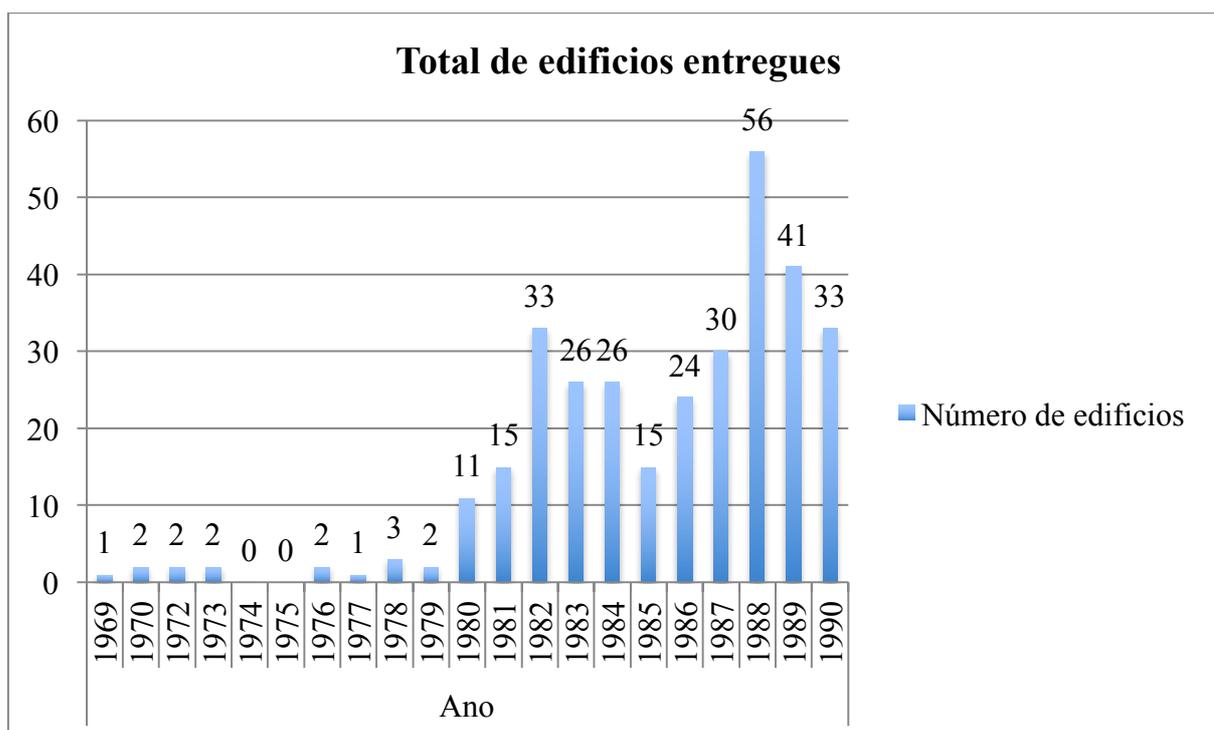
É importante lembrar que apesar, da incorporação imobiliária de edifícios de apartamentos ocorrer em Belém desde o final dos anos de 1940 – sendo fortemente utilizado como estratégias de diversificação e reinvestimento de lucros por empresas S.A. locais ao longo dos anos de 1950 –, a falta de um sistema financeiro estruturado para a incorporação imobiliária reprimia o desenvolvimento do circuito imobiliário local. Mesmo contando com inovações interessantes para driblar a ausência de um sistema financeiro estruturado para o imobiliário, como ocorreu com a Construtora Paraense S.A., que formatava o seu empreendimento como uma empresa de sociedade anônima de capital fechado cujos sócios se tornavam proprietários dos imóveis ao término da obra, a verdade é que o sistema financeiro local ainda se mantinha fortemente articulado com os empréstimos de curto prazo, provavelmente coligados ao aviamento. Um exemplo claro desse comportamento aparece nos últimos balancetes a que tivemos acesso, no ano de 1965, dos bancos Moreira Gomes e Banco Comercial do Pará, nos quais, respetivamente, cerca de 29,88% e 49,4% dos ativos correspondiam a empréstimos de curto prazo, provavelmente associados ao aviamento, que apareciam nos balanços como títulos descontados.

A entrada dos recursos do BNH e das modalidades de financiamento apresentadas pelo SFH ampliaria as possibilidades de investimentos das incorporadoras locais, que passam

⁵⁵³ MOURÃO, 1987.

a produzir edifícios predominantemente residenciais de médio padrão, direcionados para a crescente classe média local. O eixo de atuação desses empreendimentos seguiria os terrenos de cotas mais elevadas da cidade, desvencilhando-se das áreas alagadas, para com isso reduzir custos com a fundação dos edifícios, uma condição que acabaria em pouco tempo elevando o preço dos terrenos disponíveis nas áreas mais altas da primeira légua patrimonial. De todo modo, mesmo sem existirem bases confiáveis a respeito do número de empreendimentos desse tipo que foram financiados com recursos do BNH e SFH, dados obtidos a partir de levantamento de campo na Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB) (Graf. 5) evidenciam um crescimento significativo, a partir de 1969, de edifícios residenciais verticalizados (com mais de 3 pavimentos).

Gráfico 5: Número de edifícios de apartamentos com mais de três pavimentos entregues entre os anos de 1969 e 1990 em Belém.



Fonte: Observatório das Metrôpoles Núcleo Belém. Elaboração própria.

A ausência de políticas públicas para os assentamentos informais levaria ao aumento da pressão popular por regularização fundiária e por obras de macrodrenagem nas baixadas de Belém. Apropriadas pelas empreiteiras locais, as obras de macrodrenagem das baixadas de Belém, mesmo ocorrendo dissociadas de outras políticas urbanísticas de médio e longo prazo, seriam legitimadas pela opinião pública como a melhor solução para a “questão

das baixadas”. A bem da verdade, as obras de macrodrenagem se transformariam numa espécie de panaceia para os “males” que as baixadas passam a simbolizar na cidade, camuflando os reais interesses de cunho rentista e espoliativo que algumas políticas de remoção representavam.

Esses interesses podem ser observados já nas primeiras obras de macrodrenagem da Bacia das Armas, iniciado no final dos anos de 1950, mas concluída somente no ano de 1972, onde ocorreram as primeiras remoções de favelas organizadas pelo Estado. O início dessa política de remoção acompanharia as diretrizes centralizadas que estavam surgindo associadas à primeira fase de atuação do BNH, em que as Companhias de Habitação estaduais dariam o suporte habitacional para as camadas de baixa renda⁵⁵⁴. Como esse suporte estava associado à execução de grandes conjuntos habitacionais nas áreas periféricas da cidade; a primeira experiência desse tipo, promovida pela COHAB-PA, inauguraria a ocupação urbana na área da segunda légua patrimonial da cidade que correspondia a grande parte da área de expansão de Belém. O sentido dessa ocupação entre os anos de 1980 e 1990 consolidaria a forma dispersa dos assentamentos residenciais populares⁵⁵⁵, inicialmente promovidos pelo Estado, que passam a depender de poucos corredores viários de ligação com a área central da cidade.

O Estado abre as trilhas para a expansão metropolitana⁵⁵⁶ com a execução de obras de infraestrutura viária que ampliam a diferenciação espacial na RMB. De um lado estava a área central de Belém, onde predomina o parcelamento organizado a partir dos planos de alinhamento definidos para a primeira légua patrimonial da cidade na primeira metade do século XX. Do outro lado, estava a área de expansão metropolitana cujo parcelamento e desenho urbano era mediado pelo proprietário das antigas propriedades rurais que existiam na área, predominando uma enorme quantidade de conjuntos habitacionais horizontais dos mais variados portes, promovidos pelo Estado e por agentes do imobiliário local com recursos do BNH.

O uso dos fundos públicos para viabilizar grandes obras de infraestrutura urbana

⁵⁵⁴ Sobre o papel do BNH e do SFH na formação do circuito imobiliário nacional, ver Royer (2009) e Fix (2011).

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIX, M. **Transformações recentes no circuito imobiliário nacional**. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

⁵⁵⁵ TRINDADE JR., 1998, p. 109.

⁵⁵⁶ TRINDADE, JR, op. cit.

se transformaria no modo típico de atuação do poder local, tendo como meta prioritária o favorecimento dos interesses de reprodução do capital de agentes do circuito imobiliário. Em grande medida, essa lógica ficou mais evidente na consolidação do vetor imobiliário das áreas de expansão metropolitana da segunda légua patrimonial e do município de Ananindeua como “cidade dormitório” de Belém. A COHAB-PA exerceria função determinante nesse processo, promovendo a implantação de loteamentos horizontais de grande porte em pontos estratégicos dos principais corredores viários das áreas de expansão metropolitana. Uma condição que levaria à posterior execução de obras de estruturação do sistema viário metropolitano, que por sua vez abririam uma parcela significativa do estoque de terras da área de expansão da RMB para investidores e incorporadores do circuito imobiliário local.

A produção da COHAB-PA na área de expansão metropolitana direcionada às camadas de baixa renda, apesar de relevante entre os anos de 1970 e 1980, não representou a maior parte dos recursos disponibilizados pelo BNH e SFH para Belém. De fato, o montante principal seria captado pelos agentes incorporadores e construtores do circuito imobiliário da RMB, principalmente para a promoção de empreendimentos que atendessem aos anseios de consumo classe média local. O aumento da demanda por edifícios de apartamentos pressionaria para a consolidação de novos vetores de expansão imobiliária, particularmente em áreas onde fosse possível obter maiores ganhos com renda fundiária. Nesse sentido, as baixadas da área central se tornavam espaços preferenciais para receberem novas rodadas de investimentos imobiliários. Numa primeira análise, pela proximidade com a área central, os terrenos próximos da baixada saneada da Bacia das Armas atrairiam paulatinamente os investimentos das incorporadoras locais, que passam a constituir ali parte importante dos seus bancos de terrenos.

Em um novo contexto de retomada do controle do estado por civis, a maior quantidade de conflitos fundiários em áreas de baixada e na área de expansão, somada ao avanço nas atividades imobiliárias de incorporação de edifícios verticais de apartamentos, conduziria à elaboração, no ano de 1993, de um novo Plano Diretor Urbano (PDU), exclusivamente para Belém. Essa terceira geração de planos redefiniu o perímetro urbano de Belém e trouxe instrumentos que se tornariam peças-chave no estatuto da cidade, somente em 2001, como a cobrança de outorga onerosa, IPTU progressivo no tempo e a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Em grande medida, foi nesse contexto urbano que se definiriam os investimentos imobiliários dos grupos empresariais locais notadamente em declínio a partir de meados dos

anos de 1980. A consulta aos balanços publicados nas edições do Diário Oficial do Estado do Pará, entre os anos de 1965 e 1990, segue como a metodologia central da coleta de dados sobre a trajetória do capital dessas empresas. Nesses documentos ficaram registrados, de certa forma, em atas de reunião ou mesmo na proporção dos ativos imobiliários do grupo, como ocorreu o ajuste espacial necessário para compensar a crise de reprodução enfrentada por essas frações locais do capital a partir dos anos de 1980, quando se consolidou o processo de integração do estado do Pará ao mercado nacional. Os dados apresentados nos balanços possibilitam identificar que houve a formação de pelo menos dois tipos de estratégias rentistas predominantes, ou seja, houve pelo menos dois padrões predominantes de investimento, por parte das frações locais do capital, no sentido de manter sua forma mercantil de reprodução pela apropriação da renda fundiária urbana.

Uma primeira, em que se verifica a diversificação da empresa no sentido da produção e incorporação imobiliária e construção civil, de forma semelhante ao momento anterior. Contudo, nota-se nesse caso a constituição de uma empresa específica dentro do grupo empresarial voltada para o serviço de incorporação e construção civil. A função de gestão do capital de circulação que o incorporador exerce na produção imobiliária significava para esses grupos garantir retorno integral e os lucros do capital investido no empreendimento, o que também implicava arcar com todos os seus riscos.

É importante notar que esse tipo de estratégia rentista não seria a mais usual dentre os grupos empresariais que se encontravam em declínio. Ao que tudo indica, são poucos os grupos que chegam nessa fase ainda com capacidade de se metamorfosear em capital incorporador, transformando-se no suporte necessário à produção e circulação da moradia do capital comercial. Como mostro na sequência, as atividades de incorporação e construção civil apareceriam em empresas locais que de fato ainda apresentavam um bom desempenho. É provável que seja em função desse bom desempenho que a diversificação no sentido da incorporação imobiliária tenha sido possível, atuando de forma ativa em busca da apropriação de renda fundiária urbana.

Nos casos estudados, foi registrado que a diversificação quanto à incorporação e à construção civil, como uma nova empresa S.A ou mesmo LTDA em alguns casos, contribuiria diretamente com os resultados financeiros de todo o grupo. Percebe-se a convivência temporária entre atividades ligadas à função tradicional da empresa (beneficiamento de castanhas, tecelagem de juta, fabricação de cerâmica, dentre outras) e as atividades ligadas ao circuito imobiliário, tanto de incorporação quanto de construção, sem ser

possível determinar precisamente se o estoque imobiliário produzido passa a servir ao grupo como fonte de rendimentos não operacionais (aluguéis). De fato, a despeito de alguns desses casos estarem relacionados a grupos empresariais locais que possuíam alguma relação com o setor de construção civil, como via de regra esse não seria o caso típico.

No levantamento de campo, ficou evidente que os principais exemplos ocorreram a partir de empresas beneficiadores de produtos do extrativismo. O primeiro e mais emblemático caso ocorreria no interior da Companhia Amazônia Têxtil de Aniaga S.A. (CATA), de propriedade da família Martins Gomes, fundada no ano de 1962, a partir de financiamentos obtidos junto à SPVEA. A CATA era uma empresa cuja base de operações era Belém e que se dedicava à tecelagem de juta e de malva para produção de sacarias. Apesar de ser local, a empresa frequentemente figurava no ranking da Revista *Visão*, durante a década de 1970, entre as 10 maiores empresas do seu segmento em patrimônio líquido. No auge da sua expansão empresarial, o grupo CATA chegaria a possuir um total de sete empresas consolidadas atuando nos mais diversificados segmentos: CATA Nordeste, filial do grupo no polo industrial de Camaçari na Bahia; TransCata, transportadora de propriedade do grupo; Artemasa, empresa voltada para o beneficiamento de madeira; Fibrasa, voltada para a produção de juta e outras fibras naturais; a Catur, dedicada ao setor de turismo; e, por fim, a CATE, construtora e incorporadora imobiliária de atuação restrita à RMB.

Na primeira década de funcionamento da empresa, entre 1965 e 1975, a proporção de imóveis sobre o valor total do ativo não ultrapassaria a margem de 12%. Além disso, nesse trecho da série quinquenal do levantamento, os rendimentos registrados como rendas diversas, nos quais deveriam estar registrados rendimentos obtidos com aluguel de imóveis ou qualquer outro ativo imobilizado, não chegariam sequer a 1% do faturamento bruto da empresa. A partir da segunda metade dos anos de 1970, quando avança no movimento de diversificação, a proporção de capital imobilizado em imóveis se eleva substancialmente até o ano de 1985. No balanço daquele ano, a proporção do capital imobilizado sobre os ativos totais do grupo atingiu a proporção de aproximadamente 50%, sendo aproximadamente 18% desses ativos correspondentes a imóveis e algumas obras em andamento, concentrados imóveis principalmente na CATA e na CATUR (Tab. 11).

Tabela 11: Estoque de produtos do grupo CATA em 1985. Valores em milhares de cruzeiros.

Natureza	CATA	CATE	CATA Nordeste	Transcata	Fibrasa	Artemasa	Somatória	% Sobre o total do estoque
Produtos acabados	Cr\$ 1853444	0	1226526	0	0	5111	3085081	5,88%
Produtos em elaboração	Cr\$ 1968388,00	0	4504343	0	0	0	6472731	12,34%
Matérias primas	Cr\$ 14395022	0	2413944	0	0	0	16808966	32,06%
Matérias secundárias	Cr\$ 691346	0	592783	0	0	0	1284129	2,45%
Materiais de Manutenção e outros	1992332	0	0	1009	0	0	1993341	3,80%
Importação em andamento	9440984	0	0	0	0	0	9440984	18,01%
Mercadorias	0	0	0	241169	39517	0	280686	0,54%
Estoque: de imóveis	0	13067564	0	0	0	0	13067564	24,92%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará de 14/03/1986. Elaboração própria.

Tabela 12: Patrimônio imobilizado do grupo CATA em 1985. Valores em milhares de cruzeiros.

Natureza	CATA	CATE	CATA Nordeste	Transcata	Fibrasa	Artemasa	CATUR	Somatória	% Sobre o total do imobilizado
Imóveis	30319573	130128	547115	491112	2534591	564906	3468578	38056003	21,81%
Máquinas, equipamentos, instalações	68541212	40290454	1243857	0	588197	380136	0	111043856	63,63%
Móveis e utensílios	4183261	882102	160669	314364	54183	93131	0	5687710	3,26%
Veículos	991409	472510	78175	74452	0	134517	0	1751063	1,00%
Obras civis	0	11496040	0	0	0	0	0	11496040	6,59%
Moldes e matrizes	0	0	0	0	273824	0	0	273824	0,16%
Embarcações	79286	0	0	0	0	0	0	79286	0,05%
Gado Matriz	0	0	0	0	0	59047	0	59047	0,03%
Adiantamentos	0	5602321	0	0	0	0	0	5602321	3,21%
Obras em andamento	393768	0	0	0	0	63864	0	457632	0,26%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará de 14/03/1986. Elaboração própria

Apesar dos bons resultados e da diversificação do grupo registrada no balanço de 1985, os números mostravam que o grupo já possuía um elevado estoque de imóveis. Somente os imóveis registrados como de propriedade da Companhia Amazônia Técnica de Engenharia (CATE) apresentavam um valor praticamente igual ao volume de matérias-primas à disposição da CATA e da CATA Nordeste somados. Esse elevado valor de imóveis em estoque fazia referência ao balanço individualizado apresentado pela CATE no ano de 1985, no qual o valor indicado como estoque de imóveis correspondia na verdade à somatória do total de imóveis em construção naquele ano com a quantidade de terrenos de propriedade da CATE na RMB.

O balanço da CATE mostra também que dos investimentos realizados em 1985, cerca de 89% correspondiam à construção ou aquisição de imóveis classificados no balanço como imóveis para renda. De fato, essa modalidade de investimento foi a que apresentou o maior crescimento em comparação com os dados do balanço de 1984, quando a aquisição ou construção de imóveis para renda representou cerca de 72% do investimento. Apesar dessa modalidade de investimento da empresa aparecer somente no balanço de 1980, chama atenção que nos balanços de 1970 e 1975, as receitas extra-operacionais da CATE, nas quais poderiam estar registradas rendimentos obtidos por aluguel, correspondessem a cerca de 20% do rendimento total da empresa.

Um segundo caso, semelhante ao da CATA, foi o da Indústria de Cerâmica da Amazônia (INCA), fundada pelo empresário pernambucano Rogélio Fernandez, com apoio da SUDAM, no final dos anos de 1960 em Belém. Assim como o grupo CATA, em poucos anos o grupo empresarial articulado por Rogélio contava com pelo menos 5 empresas, todas atuando diretamente no setor de construção civil, além de extração de minerais não metálicos, sendo a INCA a principal indústria de revestimentos cerâmicos do estado. Nos balanços apresentados em 1980 e 1985, a Construtora Inca, braço incorporador do grupo, saltou de aproximadamente 12% de imóveis no total de ativos da empresa para cerca de 66%, em 1985. A INCA por sua vez apresentou uma redução na proporção de imóveis sobre o total de ativos do grupo, passando de pouco mais de 41%, em 1980, para cerca de 20%, em 1985. Diferente do caso da CATA, em nenhum dos dois momentos foram registrados valores relevantes para os rendimentos não computados como operacionais, indicando quem apesar da diversificação no sentido do circuito imobiliário, não necessariamente o estoque imobiliário de propriedade do braço incorporador do grupo era imediatamente revertido para a geração de renda fundiária.

Um terceiro e importante exemplo está relacionado a uma das mais antigas construtoras em atuação na cidade à época a Construções Amazônica S.A, empresa fundada em 1953 e dirigida por Otávio Bittencourt Pires, que também dirigia a Brasil Extrativa S.A., voltada para a produção de óleos vegetais, principalmente óleo de coco. Apesar da ausência dos dados sobre as empresas, já que em ambos os casos não foram localizados balanços publicados no Diário Oficial do Estado, o elemento mais importante desse caso estava na figura de Otávio Bittencourt Pires, que se tornaria em 1981 um dos fundadores da Associação de Dirigentes do Mercado Imobiliário do Pará (ADEMI-PA), principal órgão de classe dos construtores e incorporadores em atuação na RMB. A ADEMI-PA seria figura importante na definição das leis de uso e ocupação do solo propostas pelos planos diretores municipais a partir de 1975, particularmente para a Lei Complementar de Controle Urbanístico de 1999, prevista no Plano Diretor Urbano de 1993.

Junto com Otávio Bittencourt Pires também estavam presentes na fundação da ADEMI-PA⁵⁵⁷: Domingos Amaral Acatauassú Nunes, importante pecuarista do Marajó, cuja família detinha grandes porções de terra em Belém, especialmente nas baixadas da cidade; Mário Domingo Grizólia, sócio da Enel Engenharia e importante comerciante local, cuja família fora proprietária de uma tradicional fábrica de sapatos na cidade fundada em 1945; além do próprio Valdemiro Martins Gomes, proprietário da CATA e da CATE. A presença desses empresários, articulados politicamente em torno de um órgão de classe que serviria para defender unicamente interesses das incorporadoras e construtoras locais, pode indicar que a trajetória das frações locais do capital comercial no sentido do rentismo fundiário urbano na RMB esteve presente também entre empresas de capital fechado e entre grandes proprietários de terras de Belém.

Apesar de representar uma evidência importante para a pesquisa, no sentido da organização dos representantes do capital incorporador em uma entidade de classe que passa a interferir de forma ativa nas leis de uso e ocupação do solo da RMB, cabe ressaltar que foram poucas as conexões encontradas entre as maiores incorporadoras da época e as antigas frações do capital comercial que se dedicavam ao beneficiamento de gêneros extrativistas. Os registros indicados nos censos industriais dos anos de 1970 apontam que eram poucos os fundadores das incorporadoras locais que mantinham conexões com a tradicional indústria

⁵⁵⁷ Ao todo, compuseram a primeira diretoria da ADEMI-PA os seguintes empresários: Otávio Bittencourt Pires, Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Edson Guerreiro dos Reis, Waldemiro Aguiar Martins Gomes, Geraldo Tuma Haber, Dolzonan da Cunha Mattos, Mário Domingos Grizólia, Hernan Souza Filho, Fernando de Souza Flexa Ribeiro, Flávio Lobato Filho, Hermógenes Urdininea Condurú e Abdias Arruda do Amaral.

extrativista ou com outros grupos empresariais fundados antes dos anos de 1960, como foi o caso da Brasil Extrativa S.A.

Não foi possível aferir com precisão o quanto dos investimentos imobiliários realizados por essas empresas, durante os anos de 1980 principalmente, permanece com os herdeiros daqueles grupos empresariais, sendo utilizado para obter renda da terra via aluguel. De fato, em somente um caso foi possível registrar, a partir de entrevistas com herdeiros e primeira e segunda geração do grupo empresarial, que os imóveis construídos a partir dos lucros obtidos com o processo produtivo industrial contribuem, ainda hoje, como fonte de rendimento para a família. Este é precisamente o que ocorreu com o grupo empresarial gerenciado pela família Benzecry – cuja principal empresa era a Beneficiadora de Produtos da Amazônia S.A. – quando, na segunda metade da década de 1980, constituem a incorporadora e construtora Nabem Ltda.

Diferente da Beneficiadora e dos negócios de exportação da família Benzecry, cuja atuação remonta ao início do século XX, como mostrado em capítulo anterior, a Nabem teve curta atuação no circuito imobiliário de Belém, construindo apenas dois edifícios – dentre eles um dos mais imponentes da capital com apartamentos com mais de 600 metros quadrados de área de piso. De fato, um dos momentos mais interessantes da pesquisa de campo ocorreu com a visita ao escritório e antiga fábrica da Beneficiadora quando, ao visitar o galpão que supostamente deveria guardar somente os antigos maquinários e material de escritório da fábrica, estavam também guardados restos de material de construção, louças sanitárias, andaimes, dentre outros equipamentos usados pela construtora Nabem. Ali, naquele espaço físico em umas das primeiras entrevistas realizadas, já era possível ter bons indícios de que a hipótese desta tese poderia se confirmar,

Como foi revelado em entrevista, a diversificação no sentido da incorporação imobiliária e construção civil ocorreu motivada pela crise na produtividade da usina de beneficiamento de castanha. A aquisição de imóveis sempre foi a fonte principal de direcionamento dos lucros anuais da indústria, elevando o patrimônio imobiliário da família sob o nome da empresa, que paulatinamente passa a obter rendimentos extras com o aluguel das propriedades. Segundo entrevista, a baixa da produtividade dos castanhais, somada a uma série de exigências trabalhistas para a atividade industrial do beneficiamento da castanha, apenas tornaria a opção do rentismo imobiliário como a principal fonte de rendimento da família. Com o encerramento das atividades da fábrica, no início dos anos de 1990, os imóveis construídos e mantidos como propriedade da Nabem, somados aos galpões e ao

escritório de propriedade da Beneficiadora, iriam se tornar a única fonte de rendimento da empresa, que seguiria aberta apenas como administradora do seu patrimônio imobiliário.

Apesar dos dados colhidos sobre a Beneficiadora estarem incompletos (não foi possível encontrar balanços de todos os anos da empresa publicado no Diário Oficial do Estado do Pará), as entrevistas realizadas (Quadro 4) e a coleta dos dados das outras empresas locais parecem indicar a predominância desse tipo de comportamento nas decisões de investimento durante a fase de declínio. Em outras palavras, trata-se de uma empresa com mais de 20 anos de atuação restrita ao mercado regional amazônico ou então dependente de exportações de gêneros extrativistas que, por sua vez, dependiam da sobrevivência do aviamento como modo de troca entre mercadorias. São empresa, portanto, que assistem à desestruturação de parte do mundo rural amazônico, afetando seu domínio sobre a força de trabalho cabocla, e do mundo urbano, com o redirecionamento das políticas regionais de desenvolvimento e as mudanças no sistema de crédito disponível para os empréstimos de curto prazo, necessários para a sobrevivência do extrativismo a partir do aviamento.

Quadro 4: Trecho de entrevista com Eduardo Benzecry, herdeiros de terceira geração da Beneficiadora de Produtos da Amazônia.

Raul: A Beneficiadora chegou a construir prédios também? E vocês vendiam os imóveis ou ficavam com eles?

Eduardo: Era pra vender. Tudo por financiamento da Caixa; o Praça Amazonas foi financiamento.

Raul: E além disso vocês construíam galpão, é isso?

Eduardo: Sim, construía galpão pra locação.

Raul: Então, quando acabou a fábrica, vocês ficaram trabalhando com a incorporação, é isso?

Eduardo: Não, era ao mesmo tempo, mas a castanha diminuiu.

Raul: Aí vocês ficaram na incorporação e no aluguel, não?

Eduardo: É, foi uma fase, mas a Nabem já fechou também.

Raul: E hoje?

Eduardo: A construtora fechou, até a castanha fechou, tá tudo fechado. Tem só uns imóveis de locação. É a renda da empresa.

Raul: Nesse período de transição, a renda da empresa vai migrando pro imóvel ou não?

Eduardo: Pra locação.

Raul: Aí desses galpões que vocês têm o aluguel?

Jacob: Sim. No nosso caso, foi tudo construído nessa época que era tudo paralelo, o negócio andava junto e então um foi diminuindo e o outro foi aumentando, mas aí o que restou foram os imóveis pra renda.

Raul: O imóvel naquela época era um investimento seguro?

Eduardo: Sim.

Raul: Era melhor do que colocar dinheiro em, por exemplo, aplicação financeira, etc.?

Eduardo: Era, porque se valoriza ao longo do tempo, mais do que uma aplicação. O mercado imobiliário não tem muita liquidez, mas preserva o valor ali, ele valoriza. O dinheiro com o lucro que se tinha com a castanha, se investia em construção, na compra de terrenos e construindo alguns galpões. Alguns terrenos se comprava, se vendia, só pra manter o investimento.

Raul: Entendi. Parte do lucro virava patrimônio. Mas o lucro maior era da castanha?

Eduardo: Isso, o dinheiro não ficava no banco, se investia pra comprar um terreno, pra comprar uma casa. Eles eram complementares; o negócio da castanha dava um suporte e aquela renda com aqueles aluguéis era um lucro, vamos dizer. Mas era o lucro da castanha possibilitava investir nesse outro ramo.

Fonte: Informação verbal⁵⁵⁸

Confirmados o declínio e a incapacidade de sustentar as relações socioespaciais de produção da estrutura extrativista, a busca por novas formas de rendimento para a empresa seguiria o setor da economia local que apresentasse a menor barreira a entrada, assegurasse

⁵⁵⁸ Entrevista concedida ao pesquisador em 18 jun. 2016.

boas margens de lucro e ainda fosse capaz de utilizar o ativo imobilizado da empresa. No final das contas, para muitas empresas locais só restaria, praticamente, o ativo imobilizado no balanço, já que o ativo circulante estava reduzido a valores insignificantes. Nesses casos, que seriam os mais típicos registrados na pesquisa, nota-se a incapacidade dessas frações do capital de se constituírem como capital de incorporação. A possibilidade de manter como proprietário dos imóveis, mantidos no nome da empresa, incorporando renda fundiária de possíveis empreendimentos imobiliários, ou mesmo pelo aluguel dos espaços, apareceria como a alternativa possível em um tempo curto de decisões de investimento.

Assim, o segundo tipo de estratégia rentista, a que aparentemente se tornou a mais frequente entre os grupos locais, traria como principal marca quantitativa a elevação sistemática da proporção dos ativos imobilizados de propriedade do grupo empresarial em detrimento dos ativos circulantes ou dos realizados no longo prazo. Em confluência a esses dados, normalmente se verifica o aumento dos rendimentos declarados como não operacionais nos balanços, e que podem ser associados como correspondente ao aluguel dos imóveis ou outro tipo de investimento financeiro. É importante dizer que em alguns casos essa diferenciação entre rendas de ativos financeiros e renda de aluguel é discriminada, sendo que em poucos casos o rendimento a partir de dividendos financeiros mostram-se efetivamente relevantes.

Ao que parece, como foi revelado em grande parte das entrevistas, esse processo pode ter ocorrido tanto de forma passiva quanto de forma ativa por parte das famílias proprietárias. Por vezes, acontecia de a produção industrial ter iniciado seu declínio e aparecer a oportunidade de alugar galpões que se encontravam ociosos, apontando para o diretor da empresa que esse poderia ser um caminho adequado para o restante dos ativos imobilizados que estavam em sua propriedade, conforme o setor produtivo daquela indústria fosse entrando em declínio. Em outros casos, era possível notar a intencionalidade do investimento imobiliário, elevando a proporção de ativos imobiliários e registrando nas atas de reunião do grupo e nos balanços da empresa que se tratava de uma decisão voltada para obter rendimentos na forma de aluguel para a empresa, motivada pelo contexto pouco receptivo para investimentos no seu segmento.

O caso das empresas controladas pela família Sá Ribeiro e Meller Libório, como as Indústrias Martins Jorge S.A., Fábrica Perseverança S.A., a Indústrias Jorge Correa S.A. e Sá Ribeiro Comércio e Indústria S.A., evidencia claramente as características centrais dessa segunda estratégia rentista. A partir dos anos de 1980, as empresas do grupo apresentam uma

fortíssima elevação da participação dos ativos imobilizados sobre o total dos ativos, chegando a impressionantes 99,96% de participação dos ativos imobilizados sobre os ativos totais no ano de 1985, com um ativo circulante que não ultrapassava o montante de R\$ 7 mil, em valores atualizados para 2017. De fato, no balanço de 1965, a proporção de ativos imobilizados da Indústria Martins Jorge S.A. já atingia a marca de 70,64%, enquanto que os rendimentos classificados como aluguéis, arrendamentos e diversas contas, chegavam a corresponder a 93,68% do faturamento da empresa.

É preciso matizar, no entanto, que no balanço da Martins Jorge S.A., de 1965, é possível que a produção têxtil não tenha sido contabilizada. Os dados apontam que a produção têxtil vinha sendo contabilizada somente no balanço das Fábricas Perseverança, na qual a situação financeira é praticamente inversa, fazendo parte do mesmo grupo. Isso porque, diferente da Martins Jorge S.A., a Fábrica Perseverança não possuía nenhum valor imobilizado em ativos, mas mesmo assim possuía um ativo total de quase 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros. Em complemento, no balanço da Fábrica Perseverança não se registraram rendimentos que não fossem operacionais. Essa situação parece indicar que, desde 1965, a indústria Martins Jorge S.A. já concentrava o faturamento não operacional do grupo empresarial sob controle da família Sá Ribeiro e Mellero Libório.

Assim, quando se iniciam os duros anos de 1980, é curioso observar que, apesar de nos balanços da Indústrias Martins Jorge constar praticamente a existência de ativos imobilizados sobre os ativos totais, cerca de 94% das aplicações dos recursos obtidos no ano de 1985 seriam direcionadas para adquirir mais patrimônio imobilizado em nome da empresa. A mesma situação estaria presente no balanço da Indústria Jorge Correa S.A., na qual a participação dos ativos imobilizados chegaria à cifra de 99,72% dos ativos totais da empresa e o faturamento da mesma a partir de aluguéis corresponderia a 100% da receita naquele ano. A Fábrica Perseverança, por sua vez, não publicou balanço naquele ano, o que confirma o encerramento das suas atividades naquele ano, ratificando as informações obtidas em entrevista com um dos herdeiros e atualmente diretor da indústria Martins Jorge S.A.

Quadro 5: Trecho de entrevista com Joaquim Mello Libório, herdeiro de terceira geração das Indústrias Martins Jorge.

Raul: Vocês conseguem ter ideia do ano do maquinário de vocês? Ou seja, de que geração era o maquinário que vocês tinham aqui?

Joaquim: Acho que era de 1800, lembro de ter visto máquina no final de 1800, mas tinha máquina de 1920 e 30.

Raul: O lucro da empresa era investido em compra de novas máquinas ou vocês chegaram a migrar para outros setores, de repente, imobiliários, imóveis, como é que era isso?

Joaquim: Isso é uma boa pergunta, eu infelizmente não posso responder 100%, porque só sei a partir do anos 70, quando cheguei e comecei a tomar conta de tudo, mas para trás eles investiam em maquinário e em comprar mais imóveis e fazer mais imóveis.

Raul: Em termos de investimentos, o lucro iria primeiro para adquirir mais imóveis, ou para expandir a fábrica, ou trocar maquinário?

Joaquim: É, desde os anos 70 que estou aqui, não se comprou mais nada, compraram algumas máquinas, mas nem desmontavam. Eu não sei quando foi o último que compraram, dos anos 60 não se comprou nada. Depois era conservar e tal, não se investiu mais em imóveis, a empresa hoje é uma administradora dos próprios imóveis, porque aí começou a vender os terrenos.

Raul: E o investimento disso foi sendo concomitante com o crescimento da empresa, ou seja, a empresa crescia, ampliava mais imóveis?

Joaquim: É, exatamente, fizeram isso até os anos 60.

Raul: Nas outras indústrias que estudei, o aluguel passou a contribuir substancialmente no rendimento do grupo, vocês acham que isso aconteceu aqui também?

Joaquim: Então, porque quando começaram a ver que a fábrica já não dava mais para ser fábrica, o que aconteceu naquela área onde estava o algodão, começou a se ver que ia começar a fechar por ali e tinha umas áreas ocupadas. [O aluguel começou com] a Companhia Têxtil de Castanhal que queria colocar a sacaria que iria embarcar [...] depois começamos com outra área, quando deu um boom das madeiras no interior, acabando com as florestas todas e começaram a alugar a nossa área e com isso acabamos com tudo, vendemos as máquinas, o que só se aproveitou as máquinas mais atuais.

Raul: Então, chegou um momento em que o aluguel tinha um rendimento maior do que na fábrica?

Joaquim: Totalmente, foi aí que acabamos mesmo com a parte industrial, aos pouquinhos, foram vários anos fazendo isso, e depois começamos a vender terrenos para construtoras aqui no Reduto, Umarizal para construírem e nós ficávamos com apartamentos, salas de escritório.

Raul: E o que vendia era no nome da empresa? E a empresa também ficava com imóvel?

Joaquim: Exatamente, todos esses imóveis ficavam no nome da empresa.

Raul: E isso começa em que ano mais ou menos? A primeira vez que alugaram esse galpão do algodão, deve ter sido em que ano?

Joaquim: No começo dos anos 80. Foi em 5 anos mais ou menos, foi acabando aos poucos, não foi de um dia pro outro, acabou lá e aqui ainda estava funcionando...

Fonte: Informação verbal⁵⁵⁹

Assim como a Indústria Martins Jorge S.A., a Sociedade Anônima Irmãos Bitar apresentaria um padrão semelhante de investimentos em ativos imobilizados, no qual predominavam investimentos no sentido de elevação desses ativos e de utilização dos mesmos

⁵⁵⁹ Entrevista concedida ao pesquisador em 22 jun. 2016.

como fonte de rendimento. Mesmo apresentando uma situação financeira melhor do que as Indústrias Martins Jorge S.A. no ano de 1985, o balanço de 1990 apresenta elementos importantes do declínio da atividade produtiva da indústria. Nesse balanço, aparece pela primeira vez o registro claro da existência de ativos e de construções em andamento destinadas exclusivamente à geração de renda, denominadas no registro como imóveis para renda e construções para renda, representando cerca de 40% do total de ativos da empresa naquele ano.

Em complemento, a proporção de ativos circulantes entre 1985 e 1990 cai fortemente de pouco mais de 82% do total de ativos para cerca de 15%, o que correspondia, em valores atualizados para 2017, a uma queda de aproximadamente R\$ 41.500.000,00 para pouco mais de R\$ 2.800.000,00. Simultaneamente, nota-se um expressivo aumento nos estoques da indústria sobre o total dos ativos circulantes, passando de aproximadamente 53% (R\$ 221.787.589,77) do total de ativos circulantes, em 1985, para cerca de 72% (R\$ 2.103.526,42), em 1990. Em comparação, somente os imóveis que estavam discriminados no balanço como “imóveis para renda” e “construção para renda”, acumulavam um valor, em valores atualizados para janeiro de 2017, de R\$ 7.146.984,57, mais que o triplo do valor do estoque da indústria naquele ano.

Tanto no balanço de 1985, quanto no balanço de 1990, quando se observa a aplicação dos recursos da Irmãos Bitar, percebe-se o forte predomínio daqueles voltados para o aumento de capital imobilizado. Enquanto, em 1985, a proporção de investimento para elevar o capital imobilizado atingiu a marca de aproximadamente 22%, esse tipo de investimento atingiu, em 1990, a elevadíssima proporção de 94% do investimento total realizado naquele ano. De fato, é na ata da assembleia extraordinária do ano de 1986 que fica registrada a mudança definitiva da atuação da empresa, abandonando as atividades produtivas com o látex – que fizeram parte da sua história desde 1897 –, transformando a empresa em uma grande proprietária de imóveis para alugar na região central de Belém. Na ata de 1986, a diretoria acua uma forte crise na empresa e indica que o principal caminho para a sobrevivência da mesma seria a diversificação para atividades imobiliárias, decidindo pela construção de um edifício de salas comerciais na área central e mais valorizada de Belém na época, pela a construção de um segundo conjunto comercial que seria alugado para um banco e, por fim, pela a construção e instalação de um posto de combustíveis (Posto Bitar), localizado na cidade de Ananindeua, na RMB. Na continuidade do processo de diversificação e abandono das atividades de beneficiamento de látex, no ano de 1989, a Bitar Irmãos cria a

empresa Bitar Madeiras, na cidade de São Félix do Xingu, destinada à extração das madeiras nobres existentes na antiga área do seringal São Sebastião, que era de propriedade da empresa desde a primeira metade do século XX. As atividades de beneficiamento sobreviveriam de fato somente até o ano de 1994, quando se decide em assembleia pelo encerramento das atividades na Usina Independência, localizada em Belém, e a posterior transferência do maquinário para a Usina Santo Antônio na Ilha do Mosqueiro, também no município de Belém. Mesmo o posto de combustíveis, criado alguns anos antes, teria o seu arrendamento aprovado no ano de 1994.

O caso dos Irmãos Bitar S.A. exemplifica o que se tornaria a estratégia de sobrevivência mais típica dessas frações locais do capital, de manter sua reprodução a partir do rendimento obtido com o aluguel dos imóveis acumulados pela empresa ao longo dos anos, ou então de rendimentos obtidos pelo aluguel de imóveis construídos especificamente para esse fim. Um segundo caso típico dessa estratégia serve para reafirmar a frequência desse movimento entre os tradicionais grupos empresariais locais durante o declínio. É o caso da Portuense Ferragens, indústria local fundada no ano de 1947 e dedicada principalmente à indústria de funilaria e ao comércio de materiais de construções civil e naval.

Assim como os casos da Indústrias Martins Jorge S.A e Irmãos Bitar S.A., o crescimento progressivo do ativo imobilizado, em paralelo à redução na proporção de ativos circulantes no balanço da Portuense, indica aos poucos a trajetória do capital rumo às atividades rentistas de base urbana. Como no balanço da portuense foi diferenciado o valor dos imóveis em relação ao valor das instalações e das máquinas e equipamentos, foi possível aferir que a proporção de ativos imobilizados somente como imóveis, no balanço de 1985, equivalia a aproximadamente 35% do total de ativos da empresa. Mesmo assim, naquele ano a proporção das receitas não operacionais em relação à receita bruta total da empresa não chegaria sequer a 1%. Tampouco o investimento em ativo imobilizado seria relevante naquele ano, também inferior a 1% do total das aplicações de capital. Ainda que no ano de 1990 a proporção de imóveis sobre os ativos totais diminuísse para cerca de 30%, a proporção de investimentos imobilizados sobre o total do investimento chegaria a aproximadamente 91%. Também de forma semelhante à Irmãos Bitar S.A., a Portuense transformaria sua antiga fábrica localizada na área central de Belém em um pequeno shopping popular, incorporando a atividade imobiliária como principal fonte de rendimento do grupo.

Dentre as indústrias locais analisadas, possivelmente a Companhia Industrial do Brasil, das famílias Chamiê e Thomé, foi a única que não seguiu a estratégia de passar a

reproduzir seu capital a partir do aluguel dos imóveis. De fato, ao longo dos anos de 1980 a CIB amargaria duras perdas patrimoniais, que culminariam com a venda de grande parte do seu patrimônio. De todo modo, a lógica de elevação da proporção de ativos imobilizados sobre o total de ativos, em paralelo à queda brutal do ativo circulante permaneceria igual aos outros grupos. No balanço do ano de 1985, por exemplo, registrou-se a proporção de 66,8% de ativos imobilizados sobre os ativos totais e no balanço de 1990 essa mesma proporção se elevaria para 97%. De fato, o que se observa nessa fase final da série é uma expressiva queda no total do ativo circulante, que passa de aproximadamente R\$ 3.000.000 para pouco mais de R\$ 400.000, em valores atualizados para janeiro de 2017. Além disso, no balanço de 1990, a CIB não apresentaria faturamento com receitas não operacionais, e mesmo no balanço do ano anterior esse faturamento não ultrapassaria o valor de 4% do faturamento bruto da empresa. O declínio nas atividades produtivas de extração de castanha da CIB evidenciava-se no baixo desempenho no faturamento bruto e líquido da empresa, que em 1985 seria de aproximadamente R\$ 504.000, com um resultado líquido de míseros R\$ 5.000. Significa dizer que, apesar da elevação da participação dos ativos imobilizados no total de ativos do grupo, em função diretamente da forte queda nos ativos circulantes e no próprio faturamento da empresa entre 1985 e 1990, o rentismo fundiário, fazendo uso dos imóveis da empresa, mostra-se de forma restrita e de pouca relevância sobre o faturamento total.

Ao que tudo indica, o caminho encontrado pelos herdeiros da CIB acabou sendo a venda paulatina dos imóveis, motivada pela forte valorização da área onde se localizava o antigo parque industrial da cidade. Essa valorização imobiliária só foi possível mediante a execução da macrodrenagem da Bacia da Armas que, dentro de uma justificativa sanitária, promove a maior obra de macrodrenagem realizada em Belém até então. Não é objeto desta tese apresentar evidências diretas que o declínio das indústrias locais tenha sido o principal elemento motivador para a realização das obras de macrodrenagem da Bacia das Armas. De todo modo, foi substancial o impacto desse projeto sobre a valorização imobiliária dos ativos imobilizados que eram de propriedade dos capitais locais, tanto da CIB quanto de outros grupos industriais que entraram em declínio no mesmo período, como as Indústria Martins Jorge S.A., a Fábrica de Fumos Democrata, a Aliança Industrial S.A., Renda Priori S.A., dentre outras.

Por fim, em casos muito pontuais, que não aparecem claramente no levantamento realizado nos balanços, mas sim nas entrevistas realizadas com herdeiros de segunda ou terceira geração dos grupos estudados, foram encontradas evidências de estratégias rentistas

pouco convencionais. Essas formas baseiam-se na venda de procurações ou de desmembramentos de proprietários de grandes áreas urbanas ocupadas informalmente que negociam esses documentos como forma alienar o imóvel construído no terreno. Essas vendas ocorrem mediante o contato direto com o proprietário do terreno ou diretor do grupo empresarial que detém a propriedade do mesmo. Segundo entrevista, a precificação varia de acordo com o valor do imóvel no mercado e não segue preço fixo.

Um caso típico desse processo ocorreu entre os herdeiros do Curtume Maguary S.A., antiga empresa de beneficiamento de couro bovino localizada no que atualmente corresponde à maior parte do município de Ananindeua, na RMB, e na área de expansão do município de Belém. Segundo entrevistas com herdeiros de segunda geração, o curtume encerrou suas atividades no início dos anos de 1980 e desde então seu único faturamento tem sido o desmembramento dos terrenos de propriedade da empresa. Com o avanço das ocupações informais, ao longo principalmente dos anos de 1990 no município de Ananindeua e na área de expansão do município de Belém, o Curtume Maguary passou a incluir na sua linha de faturamento a venda de procurações. Dada a ausência de uma política de regularização fundiária, essas procurações servem prioritariamente para que os moradores dos terrenos ocupados informalmente possam negociar suas residências no mercado. Para isso recorrem diretamente ao herdeiro do Curtume, atual diretor financeiro da empresa, para conseguir adquirir, mediante compra, uma procuração que garanta plenos poderes de venda daquele imóvel em nome da empresa. A peculiaridade desse tipo de rentismo reside na sua própria resistência ao longo do tempo, pois, mais do que renda fixa obtida com o aluguel de imóveis, essa prática demonstra a capilaridade com que existe o rentismo fundiário e as inúmeras manifestações da espoliação e da superexploração da força de trabalho no espaço urbano da RMB.

Quadro 6: Trecho de entrevista com Danilo Menezes, herdeiro de terceira geração do Curtume Maguary.

Raul: Como começou a relação do Curtume com as terras em Ananindeua? O Sondas [fundador da empresa] pegava terra no nome do Curtume maguari ou no nome dele?

Danilo: [Começou porque] o Sondas comprou muitas terras em Ananindeua e Icoaraci. Ele fez um empréstimo para o Governo do Estado e recebeu terras em pagamento. Essas terras foram aforadas. Aí, ele chegava com o agricultor e aforava: tu me pagas por ano, pode plantar aí. Meu pai era sócio e diretor rural e hoje eu continuo sendo diretor rural, depois que meu pai morreu, para vender terras ocupadas. O cara tem esse documento e me procura.

Raul: Como é isso?

Danilo: Hoje o Curtume Maguari é Maguari Melhoramentos e Maguari Empreendimentos. Trabalha só para vender terras ocupadas e como ainda tem esse acervo que tem gente que procura e a gente vende. Em Icoaraci, Belém, Ananindeua. Só teve um loteamento, que foi das Águas Lindas depois da morte dele. O resto foi ocupação. O cara tá lá e diz "Quero o documento da minha terra" aí ele procurava meu pai na época, agora me procura.

Raul: A cada hora que ele procura vocês emitem...

D: Um contrato de compra e venda para ele retirar a escritura dele e registrar

Raul: Tu vendes depois dele ter ocupado?

D: É...O preço que dá para ele pagar, porque a gente não briga com ninguém, fica todo mundo lá. O Maguari não briga com ninguém. Agora, não vai pagar o que vale, porque já tá lá, mas vai pagar alguma coisa...

Raul: Vocês baseiam esse preço em quê? Vocês ainda fazem muito isso? Têm uma ideia de quantos lotes em média?

D: Localização e tamanho da terra. Mas, mesmo assim sai muito mais em conta do que ele fosse comprar. Agora, nessa crise está meio devagar. Mas vende ainda. Quando o governo estava dando aí esses empréstimos, tava fácil; eu vendi bastante terreno. No tempo que estava... 2013... por ano, eu vendi mais de 50 lotes. Ocupados, sem tamanho padrão, porque é tudo desorganizado.

R: Ainda tem reserva?

D: Ah, ainda tenho... Ultimamente fui chamado por um juiz que queria saber sobre os processos de usucapião na área, porque ele precisa saber para me notificar. E eu contei toda essa história que estou repassando pra ti. Aí eles querem que a gente faça um levantamento da nossa área do que já foi vendido lá e isso não é responsabilidade nossa. Toda vez que vende uma área de uma área maior, quem tem que ter o controle disso é o cartório de registro. Se eu vendi 10 de 100 metros, eles têm que tirar isso da minha matrícula mãe lá. Mas como eles nunca fizeram isso e a minha área é muito grande... hoje não dá mais para ele fazer isso, porque é uma fortuna... Agora, uma fortuna para quem, se eu não sei quando vou vender um lote lá. Isso aí ninguém faz!

R: Ou seja, quem está registrando que deveria levar a planta do terreno?

D: É...deveriam estar excluindo e diminuindo a área. Se eu te mostrar a planta, é de 1950, que é de Icoaraci. O tamanho é o mesmo, mas não é a mesma coisa, mudou tudo, já fizeram mais ruas. Como é que eu vou fazer um levantamento disso? É caro. E outra coisa, não é financeiramente viável para a empresa. Mas, agora, um exemplo... se o governo do Estado, depois do levantamento, dissesse que vai pagar o resto do terreno que ainda tem lá...seria outra coisa, vamos lá levantar. Mas querem que eu faça um levantamento para saber o que tem e o que não tem para a empresa só gastar e não receber nada em troca disso?

R: Além de Icoaraci, vocês têm a área do curtume..

D: E mais várias áreas de Ananindeua, só para tu teres uma ideia a Cidade Nova [Conjunto habitacional construído pela COHAB-PA entre 1970 e 1980] 80% dela foi desapropriada do Curtume Maguari.

R: Mas o curtume já está encerrado as atividades?

D: Sim, já encerrado. Só para venda de terras. Foi desapropriado da empresa que ficou para legalizar terra. Logo no início, quando o curtume foi desapropriado, nem tudo estava ocupado.

R: Por exemplo, no caso deles aqui... quando tu vendes uma terra, um desmembramento isso vai para todos os sócios?

D: É, entra lá e ele faz um levantamento anual no fim do ano. Entra no balanço nosso, que não dá nada. Isso é mais para sustentar as empresas...é barato demais uma terra dessas. O cara não tem dinheiro para pagar e a gente não vai deixar de vender. Agora...às vezes, às vezes...em Ananindeua tem terrenos grandes, que nunca mais aconteceu isso, aí já dá para ganhar e aí tem a divisão.

R: Vocês ainda publicam balanço anualmente?

D: Publica. O faturamento ainda é a venda das terras, no balanço tem as porcentagens que cabe a cada um.

Fonte: Informação verbal⁵⁶⁰

Dispostas em pelo menos três principais formas, as estratégias rentistas identificadas se mostram como indícios das formas locais de sobrevivência de frações do capital comercial e industrial a partir da captura de renda fundiária. Apesar das análises não contemplarem todos os casos existentes, supõe-se que esses tipos de estratégia de sobrevivência pelo rentismo fundiário urbano foram as mais comumente adotadas pelos grupos empresariais locais a partir dos anos de 1980. De fato, em que pese serem tomadas dentro de formas passivas de rendimento não produtivo, a permanência da empresa no mercado até o momento atual – como administradora do patrimônio, conforme definiu um dos entrevistados – indica a importância desse tipo de rendimento para frações importantes da classe dominante local. Em balanços recentes, publicados no ano de 2015, apenas a Bitar Irmãos, as Indústrias Martins Jorge e a Portuense Ferragens apresentaram, individualmente, um faturamento com aluguéis superior a R\$ 2.000.000,00, uma cifra que chega a ser superior ao faturamento com atividades produtivas registrado nos balanços dos anos de 1980.

⁵⁶⁰ Entrevista concedida ao pesquisador em 26 jul. 2016

RENTISMO E ESPOLIAÇÃO POR MEIO DO URBANO: OS DILEMAS DE UMA METRÓPOLE NA PERIFERIA DO SUBDESENVOLVIMENTO.

Esta tese partiu da hipótese de que a resolução da crise de reprodução das frações do capital comercial em Belém, motivada pela dissolução da formação socioespacial da Amazônia, ocorreu pelo desenvolvimento de estratégias rentistas que possibilitaram a manutenção de formas mercantis de reprodução do capital pela incorporação de renda fundiária urbana. As discussões trazidas ao longo da tese analisaram as principais características de grupos empresariais locais formados no período seguinte à crise da economia gomífera amazônica, marcado pelo desenvolvimento endógeno de um restrito setor industrial articulado ao extrativismo da castanha-do-pará e aos primeiros contatos com o mercado interno brasileiro, tomando conta dos anos que vão de 1920 até meados dos anos de 1960. Na sequência, o trabalho se voltou para a atuação da SUDAM no estado do Pará, entre os anos de 1966 e meados dos anos de 1980, destacando a sua relação com os grupos industriais paraenses formados no período anterior e, com isso, evidenciando o distanciamento desses grupos com o projeto de desenvolvimento regional definido pelo Governo Federal para a Amazônia durante o regime militar.

A pesquisa procurou identificar de que forma as estratégias rentistas adotadas por grupos empresariais tradicionais, formados entre 1920 e 1960, conectavam-se às transformações regionais da economia amazônica, particularmente a paraense, no que tange à perda da hegemonia de frações do capital comercial local sobre a criação de valor no interior do sistema. Da mesma forma, buscou-se realçar o papel que a desarticulação do sistema de aviação teve sobre a força de trabalho rural, no que diz respeito à possibilidade de acumulação e de geração de valor, a partir da acumulação primitiva de gêneros florestais tradicionalmente sob o domínio de frações do capital comercial paraense.

De certo modo, o pano de fundo dos capítulos tratava do modo como o valor era gerado ou distribuído nos limites da região amazônica. Nesse processo, acumulação primitiva e superexploração da força de trabalho caminhariam lado a lado, lançando mão a cada momento histórico dos fatores de produção que se encontravam à disposição no espaço. A dialética interna desse encontro determinaria estruturas de produção que carregam em si as formas específicas de dominação sobre a força de trabalho e sobre os elementos da força produtiva. Inicialmente se apropriando do conhecimento acumulado do indígena e da

escavidão pela catequização, viabilizam-se modos específicos de extrair gêneros tropicais que se encontravam dispersos na floresta, capazes de servir como mercadorias de interesse ao mercado externo. A recuperação histórica do processo de ocupação econômica do território amazônico pela coroa portuguesa serviu para evidenciar a relevância do extrativismo de coleta para o processo geral de acumulação e geração de valor, necessários para viabilizar o Estado colonial do Grão-Pará e Maranhão. A alternância entre diferentes gêneros tropicais de maior preço de exportação acabaria por produzir fases distintas ao longo ciclo extrativista, em que a cada etapa de expansão e declínio no valor do produto exportável reconfigura-se a hierarquia de cidades da rede urbana dendrítica regional.

Posteriormente, do isolamento espacial e do padrão de consumo do caboclo ribeirinho consolida-se um tipo de capital comercial endógeno à formação amazônica composto por uma miríade de comerciantes fluviais e por alguns exportadores urbanos. Articulado pelo sistema de aviamento dentro de uma intrincada rede de empréstimos, o extrativismo de coleta mostraria sua resiliência no decorrer de um longo ciclo extrativista. Foi essa resiliência que possibilitou a estruturação de uma rede de negócios inter-regional, robusta o suficiente para elevar a produtividade do sistema com o aumento da demanda pelo látex da seringueira no mercado internacional. No decorrer do longo ciclo extrativista, Belém, pela sua localização estratégica, manter-se-ia sempre no posto de cidade primaz da região.

A demanda internacional pelo látex da seringueira consolidaria a relação entre o sistema de aviamento colonial e a velocidade da acumulação do capitalismo internacional da Segunda Revolução Industrial. Desse ponto em diante, as diferenças entre o tempo de circulação do capital internacional e o tempo de circulação do capital na formação socioespacial da Amazônia, personificado no comerciante aviador da borracha amazônica, iriam sempre se equalizar pelo aumento da superexploração durante o processo de extração ou pelo aumento nos rendimentos permitidos pela absorção de renda fundiária a partir de imóveis urbanos.

Isso significava que, enquanto no mundo urbano, vilas coloniais transformaram-se em cidades redesenhadas de acordo com as últimas determinações do urbanismo internacional, servindo às necessidades de reprodução do capital a partir da renda fundiária, no mundo rural, a transumância nordestina injetava cotidianamente nos rincões da floresta uma população espoliada e faminta, tornada apta para se endividar com o seringalista até o findar de sua vida ou até ocorrer o esgotamento da demanda externa. Após o custo de inúmeras vidas, a segunda opção se revelaria duramente para a economia amazônica,

desmanchando no ar a riqueza financeira e especulativa do período gomífero e libertando o seringueiro de uma escravidão por dívidas.

A geração do valor mais uma vez precisaria se reacomodar ao extrativismo de coleta e às suas formas específicas de superexploração da força de trabalho e acumulação primitiva, praticamente nas mesmas áreas de coleta, mas utilizando apenas uma pequena parte da força de trabalho empregada anteriormente na exploração gomífera. A partir dos anos de 1920, o sistema de aviamento seria paulatinamente reorganizado dentro de novas bases produtivas, necessárias para permitir a exploração e o beneficiamento industrial da castanha-do-pará, mesmo que diferenciassem em termos de valor de exportação. De fato, foram as conexões com o mercado externo que, ao imporem exigências fitossanitárias para a exportação da castanha, estimularam processos endógenos de inovação e progresso técnico. Antigos regatões, aviadores e exportadores a partir de então se tornariam também industriais, donos de usina de beneficiamento de castanha.

Não que essa nova condição produtiva tenha necessariamente produzido alguma alteração na forma mercantil de acumulação desses comerciantes. Sejam eles proprietários de indústrias ou de regatões, a maior parte do lucro ocorreria prioritariamente durante o processo de troca, típico das frações comerciais do capital e da forma mercantil de reprodução da riqueza. Nesse contexto de predominância dos ganhos comerciais, mesmo se tratando de estruturas industriais, o beneficiamento do extrativismo exigiria ainda mais superexploração sobre a força de trabalho, como ocorria com os grupos industriais estudados, nos quais observa-se a manutenção dos ganhos de capital pelo aviamento, mantido vivo no registro de seus ativos circulantes da empresa. No limite, esse processo aparecia no chão da usina de castanhas com manutenção de formas de remuneração da força de trabalho com base no peso total de castanhas descascadas, contabilizados ao fim do dia de trabalho, excluindo-se da conta as que porventura quebrassem durante o descasque.

Se em um extremo do processo de integração com o mercado nacional, a demanda por gêneros extrativistas gerou formas industriais de elevado grau de exploração sobre a força de trabalho, em outro extremo, particularmente entre os anos de 1920 e 1950, o início da articulação com o mercado interno, somado ao aumento na demanda regional por produto manufaturados básicos, geraria demanda para o surgimento de um parque industrial com alguma produtividade, centrado na produção bens de consumo não duráveis. Esses casos possibilitam que uma pequena parte do valor gerado na formação socioespacial da Amazônia passasse a ocorrer também a partir de relações socioespaciais de produção baseadas no

trabalho assalariado e no modo de vida urbano, em detrimento da acumulação primitiva de produtos agroflorestais. De todo modo, mesmo com o registro de um crescimento industrial significativo entre os anos de 1920 e 1950, o extrativismo de coleta, articulado pelo sistema de aviamento e sua rede de comerciantes, exportadores e banqueiros, continuaria a ditar os rumos da economia regional e da acumulação de capital.

A reação regional à hegemonia dos aviadores e do extrativismo articulado ao aviamento apareceria como elemento central do projeto da SPVEA. Nesse projeto, a necessidade de auto sustentação da economia regional deveria vir mediada pelo fim do aviamento e do isolamento espacial, eliminando a dependência e os altos custos da navegação de cabotagem, diante do que a Belém-Brasília apareceria como um elemento componente do projeto desenvolvimentista regional. Restrições de recursos e dificuldades administrativas inviabilizaram que o projeto de auto sustentação da economia regional avançasse para além do incentivo a algumas grandes indústrias localizadas no Pará e da melhoria de infraestrutura logística para a região. Em que pesem as diferenças de escala entre a indústria local e seus concorrentes extra regionais, seriam poucos os grupos locais capazes de se colocar em pé de igualdade na disputa pelo mercado interno nacional, com a Perfumarias Phebo se tornando o único exemplo de sucesso, entre os grupos formados nessa fase da economia regional, no contexto da desigual competição por mercado que se inaugura com o aprofundamento da integração do mercado e com as mudanças nas diretrizes de planejamento regional.

Se no mundo rural amazônico a acumulação primitiva de gêneros primários e a superexploração da força de trabalho ditavam o ritmo de geração do Valor no sistema, no mundo urbano, particularmente em Belém, entre as décadas de 1950 e os primeiros anos de 1960, o ganho de capital a partir das atividades de incorporação imobiliária se apresentava como importante estratégia das empresas de sociedades anônimas do estado. Mesmo que contribuísse para o crescimento da empresa, nesse momento o rentismo e o valor obtido pelo processo produtivo na construção civil haviam-se configurado apenas como estratégias complementares à acumulação de capital das empresas, e não como uma estratégia de sobrevivência de uma massa de capital acumulado. Naquele momento, os grupos empresariais locais ainda conseguiam se colocar como incorporadores, o suporte necessário à produção e circulação da moradia pelo capital comercial.

O golpe de 1964 se configurou como um divisor de águas para a economia amazônica, especialmente pela alteração sobre a condução das instituições de desenvolvimento e de planejamento regional. Desse ponto em diante, a economia amazônica

abandonaria em definitivo a característica de espaço praticamente restrito de geração de Valor e superexploração da força de trabalho, conduzido para a reprodução mercantil de frações do capital comercial local que se organizavam prioritariamente a partir da hegemonia do extrativismo e do sistema de aviação. Mesmo que pouco expressiva, tendo em vista as formas de exploração presentes nas relações de peonagem, a disseminação do assalariamento como relação de trabalho principal, associado ao trabalho nas fazendas agropecuárias e na extração da madeira, contribuiria para ampliar o campo da acumulação primitiva pela degradação da floresta e de extração de mais-valia absoluta pela degradação do homem. Dinâmicas complementares que se fundem especialmente no Sudeste do Pará, onde se situavam as principais reservas de castanha, cujas cidades haviam-se tornado ponto nodal de conexão entre a Amazônia e restante do país.

Assim, com auxílio direto da SUDAM o Pará se tornaria o estado da *região* amazônica em que mais se expressaram essas novas condições impostas à periferia do sistema. A devastação da floresta e expurgação das suas riquezas minerais passam a responder à demanda permanente por acumulação primitiva. Seguindo essa lógica, formata-se uma fronteira interna destinada à acumulação do grande capital nacional e internacional, cujos nódulos principais situam-se na região Sul e Sudeste do Pará. A necessidade de acumulação primitiva torna esses espaços sub-regionais mais porosos à mobilidade de mão de obra, que migra de todas as regiões do território nacional, mas especialmente (e mais uma vez) da região Nordeste. As análises dos projetos de financiamento destinados ao Pará, durante o período de 1964 a 1982, evidenciam que, no espaço de fronteira econômica e de expansão do capitalismo nacional, foram os fundos públicos federais um dos principais responsáveis pela devastação ambiental, a partir da expansão agropecuária e das indústrias madeireiras. Em um contexto de acumulação primitiva com aval e financiamento do Estado, e sob o comando do grande capital nacional, a força de trabalho restaria migrar em busca de melhores condições de reprodução.

O papel da SUDAM no processo de integração da Amazônia ao mercado nacional aponta para algumas reflexões importantes que, apesar de fugirem ao escopo mais geral desta tese, podem ser colocadas em evidência no sentido de uma agenda futura de pesquisa. Em primeiro lugar é importante destacar o papel do Estado brasileiro no sentido da transformação da floresta amazônica em terra. Em outras palavras, isso significa um realce sobre o papel preponderante que os fundos públicos federais e as políticas de desenvolvimento ligadas à SUDAM e ao BASA tiveram na mercantilização do espaço amazônico. De fato, não se tratava

de aproximar a terra de um ativo financeiro e sim de convertê-la em mercadoria, em que o expediente da acumulação primitiva acabaria assumindo um caráter quase permanente. A terra na fronteira de expansão amazônica se tornaria pela força do Estado em uma mercadoria cujo valor de uso deveria manter uma relação direta com a prática especulativa que tradicionalmente norteia o mercado de terras no Brasil. A especulação com a terra sob o aval das políticas de desenvolvimento regional do Estado impactaria diretamente no seu valor de troca e, evidentemente, na destruição da floresta. Como mercadoria capitalista o espaço do extrativismo de coleta deveria dar lugar a atividades agropecuárias que atendessem à demanda nacional de commodities agrícolas para exportação, eliminando modos de vidas tradicionais e desarticulando a espacialidade definida sob a hegemonia do aviamento.

Outro ponto importante que foi apresentado diz respeito à relação entre indústria e desenvolvimento regional. Como regra, definiu-se para a Amazônia uma política de substituição de importações industriais, que se tornaria o caminho incentivado para promover o desenvolvimento econômico da região. Apesar dos efeitos de estímulo terem efetivamente se comprovado – em que pese os dados agregados da produção industrial e do crescimento do PIB regional no período – as consequências indiretas dos efeitos de bloqueio e destruição da indústria e do comércio regional levam a crer que as políticas de desenvolvimento regional do período ampliaram a predominância de relações de produção que dependem da extração de mais valia absoluta e de formas de acumulação primitiva sobre a floresta.

É preciso discutir se a noção desenvolvimentista, no qual o progresso humano dependeria da elevação no grau de industrialização da região, realmente faz sentido num contexto como o amazônico. De fato, o que a história da economia regional mostrou foi a ocorrência de um surto importante de desenvolvimento endógeno, observado nos anos anteriores à atuação mais sistemática da SUDAM, que parece demonstrar o caminho possível para um padrão industrialização regional capaz de conectar cidade e floresta de forma mais equilibrada. Em suma, trata-se de produção industrial articulada ao extrativismo de coleta capaz de se organizar de acordo com padrões de consumo internos da população urbana, ganhando escala de produção e mercado externo a partir do acesso aos fundos públicos. O caso de sucesso da Phebo pode ser tomado como exemplo: uma indústria de produtos de higiene pessoal articulada com o extrativismo da essência do Pau rosa que consegue se expandir nacionalmente pelo acesso aos fundos públicos.

As consequências do desenvolvimento desigual do espaço regional iriam se

manifestar de diversas formas, sendo em Belém e na sua área metropolitana que se materializam as principais consequências na escala urbana. Incapaz de se recomodar às novas determinações da economia nacional sobre espaço regional, a área metropolitana de Belém abandona seu típico padrão de ocupação intraurbano, baseado no alinhamento dos lotes e no aforamento da terra, e assiste à formação das maiores e mais precárias ocupações informais do Brasil. Apesar de simplória, em comparação as determinações da urbanística moderna que se tornariam comuns a partir dos anos de 1970, a expansão baseada no alinhamento das quadras a um desenho geométrico definido para o patrimônio fundiário do município no início do século XX, garantia à prefeitura municipal o controle direto sobre o tecido urbano e seus elementos – ruas, quadras e lotes. Essa condição, típica do modo como se configurou o tratamento da terra urbana na formação socioespacial da Amazônia, permitia algum nível de controle sobre estratégias rentistas baseadas na retenção especulativa da terra urbana ou das práticas de loteamento de antigas áreas rurais, potencializando o número de lotes em detrimento da qualidade do espaço público.

A incorporação do Amazônia como região subnacional na formação socioespacial brasileira cobra um alto preço da cidade de Belém e sua área metropolitana. Em virtude da sua tradicional posição de controle sobre a rede urbana dendrítica, grande parte da população rural afetada pelo avanço do fronteira constrói uma extensa cidade informal nos espaço de várzea da primeira légua patrimonial, e nas ilhargas de loteamentos populares construídos na segunda légua patrimonial. Uma dinâmica perversa de crescimento urbano que azeita um círculo vicioso de degradação ambiental e segregação socioespacial, dando estofa para a criação de inesgotáveis fontes para superexploração da força de trabalho e espoliação por meio do espaço urbano.

Na principal metrópole regional dos anos de 1970 a 1990, o avanço brutal da informalidade urbana ampliaria o trabalho não pago no processo de autoconstrução da baixada. Ao mesmo tempo, a construção civil avança na consolidação de um novo padrão de vida urbana, associado ao edifício multifamiliar de apartamentos, principal tipologia habitacional adotada pelas incorporadoras locais, garantindo a geração de mais-valia absoluta pela superexploração da força de trabalho no canteiro de obras. Por sua vez, o poder local, limitado no seu modo de atuar no planejamento urbano da metrópole e principalmente sobre a estrutura de financiamento das atividades imobiliárias, direcionaria recursos públicos no sentido da construção de infraestrutura urbana, capaz de ampliar os ganhos a partir da renda da terra na RMB. As obras de macrodrenagem das baixadas, somadas à abertura de nova

frentes de expansão imobiliária com a implantação de conjuntos habitacionais pela COHAB-PA, criam a diferenciação espacial necessária para elevar os ganhos rentistas em terrenos localizados na área central da RMB.

As estratégias rentistas das antigas famílias proprietárias dos grupos industriais estudados se articulam à diferenciação espacial criada pelos investimentos públicos em infraestrutura urbana, que parecem definir grande parte do tecido urbano da cidade em favor dos interesses desses grupos. Assim, os dilemas de processos históricos concretos de uma formação metropolitana, construída no seio de uma região periférica do capitalismo brasileiro, passa a residir na necessidade endêmica de um cotidiano urbano que sobrevive da relação entre rentismo imobiliário e espoliação por meio do urbano, que se tornam perversamente complementares.

Em cidades como Belém, outrora centros da indústria regional que se tornam pontos nodais da periferia do sistema, as diversas formas de espoliação pelo urbano (autoconstrução, espaço urbano precário, elevado tempo de deslocamento entre a casa e trabalho, etc.) servem também como ponte para transferir uma parcela do valor socialmente produzido para os grandes proprietários da terra, outrora industriais e ou então grandes comerciantes regionais. Por sua vez, a perda de vínculo com atividades produtivas, sejam industriais sejam eminentemente comerciais, assegura a permanência dos ganhos obtidos via renda fundiária pelas famílias proprietárias. A busca ativa dos proprietários fundiários, no sentido de criar condições para que rendas futuras sejam apropriadas, contribui para permanência de um tecido urbano que serve à espoliação e à apropriação de mais valia absoluta.

Anuladas as rendas obtidas pela aplicação de capital no processo produtivo, resta ao proprietário da terra a captura de rendas de monopólio associadas às vantagens de localização. O papel ativo dos grupos industriais locais se manifestou de forma clara em Belém durante as obras de macrodrenagem e de remoção de palafitas localizadas na Bacia das Armas, área que anteriormente concentrava o parque industrial da cidade, transformando aquela área na mais valorizada da RMB. Os movimentos das coalizões locais, durante a segunda metade dos anos de 1990, fez com que o coeficiente de aproveitamento daqueles terrenos fosse elevado a novos patamares permitindo, conforme se recuperava o mercado imobiliário local, uma rápida verticalização da área e elitização daquele espaço urbano.

De forma menos ativa, a renda obtida com a localização central dos antigos galpões de propriedades desses grupos, permitiu a sobrevivência daqueles capitais pela

desmobilização dos equipamentos industriais e a transformação dos galpões em depósitos, faculdades ou mesmo shoppings populares, como aconteceu à Portuense Ferragens, que declarou em 2015 um faturamento total superior a R\$ 2.000.000,00 somente com aluguéis de espaços comerciais populares. Da mesma forma, o Curtume Maguary se beneficiou do modo como ocorreu a expansão informal na área de expansão da metrópole, incorporando ao rendimento das empresa os ganhos obtidos com desmembramentos do terreno original e venda de procurações para moradores locais.

Ao iniciar esta tese, as impressões empíricas sobre o imobiliário de Belém apontavam para a existência de uma estreita relação entre essas antigas indústrias locais e circuito imobiliário da RMB, posteriormente colocada como hipótese de pesquisa e que se confirmou a partir das entrevistas com herdeiros e análises de balanço das empresas. Os grupos empresariais e as famílias estudadas ao longo da tese se mostram como os casos típicos da trajetória do capital formado endogenamente na Amazônia, que redundam em uma fase final de declínio da empresa, que se constitui na sua existência unicamente como pessoa jurídica e administradora imobiliária de bens que servem à reprodução da família proprietária e sua perpetuação como classe dominante local.

O entendimento das novas características do espaço intraurbano da RMB, como manifestação destacada de uma possível nova espacialidade na qual o rentismo fundiário passa de segundo para primeiro plano na produção do espaço urbano da metrópole, deve ser visto à luz das determinações regionais que levam a transformações no espaço intraurbano das suas principais cidades. Na RMB, esse processo se manifestou a partir de formas ativas de coordenar os investimentos públicos em infraestrutura urbana, em relação às quais as antigas indústrias como grandes proprietários fundiários parecem ter exercido uma função preponderante no processo, mesmo sem ocuparem o posto de incorporadores imobiliário. A década seguinte, dos anos 2000 a 2010, traria o avanço de novas formas de incorporação imobiliária, associadas a grandes incorporadoras nacionais com capital aberto na BM&FBOVESPA e às políticas de financiamento imobiliária do Programa Minha Casa, Minha Vida, que transformaram o espaço intraurbano da RMB, ampliando suas diferenciações espaciais e elevando as possibilidades de ganhos rentistas com a propriedade imobiliária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. V. L. **A morfologia do Plano de Expansão da cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

ACKER, A. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, p.34-68 (2014).

ALMEIDA, J. J. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da Castanha do Pará. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 83, p. 103-127, 2009.

ARAÚJO, R. M. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho**: uma abordagem metodológica. 2015. 119 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

BARROS, M. V. V. **A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas**: reorganização do espaço sob efeito das políticas públicas para a Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso UFPA, 1992

BENCHIMOL, S. **Eretz Amazônia**: Os Judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 1998.

_____. **Amazônia**: Formação Social e Cultura. Manaus: Editora Valer, 2009.

BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. 393 f. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1972.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

_____. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39-69, 2010.

BRANDÃO, C.; GUIMARÃES NETO, L. A formação econômica do Brasil e a questão

regional, In: COELHO, F. C.; GRANZIERA, R. G. (Org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Editora Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2009, v. 1, p. 202-225

BELTRÃO, J. F.. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Goeldi Editoração, 2004.

BORGES, R. **O Pará republicano (1824 – 1929)**: ensaio histórico. Belém: Conselho Editorial de Cultura, 1983.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1975.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1985.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Editora Unicamp, 2002.

CANCELA, C. D. Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2006.

CARDOSO, A. **Burguesia brasileira nos anos 2000**: estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

CARDOSO, A.C.D. **O espaço alternativo**: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

CARDOSO, A. S. Apontamentos para história da família e demografia histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790). Dissertação (mestrado) – PPHIST-UFPA, 2008.

CARDOSO DE MELLO, J.M., **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense, São Paulo, 1982

CARDOSO, F.H. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

CARDOSO, A. C. D. LIMA, J. J. **Belém: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

CARDOZO, A.; SOUZA, C. M. (org.) **Histórias do Xingu: Fronteiras, espaços e territorialidades**. Belém: EDUFPA, 2008

CARVALHO, D. **O ciclo da economia brasileira e a Amazônia na dinâmica regional centro-periferia**. Belém: NAEA, 1999. (Papers do NAEA, 120)

CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012

CASTRO, F. F. **A Cidade Sebastiana: Era da borracha, Memória e Melancolia num Capital da Periferia da Modernidade**. Belém: Edições do Autor, 2010.

CAVALCANTI, M. B. **Da SPVEA À SUDAM (1964-1967)**. Belém: [s.n.], 1967.

CHAVES, T. A. P. V. **Isto não é para nós?** um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CHIACCHIO, M. **Indústria e desenvolvimento regional: a trajetória da perfumarias Phebo em Belém**. Dissertação (mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classes dominantes no Nordeste**. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1990. p. 157-158

CGEE. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

COHEN, G. A. **A Teoria da história de Karl Marx: uma defesa**. Campinas: EDUNICAMP, 2013.

COIMBRA, O. **A saga dos primeiros construtores de Belém**. Belém: Academia Paraense de Letras, 2002

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, F. A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970)**. Belém: NAEA, 2012a.

_____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012b.

_____. Lugar e significado da gestão pombalina na economia do Grão-Pará. **Nova Economia**, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010.

CRUZ, E. **Procissão dos séculos**. Belém: EDUFPA, 1952.

DA SILVA, F. C.; LEANDRO, L. M.; MARCONDES, R. L. Crédito Privado na Economia da Borracha: O Mercado Hipotecário em Belém (1870-1874). **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 34, p. 20-51, 2015.

DIAS, M. N. **A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão**. Belém: EDUFPA, 1970

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DOS SANTOS, V. M. **A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

EMMI, M. F.. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

_____. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 1960. **Papers do NAEA**, n. 166, 2002.

_____. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)** Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, 2013.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FAORO, R., **Donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia** – Tese (Doutorado - não publicada) NAEA: UFPA, 2010.

FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

_____. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, 1994.

FIX, M. **Transformações recentes no circuito imobiliário nacional**. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. RJ: Ed. Paz e terra, 1989.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste:** da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, D. **Para entender o capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Urban Experience.** Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989.

_____. O trabalho, o capital... **Espaço e Debate**, n. 6, 1982.

HARVEY, D.; ENDERLE, R. **Para entender O capital: livro II e III.** Boitempo, 2014.

HENRIQUE, M. C. ; MORAIS, L. T. de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Revista de História**, n. 171, p. 49-82, 2014.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno:** um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro – Oeste.** Brasília: IPEA, 2002. 5 v.

KALIFE, K. R. **Mineração de calcário no município de Capanema, Estado do Pará:** uma análise a partir da percepção dos moradores do entorno da Jazida B-17. 2013. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** v. 44. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

LEANDRO, L. M. L. **Crédito hipotecário no Brasil:** uma análise comparativa entre as praças de Belém e São Paulo (1870–1930). 2015. 205 f. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LEAL, A. **Uma sinopse histórica da Amazônia.** São Paulo: [s.n.], 1991.

_____. **A Amazônia:** objetivo do Império. [S.l: s.n], 2007. Disponível em: <www.mabnacional.com.br>. Acesso em: Jan. 2017

LEFEBVRE, H. **The survival of capitalism:** reproduction of the relations of production. London: Allison & Busby. 1976.

LESSA, C. Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. **Revista Tibiriçá**, n.6, 1977.

_____. **A Crise Urbana e o Circuito Imobiliário**. [S.l.]: Equipe P.E.H, c., 1980 (mimeo).

LESSA, C.; DAIN, S.. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: BELLUZO, L.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LIMA, J. J. F. **Regulatory instruments and urban form: searching for social equity in Belem, Brazil**. Diss.: Oxford Brookes University, 2000.

LIRA, S. R. **Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

LOPREATO, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: Editora Valer, 2007.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MACEDO, F. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: Gráfica e Editora América / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARQUES, G. S. SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). In: Trindade, J. R. B. (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPEVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro**. Belém: Paká-Tatu, 2014.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, v. 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, M. **Cidade no Brasil**. Terra de quem? São Paulo, Nobel/Edusp, s/d.

MCGRATH, D. G. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos cadernos NAEA**, vol. 2 n. 2, p. 57-72, 1999.

MEIRA FILHO, A. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história**. Belém: EDUFPA, 1976.

MELLO, M. E. A. S. **Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas**, Manaus: EDUFAM, 2009.

_____. O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 27.1, 2010.

_____. Perspectivas sobre a “nobreza da terra” na Amazônia colonial. **Revista de História**. São Paulo: n. 168, p. 26-68, 2013. p. 31.

MOOG, V. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MORAES, A. R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. M. R.; PINTO, E. R. M. F. **A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1986.

MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

_____. **O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980)**. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1987.

MUNIZ, J. **Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará**. Paris: Aillaud, 1904.

OLIVEIRA, F. L. P. **Estrutura e evolução de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

_____. **Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em Pernambuco**. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução: Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. (Org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O terciário e a divisão social do trabalho. **Estudos Cebrap**, v. 24, p. 137-68, 1979.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo 2013.

OLIVEIRA, M. F. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 167-184, 2014.

OLIVEIRA, F. A. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. **Brasil Debates**, n. 3, 1981.

- OLIVEIRA, N. A. S. ; FISCHER, L. R. C. . Implementação de lei de terras na província do Pará. In: **Encontro Internacional do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, 2016, Montevideu.
- OSÓRIO, L. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.
- PAULA, J. A . Amazônia: Fronteira de Acumulação de Capital. In: RIVERO, S.; JAYME JR., F. (Org.). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: EDUFPA (2008). p. 17-39.
- PENROSE, E. T. **A teoria do crescimento da firma**. Editora Unicamp, 2006.
- PEREIRA, Luiz. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. 1967. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.
- PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. **América Latina: ensaios de interpretação econômica**, v. 2, p. 44-82, 1976.
- PINTO, E. **Bloco no poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. 2010. Tese (doutorado) – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- PINTO, L. F. **Amazônia (o Anteato da destruição)**. Belém: Grafisa, 1977.
- PINTO, N. P. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Lisboa: Portucalense, 1971.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RANGEL, I.; SILVA, J. F. G. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- REIS, L. C. T. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v.1 n.1, jun. 2000.
- REIS, A. C. F. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1957.
- REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Editora Record, 1997.

RODRIGUES, E. B. **Espaço-Ambiente Intra-Urbano de Belém e Qualidade de Vida dos Trabalhadores.** Dissertação (mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.** 2009. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1978.

SANTOS, R. **A economia do Estado do Pará.** No. 10. Governo do Estado do Pará, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, Coordenação de Documentação e Informação, CDI, 1978.

_____. **História econômica da Amazônia: 1800 – 1920.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, M. N. **Memórias do velho intendente Antonio Lemos (1869-1973).** Editora Paka-Tatu, 2004.

_____. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912).** Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 55

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia.** Ed. UFPA, 2012.

SERRA, M. A.; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, 23, n. 13.2, 2004.

SILVA, G. do C. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPVEA, **Plano de Valorização Econômica da Amazônia: Primeiro Plano Quinquenal.** Belém: SPVEA, 1954

SCHAWRZ, R. As ideias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**, 1973.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980).** 2009. 227 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira.** São Paulo: LeYa, 2015

TAVARES M. C.; ASSIS, J. C. **O grande salto para o caos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TAVARES M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3. ed. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1998.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 454 – 455.

_____. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: Tavares, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154

_____. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

TRINDADE, J. R. B. (Org.) **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPEVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro**. Belém: Paká-Tatu, 2014.

TRINDADE JR, S-C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VELOSO, E. C. A. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO, R. (Org.) **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

VERÍSSIMO, J. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970.

VENTURA FILHO, R. **A floresta urbanizada: a formação de núcleos transamazônica - trecho Altamira – Itaituba**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VENTURA NETO, R. S.. **Belém e o imobiliário: uma cidade entre contratos e contradições**. Belém: IOEPA, 2015.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed.UFPR, 2004.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

APÊNDICE A

Comparação entre os dados do censo industrial de 1907 e 1920, organizado a partir do valor de produção industrial.

	Número de estabelecimentos		Capital empregado		Número de operários		Valor de produção	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907	1920
São Paulo	314	4145	148346:051\$	537817:439\$	24355	83998	110754:391\$	986110:258\$
Distrito Federal	652	1541	168626:045\$	441669:448\$	35104	56229	221619:542\$	666275:759\$
Rio Grande do Sul	314	1773	49205:919\$	250689:961\$	15426	24661	99778:820\$	353749:311\$
Rio de Janeiro	126	454	61694:457\$	126205:050\$	11900	16794	45112:500\$	184161:410\$
Minas Gerais	528	1243	26750:372\$	89775:573\$	9307	18522	32369:694\$	172060:860\$
Pernambuco	72	442	39986:465\$	90980:570\$	7155	15761	27288:125\$	136479:308\$
Paraná	297	623	20811:000\$	43996:122\$	4724	795	33085:200\$	102300:429\$
Bahia	70	491	22679:200\$	48820:652\$	8753	14784	21870:000\$	71992:935\$
Santa Catarina	171	791	9174:000\$	33295:862\$	2068	5297	13799:410\$	60171:283\$
Alagoas	39	332	7637:887\$	30682:015\$	2947	6939	7129:810\$	40519:661\$
Pará	54	168	11483:000\$	21330:848\$	2539	3033	18203:000\$	36424:408\$
Paraíba	36	251	3394:500\$	14136:173\$	1161	3035	3307:921\$	33137:059\$
Sergipe	41	237	5229:051\$	16678:213\$	1742	5386	4215:105\$	28827:310\$
Ceará	18	294	3521:000\$	16714:785\$	1207	4702	2951:100\$	25908:171\$
Maranhão	15	89	11562:900\$	16287:642\$	3802	3543	4965:332\$	22884:132\$
Espírito Santo	4	75	298:000\$	11727:709\$	90	1005	578:500\$	22872:353\$

Rio Grande do Norte	10	197	1283:000\$	7126:845\$	415	2146	1186:485\$	20538:759\$
Piauí	2	55	1110:878\$	6782:006\$	295	1150	1038:975\$	7956:492\$
Mato Grosso	10	20	11150:000\$	3505:928\$	3570	280	3750:000\$	6018:733\$
Amazonas	92	69	5484:000\$	5424:390\$	1168	636	13962:000\$	5701:715\$
Goiás	123	16	1232:500\$	1399:750\$	692	244	1876:500\$	4958:055\$
Território do Acre	0	10	0	107:000\$	0	22	0	197:880\$

Fonte: IBGE/Censo industrial de 1920. Elaboração Própria.

APÊNDICE B

Comparação entre dados sobre número de estabelecimentos, operários e valor de produção entre os censos industriais de 1940 e 1950 para Estado do Pará.

	1940			1950		
	Estabelecimentos	Operários	Valor de produção	Estabelecimentos	Operários	Valor de produção
Indústrias extrativas	19	2009	9251	4	74	1953
Produtos minerais	10	30	81	2	10	902
Produtos vegetais	9	1979	9180	2	64	1051
Indústria de transformação	590	8142	133.436	882	9675	509.766
Transformação de minerais não metálicos	43	719	3435	108	857	13.074
Metalúrgica	20	326	9208	9	180	13799
Mecânica	3	90	567	0	0	0
Material elétrico e material de comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de transporte (construção e montagem)	5	59	452	34	250	6216
Madeira	50	976	8031	76	1320	48.755
Mobiliário	27	277	1787	19	284	6234
Papel e papelão	3	9	59	4	9	803
Borracha	5	663	22.699	11	555	27.660
Couros e pede esse produto e similares	27	383	10.775	33	604	52.511
Química e farmacêutica	89	966	18.821	74	578	66.074
Têxtil	16	838	13.268	8	827	30.902
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	53	687	5654	60	677	20.211
Produtos alimentares	179	1138	24.851	324	2241	161.686
Bebidas	19	251	3411	76	737	24.825
Fumo	9	293	4934	4	84	10.693
Editorial e gráfica	31	370	4938	33	340	19.886
Diversas	11	94	546	9	126	6437
Construção civil	5	92	1854	8	196	7279

Serviços industriais de utilidade pública	52	352	6696	107	376	11.343
Total de estabelecimentos industriais	666	10595	151237	1001	10321	530341

Fonte: IBGE/Censos industriais de 1940 e 1950. Elaboração própria.

APÊNDICE C

Saldo do comércio de cabotagem dos Estados da Amazônia com o mercado interno, do período de 1940 e 1954.

	Estado	1940	1941	1943	1944	1945	1946	1947
Gêneros Alimentícios	Guaporé	0	0	0	0	-115	-26	-67
	Acre	-3078	-3648	-11311	-19204	-26406	-35537	-42894
	Amazonas	-13881	-23400	-73.124	0	0	0	-1
	Rio Branco	0	0	0	0	0	-78217	-92342
	Pará	-95.554	-117.652	-197.442	-145760	-157555	0	0
	Amapá	0	0	0	0	0	-317027	-316692
Manufaturas	Guaporé	0	0	0	0	-24313	-23139	-32516
	Acre	-13043	-17073	-20725	-50618	-43387	-39001	-45438
	Amazonas	-46078	-77588	-169538	-153512	-135037	-175434	-124343
	Rio Branco	0	0	0	0	0	-5838	-9847
	Pará	-63224	-92114	-193268	0	-3067	-266579	-180226
	Amapá	0	0	0	0	0	-6578	-7442
Matérias primas	Guaporé	0	0	0	8831	50068	50890	73943
	Acre	1075	15097	34707	-2307	43837	87157	81295
	Amazonas	9853	41737	53724	22151	3202	58213	115547
	Rio Branco	0	0	0	0	0	-2536	-2245
	Pará	18595	86143	80217	0	-617	188848	251983
	Amapá	0	0	0	0	0	-605	-37
Animais vivos	Guaporé	0	0	0	0	-115	-61	-109
	Acre	-24	-98	452	-513	-373	-86	-37
	Amazonas	-23	-23	249	-176	-104	29	-9
	Rio Branco	0	0	0	0	0	-1563	0
	Pará	-20	-94	257	278	-712	-131	-419
	Amapá	0	0	0	0	0	62	-1314

Gêneros Alimentícios	Unidade da	1948	1950	1951	1952	1953	1954
----------------------	------------	------	------	------	------	------	------

		Federação					
	Guaporé	-2	0	0	-7	-138	-293
	Acre	-39663	-52217	-65857	-58992	-78938	-110036
	Amazonas	0	0	0	-132	-1.184	0
	Rio Branco	-69799	-96765	-171465	-211160	-343589	-157168
	Pará	0	0	0	-4.890	-14.167	-19.602
	Amapá	-316461	-546763	-716854	-737946	-847.513	-1.289.403
Manufaturas	Guaporé	-17597	-36524	-63407	-90958	-47476	-58980
	Acre	-47154	-77297	-84377	-100063	-59018	-64320
	Amazonas	-117470	-199705	-324849	-323345	-274608	-359519
	Rio Branco	-11970	-27101	-22838	-19180	41111	-29727
	Pará	-254054	-308604	55101	-536789	-732902	-831698
	Amapá	-10143	-18942	-23748	-22451	-22917	-44438
Matérias primas	Guaporé	57266	46248	69802	144857	133945	133779
	Acre	67022	55531	57335	201143	209736	273199
	Amazonas	134435	190398	245323	70140	167747	273878
	Rio Branco	-3459	-2989	-2680	-1093	-2416	-5205
	Pará	295487	455184	554747	597052	740883	634083
	Amapá	-905	-3734	-2395	8928	15338	4960
Animais vivos	Guaporé	-71	-82	-404	-1207	-50	-299
	Acre	-29	-297	-175	-72	-163	-516
	Amazonas	8	26	276	-3266	-2749	-12865
	Rio Branco	0	-5	0	0	-20	2095
	Pará	-406	-457	-242	2340	2374	1695
	Amapá	-501	0	-34	78	-32	0

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE). Comércio de cabotagem do Brasil, vários anos entre 1940 a 1954. Elaboração própria.

APÊNDICE D

Série histórica dos balanços das principais empresas S.A. do Pará situadas em Belém, com porcentagem do ativo imobilizado em imóveis sobre o ativo total.

Principais acionistas	Principal atividade	Nome da empresa	Imóveis no Balanço	1945			1950			1955			1960		
				Total do ativo imobilizado em imóveis	Total do ativo	% de imobilizado sobre o total de ativos	Total do ativo imobilizado em imóveis	Total do ativo	% de imobilizado sobre o total de ativos	Total do ativo imobilizado em imóveis	Total do ativo	% de imobilizado sobre o total de ativos			
Família Assmar	Indústria	Aliança Industrial	Diferença				792625 3,3	471908 ,3	5,95%	146541 89	225953 7,8	15,42%	12851012 4,1	141761 87,80	11,03%
Oscar faciola e Rafael Fernandes de Oliveira Gomes	Serviços financeiros	Banco do Pará	Diferença	866750 2,30	972691 ,7	11,2%	805882, 963	330000		102166 641,8	841834 ,2	0,82%	233.709.8 01,70	116212 1,9	0,50%
Oscar faciola e Rafael Fernandes de Oliveira Gomes	Serviços financeiros	Companhia de seguros comercial do Pará	Diferença				572962 6,5	0		782106 9	0	0,00%	16153581	440500 0	27,27%
Não determinável	Serviços financeiros	Banco Comercial do Pará	Diferença				479444 871,4	200000	0,04%	898710 15	600000	0,67%	445.884.1 59,70	800.000	0,18%
Família Bitar	Indústria	Bitar e Irmão S.A.	Não Diferença	182027 5,9	7,09%	256677 43	374425 5,7	14,59%	427897 37	142997 19,3	33,42%	55014928 ,40	786814 5,80	14,30%	

Judah levy e Wady chamię	Serviç os	Cinemas e teatros palácio	Difere ncia										12940230 7,9	263751 99,8	20,38%
Família farah	Indústr ia	Companh ia paraense de artefatos de borracha	Não Difere ncia	130818 81	262448 ,7	2,01%	166438 27,7	481080 1,4					44254600 ,3	920175 6,9	20,79%
Família Chamiê e Thomé	Indústr ia	CIB	Não Difere ncia	177332 17,8	430302 1,7	24,3%	220667 27	592777 8,6	26,86%	313948 26	176031 91,7	56,07%	17067315 4	437849 88,20	25,65%
Não determi nável	Indústr ia	COPAL A	Não Difere ncia				130818 81	262448 ,7	2,01%	166438 2,77	481080 1,4	0,34596 7882	44254600 ,3	920175 6,9	20,79%
Não determi nável	Indústr ia	Curtume Maguary	Não difere ncia							330960 14	482161 4,4	6,86409 3902	50274165	510073 3,9	10,15%
Família Velho	Comér cio	Importad ora de Ferragen s	Difere ncia	650853 39	341306 9,69	5,2%	242194 332,7	359382 78	14,84%	511872 823,5	550274 66,1	9,30213 3276	81234399 4	897868 08,5	11,05%
Família pires franco		Cia automotri z brasileira	Difere ncia										37893248 7,1	214209 41,1	5,65%
Albino Rodrigu es	Serviç os	Construt ora gualo	Não Difere ncia										30950886 3,60	337740 93	10,91%
Família Cunha	Comér cio	Cunha Maia Indústria e Comérci o	Difere ncia										204.938.4 36,10	535210 4,2	2,61%
Melero e Sá	Indústr ia	Indústri as Martins	Não Difere				409296 35,20	241438 5,80	5,90%	730254 46,4	500703 7,7	14,5845 6093	16094018 0,8	139655 35,5	8,68%

Ribeiro	Jorge	ncia										
Não determinável	Serviços financeiros	Moreira Gomes	Diferença	277313308,4	1597862,2	0,58%	448393684,7	2172053,6	0,48%	1.033.473.088	5777178,7	0,56%
Não determinável		Romariz Fischer Sa indústria comércio e agricultura *	Não Diferença				667809,1	5469611	0,122094441	31826081,5	24273965,1	76,27%
Não determinável	Indústria	Democrata SA indústria e comércio	Não Diferença							18767006,4	6773455,5	36,09%
Não determinável	Comércio	Martim representações	Não Diferença	12110732,1	0	0,00%	50608821	4856330,5	10,42120609	366331729,6	35210691,1	9,61%
Não determinável	Indústria	Soares carvalho saboes e óleos	Diferença	26802304,05	534000	1,99%	53046786	3759573	14,10979013	125190244,6	5160267,80	4,12%
Santiago	Indústria	Perfumarías Phebo	Diferença							314745751,3	10377582,8	3,30%
Família Fernandez	Indústria	Portuense Ferragens	Diferença	15945548,4	2644517,6	16,58%	321002,35	4597435,4	0,069822047	205583130	17633392,2	8,58%
Família Nicolau da Costa	Serviços financeiros	Seguros Aliança Pará	Diferença	2146311950	5648536,8	0,26%	30809009	5987855,8	19,44%	130.997.907	28.905.838	22,07%
Família Sobral	Indústria	Sobral, Irmãos S.A.	Não diferença	28028130,2	3144620	11,22%	6396926,13	6654795	0,961250667	224316860,2	7049055,9	3,14%
Família	Indústria	Uzina	Difere	280281	314462	11,22%	639692	665479	9,61250	22431686	704905	3,14%

Chamiê e Thomé	ia	Brasil	ncia	30,2	0	61,3	5	6666	0,2	5,9	
Não determi nável	Serviç os	Rádio Clube do Pará		237441 0,5	0	0,00%	654114 6	0	#DIV/0! 23848166 ,9	213958 2	8,97%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará várias edições de 1946 a 1961. Elaboração própria.

APÊNDICE E

Série histórica dos balanços das principais empresas S.A. do Pará situadas em Belém, com porcentagem do ativo imobilizado em imóveis sobre o ativo total.

Proprietário	Forma de aquisição	Ano de aquisição	Área	Localização em Belém
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1929	Sem área definida	Vila do Mosqueiro
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1935	233,47	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1938	471,6	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1939	945,7	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1939	98,11	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1947	32,08	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1941	406,2	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1948	265,41	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Aforamento	1948	57,83	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1950	555,94	Cidade Velha
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1946	6699	Margem direita do rio Guamá
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1943	6699	Margem direita do rio Guamá
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1944	Sem área definida	Vila do Mosqueiro
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1946	21780	Margem direita do Igarapé Chermont e do Rio Guamá
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1946	4620	Margem direita do Igarapé Chermont e do Rio Guamá
Bitar e Irmãos S.A.	Ocupação	1946	17160	Margem direita do Igarapé Chermont e do Rio Guamá
Companhia Industrial do Brasil	Aforamento	1938	3499,7251	Ilha das Onças
Companhia Industrial do Brasil	Não definido	1943	3267	Icoaraci
Indústrias Martins Jorge	Ocupação	1941	44186,65	Reduto
Indústrias Martins Jorge	Ocupação	1949	5904,76	Reduto
Indústrias Martins Jorge	Ocupação	1950	8470	Reduto
Indústrias Martins Jorge	Ocupação	1950	5904,76	Reduto

Indústrias Martins Jorge	Ocupação	1950	1611	Reduto
Indústrias Martins Jorge	Aforamento	1933	483,5	Reduto

APÊNDICE F

Lista de aforamento de áreas com castanhais nativos entre os anos de 1940 e 1960, organizado a partir dos grupos beneficiados com mais de uma aforamento.

Denominação do castanhal	Proprietário da concessão ou aforamento	Área (ha)	Ano da posse	Município de localização atual
Fortaleza II	Almir Queiroz De Moraes	3.600	1956	Marabá
Fortaleza IV	Almir Queiroz De Moraes	3.600	1956	Marabá
Pedra Branca	Almir Queiroz De Moraes	3.685	1956	São Geraldo do Araguaia
José Leandro	Almir Queiroz De Moraes	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Lagoa Bonita	Almir Queiroz De Moraes	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Sacrifício I	Almir Queiroz De Moraes	3.714	1956	São Geraldo do Araguaia
Tabocão	Alzira M. Mutram	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Terra Nova	Alzira M. Mutram	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Venesa	Alzira M. Mutram	5.400	1965	São João do Araguaia
Formiga I	Aziz Mutram Neto	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Pau Preto	Aziz Mutram Neto	8.681	1957	Curionópolis
Caititu Podre	Aziz Mutram Neto	3.600	1959	São Geraldo do Araguaia
Pacus	Benedito Mutram	4.602	1956	Curionópolis
Jupiti	Benedito Mutram	3.521	1956	São Geraldo do Araguaia
Pimenteira I	Benedito Mutram E Cia	2.972	1954	Curionópolis
Boca Do Cardoso	Benedito Mutram E Cia	8.708	1954	Curionópolis
Lagedo I	Benedito Mutram E Cia	4.305	1954	Curionópolis
Vira-Sebo	Carlos Victo Holanda	3.600	1925	Curionópolis
Terra Vermelha	Carlos Victo Holanda	3.600	1959	Marabá
Oito Barracas	Carlos Victo Holanda	3.600	1960	Marabá
Belo Horizonte Ii	Carlos Victo Holanda	3.600	1960	Marabá
Pardinho	Carlos Victo Holanda	3.600	1962	Marabá
Sacrifício Ii	Carlos Victor Holanda	3.600	1960	São Geraldo do Araguaia
Cachoeira Preta	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1940	Marabá
Castanheiras I	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1940	Marabá
Caetetu	Companhia Industrial Do Brasil	8.712	1940	São João do Araguaia
Genipapo	Companhia Industrial Do Brasil	7.184	1940	São João do Araguaia
M. Queimado I	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1950	Curionópolis
Cajueiro Iii	Companhia Industrial Do Brasil	2.400	1954	Curionópolis
Cajueiro Ii	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1956	Marabá
Gameleira	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1956	Curionópolis
Pernambuco	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1956	Curionópolis
M. Quimado Ii	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1957	Curionópolis
Poção Do Óleo	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1957	Curionópolis
Nova Descoberta	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1957	São Geraldo do Araguaia
S. José Do Centro	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1957	São Geraldo do Araguaia
S. P. Do Centro I	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1959	Curionópolis
Centro Novo	Companhia Industrial Do Brasil	7.200	1960	São Geraldo do Araguaia
Castanheiras Ii	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1961	Curionópolis
S. P. Do Centro Ii	Companhia Industrial Do Brasil	3.600	1965	Curionópolis

Burgo I	Constância M. De Queiroz	2.172	1929	Marabá
Mãe Maria I	Constância M. De Queiroz	3.946	1930	Brejo Grande do Araguaia
Mãe Maria Ii	Constância M. De Queiroz	4.284	1931	Brejo Grande do Araguaia
Viraçãozinha	Constância M. De Queiroz	4.345	1937	Marabá
Novilhas	Constância M. De Queiroz	794	1949	Marabá
Limão Ii	Délio Chuquia Mutram	6.886	1957	Curionópolis
Limão Iii	Délio Chuquia Mutram	3.600	1960	Curionópolis
Gama	Deocleciano Rodrigues	3.600	1956	Marabá
Tadeu	Deocleciano Rodrigues	3.600	1956	Marabá
Tadeu Excesso	Deocleciano Rodrigues	3.600	1956	Marabá
Carasco	Dionor Maranhão	4.362	1956	Marabá
Bar. Branca I	Dionor Maranhão	3.600	1956	Marabá
Bar. Branca Ii	Dionor Maranhão	3.600	1956	Marabá
Água Fria	Dionor Maranhão	3.600	1956	Curionópolis
Cristino	Dionor Maranhão	3.600	1956	Curionópolis
Boa Fé	Evandro L. C. Mutram	3.600	1960	São Geraldo do Araguaia
Caxiu I	Helena Chuquia Mutram	1.742	1956	São João do Araguaia
Caxiu Ii	Helena Chuquia Mutram	5.735	1956	São João do Araguaia
Boa Esperança I	Helena Chuquia Mutram	3.749	1956	São João do Araguaia
Fortaleza Iii	Helena Chuquia Mutram	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Fortaleza V	Helena Chuquia Mutram	7.200	1956	São Geraldo Araguaia
Limão I	Manoel Brito De Almeida	2.900	1950	Curionópolis
Cabaceirinha	Manoel Brito De Almeida	920	1953	Marabá
Murumuru	Manoel Brito De Almeida	2.700	1955	Marabá
Leal	Manoel Brito De Almeida	3.600	1956	Marabá
Cachoeirinha	Manoel Brito De Almeida	736	1956	Marabá
São Benedito I	Maria M. Quadros	3.147	1956	Marabá
São Benedito Ii	Maria M. Quadros	2.733	1956	Marabá
Cigana	Nagib Mutram	4.608	1951	Marabá
Pimenteira Ii	Nagib Mutram	3.468	1956	São João do Araguaia
Piranha	Nelito Ind. Com. S/A	2.800	1950	Curionópolis
Cabaceira	Nelito Ind. Com. S/A	6.406	1953	Marabá
Boca Do Lago	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1956	Curionópolis
Surubim Ii	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1956	Curionópolis
Surubim Iii	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1956	São Geraldo do Araguaia
Stª Maria Do Pontal	Nelito Ind. Com. S/A	4.335	1956	Curionópolis
N. S. P. Socorro	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1959	Curionópolis
Capinzal	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1960	Curionópolis
Terras De Monsão I	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1960	Marabá
São Sebastião I	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1960	Marabá
São Domingos	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1960	Curionópolis
Barreira Branca	Nelito Ind. Com. S/A	10.800	1960	Curionópolis
Terras De Monsão Ii	Nelito Ind. Com. S/A	9.527	1960	Marabá
Bela Aurora	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1962	Marabá
Angico	Nelito Ind. Com. S/A	3.600	1962	Curionópolis
Stº Antônio I	Osvaldo Dos Reis Mutram	496	1955	São João do Araguaia

Stº Antônio II	Oswaldo Dos Reis Mutram	600	1955	São João do Araguaia
João Lobo	Otamires L. Mutram	3.600	1956	Marabá
S. J. Do Refugio	Sebastiana M. Salame	3.600	1957	Curionópolis
São José Iv	Sebastiana M. Salame	3.600	1957	Curionópolis

Fonte: Barros, 1992. Elaboração Própria.

APÊNDICE G

Distribuição dos valores dos projetos aprovados pela SUDAM/SPVEA entre os anos de 1964 a 1971

Divisão segundo CNAE	% sobre o total de recursos	Número total de projetos aprovados	Média de recursos por projeto (Cr\$)
Administração pública, defesa e seguridade social	0,00%	1	0,00
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	27,16%	85	5.465.049,60
Alojamento	0,57%	2	4.839.767,50
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	0,35%	1	5.937.866,35
Extração de minerais não-metálicos	0,08%	1	1.371.571,00
Fabricação de bebidas	1,86%	6	5.315.828,09
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,50%	3	2.856.358,81
Fabricação de móveis	0,46%	3	2.602.732,00
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,19%	1	20.313.140,00
Fabricação de produtos alimentícios	9,18%	30	5.235.127,47
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,57%	7	3.827.692,30
Fabricação de produtos de madeira	12,96%	30	7.388.324
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,85%	6	2.412.692,17
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	12,39%	13	16.301.396,49
Fabricação de produtos do fumo	0,04%	1	650.000,00
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,61%	3	9.168.383,33
Fabricação de produtos químicos	3,24%	13	4.257.489,20
Fabricação de produtos têxteis	2,90%	9	5.511.806,23
Impressão e reprodução de gravações	0,70%	3	3.977.383,33
Metalurgia	1,40%	3	7.968.965,00
Obras de infraestrutura	10,21%	5	34.929.159,94
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,64%	2	5.444.424,00
Transporte aquaviário	10,16%	2	86.873.210,00
Total	100%	230	7.435.766,32

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria

APÊNDICE H

Classificação por Classe da CNAE dos projetos de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Classe (CNAE)	% sobre o total de recursos destinados a recursos próprios	% sobre o total de recursos destinados a outros	% sobre o total de recursos destinados a reinversão do I.R.	% sobre o total de recursos destinados a incentivos fiscais	% sobre o total de Recursos
Criação de bovinos	23,23%	2,43%	1,00%	74,57%	96,57%
Cultivos de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva.	0,05%	24,95%	0,00%	75,00%	0,42%
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente.	21,34%	1,25%	3,11%	74,29%	3,00%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria

APÊNDICE I

Classificação por Classe da CNAE dos projetos voltadas à indústria de transformação no período de 1964 a 1971.

Classe CNAE	Total de projetos	Recursos próprios / % Sobre o total para a classe (Cr\$)		Outros / % Sobre o total (Cr\$)		Reinversão do I.R. / % Sobre o total		Incentivos fiscais / % Sobre o total (Cr\$)		Total de Recursos
Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	1,00	719.452,00	92,21%	60.803,00	7,79%	0,00	0,00%	R\$0,00	0,00%	780.255,00
Fabricação de biscoitos e bolachas	3,00	669.442,35	23,76%	268.212,65	9,52%	0,00	0,00%	1.880.325,00	66,73%	2.817.980,00
Fabricação de conservas de frutas	6,00	3.632.450,23	29,49%	108.468,36	0,88%	0,00	0,00%	8.575.656,00	69,63%	12.316.574,59
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1,00	424.824,16	25,00%	0,00	0,00%	R\$0,00	0,00%	1.274.472,48	75,00%	1.699.296,64
Fabricação de massas alimentícias	2,00	112.571,00	38,82%	17.429,00	6,01%	R\$0,00	0,00%	160.000,00	55,17%	290.000,00
Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	3,00	5.731.320,72	22,78%	675.000,00	2,68%	0,00	0,00%	18.749.182,13	74,53%	25.155.502,85
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2,00	1.793.379,00	36,65%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.100.135,00	63,35%	4.893.514,00
Moagem de trigo e fabricação de derivados	1,00	440.000,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	440.000,00
Preparação do leite	1,00	1.020.948,00	23,52%	0,00	0,00%	256.210,0	5,90%	3.062.842,00	70,57%	4.340.000,00

0										
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	9,00	23.196.902,00	21,92%	12.951.111,00	12,24%	0,00	0,00%	69.700.682,37	65,85%	105.848.695,37
Torrefação e moagem de café	1,00	458.203,71	28,90%	212.007,51	13,37%	0,00	0,00%	915.253,35	57,73%	1.585.464,57
Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	2,00	1.400.655,09	27,79%	2.378.763,00	47,20%	0,00	0,00%	1.260.000,00	25,00%	5.039.418,09
Fabricação de embalagens de material plástico	1,00	2.399.009,00	25,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7.197.025,00	75,00%	9.596.034,00
Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	4,00	2.877.388,68	23,67%	162.209,82	1,33%	0,00	0,00%	9.118.795,50	75,00%	12.158.394,00
Desdobramento de madeira	20,00	69.096.219,32	25,76%	12.436.332,02	4,64%	0,00	0,00%	186.656.586,7 2	69,60%	268.189.138,06
Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	12,00	17.773.835,48	24,46%	3.841.221,26	5,29%	0,00	0,00%	51.060.781,41	70,26%	72.675.838,15
Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	12,00	15.494.276,32	28,41%	15.251.605,40	27,97%	175.833,0 0	0,32%	23.615.644,92	43,30%	54.537.359,64
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	1,00	225.000,00	27,78%	360.000,00	44,44%	0,00	0,00%	225.000,00	27,78%	810.000,00

Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	9,00	11.042.890,00	22,26%	14.473.289,11	29,18%	0,00	0,00%	24.090.077,00	48,56%	49.606.256,11
---	------	---------------	--------	---------------	--------	------	-------	---------------	--------	---------------

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE J

Classificação por Classe da CNAE dos projetos relacionados com o extrativismo vegetal transformação no período de 1964 a 1971.

Nome da empresa	Ano do incentivo	Objetivo	Natureza	Recursos próprios (Cr\$)	Outros (Cr\$)	Reinversão do I.R. (Cr\$)	Incentivos fiscais (Cr\$)	Total de Recursos (Cr\$)
Beneficiadora de Produtos da Amazônia S/A	1968	Beneficiamento de Castanha	Isenção do Imposto de Renda	666.134,00	39.463,00	0,00	0,00	705.597,00
Brasil Extrativa S/A	1965	Indústria e comércio de óleos comestíveis e industriais, sabão e resíduos	Ampliação	580.649,00	850.675,00	0,00	169.863,00	1.601.187,00
Brasil Extrativa S/A	1968	Indústria e Comércio de Óleos e Sabões	Reformulação Financeira	693.000,00	850.675,00	0,00	898.602,00	2.442.277,00
Camarões de Belém Limitada	1971	Pesca e Beneficiamento de Camarões	Implantação	2.887.408,00	6.320.370,00	0,00	8.662.222,00	17.870.000
Castanha do Pará Industrial S/A - CAISA	1969	Beneficiamento da Castanha do Pará	Implantação	883.337,00	0,00	0,00	2.650.000,00	3.533.337,00
CIA. De Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém - TECEJUTA	1966	Indústria Têxtil	Instalação	2.215.160,00	2.167.010,00	0,00	1.780.000,00	6.162.170,00
Companhia Amazônia de Pesca - CIAPESC	1969	Captura e Industrialização do Camarão	Implantação	1.140.209,00	0,00	0,00	3.420.610,00	4.560.819,00

Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA	1967	Indústria Têxtil	Ampliação	725.000,00	2.280.000,00	0,00	1.000.000,00	4.005.000,00
Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA	1965	Indústria Têxtil	Ampliação - Instalação da 2ª unidade têxtil	725.000,00	800.000,00	0,00	500.000,00	2.025.000,00
Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA	1971	Indústria de Sacos e Telas	Isenção do Imposto de Importação	0	0	0	0	0
Companhia Têxtil de Castanhal - C.T.C.	1966	Indústria Têxtil	Instalação	895.461,00	291.264,00	0,00	2.163.275,00	3.350.000,00
Companhia Têxtil de Castanhal - C.T.C.	1969	Indústria Têxtil	Reformulação e Ampliação	2.320.018,00	2.660.264,00	0,00	6.960.052,00	11.940.334,00
Empresa Bragantina de Pesca S/A - EMBRASA	1968	Industrialização do pescado	Implantação	277.000,00	0,00	0,00	831.000,00	1.108.000,00
FINA Intercâmbio Comercial e Indústria de Pesca	1969	Indústria Pesqueira	Implantação	5.958.200,00	0,00	0,00	17.874.600,00	23.832.800,00
Ind. de Sabões e Óleos Santa Izabel do Pará	1971	Indústria de Sabões e Óleos	Isenção do Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

S/A								
Indústria Paraense de Apteafatos de Borracha S/A - PARABOR	1966	Indústria de Borracha, seus derivados e produtos afins	Instalação	425.000,00	700.000,00	0,00	1.260.000,00	2.385.000,00
Indústria Química e Comércio KANEBO do Brasil S/A	1970	Indústria de Óleo	Implantação	201.898,16	0,00	0,00	605.694,48	807.592,64
Indústrias Martins Jorge S/A	1966	Indústria Têxtil	Ampliação	3.075.000,00	0,00	0	9.225.000,00	12.300.000,00
Joaquim Fonseca, Navegação, Indústria e Comércio S/A	1968	Beneficiamento de Sal	Implantação	342.894,00	0,00	0,00	1.028.677,00	1.371.571,00
Jorge Age & CIA	1969	Industrialização da Castanha do Pará	Isenção do Imposto de Renda	492.878,00	0,00	0,00	2.142.068,00	2.634.946,00
JUTEX - CIA. Brasileira Manufatora de Juta	1964	Indústria Têxtil	Instalação	400.000,00	5.819.427,11	0,00	400.000,00	6.619.427,11
L. J. Vasconcelos	1969	Captura, Industrialização e Exportação de Pescado	Isenção do Imposto de Importação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Óleos do Pará S/A - OLPASA	1967	Industrialização de óleos comestíveis e da cultura de Amendoim	Ampliação	600.000,00	600.000,00	0,00	3.405.220,00	4.605.220,00

Óleos do Pará S/A - OLPASA	1970	Indústria de Óleos	Reformulação	5.106.320,72	0,00	0,00	15.318.962,13	20.425.282,85
Óleos Industriais Cachoeira do Arari S/A - OLEICA	1964	Indústria de Óleos	Instalação	25.000,00	75.000,00	0,00	25.000,00	125.000,00
PESCOMAR - Companhia Nacional de Pesca	1968	Pesca de camarão e refrigeração de produtos	Implantação	2.130.254,00	2.800.000,00	0,00	6.390.760,00	11.321.014,00
PESCOMAR - Companhia Nacional de Pesca	1970	Pesca e Beneficiamento de Camarões	Reformulação	4.275.556,00	3.070.186,00	0,00	12.826.666,37	20.172.408,37
PRIMAR S/A - Produtos Industrializados do Mar	1970	Captura, Industrialização e comercialização do Camarão	Implantação	5.691.400,00	0,00	0,00	17.074.200,00	22.765.600,00
Produtos de Pesca do Pará S/A	1970	Industrialização de Peixe	Implantação e Ampliação	836.875,00	760.555,00	0,00	2.620.624,00	4.218.054,00
Rubertex, Comércio, Indústria e Navegação	1970	Indústria de Latex e beneficiamento da borracha	Isenção do Imposto de renda	975.655,09	1.678.763	0,00	0,00	2.654.418,09
Sobral Irmãos S/A - SISA	1967	Indústria de Beneficiamento de Couros, Fibras, etc...	Ampliação	411.500,00	270.000,00	0,00	1.768.500,00	2.450.000,00
Sobral Irmãos S/A - SISA	1970	Industrialização e Comercialização de	Ampliação e Reformulação	2.184.733,00	0,00	0,00	6.254.115,00	8.438.848,00

Couro							
Usina Progresso S/A	1968	Iseção Total do Imposto de Renda	363.905,23	34.005,36	0,00	0,00	397.910,59

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE K

Classificação segundo a divisão dos projetos aprovados pela SUDAM entre 1972 e 1982.

Divisão segundo CNAE	% sobre o total de recursos	Total de projetos aprovados	Média de recursos por projeto (Cr\$)
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	37,21%	187,00	258.915.562
Alimentação	0,00%	1,00	0,00
Alojamento	2,79%	10,00	362.780.496
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,04%	7,00	8.108.170
Extração de minerais metálicos	0,93%	5,00	243.098.314
Extração de minerais não-metálicos	0,93%	2,00	603.379.140
Fabricação de bebidas	0,01%	7,00	2.150.334
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,34%	4,00	760.436.500
Fabricação de móveis	0,20%	8,00	32.796.161
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,00%	1,00	0,00
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,36%	8,00	220.521.164
Fabricação de produtos alimentícios	13,57%	54,00	327.008.350
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,32%	11,00	156.478.658
Fabricação de produtos de madeira	5,49%	127,00	56.241.720
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,65%	3,00	283.906.826
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	7,69%	23,00	434.942.697
Fabricação de produtos diversos	0,29%	1,00	375.000.000
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,10%	3,00	41.551.787
Fabricação de produtos químicos	3,50%	14,00	325.246.050
Fabricação de produtos têxteis	1,48%	6,00	320.398.359
Impressão e reprodução de gravações	0,28%	7,00	52.062.636
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,45%	3,00	193.502.571
Metalurgia	1,00%	16,00	81.231.624
Obras de infra-estrutura	14,64%	11,00	1.731.125.876
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,85%	8,00	137.441.787
Transporte aéreo	0,00%	3,00	0,00
Transporte aquaviário	2,42%	7,00	449.225.696
Transporte terrestre	0,48%	8,00	77.542.979
		545,00	238.737.910

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE L

Distribuição dos recursos no período de 1972 a 1982 entre os projetos classificados como de Agricultura, Pecuária e serviços relacionados.

Classe (CNAE)	% sobre o total de recursos destinados a recursos próprios	% sobre o total de recursos destinados a outros	% sobre o total de recursos destinados a reinversão do I.R.	% sobre o total de recursos destinados a incentivos fiscais	% sobre o total de Recursos
Aqüicultura em água doce	25,00%	0,00%	0,00%	75,00%	1,71%
Criação de aves	24,32%	4,09%	4,72%	66,86%	1,20%
Criação de bovinos	20,54%	24,82%	0,55%	54,09%	72,54%
Criação de outros animais de grande porte	26,79%	6,25%	0,00%	66,96%	0,30%
Criação de suínos	23,16%	28,17%	0,00%	48,66%	1,40%
Cultivo de cacau	22,56%	11,03%	0,00%	66,41%	1,28%
Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente.	22,44%	11,01%	0,00%	66,54%	1,51%
Cultivos de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva.	20,98%	16,64%	1,25%	61,13%	20,06%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE M

Distribuição dos Polos do programa Polamazônia por Unidades da Federação da Amazônia Legal.

Divisão CNAE	Classe CNAE	Total de projetos	% sobre o total de recursos destinados a recursos próprios	% sobre o total de recursos destinados a outros	% sobre o total de recursos destinados a Reversão do I.R.	% sobre o total de recursos destinados a incentivos fiscais	% sobre o total de Recursos
	Desdobramento de madeira	116,00	26,05%	14,59%	0,01%	59,35%	89,74%
Fabricação de produtos de madeira	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	5,00	20,13%	17,94%	1,55%	60,38%	1,16%
	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	3	0	0	0	0	0
	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	6	18,66%	24,79%	0,56%	55,99%	9,10%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE N

Distribuição da SUDAM de recursos por classe de projetos no período de 1972 a 1982, excluindo agricultura e fabricação de produtos de madeira.

Cnae (divisão)	Cnae (classe)	Número total de projetos aprovados	% sobre o total dos projetos excluindo agricultura e fabricação de produtos de madeira	% sobre o total para a classe
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas	7,00	0,08%	100,00%
Extração de minerais metálicos	Extração de minério de alumínio	3,00	1,81%	100,00%
	Extração de minério de estanho	0		0
	Extração de minério de metais preciosos	0		0
Extração de minerais não-metálicos	Extração de pedra, areia e argila	3,00	1,80%	100,00%
Fabricação de bebidas	Fabricação de águas envasadas	2		0
	Fabricação de malte, cervejas e chopes	1		0
Fabricação de bebidas	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas	5,00	0,02%	10000,00%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Fabricação de papel	4,00	4,53%	89,86%
Fabricação de móveis	Fabricação de colchões	4		
	Fabricação de móveis com predominância de metal	5,00	0,51%	10,14%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Construção de embarcações e estruturas flutuantes	11,00	3,49%	100,00%
Fabricação de produtos alimentícios	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	1,00		0
	Fabricação de alimentos para animais	3		0

	Fabricação de biscoitos e bolachas	5,00	1,53%	5,68%
	Fabricação de conservas de frutas	4		0
	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	9,00	0,40%	1,50%
	Fabricação de massas alimentícias	3,00	0,23%	0,87%
	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	5,00	2,12%	7,90%
	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	1,00	0,23%	0,84%
	Fabricação de produtos de carne	6,00	17,11%	63,64%
	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	1,00	0,80%	2,98%
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	4,00	2,15%	7,99%
	Moagem de trigo e fabricação de derivados	1,00	0,02%	0,01%
	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	12,00	2,29%	8,52%
	Torrefação e moagem de café	1		0
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	1,00	0,13%	23,78%
	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	7,00	0,42%	76,22%
	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	1		0,00%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	2		0
	Fabricação de embalagens metálicas	2,00	1,27%	99,07%
	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	1,00	0,01%	0,93%
	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	1		0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	5		0
	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	8,00	0,15%	0,85%
	Fabricação de cimento	5,00	9,58%	55,61%
	Fabricação de embalagens de vidro	2,00	0,28%	1,65%

	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção	10,00	7,22%	41,89%
Fabricação de produtos diversos	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	1		0
	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	1,00	0,56%	100,00%
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	Fabricação de medicamentos para uso humano	3,00	0,19%	100,00%
Fabricação de produtos químicos	Fabricação de adesivos e selantes	3,00	0,33%	4,54%
	Fabricação de adubos e fertilizantes	6,00	6,33%	87,27%
	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	1,00	0,17%	2,41%
	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	7,00	0,42%	R\$0,06
Fabricação de produtos têxteis	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	6,00	2,87%	100,00%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	2,00		0
Impressão e reprodução de gravações	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	7,00	0,54%	0,00%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	1		0
Metalurgia	Fabricação de estruturas metálicas	7,00	0,02%	5,12%
	Metalurgia do alumínio e suas ligas	1		0
	Produção de laminados longos de aço	3,00	0,35%	94,88%
Obras de infraestrutura	Construção de rodovias e ferrovias	1		0
	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	7,00	27,19%	95,80%
	Obras portuárias, marítimas e fluviais	1,00	1,19%	4,20%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Curtimento e outras preparações de couro	7,00	1,62%	99,13%
	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	1,00	0,01%	0,87%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE O

Projetos classificados como fabricação de produtos alimentícios aprovados pela SUDAM entre 1972 e 1982 e divididos por classes segundo o CNAE.

Classe (CNAE)	Total de recursos por classe (Cr\$)	Quantidade de projetos	Porcentagem sobre o total de recursos
Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	0,00	1,00	0
Fabricação de alimentos para animais	0	3	0
Fabricação de biscoitos e bolachas	1.023.995.713,00	5,00	5,68%
Fabricação de conservas de frutas	0	4	0
Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	270.618.824,00	9,00	1,50%
Fabricação de massas alimentícias	157.000.000,00	3,00	0,87%
Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	1.425.698.756,00	5,00	7,90%
Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	151.500.000,00	1,00	0,84%
Fabricação de produtos de carne	11.481.511.226,00	6,00	63,64%
Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	537.558.682,00	1,00	2,98%
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1.441.489.860,00	4,00	7,99%
Moagem de trigo e fabricação de derivados	12.791.860,00	1,00	0,07%
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	1.537.786.022,00	12,00	8,52%
Total	18.039.950.943,00	55,00	100,00%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE P

Projetos classificados como fabricação de produtos químicos aprovados pela SUDAM entre 1972 e 1982 e divididos por classes segundo o CNAE.

Classe (CNAE)	Total de recursos por classe (Cr\$)	Quantidade de projetos	Porcentagem sobre o total de recursos
Fabricação de adesivos e selantes	281.867.032,49	3,00	4,66%
Fabricação de adubos e fertilizantes	1.357.627.396,00	6,00	22,44%
Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	41.879.709,00	1,00	0,69%
Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	4.368.715.682,99	7,00	72,21%
	6.050.089.820,48	17,00	100,00%

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.

APÊNDICE Q

Projetos aprovados pela SUDAM entre 1972 e 1982 incluídos na classe de fabricação de produtos químicos.

Nome da empresa	Ano de fundação da empresa	Ano do incentivo	Natureza	Recursos próprios (Cr\$)	Outros (Cr\$)	Reinvenção do I.R.	Incentivos fiscais (Cr\$)	Total de Recursos (Cr\$)
Soares de Carvalho, Sabões e Óleos S/A	1896	1976	Reformulação	3.649.777,29	5.026.752,83		10.949.328,00	19.625.858,12
Sabino Oliveira Indústrias S/A	1923	1976	Reformulação	7.061.600,00	2.753.670,00		21.184.730,00	31.000.000,00
Perfumarias PHEBO S/A	1931	1977	Reformulação	35.702.511,00	24.391.305,00		38.906.184,00	99.000.000,00
Soares de Carvalho, Sabões e Óleos S/A	1896	1978	Reformulação	5.410.671,00	10.399.128,00		16.412.183,00	32.221.982,00
Perfumarias PHEBO S/A	1931*	1979	Reformulação	26.764.044,00	24.391.305,00		47.844.651,00	99.000.000,00
O.C.BITAR - Indústria de Óleos e Sabões LTDA	1897**	1981	Isenção do Imposto de renda e adicionais não restituíveis					
Fábrica Santa Maria Óleos e Sabões LTDA	1917	1981	Isenção do Imposto de renda e adicionais não restituíveis					

Fonte: SUDAM, 1976. Elaboração própria.